

História
e memória política do
Município de Parintins



Volume II

1964 a 1976

*História e Memória Política do
Município de Parintins
1964 a 1976*

História e Memória Política do Município de Parintins

INSTITUTO MEMORIAL DE PARINTINS – IMPIN

Presidente: Irian Butel

PESQUISA

Equipe do Instituto Memorial de Parintins – IMPIN

TEXTO

Larice Butel – Quinta Legislatura

Jucielle Cursino – Sexta Legislatura

Irian Butel – Sétima Legislatura

REVISÃO

Venício Garcia

ARTE DA CAPA

Juliano Jesus da Silva

PROJETO EDITORIAL

Câmara Municipal de Parintins

PROJETO GRÁFICO

Câmara Municipal de Parintins

B983h

Butel, Irian

História e Memória Política do Município de Parintins /
Irian Butel; Larice Butel; Jucielle Cursino. – Parintins: Câmara
Municipal de Parintins, 2012.

58 p. il ; 376 cm.

Vol. II

Organizador: Juscelino Melo Manso.

1. Legislatura da Câmara Municipal de Parintins -
História. I. Butel, Larice. II. Cursino, Jucielle. IV. Título.

CDU: 328.34.93

Bibliotecária responsável: Érica Shaunna Lima da Cruz

CRB11/669

A Câmara Municipal de Parintins, na pessoa de seu presidente Juscelino Melo Manso e o Instituto Memorial de Parintins – IMPIN agradecem aos ex-vereadores Geraldo Medeiros, Fernando Castro Raimundo da Silva Lago e Raimundo Reis Ferreira por enriquecerem esta pesquisa com suas experiências e lembranças do exercício da vida pública no Legislativo parintinense.
Nossos agradecimentos.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
QUINTA LEGISLATURA	16
1964 - 1968	16
INTRODUÇÃO	17
ASPECTOS QUE ANTECEDEM A QUINTA LEGISLATURA	20
PREFEITO E VEREADORES	22
A HISTÓRIA CONTINUA 1964/1968	23
AÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS	25
Presidência da Câmara	25
Comissões	27
VETO – PROJETO Nº 13/63	29
POLÍTICA NACIONAL	31
30 de março de 1964.	31
AI- 1	33
Militarismo	33
POLÍTICA ADMINISTRATIVA	35
Taxas, Impostos, Arrecadação e Isenções	35
Juta	40
Funcionalismo Público Municipal	45
Lei Orçamentária.....	50
PRESTAÇÃO DE CONTAS	52

INFRAESTRUTURA.....	57
Água	58
Energia Elétrica.....	60
Celetramazon.....	61
Abastecimento de Carne.....	63
Saúde	69
Educação	73
Transporte	79
Campo de Aviação	81
TÍTULO DE CIDADÃO.....	82
ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....	89
LIMITES	90
PATRIMÔNIO PÚBLICO	92
Cantel	96
ORDEM PÚBLICA	97
QUESTÃO DE ORDEM.....	103
1964.....	103
1965.....	112
1966.....	129
1967.....	134
1968.....	145
ENCERRA-SE A SESSÃO	151
ANEXOS	155
REFERÊNCIAS	165

SEXTA LEGISLATURA.....	166
1969-1972.....	166
PRÓLOGO.....	167
1969	168
1970	195
Algumas notícias que marcaram o ano de 1970 segundo o Jornal “A Tribuna”	206
1971	209
Fatos que marcaram o ano de 1971	219
1972	219
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	232
ANEXOS	234
REFERÊNCIAS	245
SÉTIMA LEGISLATURA	246
1973 – 1976	246
APRESENTAÇÃO	247
SÉTIMA LEGISLATURA - 1973 A 1976	248
QUANDO OS ARQUIVOS NOS FALAM.....	249
SOBRE O PREFEITO BENEDITO AZEDO.....	255
A INDICAÇÃO DE JÚLIO BELÉM	255
ELEIÇÃO E POSSE DO PRESIDENTE DA CÂMARA – BIÊNIO 73/74	257
VEREADORES	257
GERALDO SOARES DE MEDEIROS (ARENA)	257

GUILHERME BARBOSA RIBIERO (ARENA)	258
MESSIAS AUGUSTO DAS NEVES (ARENA).....	258
RAIMUNDO MUNIZ RODRIGUES (ARENA).....	259
RAIMUNDO RUY MENDES (ARENA).....	259
WALDIR BATISTA MELO (MDB)	259
EDSON GADELHA DA SILVA (MDB)	260
RAIMUNDO DA SILVA LAGO (MDB).....	261
VIVALDO MARCHÃO DE CARVALHO (MDB)	263
AÇÕES DO LEGISLATIVO – 1973	263
COLÉGIO NOSSA SENHORA DO CARMO É UTILIDADE PÚBLICA	263
PROJETO DE LEI Nº. 01/73 – PMP	265
CREDENCIAMENTO DA IMPRENSA LOCAL.....	265
SITUAÇÕES CONSTRANGEDORAS	266
O SESQUICENTENÁRIO DA REINSTALAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO NO BRASIL	267
HOMENAGEM AO DIA DAS MÃES	267
EDUCAÇÃO EM 1973.....	271
ÁGUA ENCANADA	273
INVESTIMENTOS E A GESTÃO DE RECURSOS	275
AMPLIAÇÃO DA REDE CONDUTORA DE ÁGUA	276
REMUNERAÇÃO FIXA DOS VEREADORES 1.	277

REFORMA DO GINÁSIO ESTADUAL SENADOR ÁLVARO MAIA.....	278
ÁREA DE ATUAÇÃO DO MOBREAL EM PARINTINS EM 1973.....	279
ORÇAMENTO – PROGARAMA 1973	280
SESSÃO ESPECIAL.....	280
INSTALAÇÃO DA ENTIDADE DE FINS EDUCACIONAIS – MEB.....	281
MELHORAMENTO DE RUAS E AVENIDAS 1973	282
MUNICÍPIO MODELO CATEGORIA “A”.....	284
ABERTURA DO CANAL DA FRANCESA	285
PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO – PDI	287
ÓRGÃO RODOVIÁRIO MUNICIPAL – 1973.....	289
AÇÕES DO LEGISLATIVO - 1974.....	290
BIBLIOTECA MUNICIPAL VERA LÚCIA SIMPLÍCIO	293
AMPLIAÇÃO DA REDE CONDUTORA DE ÁGUA 2	294
PRAÇA DO CRISTO REDENTOR	295
EDUCAÇÃO EM 1974.....	297
ATUAÇÃO DO MOBREAL EM 1974	300
FALTA FARINHA EM PARINTINS	301
PORTO.....	303

MATADOURO MUNICIPAL	304
A CIDADE VIVEU UM MOMENTO DE REVOLTA	305
PROJETO DE LEI Nº 01/74 – PMP.....	306
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 01/74 - CMP.....	309
REUNIÃO COM OS MORADORES DO BAIRRO DE BANGÚ	309
MELHORAMENTO DE RUAS E AVENIDAS 1974	313
PROJETO DE LEI 01/74 - CMP (REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS).....	315
INDICAÇÃO 02/74	316
ÓRGÃO RODOVIÁRIO MUNICIPAL - 1974	318
ORÇAMENTO-PROGRAMA 1974.....	319
DECRETO 07/74 – PMP.....	321
POLICIAMENTO 1.....	321
ELEIÇÃO DA NOVA MESA DIRETORA	321
AÇÕES DO LEGISLATIVO - 1975	322
POSSE DA NOVA MESA DIRETORA	322
OFÍCIO N. 92/75 – PMP. 24/04/1975.....	327
ÁGUA DA CHUVA	327
PESCADO 1	330
PREÇO DO PÃO.....	330

AMPLIAÇÃO E REPAROS NA REDE ELÉTRICA 2	331
PARECER DO TRIBUNAL DE CONTAS 1	332
PLANO RODOVIÁRIO MUNICIPAL.....	332
MELHORAMENTO DE RUAS E AVENIDAS 1975	333
PROJETO DE LEI Nº 01/75 – 15/05/1975	334
O ATERRO DA FRANCESA	335
EDUCAÇÃO EM 1975.....	336
REFORMA DO MERCADO MUNICIPAL.....	336
PROJETO DE LEI 03/75 – CMP. 28/07/1975	338
ESGOTO 2	341
INDICAÇÃO 01/75 – 21/10/1975	342
PROJETO DE LEI 107/75 - POLÍTICAS DE INCENTIVO E PROTEÇÃO À JUTA	343
PROJETO DE LEI 06/75 – CMP. 31/10/1975	345
TRÂNSITO 3	348
MELVIN JONES PASSA A SE CHAMAR FARIA NETO.....	348
COMISSÃO CENTRAL DE ESPORTES	349
FACULDADE DE AGRONOMIA	351
PARINTINS PEDE A INSTALAÇÃO DE UM POSTO DE INDENTIFICAÇÃO	351
DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/75 – CMP. 09/11/1975.....	352

PARECER DO TRIBUNAL DE CONTAS 2	353
AMPLIAÇÃO DA REDE CONDUTORA DE ÁGUA 3	353
PESCADO 2	355
INDICAÇÃO Nº. 01/75 – 20/11/1975	355
ANTES E DEPOIS DA PLACA	356
ORÇAMENTO-PROGRAMA 1975	357
AMPLIAÇÃO DA REDE CONDUTORA DE ÁGUA 4	358
ESGOTO	358
SAÚDE PÚBLICA.....	361
O HOSPITAL DA FUNDAÇÃO SESP	361
INDICAÇÃO Nº. 04/74	362
INDICAÇÃO Nº. 05/74	363
ENCHENTES 1976	364
INDICAÇÃO S/N	365
AMPLIAÇÃO E REPAROS NA REDE ELÉTRICA 1	367
AMPLIAÇÃO E REPAROS NA REDE ELÉTRICA 2	369
RESUMO ESTATÍSTICO DAS ATIVIDADES DO MERCADO MUNICIPAL	369
TRÂNSITO 1	370
TRÂNSITO 2	370
O RECONHECIMENTO AOS JAPONESES.....	372

HOMENAGEM AO DIA DO PROFESSOR.....	375
AÇÕES DO LEGISLATIVO – 1976	378
Sessão Solene da Câmara Municipal de Parintins do dia 15 de abril de 1976.....	378
RESTRIÇÕES DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA	380
INSTALAÇÃO DE PORTÕES NO BAIRRO DE PALMARES.....	382
O ATERRO DA FRANCESA 2	382
QUESTÃO DE ORDEM.....	383
PROJETO DE LEI Nº 01/76	383
PROJETO DE LEI Nº. 03/76.....	384
ÓRGÃO RODOVIÁRIO MUNICIPAL - 1976	385
MELHORAMENTO DE RUAS E AVENIDAS 1976	385
POLICIAMENTO 2.....	387
PONTE DA FABRILJUTA	387
14º. ANIVERSÁRIO DO COLÉGIO BATISTA DE PARINTINS	389
HOMENAGEM AO DIA 1º. DE MAIO.....	389
CEMITÉRIO SÃO JOSÉ 2	391
SUPERVISÃO EDUCACIONAL NA ZONA RURAL	391
POSTO DE IDENTIFICAÇÃO 2	393
CRÉDITO ESPECIAL	393

INSTITUIÇÕES DESPORTIVAS RECEBRÃO TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA	394
ALDAIR KIMURA SEIXAS – NOMEADA DIRETORA DA UNIDADE EDUCACIONAL DE PARINTINS	395
PROJETO DE LEI Nº. 05/76	397
PROJETO DE LEI Nº. 06/76	397
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 01/76	397
VISITA ILUSTRE.....	398
ORÇAMENTO-PROGRAMA 1976.....	399
RESOLUÇÃO 02/76.....	400
REFERÊNCIAS	401

APRESENTAÇÃO

Caro leitor,

Ao idealizarmos o projeto História e Memória Política do Município de Parintins assumimos o compromisso de não condenar ao esquecimento àqueles que contribuíram para a construção de nossa cidade.

Parintins de 1964 a 1976 pode ser conceituada como *cidade-romance* uma vez que nesse período o município vivencia seu apogeu econômico alicerçado na economia da Juta e no modelo desenvolvimentista pautado na política nacional de integração.

A Quinta Legislatura (1964 a 1968) traz consigo a administração do Prefeito Raimundo Dejard Vieira; a instalação do Golpe militar no Brasil e o diálogo do município com o poder central; a eleição de Raimundo Reis, eleito o vereador mais novo de nossa história; a implantação da Fabril Juta, empresa que dominou por 54 anos a economia local.

A Sexta Legislatura 1969 a 1972, sob a presidência de Odovaldo Novo a Câmara Municipal viveu momentos de tensão, tendo vários vereadores



expulsos do parlamento, fato gerador de várias tensões políticas entre ARENA 1 e ARENA 2. Em 1970 com o retorno dos vereadores expulsos da Casa Legislativa passa atuar verdadeiramente em prol das necessidades do povo.

O período de 1973 a 1976 compreende a Sétima Legislatura, sob a Presidência de Geraldo Medeiros (1973/194) a Câmara Municipal irá obedecer criteriosamente o Regimento Interno; os vereadores passarão a receber remuneração fixa. A cidade cresce em seu perímetro urbano com a criação do Bairro de Palmares por meio do Projeto 01/74 – PMP, denominado como projeto do ano.

É o período em que cidade programa ações de embelezamento da parte central e potencializa atividades na zona rural do município. Revelar tais fatos á sociedade parintinense significa reafirmar a todos nós o direito à memória.

Juscelino Melo Manso

Presidente da Câmara Municipal de Parintins

**QUINTA LEGISLATURA
1964 - 1968**

INTRODUÇÃO

O conjunto de documentos da Quinta Legislatura é composto por três livros de atas, três livros de registro de lei, três livros de presença de vereadores, um livro de portarias e 2.059 páginas entre autos de processos, ofícios, requerimentos, recibos e documentos contábeis, todos em razoável estado de conservação. Este período coincide com a implantação do regime militar, suas tensões e cerceamentos ao processo democrático, embora os representantes do Legislativo parintinense dialoguem bem com o novo sistema de governo. O que percebemos são quatro anos tranquilos, nos quais o município, por meio dos seus representantes e ações administrativas vinha buscando equilíbrio financeiro.

Encontramos na documentação particularidades como atas duplicadas, parágrafos apagados, páginas arrancadas dos livros, páginas em branco e algumas colagens no corpo dos textos, leis citadas diretamente que não foram encontradas, mas que não comprometem a descrição dos trabalhos no período citado.

A Quinta Legislatura apresenta novas personalidades políticas, como o jovem vereador e líder estudantil Raimundo Reis Ferreira, obrigado a renunciar, por não possuir idade suficiente para concluir o mandato. Assim como também consolida outras como os vereadores Gláucio Gonçalves, Líder do Governo, José Pedro de Almeida Faria, Presidente da Câmara eleito por

três vezes, Geminiana Campos Bulcão Bringel, a primeira mulher a exercer o cargo de Presidente da Câmara e o Chefe do Executivo, Raymundo Dejad Vieira. Representantes do poder público, responsáveis por conquistas significativas para a história política local.

Fatos marcantes como o falecimento do ex-vereador Domingos Prestes, a pavimentação das ruas, a conquista da energia elétrica, a criação do SAAE, a criação da Procuradoria do Município definem a Quinta Legislatura. Apesar da instabilidade econômica, os representantes do poder público local asseguram por meio de medidas legais convênios e verbas federais para fortalecer e organizar a economia.

Economicamente falando, o município ainda vivia do extrativismo, pecuária e comércio. O funcionalismo público recebia salários abaixo do que estava previsto em lei e que por vezes atrasava, levando a discussões recorrentes entre o poder Legislativo e Executivo, sobre os direitos assegurados aos funcionários municipais.

Data deste período a implantação da Fabriljuta, iniciativa privada para o beneficiamento da fibra de juta em nosso município. Os textos fazem pouca referência ao assunto, no entanto, é fato incontestável a relevância econômica para o município deste empreendimento.

Outro aspecto identificado indiretamente é o crescimento da população, os serviços básicos, já insuficientes, começam a ficar bem pior, levando o Poder Legislativo a intensificar suas reivindicações com o

objetivo de melhorá-los. Politicamente o município também cresce, pois é instituída uma nova zona eleitoral. Contudo as questões mais incisivas da administração de 1964 a 1968 definem-se na saúde precária, na falta de professores e na falta de pagamento ao funcionalismo público.

Os livros citam o município como “município modelo”, no entanto, não podemos comprová-lo, pois o documento citado não foi encontrado. Economicamente debilitado, o município fazia uso de uma tributação pesada como medida de arrecadação fiscal, visando equilibrar o problema.

Uma das ações finais da Quinta Legislatura foi à instituição da função do cargo de VICE-PREFEITO, por meio da Resolução número 9 de vinte e três de dezembro de 1968, que de acordo com os textos das leis é regulamentado pela Constituição do Estado e pela Lei número 700 de 1967. A denominação oficial de Palácio José Pedro Cordovil como sede do Paço Municipal, pelo Decreto de Lei do Executivo, número 7/68, também representam um das ações finais desta legislatura.

O fim da Quinta Legislatura enfatiza a dinâmica do crescimento do município de Parintins, da mesma forma que evidencia os problemas localizados na infraestrutura da cidade, os quais irão oportunizar os diálogos entre os poderes Legislativo e Executivo a fim de solucioná-los.

ASPECTOS QUE ANTECEDEM A QUINTA LEGISLATURA

Antes de iniciarmos as narrativas dos acontecimentos que marcam a Quinta Legislatura, faz-se necessário ressaltar alguns aspectos do fim da Quarta Legislatura que irão influenciar no desenrolar dos fatos do período de 1964 a 1968.

Em trinta e um de dezembro de 1963, ocorreu a Sessão Solene de Posse do novo Legislativo e instalação da nova Câmara. Estavam presentes a essa sessão os vereadores: José Pedro de Almeida Faria, Raimundo Nonato Barbosa de Oliveira, Raimundo Reis Ferreira, Gláucio Bentes Gonçalves e Alberto Kimura Filho. Na sessão presidida por José Pedro Faria, foram prestados os juramentos legais dos vereadores e em seguida, procedeu-se a eleição para presidente e vice-presidente da Câmara.

O prefeito eleito Raimundo Dejad Vieira explicou que não poderia ser empossado no dia previsto, por isso, solicitava assim, uma nova sessão específica para a solenidade em que assumiria o cargo de Prefeito. Nesta solenidade fizeram parte da mesa os senhores José Henriques de Souza Filho e o Deputado Estadual Wilson Paula de Sá.

Um dos assuntos delicados relacionados às resoluções adotadas na Quarta Legislatura está diretamente ligado ao projeto apresentado pelo vereador

Manoel Felipe de Leiros Garcia, cujo teor atestava que o chefe do Executivo doava a Prelazia de Parintins “terrenos pertencentes ao Patrimônio Público Municipal” (LIVRO DE ATAS 1962/1964, p. 118). O processo de doação do terreno, a princípio, não causaria ônus ao município, pois, conforme o argumento do próprio vereador, a Prelazia se encarregaria de arcar com os gastos, inclusive com os de uma escola edificada no terreno. Dado o caráter de urgência, este projeto foi aprovado por unanimidade de votos. Posteriormente, com o andamento dos trabalhos da Quinta Legislatura, esta ação foi indeferida pelo Executivo, criando situações de discussão e tensão entre os vereadores por várias sessões.

Outra situação diz respeito ao número de vereadores que iriam compor a Quinta Legislatura. Na sessão extraordinária de vinte e sete de dezembro de 1963, o vereador Manoel de Leiros Garcia apresentou um Projeto número 12/63, que propunha o acréscimo de mais dois vereadores ao quadro para o exercício do próximo mandato, aumentando assim de seis, para oito, o número de vereadores. O projeto foi posto em discussão, embora a leitura das atas não esclareça se este projeto foi realmente aprovado.

As questões orçamentárias para o ano de 1964 são definidas em ofícios, como o de número 70/63 que orça e fixa as despesas do município para o ano seguinte.

Desde a sua reinstalação, em 1947, a Câmara, em Parintins, possuiu vários endereços. No período que

corresponde a Quinta Legislatura, a Câmara Municipal funcionava no prédio situado a Rua Clarindo Chaves, número 76, de propriedade de José Esteves, (atual loja da Yamaha). Este corresponde ao terceiro endereço da Câmara, conforme os documentos encontrados nesta pesquisa. Em sequência trataremos dos atos efetivos da Quinta Legislatura.

PREFEITO E VEREADORES

Constituíram a Quinta Legislatura, as seguintes personalidades:

Prefeito:

RAYMUNDO DEJARD VIEIRA

Vereadores:

JOSÉ PEDRO DE ALMEIDA FARIA

GEMINIANA CAMPOS BULCÃO BRINGEL

ALBERTO KIMURA FILHO

GLÁUCIO BENTES GONÇALVES

RAIMUNDO NONATO BARBOSA

RAIMUNDO REIS FERREIRA

RAIMUNDO OSMAR DE ARAÚJO

GUILHERME RIBEIRO

RAIMUNDO BENTES DE JESUS (suplente)

LUIZ TEIXEIRA RODRIGUES (suplente)

LINO T. RODRIGUES (suplente)

ZILMO FERREIRA DE SOUZA (suplente)
ANTÔNIO SALVADOR DE MOURA (suplente)

Secretários

ODOVALDO FERREIRA NOVO
CYRENE ORAN PRESTES
MARIA SOLEDADE DE JESUS
OSMAR FARIA

A HISTÓRIA CONTINUA 1964/1968

O ano de 1964 inicia com as atividades da Câmara, no dia cinco de janeiro de 1964. Neste dia ocorreram duas sessões, conforme o acordo estabelecido entre os representantes do legislativo, na sessão de posse. Pela manhã, foram empossados os vereadores: Geminiana Campos Bulcão Bringel e Raimundo Osmar de Araújo. Após apresentarem o diploma legal, foram convidados a prestar juramento e a ocupar assento ao Plenário. Às dezesseis horas do mesmo dia, em sessão solene, presidida pela vereadora Geminiana Campos Bulcão Bringel, o prefeito eleito Raymundo Dejard Vieira foi empossado. Estavam presentes as personalidades políticas: o Sr. Exm^o. Governador do Estado Dr. Plínio Coelho, deputados federais e estaduais, autoridades civis, militares e eclesiásticas. Após o discurso do Prefeito em que foi apresentada sua meta administrativa, pronunciou-se o deputado Renato Souza

Pinto saudando a todos em seu nome e em nome dos deputados Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo e Arlindo Porto.

Em pronunciamento, o Governador do Estado, Plínio Coelho saudou a todos, enfatizando a próspera vida administrativa do município de Parintins, se referindo as ações dos Prefeitos José Lourival Rebelo d'Albuquerque e José Raimundo Esteves, com isso a sessão foi encerrada.

O Legislativo apresenta um plano de ação cuja primeira finalidade era o estudo e votação da proposta orçamentária para o ano corrente. Por ser prioridade o funcionamento da Casa, o vereador Gláucio Bentes Gonçalves argumentou que o Poder Executivo precisava iniciar as funções e, portanto, deveriam ser aceitas todas as matérias apresentadas, afim de não comprometer o funcionamento dos trabalhos.

As finanças do município, no período inicial da Quinta Legislatura, por conta de alguns investimentos realizados na administração anterior, ficaram desorganizadas. O fato não comprometeu as tentativas de equilibrar as finanças municipais, mas dificultou um pouco.

Os documentos atestam deficiências, presentes nos serviços básicos que por sua vez, comprometiam a qualidade de vida dos munícipes, razão para muitas deliberações nos quatro anos de legislatura.

AÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS

Presidência da Câmara

Durante os quatro anos de mandato, o cargo de Presidente e Vice-presidente da Câmara foi ocupado pelos vereadores José Pedro de Almeida Faria e Geminiana Campos Bulcão Bringel.

Conforme o Regimento Interno da Câmara, as eleições eram anuais e o Presidente era escolhido entre o vereador mais idoso. José Pedro de Almeida Faria exerceu o cargo de Presidente da Câmara, logo no primeiro ano. A disputa travada com Gláucio Bentes Gonçalves elegeu José Pedro de Almeida Faria, vencedor por três votos, contra dois do seu adversário.

Neste mesmo ano, a vereadora Geminiana Campos Bulcão Bringel, foi eleita Vice-presidente, com quatro votos em disputa com Alberto Kimura Filho, que recebeu apenas um.

No ano de 1965, a disputa para a Presidência foi entre José Pedro de Almeida Faria e Raimundo Nonato de Oliveira. O resultado novamente favoreceu o vereador José Pedro Faria, que recebeu cinco votos, contra um de Raimundo Nonato de Oliveira. A vice-presidência ficou com a vereadora Geminiana Bulcão que recebeu seis votos.

Em 1966, José Pedro de Almeida Faria, voltou a ser eleito Presidente da Câmara com quatro votos e Geminiana, como Vice-presidente, eleita com quatro votos. Não constam em ata os nomes dos outros candidatos que concorreram à disputa.

A eleição para a Presidência e Vice-presidência da Câmara, em 1967, apresentou o seguinte resultado: José Pedro de Almeida Faria, Presidente com quatro votos, contra um voto de Raimundo Nonato Barbosa de Oliveira. A Vice-presidência ficou com a vereadora Geminiana Campos Bulcão Bringel, que venceu a disputa por quatro votos.

No último ano da Quinta Legislatura, em 1968, o vereador José Pedro de Almeida Faria, não concorreu mais a Presidência. A vereadora Geminiana Campos Bulcão Bringel eleita com cinco votos, foi primeira mulher a ocupar o cargo de Presidente. A Vice-presidência foi disputada entre Raimundo Osmar de Araújo e Gláucio Gonçalves. O resultado favoreceu a Raimundo Osmar de Araújo, que venceu a eleição por quatro votos, contra um do vereador Gláucio Gonçalves.

Comissões

Durante os quatro anos de administração, as Comissões Técnicas, definidas internamente, entre os membros do Legislativo, foram constituídas pelos seguintes membros:

1964

- **Comissão de Constituição e Justiça:**

Presidente: Raimundo Reis Ferreira, Vice-presidente: Raimundo Nonato Barbosa de Oliveira e membro: Geminiana Campos Bulcão Bringel.

- **Comissão de Finanças e Orçamento:**

Presidente: Geminiana Campos Bulcão Bringel, Vice-Presidente: Raimundo Nonato Barbosa de Oliveira e membros: Gláucio Bentes Gonçalves e Alberto Kimura Filho.

- **Comissão de Redação:** Presidente: Alberto

Kimura Filho, Vice-Presidente: Gláucio Bentes Gonçalves e membro: Raimundo Reis Ferreira.

1965

- **Comissão de Constituição de Justiça:**

Presidente: Geminiana Campos Bulcão Bringel, Vice-presidente: Raimundo Nonato Barbosa e membro: Raimundo Reis Ferreira.

- **Comissão de Finanças e Orçamento:**

Presidente: Geminiana Campos Bulcão Bringel, Vice-

presidente: Gláucio Bentes Gonçalves e membros: Raimundo Nonato Barbosa e Alberto Kimura Filho.

- **Comissão de Redação:** Presidente: Gláucio Bentes Gonçalves, Vice-presidente: Alberto Kimura Filho, Membro: Raimundo Reis Ferreira.

1966

No ano de 1966, os textos oficiais não registram a formação das novas Comissões.

1967

- **Comissão de Constituição e Justiça:** Presidente: Gláucio Bentes Gonçalves, Membros: Raimundo Nonato Barbosa de Oliveira, Geminiana Bulcão Bringel.

- **Comissão de Finanças e Orçamento:** Presidente: Geminiana Bulcão Bringel, Vice-presidente: Raimundo Reis Ferreira, Membros: Raimundo Nonato Barbosa de Oliveira, Alberto Kimura Filho.

- **Comissão de Redação:** Presidente: Alberto Kimura Filho, Membros: Raimundo Reis Ferreira, Gláucio Bentes Gonçalves.

1968

- **Comissão de Constituição de Justiça:** Presidente Gláucio Gonçalves, Membros: Raimundo

Nonato Barbosa de Oliveira, Jose Pedro de Almeida Faria.

• **Comissão de Finanças e Orçamento:**

Presidente: Raimundo Osmar de Araújo, Vice-presidente: José Pedro de Almeida Faria. Membros: Alberto Kimura Filho, Raimundo Nonato Barbosa.

• **Comissão de Redação:** Presidente: Alberto

Kimura Filho, Membros: Raimundo Osmar de Araújo e Gláucio Bentes Gonçalves.

VETO – PROJETO N° 13/63

O Projeto número 13/63, proposto na legislatura anterior, criou situações de discussão entre os membros do legislativo, embora o parecer final tenha sido aprovado por unanimidade. O projeto apresentado pelo vereador Manoel Felipe de Leiros Garcia, fazia referência à doação de um terreno de propriedade municipal à Prelazia. O argumento utilizado pelo vereador afirmava que não haveria ônus para o município, uma vez que a instituição beneficiada se responsabilizaria com os gastos, com a manutenção e funcionamento da Escola instalada na área designada.

O fato de isentar o município das responsabilidades com o espaço e a escola que havia no terreno, faziam as opiniões se dividirem, pois para alguns representantes do legislativo, como o vereador Osmar de Araújo, a qualidade da educação proporcionada pela

Igreja em Parintins, era louvável, haja vista a deficiência do ensino primário nas escolas municipais, e como exemplo de qualidade, citava o Colégio Nossa Senhora do Carmo, mantido pela instituição religiosa.

O vereador Gláucio Gonçalves, líder do governo municipal, em comunicação oficial apresentou as justificativas ao veto. Explicou que ser efetivada a doação do terreno à Prelazia seria necessário desapropriar, pelo menos cinco proprietários de terras instalados na área. A desapropriação recairia na declaração da categoria de utilidade pública, gerando indenizações as quais o município não estava em condições de pagá-las e por fim concluiu declarando que o projeto de lei era ilegal e inconstitucional, e por isso não pode ser sancionado.

O veto ao projeto número 13/63, ainda voltou à discussão na intervenção do vereador Osmar de Araújo, quando expôs que concordava com o veto, mas fazia restrições a ele e ao texto da mensagem, datada de janeiro de 1964.

POLÍTICA NACIONAL

30 de março de 1964.

A sessão de trinta de março, um dia antes do golpe militar, transcorreu de forma tranquila, com as tensões naturais do legislativo. Não encontramos, na leitura dos textos, nenhuma referência ao contexto político do país feito pelos vereadores. A descrição das atividades do dia trinta de março configura uma sessão pontuada por assuntos ligados diretamente ao dia-a-dia do município.

Nessa sessão é registrada a primeira participação da vereadora Geminiana Campos Bulcão Bringel, como Presidente da Câmara, substituindo o Presidente José Pedro de Almeida Faria.

Assuntos como os reparos em uma máquina de datilografar, parte do patrimônio da Câmara e a localização de uma máquina planadeira pertencente à Prefeitura, a ser utilizada na organização do espaço público e limpeza das ruas e praças da cidade que estavam em estado de abandono, foram levantados pelo vereador Gláucio Gonçalves. (LIVRO DE ATA 61/64, p. 146).

Nessa ocasião o vereador Raimundo Osmar de Araújo falou em sua defesa, ao ser criticado por ter rasgado em público um documento oficial. Explicou que o documento estava desatualizado e apenas havia atendido ao pedido do administrador do Mercado, seu

compadre. Estendeu suas justificativas quando falou ainda “que andou metido em umas brincadeiras ocasião em que foi desacatado e ameaçado a faca por um soldado de polícia.” (LIVRO DE ATA 61/64, p. 146).

O reajuste do preço da carne, pelo Prefeito, assim como o acordo entre as partes interessadas foi lembrado pelo vereador Gláucio Gonçalves, que argumentava que uma das razões para o reajuste do preço do produto, era que o baixo preço estava ocasionando a sua escassez.

Em discurso enfático a vereadora Geminiana externou que falava em nome de quem não podia pagar pelo produto e por isso não concordava com as ponderações do vereador Gláucio, além de exigir o cumprimento da lei que disponibilizava uma parte da carne para ser consumida internamente pelos munícipes. (LIVRO DE ATA 61/64, p. 147).

O vereador Gláucio disse concordar com a vereadora, mas que a mesma tratasse do assunto com menos demagogia, que a alta dos preços dos produtos de consumo de primeira necessidade, não era um problema específico da Câmara Municipal de Parintins, e sim um resultado da inflação que “devora a economia nacional”. Em seguida defendeu a administração do Prefeito Dejard Vieira, que havia apenas três meses de atividades e não podia ser responsabilizada pelo problema.

A sessão se encerra com a aprovação do requerimento da vereadora que pedia providências policiais no caso da falta de comportamento do vereador

Raimundo Nonato Barbosa e com o requerimento do vereador Alberto Kimura em que por meio de ofício, endereçado ao Chefe do Serviço de Endemias, Dr. Albanyr Leal, elogia seus serviços no município como a erradicação da malária.

Os textos oficiais não registram atividades no dia 31 de março de 1964.

AI- 1

Em nove de abril de 1964, apesar da tensão do contexto histórico em nível de Brasil, as relações da Câmara Municipal de Parintins com o novo governo, são tranquilas, tanto que os trabalhos diários não são alterados. No dia em foi baixado AI – 1, pelos comandantes do Exército e da Marinha e da Aeronáutica, o município continua a discussão da distribuição e tabelamento do preço da carne no Mercado Municipal.

Militarismo

Em nove de abril de 1964, as atas registram o primeiro contato oficial do Legislativo municipal com o novo sistema político implantado no Brasil, após o Golpe Militar. O vereador Raimundo Osmar de Araújo referiu-se a posse do General Castelo Branco no dia 15 do corrente, ao cargo de Presidente da República e requereu que fosse oficiado ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal para declarar facultativo o expediente da Prefeitura. Solicitava

também que fossem enviadas congratulações por rádio, aos principais chefes militares e aos governadores que encabeçam o movimento revolucionário que culminou com a fuga do Sr. João Goulart. (LIVRO DE ATA 61/64, p. 151).

No dia treze de abril, a vereadora Geminiana propõe que o Executivo esclareça a população e explique o movimento revolucionário¹. Já o vereador Gláucio Gonçalves sugere que o município faça sua própria manifestação sobre os acontecimentos políticos da época, argumentando “não caber somente ao Prefeito cuidar dos deveres do município, cabendo também a Câmara colaborar e justificar as intenções do prefeito.” (LIVRO DE ATA 61/64, p. 153).

No dia da posse do General Humberto de Alencar Castelo Branco, não há registro de atividades do Legislativo.

Na sessão de oito de maio no ofício de número 56/64 do Executivo para o Legislativo, o texto pedia que fosse emitido um documento em que fosse atestado que o “cidadão Raymundo Dejard Vieira é o Prefeito eleito do município e que está no exercício de suas funções”. Outra comunicação recebida e assinada por “Carlos Lacerda, Auro Moura e Marechal Castelo Branco,

¹ Embora não seja apropriado o uso do termo “revolução” para tratar do período militar no Brasil, ressaltamos que a expressão foi transcrita textualmente por ter sido utilizada pela vereadora Geminiana Campos Bulcão Bringel.

agradecendo ao Presidente desta Casa cumprimentos e felicitações a eles enviadas pelo êxito do movimento revolucionário.”² (LIVRO DE ATA 62/64, p. 159)

E por fim, as referências oficiais ao Golpe Militar se encerram no dia dezessete de junho, conforme o texto que diz que “o expediente constou de agradecimentos de felicitações que foram enviadas pela participação do IV Exército na Revolução Vitoriosa do General Justino Alves.” (LIVRO DE ATA 62/64, p. 175).³

POLÍTICA ADMINISTRATIVA

Taxas, Impostos, Arrecadação e Isenções

A administração pública municipal nas quatro primeiras legislaturas e nessa quinta tem como características da sua arrecadação interna uma cobrança pesada de taxas e tributos, investidos diretamente no município. Com as dívidas herdadas da Quarta Legislatura, a inflação instalada no Brasil e a crise no preço da juta, as ações do legislativo para a solução desse problema, podem ser analisadas a partir das propostas dos seus representantes. As mudanças no Código Tributário Municipal e as permanentes cobranças sobre o total de arrecadação fiscal sejam de instituições

² Texto transcrito textualmente do Livro de Atas da Câmara Municipal de Parintins – 1962/1964.

³ **Idem**

⁴ Termo utilizado pela vereadora para se referir ao aniversário do

comerciais públicas e privadas, Mercado Municipal e Mesa de Rendas, se fazem presentes nas ações dos vereadores.

Assim, na sessão de seis de fevereiro de 1964, o expediente constou de um ofício da Associação Comercial de Parintins, em resposta ao ofício número 4/64, enviado pelo Legislativo, o qual explicava sua opinião sobre a mudança no sistema de cobrança da taxa de carga e descarga. Registramos também o visto, solicitado pelo vereador Gláucio Gonçalves em relação ao Projeto em que regulamentava a cobrança dos serviços prestados pelos conferentes do serviço do porto.

Em oito de abril do mesmo ano, Gláucio Gonçalves apresentou o projeto de número 11/64, no qual era criado “uma taxa de Cr\$ 1,00 (hum cruzeiro), por cada Cr\$ 1000,00 (hum mil cruzeiros), sobre o valor das mercadorias e gêneros exportáveis que transitassem pelo porto desta cidade.” (LIVRO DE ATA 61/64, p. 148).

O vereador Raimundo Osmar de Araújo, na sessão de nove de abril, pediu informação sobre a aprovação ou proposição de mudanças ao Código Tributário do Município, na parte que referente ao Imposto Predial. Ao ser informado de que nada havia mudado, explicou que questionava o fato, em razão de ter ouvido queixas sobre o lançamento do imposto com aumento abusivo.

O requerimento, número 16/64, apresentado pela vereadora Geminiana Bulcão, em vinte e três de abril

pedia que o Administrador da Mesa de Rendas de Parintins, informasse a arrecadação anual da repartição desde o ano de 1949.

No comércio local, os preços elevados por conta da inflação, geravam reclamações feitas diretamente aos vereadores, como constatamos na sessão de oito de maio. Em pronunciamento o vereador Raimundo Araújo, explicava que havia recebido várias reclamações sobre o valor de Cr\$ 1000,00, pelo qual o café está sendo comercializado.

A sessão de dezesseis de junho iniciou com o vereador Gláucio Gonçalves devolvendo a Câmara o projeto de número 20/64, de autoria do vereador Raimundo Araújo que revogava os artigos 166, 167, 168 e 169 da Lei número 19 de sete de setembro de 1964, do Código Tributário Municipal. O texto diz que no segundo artigo “as taxas já pagas por contribuintes, no presente exercício lhes serão devolvidas.” Em sua argumentação, o vereador Gláucio diz que votou contra o projeto por entender que o município tem pouca arrecadação e não achava justa a proposta, uma vez que o Sr. Prefeito já anunciou que pretende fazer melhoramentos na cidade. O argumento apresentado encontrou apoio nas falas do vereador Alberto Kimura Filho, que também votou contra o projeto.

O vereador Raimundo Bentes de Jesus pela Comissão de Constituição e Justiça, apresentou um projeto que isentava a Cooperativa Agrícola Mista de

Parintins LTDA, dos impostos e taxas municipais. (LIVRO DE ATA 61/64, p.194). O mesmo vereador enviou a mesa outro projeto, de número 22/64 que criava a “Taxa Pró Associação Rural de Parintins”.

Na sessão de vinte de maio de 1964, a Câmara recebeu um ofício enviado pelo prefeito em exercício José Pedro Faria, sobre a Taxa Pró-Associação Comercial que informava o valor da arrecadação da instituição no valor de Cr\$ 3.377.014.

Em nove de novembro, o expediente constou de um telegrama do “Deputado João Valério comunicando ter apresentado uma emenda à Constituição transferindo para o município o Imposto de Exploração Agrícola e Indústria.” (LIVRO DE ATA 62/64, p. 195).

Em vinte dois de dezembro é apresentado pela Comissão de Finanças e Orçamento o Projeto de Lei número 24/64 que apresentava o aumento de 20% (vinte por cento) a alíquota para a cobrança do imposto de Indústria e Profissão.

Identificamos também, na sessão de três de novembro, o contrato firmado para a prestação de serviços ao município, com a apresentação do ofício número 136/64, acompanhado do Projeto de Lei do Executivo Municipal e da justificativa que institui o contrato de empreitada para os serviços de obras da municipalidade. (LIVRO DE ATA 62/64, p. 193).

Na mesma sessão foi apresentando o ofício número 143/64, encaminhando o Projeto de Lei de

número 16/64, que suplementava verbas no orçamento municipal no valor de Cr\$ 10.400.000,00 em diversas dotações.

Em relação ao projeto número 24/64 que isentava de taxas e impostos municipais a Cooperativa Mista de Parintins, o vereador Raimundo Nonato Barbosa pediu vistos de vinte e quatro horas para avaliar a documentação. O prazo concedido, não deixou de gerar uma discussão entre o vereador do PTB, Gláucio Gonçalves e o Presidente José Pedro. Na argumentação, o vereador dizia que a matéria estava em pauta para ser discutida, o Presidente da Câmara disse que já havia permitido que um prazo maior para o estudo e avaliação também fosse concedido ao vereador Gláucio Gonçalves e que estava fazendo o mesmo com o vereador do PSD, Raimundo Nonato Barbosa, por não haver diferença entre eles. Ambos trocaram pontos de vistas divergentes sobre o assunto, para concluir o caso estava omissa no regimento interno da Casa. (LIVRO DE ATA 64/69, p. 196).

Em vinte e seis de abril de 1967, o vereador José Pedro Faria cobrava do Poder Executivo o movimento financeiro do município no primeiro trimestre do ano corrente, em relação à “arrecadação de taxas, ICM recebidos, discriminando meses recebidos, quota de impostos de rendas e consumo, inclusive a quota do fundo rodoviário recebido. A aplicação do dinheiro recebido, qual o saldo existente tanto na Prefeitura,

quanto no Órgão Rodoviário e em quais bancos estão depositados os referidos saldos.” (LIVRO DE ATA 64/69 p.120, 121).

Com relação à arrecadação fiscal do município, encontramos o demonstrativo referente ao primeiro semestre do ano de 1965. Apresentado pelo Executivo, na sessão de vinte e cinco de novembro, quantificava o valor de Cr\$ 61.647.641, como demonstrativo fiscal. Embora sempre solicitados pelos vereadores, os valores correspondentes aos outros anos não são descritos nas atas.

Juta

A economia extrativista pautada na fibra de juta predomina por pelo menos quatro décadas em nosso município. Historicamente o ápice da jicultura aconteceu entre os anos de 60 e 70, incluindo neste período a decadência da produção. É durante a Quinta Legislatura que a Companhia Fabriljuta é instalada em nosso município. Neste período a produção sofreu uma crise com a desvalorização do preço do produto, assim como também os problemas naturais da produção que determinavam a qualidade do produto. O que os textos falam sobre a jicultura é a falta de incentivo ao produtor e o preço irrisório que era oferecido pela produção e o incômodo que a secagem em vias públicas causava aos transeuntes.

Com a palavra, na sessão de vinte e nove de maio de 1964, o vereador Raimundo Araújo, falou que após a denúncia da manobra dos prensadores de juta, que estavam vendendo a fibra para o estado do Pará, questionou se o fato deveria ser comunicado ao Sr. Exmo. Presidente da República ou se deveria consultar os preneiros. A resposta imediata partiu do vereador Gláucio Gonçalves, que sugeria falar primeiro com os preneiros.

Em nove de junho a vereadora Geminiana Bringel, solicitava providências ao Executivo, para que os preneiros não estendessem juta nas vias públicas. Pois, o procedimento atrapalhava a passagem das pessoas, além de causar sujeira na cidade.

Novamente a vereadora Geminiana Bulcão, na sessão de dezenove de junho cobrava a resposta do Executivo sobre o seu requerimento que tratava da juta espalhada nas vias públicas da cidade, causando transtorno e sujeira. De acordo com a vereadora não houve sustentação na justificativa do Prefeito para não tomar as providências necessárias em relação ao assunto.

Outra preocupação dos representantes do legislativo, era a abertura de crédito para os produtores de juta, assim como a negociação das dívidas por conta da baixa produção. Em trinta de setembro foi apresentado pelo vereador Gláucio Gonçalves um requerimento endereçado ao Presidente da República, ao Ministro da Fazenda e ao Presidente do Banco de Crédito da

Amazônia S/A, solicitando que fossem aumentados os recursos da agência local para que a instituição pudesse atender as necessidades da população e fomentar a economia municipal nos setores da pecuária e da juta.

No mês de abril, no dia vinte o vereador Gláucio Gonçalves, solicitou que fosse comunicado ao Ministro da Fazenda e Presidente do Banco do Brasil S/A, que fossem tomadas as providências necessárias para que a agência local do Banco do Brasil autorizasse empréstimos aos produtores de juta.

A resposta ao comunicado veio em vinte de maio, no telegrama da sub-gerência de planejamento do Banco do Brasil, informando que haviam enviado instruções a agência do município para o financiamento da juta e outros similares.

Sobre a Fabril, a primeira referência encontrada, trata-se de um ofício datado de quatorze de abril de 1965, assinado pelo Sr. Antônio Pereira Jurema, Diretor Comercial da Companhia, convidando os membros do Legislativo a comparecerem a uma reunião para o esclarecimento dos planos de implantação e funcionamento da indústria de tecelagem em nosso município.

Sob a presidência da vereadora Geminiana Bulcão, na sessão de doze de novembro, o vereador Gláucio Gonçalves, no requerimento número 15/65, solicitava informação ao Presidente da Cooperativa Mista de Parintins, a respeito da “possível irregularidade na

distribuição da semente de juta por parte do encarregado do Fomento Federal, neste município.” (LIVRO DE ATA 64/69, p. 52).

Em vinte e seis de novembro de 1965 fiscalizando as irregularidades encontradas na distribuição das sementes de juta para os produtores, o vereador José Pedro Faria apresentou ao plenário o requerimento número 17/65, em que pedia ao Sr. Geraldo Medeiros, Chefe do Posto de Fomento Agrícola Federal a informação sobre quantidade de semente de juta recebida pela repartição.

Outra referência a Companhia Fabril de Juta Parintins, ocorre na sessão de dois de maio de 1966, na presidência da vereadora Geminiana Bulcão. A Empresa Fabril de Juta de Parintins apresentou um ofício comunicando a eleição para a nova diretoria. Na sequência o vereador Raimundo Osmar de Araújo chamou a atenção sobre a cobrança do produto no estado do Amazonas ser de 400 – o quilo e ainda sujeita a taxa de 3%, ao passo que no vizinho estado do Pará, esse produto está sendo pago a Cr\$ 600. “Esta disparidade no preço, não deixa de ser um estímulo para o contrabando de juta a granel do nosso estado para o estado do Pará.” (LIVRO DE ATA 64/69, p. 78). Por conta desta situação, o vereador Raimundo Osmar de Araújo ordenou o envio de dois ofícios: um para o Governador do Estado e outro para a Associação Comercial de Parintins, denunciando a prática e solicitando a tomada de medidas enérgicas.

Gláucio Gonçalves, em vinte e sete de março de 1966 apresentou um requerimento para o Governador do Estado do Amazonas, em que solicitava apoio ao preço da juta para que este não fique abaixo do permitido.

Em vinte e cinco de abril, Gláucio Gonçalves solicitava que fosse telegrafado ao Governador do Estado para que informar do preço da juta foi fixado o quilo a Cr\$ 400,00 sem ser classificada, pois no estado do Pará estão pagando a esse preço e aqui estava se dando ao contrário só pagam classificada a juta e pelo preço mesquinho de Cr\$ 350,00. (LIVRO DE ATA 64/69, p.119).

Em vinte e seis de abril, o vereador José Pedro faria, preocupado com a crise que a juta estava passando e com a perda de 50% da produção, enviou um requerimento em que solicitava ao Presidente do Banco do Brasil que ajudasse a região e os produtores e que ao se comunicar com a agência local, cuidasse para que não fossem executadas as dívidas dos juticultores, enquanto perdurasse a crise na produção.

Em vinte e cinco do mês de outubro de 1966, o vereador Gláucio Gonçalves explanou para os vereadores, a situação problema dos juticultores em função da queda do preço do produto e da dificuldade de mercado. Solicitando que fosse enviado ao Governador do Estado um documento cobrando soluções para o problema.

Funcionalismo Público Municipal

O fim da Quarta Legislatura deixou problemas de ordem financeira e organização para a nova Câmara, que em conjunto com o Executivo buscavam alternativas econômicas para sanar as contas do município. Assim, equilibrar as finanças municipais e regularizar o pagamento dos funcionários conforme o que estava previsto em lei, era um esforço coletivo, tanto dos membros do Legislativo, quanto do Chefe do Executivo, representados em medidas como o projeto de lei, número 9/64 – P.M. P que dispunha de normas para o pagamento de taxas do “serviço extraordinário” prestado pelos funcionários da Prefeitura Municipal de Parintins, lotados no porto, acompanhado da tabela de preços de serviço. (LIVRO DE ATA 62/64, p. 137).

Na sessão extraordinária de vinte e sete de janeiro de 1964, foi discutido e aprovado por unanimidade de votos, o Decreto do Executivo que reestruturava os vencimentos do funcionalismo público. A vereadora Geminiana dirigiu sua fala ao Prefeito Municipal, ao argumentar que o salário mínimo deveria ser pago ao funcionalismo de forma igualitária. O Presidente da Câmara, vereador José Pedro de Almeida Faria falou em nome do legislativo que estava com os vencimentos atrasados, argumentou que “achava que o Sr. Prefeito queria diminuir o Legislativo, [...] quando o mesmo recebe uma requisição dessa Casa, nota-se que fica contrariado, o vereador pediu que esse seu projeto

constasse em ata, pois o funcionário da Prefeitura, todo já recebeu e somente esta casa está atrasada e tenho certeza que tem dinheiro nos cofres da Prefeitura.” (LIVRO DE ATA 61/64, p. 158).

Sobre os vencimentos dos funcionários públicos, o vereador Gláucio Gonçalves ficou encarregado de falar com o Prefeito que estava esperando o Governador legalizar o aumento do salário dos funcionários do Estado de acordo com o salário mínimo. Conforme o argumento do Prefeito, explicou que estava nos planos da administração municipal efetivar uma reforma no sistema de energia elétrica, por isso não poderia se comprometer em assumir o compromisso de reajustar o pagamento dos funcionários.

Independente das argumentações do Chefe do executivo, no dia dezenove de maio de 1964, a vereadora Geminiana Bulcão apresentou o projeto número 19/64 que autorizava o Poder Executivo a pagar a todos os funcionários públicos municipais a partir do dia primeiro de junho.

Em onze de outubro de 1965, o vereador Gláucio Gonçalves apresentou uma Indicação, número 1/65, em que solicitava o pagamento de um “adicional por tempo de serviço” aos funcionários municipais, argumentando que nas esferas estaduais e federais, isso já estava acontecendo.

Em seis de dezembro, o mesmo vereador apresentou a Mesa o projeto número 12/65 que instituía o

salário família aos funcionários municipais. (LIVRO DE ATA 64/68, p.58).

Na sessão de doze de dezembro, o Executivo enviou um documento em que informava a Câmara que concederia abono de natal aos funcionários. A ação do Executivo foi reconhecida e elogiada pelo vereador Gláucio Gonçalves, que argumentava sempre em favor dos funcionários municipais que deveriam ter seus salários reajustados de acordo com o salário mínimo.

Em trinta e um de março de 1966, o vereador Gláucio em requerimento, cobrava do Chefe do Executivo o pagamento do salário família, pois o funcionalismo estava muito prejudicado com o novo sistema de quotas para pagamentos utilizadas pelo município, uma vez que o valor atual era inferior ao que havia sido pago no ano anterior.

Na sessão de dezesseis de maio, sob a presidência da vereadora Geminiana Bulcão, o vereador Gláucio Gonçalves fala sobre o sistema de quotas adotado pelo município para o pagamento do funcionalismo:

Senhor Presidente: mais uma vez voltamos para tratar da questão das cotas que tem direito o funcionalismo municipal. Cotas estas que foram diminuídas quando deveriam ser aumentadas, segundo a regra do direito, do bom senso e da lógica. Sobre este assunto todos os vereadores unanimemente, tem se pronunciado e todos tem solicitado atenções do Sr. Prefeito municipal no sentido de corrigir o erro, conforme já foi

explanado amplamente. Infelizmente o Sr. Prefeito Municipal ainda não quis levar a sério os nossos apelos, pois em resposta nos tem enviado informações destituídas de fundamento o que sinceramente lamentamos. Desta vez, porém desejamos voltar a Presença do Sr. Prefeito Municipal ainda de modo pacífico e amistoso, pedindo a S. Exc.^a a um pronunciamento satisfatório em torno do assunto, pois entendemos que devemos merecer mais atenção por parte do Chefe do Poder Executivo Municipal, principalmente no caso em questão. Quando fomos chamados para aprovação da atual Lei Orçamentária, em substituição a outra que tinha sido aprovada, fizemos questão de indagar a parte relacionada ao funcionalismo municipal, se não iria prejudicá-lo a nova redação na parte referente à distribuição de cotas. Lembramo-nos muito bem que a resposta do Sr. Prefeito Municipal foi peremptória quanto a nossa observação, cuja afirmação era de que o funcionalismo não teria nenhum prejuízo, mas que só iria lucrar com o novo sistema de cotas. Assim e porque ainda confiamos no espírito de justiça do sr. Prefeito Municipal, apelamos para que S. Exc.^a não nos force a outro procedimento que a Lei nos garante. (...) Solicitamos mais uma vez que seja oficiado ao Sr. Prefeito Municipal pedindo mais uma vez suas atenções para a regularização das cotas pagas ao funcionalismo municipal e que não seja mais necessário voltarmos a falar sobre o mesmo assunto. S.S. da Câmara Municipal de Parintins, 16-05-67 (a.a) Gláucio Gonçalves, Geminiana Bulcão Bringel, Raimundo Osmar de Araújo e Raimundo Nonato Barbosa. (LIVRO DE ATA, 64/69, P. 126).

Na sessão de vinte e cinco de março de 1967, o não pagamento do salário família ao funcionalismo, previsto em lei pela administração do Prefeito Raymundo Dejard Vieira, pontuou o pronunciamento do vereador Gláucio Gonçalves que no texto do requerimento, número 3 interpelava o Sr. Prefeito para que explicasse as razões para o não cumprimento da lei que previa o pagamento do salário família aos funcionários públicos municipais.

O ano de 1968 apresenta nos registros um detalhe que não pode deixar de ser mencionado, no Livro de Atas de 1964-1969, existem dois registros com a mesma data em folhas distintas. O detalhe chama atenção porque a segunda ata com a mesma data está registrada um dia depois da que já havia sido escrita. A descrição do fato em que é mencionado o funcionalismo público está na segunda ata com a data de trinta de abril, registrada após a sessão de vinte de maio, na folha de número 172, no verso. Neste dia o expediente constou de um ofício que encaminhava o Projeto de Lei número 7/68 que reajustava os vencimentos do funcionalismo municipal, assunto considerado objeto de deliberação pelos membros do legislativo. Sobre esse assunto não encontramos mais registros nas atas.

Lei Orçamentária

Durante o período em que acontecia a Quinta Legislatura, a primeira referência a Lei Orçamentária Municipal, veio na fala do vereador Gláucio Bentes Gonçalves, que pedia a discussão do Projeto de Lei Orçamentária, da mesma forma que Osmar de Araújo, solicitava o envio discriminado da receita e do exercício financeiro de 1963. Tanto que com o mesmo propósito, discutir a Lei Orçamentária, a primeira lei sancionada pelo Executivo extingue o artigo número 2 da lei treze de dezembro de 1961.

Lei

Art. 1º Fica extinto o artigo 2º da Lei nº 9, de 13 de dezembro de 1961, que concede uma bonificação de 50% (cinquenta por cento) aos exportadores para efeito de tributação do Imposto de Indústrias e Profissões. (LIVRO DE REGISTRO DE LEIS 61/64, p. 49).

Na sessão de 29 de janeiro de 1964 foi votado e aprovado, com os votos desfavoráveis dos vereadores Raimundo Araújo e Nonato Barbosa de Oliveira, o Projeto de Lei Orçamentária, cuja redação foi feita pela Comissão de Finanças.

Na sessão de quinze de setembro de 1966, o projeto de Lei Orçamentária para o ano corrente foi aprovado em terceira discussão.

Em quatorze de dezembro após a aprovação das contas do Prefeito Municipal foi posta em discussão sem interstício a Lei Orçamentária para o ano de 1967.

Por fim, na sessão de quatorze de fevereiro de 1968, a vereadora Geminiana Bringel, fez entrega a Mesa pela Comissão de Finanças de seis emendas na Lei Orçamentária:

Emenda aditiva nº 1 – adite-se: Função 01. Cat. Econ. 3.1.1.1- Item 02 – Vencimentos pessoal da secretaria da Câmara – NCr\$ 450,00; emenda aditiva nº 2 – Gabinete do Prefeito – adite-se: Função 02 – Cat. Econ. 3.1.1.1 – item 0.1 Subsídios e Representações NCr\$ 4.800,00 – 0.2- Substituições NCr\$ 3.000,00. Total NCr\$ 7.800,00; emenda aditiva n 3, - Gabinete do Prefeito, Procuradoria Jurídica e Fazendária, adite-se: Função 02 – Cat. Econ. 3.1.1.1 – Item 02 – Vencimentos – NCr\$ 480,00; emenda aditiva nº 4, Secretaria de Administração, Cultura e Ass. Social – Gabinete do secretário – adite-se; Função 02 – Ct. Econ. 3.1.1.1 – item 02 – Vencimentos NCr\$ 480,00; emenda aditiva nº 6, Câmara Municipal, adite-se: Função – Cat. Econ. Itens – Despesas Correntes – 2.1.0.0 Despesas de Custeio – 2.1.1..0 – Pessoal Civil: 02 subsídios: 0.1 Parte fixa NCr\$ 10.800,00 – 0.2 – parte variável – NCr\$ 6.480,00 – 0.3 – Ajuda de Custo – NCr\$ 2.400,00 – 0.4 – Representação do Presidente NCr\$ 600,00 – 0.5 Substituições – NCr\$ 2.000,00 – Total NCr\$ 22.280,00; emenda aditiva nº 5, Prefeitura Municipal de Parintins, Secretaria de Finanças Gabinete do Secretário, adite-se: Função – 0.0 – Cat. Econ. 3.1.1.1 item 02- Vencimentos NCr\$ 480,00; emenda

substitutiva nº 1, Prefeitura Municipal, Secretaria de Viação, obras e indústria setor de obras e urbanismo – Substitua-se; Função 9.9 – Cat. Econ. 3.1.1.0 – item 18 – Material de construção NCr\$ 50.000,00 Função 9.9 – Cat. Econ. 4.1.1.3 – Ampliação, reconstrução, restauração de edifícios públicos NCr\$ 44.930,00; Inclua-se a função 9.9 – Cat. Econ. 4.1.1.5 – auxílio para construção do prédio da Escola Primária Adventista NCr\$ 500,00. Sala das Comissões, 14 de fevereiro de 1968. (a.a) Geminiana Bulcão Bringel – Presidente, Gláucio Bentes Gonçalves – Membro e Raimundo Osmar de Araújo – Relator. (LIVRO DE ATA 64/69, p. 162)

PRESTAÇÃO DE CONTAS

No que diz respeito às contas da administração do Prefeito Raymundo Dejard Vieira, durante os quatro anos de mandato, não encontramos nenhum tipo de ressalva ou reprovação nos textos oficiais. Sempre corretas, sistemáticas e cartesianamente precisas eram as apresentações dos projetos em que constavam as contas para a análise do Legislativo. Porém, não eram penas as contas do Prefeito Dejard Vieira ou seu projeto de exercício financeiro que foram analisados pelos representantes da Quinta Legislatura. As contas pendentes da administração anterior, referentes aos anos de 62 3 63, migraram e criaram algumas situações de discordância entre os vereadores.

Em seis de fevereiro de 1964, a Câmara recebe um ofício do Sr. José Henriques de Souza, em que são apresentadas as contas do segundo semestre do ano de 62, da gestão do Prefeito José Esteves, para serem analisadas. (LIVRO DE ATA 62/64, p. 142). As contas de 62 levaram o vereador Gláucio Gonçalves a solicitar um prazo de tempo maior para poder estudá-las, questão que foi atendida pelo Presidente da Câmara.

Em vinte e três de setembro, o vereador Gláucio diz que como foi sua iniciativa pedir adiamento na discussão da documentação de 1962, pediu mais quarenta e oito horas, para conhecer melhor a documentação e então emitir o parecer definitivo, o que foi concedido pela Presidência da Câmara. Outro fato importante desta sessão em relação às contas da administração de 1962, apresentadas para discussão. Foi o momento em que o vereador Gláucio “teceu críticas aos representantes da legislatura anterior, por terem sido descuidados com um assunto tão importante quanto esse.” (LIVRO DE ATA 62/64, p.183).

Com o propósito de conhecer melhor a documentação referente às contas da administração de 1962, o vereador Gláucio Gonçalves apresentou um requerimento em que solicitava informações do Executivo sobre as obras públicas realizadas na administração do Prefeito José Esteves, questionamento que contou com a aprovação dos vereadores presentes.

A discussão das contas da administração de 1962 estava na ordem do dia, conforme a fala do Presidente José Pedro Faria. Ressaltou que o vereador Gláucio Gonçalves havia pedido aumento do prazo para a análise dos documentos, além de ter retirado da sede do legislativo a documentação. Explicou que os prazos já haviam se estendido demais e como o vereador Gláucio não estava presente à sessão, a “mesa não podia estar sujeita aos caprichos de alguns vereadores”. Assim direcionou a discussão e votação da aprovação das contas de 1962. (LIVRO DE ATA 62/64, p. 184).

O vereador Guilherme Ribeiro tentou ainda um pedido de adiamento por mais vinte quatro horas, o que foi negado pelo Presidente. A votação foi convocada em caráter de urgência, o resultado final aprovava as contas do Prefeito José Esteves com o total de cinco votos.

O Sr. Presidente comunicou ao Plenário que iria por em discussão as contas da administração do Prefeito de Parintins José Henriques de Souza Filho referente ao período de 1963. O Presidente concedeu o prazo de quarenta e oito horas pedido pelo vereador Guilherme Ribeiro sem, contudo, permitir que os documentos fossem retirados do prédio da Câmara.

Na sessão de dezoito de março de 1965, foi feita a leitura da mensagem de prestação de contas do Prefeito Raymundo Dejarð Vieira. Com esta finalidade, o Presidente da câmara, José Pedro Faria, convidou a tomarem parte da Mesa Diretora os senhores: Raymundo

Dejard Vieira, Prefeito Municipal, Alcides Nascimento Teixeira, Secretário de Administração, Dr. José Henriques de Souza Filho, Consultor Jurídico Fazendário, o Sr. Leonardo Kancio, Gerente do Banco do Brasil S/A e o Sr. Tenente Luiz Rodrigues de Carvalho.

Na sessão, seis de maio de 1965, foi votado o projeto das contas do ex-prefeito José Henriques de Souza Filho, relativo ao ano de 1963. O projeto foi aprovado com três votos a favor e um contra. Fato que levou a redação do Decreto número 1/65, em que atestava a prestação de contas.

O presidente da Câmara ordenou que fossem distribuídas cédulas para a votação das contas do Prefeito Municipal Raimundo Dejard Vieira relativas ao exercício financeiro de 1964. O resultado da votação aprovou na íntegra todas as contas. O decreto elaborado pela Comissão de Redação tomou o número de 2/65 de 15 de junho de 1965 e logo, promulgado pelo Presidente.

Na sessão de vinte e cinco de novembro foi apresentada pela vereadora Geminiana Bulcão a mensagem de prestação de contas do Executivo Municipal, relacionado ao período de primeiro de julho a trinta e um de dezembro de 1964, assim como também o parecer número 45/65 e projeto número 11/65 que justificavam a aprovação.

Em seis de dezembro de 1965, sob a presidência da vereadora Geminiana Bulcão, o vereador Raimundo Reis Ferreira, ao retomar suas atividades, apresentou a

Mesa à mensagem de prestação de contas do Prefeito Municipal. Foram votadas as contas do Prefeito Raymundo Dejard Vieira, relacionado ao período de primeiro de julho a trinta e um de dezembro de 1964. A presidente declarou aprovadas as contas e o projeto número 11/65, por unanimidade de votos.

Em vinte e quatro de dezembro registramos a apresentação da mensagem de prestação de contas do Prefeito Municipal, acompanhada do projeto, número 14/65 relacionada ao período administrativo de primeiro de janeiro a trinta de junho de 1965.

As contas do prefeito Raymundo Dejard Vieira, relativas ao período de primeiro de julho a trinta e um de dezembro de 1965, foram aprovadas por unanimidade de votos na sessão de oito de junho. O Presidente ordenou que a matéria fosse enviada a Comissão de Redação para a elaboração do texto final. (LIVRO DE ATA 64/69, p. 88/89).

O vereador Gláucio Gonçalves, pela Comissão de Finanças, encaminhou a mesa, o parecer em que são consideradas “boas” as contas do Prefeito Raymundo Dejard Vieira, relativas ao exercício financeiro de 1964. Propondo, na sequência a sua aprovação.

Na primeira parte da ordem do dia, o vereador Raimundo Osmar de Araújo solicitou vistas as mensagens do Prefeito que apresentam as receitas e despesas municipais do ano de 1964.

Em quinze de dezembro, foram aprovadas as contas do Sr. Prefeito Municipal relacionada ao período de primeiro de julho a trinta e um de dezembro de 1966.

Em trinta de novembro de 1967, na presença dos vereadores e das autoridades fiscais foi lida a mensagem de prestação de contas do Prefeito municipal Raymundo Dejard Vieira.

Na sessão de doze de dezembro é apresentada a Mesa pela Comissão de Finanças e Orçamento a Mensagem de Prestação de Contas do Sr. Prefeito Municipal relativas ao período de julho a dezembro de 1967 e janeiro a julho e 1968, devidamente aprovados.

INFRAESTRUTURA

Identificamos, indiretamente, nos quatro anos da Quinta Legislatura, um crescimento populacional. Os indicativos para este fenômeno são claramente percebidos na falta de infraestrutura pela qual o município passa. Embora houvesse interesse dos representantes do poder Legislativo em proporcionar qualidade de vida aos munícipes, serviços básicos como água, alimentação, saúde e energia elétrica tornam-se insuficientes ocasionando sérios problemas a população.

Água

O fornecimento de água no município sempre foi problemático, embora fosse cobrada uma taxa para assegurar a distribuição do serviço, este sempre foi insuficiente. Havia poucas torneiras para uso público, assim como poços artesianos e apenas algumas residências privilegiadas, casas comerciais e órgãos públicos tiravam proveito deste serviço.

Com a finalidade de solucionar o problema, em oito de abril de 1964, José Pedro Faria, apresentou um requerimentos que solicitava ao Prefeito que interviesse a gerência das Casas Pernambucanas para que franqueassem ao uso público a torneira localizada no terreno da loja.

Proposta semelhante aconteceu em 16 de abril, quando a vereadora Geminiana Campos Bringel, se pronunciou cobrando resposta ao seu requerimento no qual solicitava a gerência das Casas Pernambucanas, que disponibilizasse ao público, o uso do poço artesiano. Explicava que o uso do serviço pouco oneraria o município já que as despesas com gasolina e lubrificante eram pequenas. Estendendo suas argumentações, disse protestar contra a falta de atenção do Chefe do executivo em relação aos seus requerimentos, já que ao serem aprovados passam a ser de propriedade da Câmara Municipal.

Na sessão de vinte e quatro de novembro, o Legislativo recebe o telegrama do deputado Abrahão

Sabbá comunicando que o município havia sido incluído no Plano Preferencial do Ministério de Viação para abastecimento de água.

O problema se estende para o ano de 1965. Na sessão de vinte e três de novembro, sob a presidência da vereadora Geminiana Bulcão, o vereador Gláucio Gonçalves, demonstra preocupação com a distribuição de água no município. O vereador pede que seja enviado um ofício ao Diretor do S.E.S.P. em Manaus para que informasse se houve plano tratado entre o S.E.S.P. e a municipalidade para o abastecimento de água. (LIVRO DE ATA 64/69, p. 55).

Em vinte de abril de 1966, o Executivo adota uma medida mais efetiva para o problema, envia para a apreciação da Casa os Decretos números 1 e 2, nos quais são criados o Serviço Autônomo de Água e Esgotos da cidade. (LIVRO DE ATA 64/69, p.74)

Em outro requerimento, Geminiana, denuncia as irregularidades existentes na cobrança das taxas de mensalidade de água, uma vez que é fato que em algumas residências o fornecimento não acontece e mesmo assim, os consumidores continuam a pagar pelo serviço. (LIVRO DE ATA 64/69, p. 79).

O assunto é finalizado na sessão de dois de outubro de 1968, quando é apresentado a Câmara um ofício do Prefeito Municipal, número 17/68 em que “autoriza a firmar convênio com a Fundação Serviço Especial de Saúde Pública (F.S.E.S.P), para o fim de

estabelecer condições que regerão a administração, a operação e manutenção do sistema do abastecimento de água da cidade de Parintins”, assunto posteriormente aprovado sem problemas pelo plenário. (LIVRO DE ATA 64/69, p.176).

Energia Elétrica

Outro problema na infraestrutura do município era o abastecimento de energia elétrica.

Em oito de abril de 1964, a insuficiência no serviço de abastecimento de energia na cidade foi o assunto abordado pela vereadora Geminiana Bulcão. Com argumentos que criticavam o fornecimento de energia, a vereadora pedia que fosse mantida apenas uma linha com luz, mas que fossem desobrigados do pagamento da taxa os consumidores das demais linhas que estivessem sem fazer uso do serviço. (LIVRO DE ATA 61/ 64, p. 149).

A resposta do Executivo ao requerimento da vereadora veio em 16 de abril. O Executivo explicava que não era correto ter luz em determinadas áreas da cidade e outras não, e tão pouco, os consumidores que ficavam sujeitos ao pagamento da taxa ter que acender o candeeiro e a lamparina todas as noites. (LIVRO DE ATA 61/64, p. 149).

A reforma no sistema de fornecimento de energia pública pontuou a fala do Prefeito, quando este argumentou que não poderia se comprometer, no

momento, em legalizar o reajuste dos vencimentos dos funcionários públicos, pois não sabia quanto iria custar à reforma, aos cofres municipais.

Na sessão de dezessete de setembro é apresentado o projeto de número 4, “que institui a taxa de Industrialização e Energia Elétrica da cidade e dá outras providências.” (LIVRO DE ATA 61/64, p.179).

No dia 9 de outubro o vereador Guilherme Ribeiro, encaminhou a mesa os autos do projeto vindo do Executivo, com o parecer favorável da Comissão de Justiça, em que a taxa de energia era alterada, pela emenda que alterava o valor de Cr\$ 5,00 para Cr\$ 4,00, por vela.

Celetramazon

Como já foi mencionado o aumento da população de Parintins é notado a partir das deficiências de sua infraestrutura. A irregularidade no abastecimento de energia, aliado as taxas de cobrança pelo serviço, também traziam preocupações ao Legislativo.

A fim de solucionar o problema do abastecimento de energia no município, em seis de fevereiro de 1964, a Câmara recebe um ofício do Executivo em que é autorizado o convênio com a Celetramazon. O convênio é assinado em 13 de julho, pelo Prefeito Raymundo Dejad Vieira e por Fernando Franco de Sá, Engenheiro – Presidente, conforme os textos oficiais:

Convênio estabelecido entre o município de “Parintins” do Amazonas e a Centrais Elétricas do Amazonas S/A. (CELETRAMAZON)

O município de “Parintins” do Estado do Amazonas necessitando organizar serviços de eletrificação em seu território, construindo centrais e usinas geradoras de energia elétrica, linhas de transmissão e redes de distribuição, convencionou com as Centrais Elétricas do Amazonas S/A (CELETRAMAZON), sociedade de economia mista organizada pelo Governo do Estado, com essa finalidade, entrega-lhe o preparo dos planos e a execução dos serviços, mediante as cláusulas e condições seguintes. (LIVRO DE ATA 61/64, p. 82)

Em vinte e dois de abril de 1965, o vereador Raimundo Osmar de Araújo entregou a mesa um requerimento para que fossem cobradas ao Chefe do Executivo, informações a respeito do não funcionamento da Usina Central. A resposta veio na sessão seguinte, porém não foi transcrito o seu conteúdo nas atas, apenas citado.

Em onze de junho de 1965, os textos oficiais registram o ofício número 54/65, vindo do Executivo em que eram encaminhadas as cópias do convênio firmado entre o município e as Centrais Elétricas do Amazonas S.A (Celetramazon). Para isso foi elaborado o projeto de lei, número 4/65 que propunha a desapropriação de uma área de terras para ser construída a Usina de Força e Luz da Municipalidade.

Outro ofício apresentado, em quinze de setembro, número 96/65, encaminhava o Projeto de Lei número 8/65, que destinava a doação de um terreno para a construção da Usina de Força e Luz da Municipalidade, em convênio firmado com as Centrais do estado do Amazonas, S/A (Celetramazon).

E, finalmente, em dezenove de outubro de 1965 foram entregues pelo vereador Gláucio Gonçalves, pelas Comissões de Finanças e Redação Final, o texto do Projeto de Lei número 8/65 P.M.P, que doava as Centrais Elétricas do Amazonas S/A (Celetramazon), um terreno para a instalação da Usina de Luz e Força do município.

No ano de 1966, apor meio de requerimento a vereadora Geminiana Bulcão, dirigia-se a CELETRAMAZON, na pessoa do seu Presidente, para que a Companhia se responsabilizasse também, pelas instalações nas residências particulares da cidade, custo que seria abatido em pagamentos parcelados pelos munícipes a companhia. (LIVRO DE ATA 64/69, p. 82/83).

Abastecimento de Carne

A falta e alto preço cobrado pela carne no Mercado Municipal de Parintins vêm desde a Segunda Legislatura. Mesmo com a aquisição dos cartões de distribuição do produto, o serviço era bastante ruim e a situação continuou durante os quatro anos da Quinta Legislatura. Era necessária uma fiscalização mais efetiva,

assim, o vereador Raimundo Nonato Barbosa de Oliveira, apresentou um requerimento com esta finalidade que foi aprovado por unanimidade de votos.

O vereador Gláucio Gonçalves manifestou sua decepção ao dizer que a carne havia subido de preço novamente, que “em três meses foi aumentada em duzentos cruzeiros” (LIVRO DE ATA 62/64 p, 146). Explicava que os representantes das classes que tabelaram a carne podiam pagar. O que não acontecia à maioria consumidora do produto, pois não possuíam recursos suficientes para isso.

A discussão do assunto levou a um fato inusitado entre os vereadores. De forma indignada, Gláucio Gonçalves estendeu seus argumentos e protestos à pessoa do vereador Raimundo Nonato de Oliveira, pois, como homem público adotou um “gesto reprovável, rasgou a portaria do Prefeito Raymundo Dejad Vieira, que tabelou a carne em novo preço.” Condenou as atitudes do vereador que se apresentava em estado de embriaguez e provocava desordens, comportando-se sem o decoro exigido para um representante do povo. Não satisfeito, o vereador Gláucio Gonçalves pediu que fosse oficiado ao Sr. Delegado de Polícia ou a outra autoridade competente, para que ficasse atento a qualquer outra reincidência de “arruaça do vereador Nonato Barbosa e que seja-lhe aplicado à lei, pois afirmou que se fosse delegado, até o Sr. Nonato provar as suas condições de

vereador iria parar na cela.” (LIVRO DE ATA 61/64, p. 146).

Após as acusações das quais foi vítima, o vereador Raimundo Nonato Barbosa, se explicou, dizendo que não havia rasgado nenhuma portaria, e que “apenas estando conversando com o administrador do Mercado que é seu compadre, este lhe pediu que arrancasse a portaria que tabelou a carne, para que em seu lugar fosse afixada outra com alteração nos preços.” (LIVRO DE ATA 61/64, p. 146).

Gláucio Gonçalves tentou explicar o reajuste do preço da carne pelo Poder Executivo, explicando que:

A medida foi acertada em reunião ampla com os interessados, representantes de classes, sem nenhum tolhimento de opinião; que o preço baixo da carne vinha afugentando o produto do mercado e isso ocasionava explosão por parte dos trabalhadores pela escassez do produto. (LIVRO DE ATA 61/64, p. 146).

O assunto de distribuição da carne estendeu ainda mais a discussão, pois a vereadora Geminiana argumentou que não cabiam ponderações e o seu papel era o de defender o povo e aqueles que não podiam pagar para usufruir do produto, como: “as lavadeiras, as cozinheiras e as viúvas, e que desde o momento em que o prefeito aumentou o preço da carne deveria também ter reajustado o ordenado do funcionalismo municipal na conformidade do que preceitua a Constituição”. (LIVRO

DE ATA 61/64, p. 147). Logo, não aceitava as ponderações do vereador Gláucio Gonçalves e exigia que o cumprimento da lei que disponibilizava uma parte de carne para o consumo interno do município. A argumentação levou o seu colega Gláucio Gonçalves a chamá-la de demagoga e dizer que a culpa do alto preço da carne não era do Sr. Prefeito e sim da inflação que tomava conta do país. ((LIVRO DE ATA 61/64, p. 147)

Por meio de requerimento, ao Poder Executivo e aprovado por unanimidade, o vereador Alberto Kimura Filho, solicitou fosse cumprida a lei que determina que fosse disponibilizado 30% do gado abatido, para o consumo local.

Na sessão de sete de abril, sete dias após o golpe militar, o ponto nevrálgico da discussão ainda era o tabelamento e a distribuição de carne no mercado municipal. Os vereadores se posicionavam a respeito por meio de ofícios e requerimentos, como o da vereadora Geminiana, cuja solicitação ao Prefeito, consistia na melhora da fiscalização da distribuição de carne no Mercado Municipal, pois “as pessoas adquirem o cartão para a aquisição da carne verde e não conseguem o produto, pois os trabalhadores vendem parte da carne a dinheiro.” (LIVRO DE ATA 61/64, p. 148).

O vereador Raimundo Osmar de Araújo referiu-se ao requerimento do vereador Alberto Kimura Filho, sobre a parte que cabe a 30% da carne destinada ao consumo local. Segundo o vereador, embora fosse uma

medida benéfica, era necessária a aquisição de um campo para depositar os 30%. Argumentava ainda que faltavam autoridade e ordem na questão da distribuição.

Gláucio Gonçalves, disse que “o mal existente no mercado é crônico e vem de administrações anteriores, mesmo na época do Sr. Gentil Belém, na Segunda Legislatura, que instituiu o sistema de cartões e que não sendo político procurava imprimir um caráter duro a sua administração.” (LIVRO DE ATA 61/64, p. 148).

Em onze de junho, o assunto de venda e distribuição de carne voltou a ser discutido entre os vereadores, quando a edil Geminiana explicava que os magarefes estavam vendendo a carne sem cartão pelo valor de Cr\$ 50,00 e até Cr\$ 70,00. Sobre o assunto, Raimundo Araújo disse que no mercado estava a maior desordem, por isso lançava seu protesto sobre os magarefes e o recurso de ficarem com 30 quilos ou mais de carne, pois, 10% sobre o peso do gado era o suficiente. (LIVRO DE ATAS 61/64, p. 171).

Em vinte e nove de setembro, o vereador Guilherme Ribeiro apresenta a Casa um requerimento dirigido ao Sr. Prefeito para que fizesse cumprir a portaria em que obrigava que fosse abatido no matadouro municipal o gado para o consumo da população, pois a medida serviria para prevenir problemas como doenças no rebanho bovino.

O vereador Raimundo Nonato Barbosa de Oliveira apresentou um requerimento para solicitar ao Sr.

Prefeito solução ao problema da carne verde, fazendo retificação ao tabelamento e “acabando com o absurdo do privilégio dos açougueiros de deixar uma quota de 35 quilos de carne como vem sendo feito, pois isso não é só é um incentivo a exploração porque a carne vem sendo vendida até Cr\$ 1000,00 (mil cruzeiros) o quilo, como também é prejudicial aos cofres da Prefeitura, pois essa diferença de Cr\$ 600,00 em quilo não é cobrado o imposto.” (LIVRO DE ATA 61/ 64 p. 196).

Em 1966, com a palavra, a vereadora Geminiana, chamou a atenção dos seus colegas de plenário para a falta de honestidades dos “magarefes” quanto à pesagem da carne no Mercado Municipal. Assim como o preço da carne, o tabelamento de outros gêneros alimentícios também foi abordado pelo vereador Raimundo Araújo, que ordenou o envio de um ofício, ao Superintendente da SUNAB do Estado do Amazonas, para que enviasse ao município um fiscal que, em conjunto com as autoridades locais, elabore uma tabela em que fossem a fixados os valores dos gêneros alimentícios.

Em quatro de maio de 1966, os assuntos tratados na sessão foram relacionados à organização e funcionamento interno do município, como podemos observar nas propostas apresentadas pela vereadora Geminiana. A vereadora falou sobre a falta de respeito com os consumidores que havia se instalado no Mercado Municipal, uma vez que os açougueiros estão monopolizando a venda da carne por não haver

fiscalização. Os marchantes por sua vez, não estão tendo compromisso com a população, pois estão vendendo o gado que deveria ser utilizado para consumo interno a outros lugares. A vereadora denunciou uma partida de dezenas de cabeças de gado que havia ido pra fora do Município, deixando nossa população sofrer as consequências da falta de carne.

Em trinta de abril de 1968, o vereador Gláucio Gonçalves apresentou um requerimento verbal, pedindo que fosse falado ao Prefeito Municipal para rever o preço da carne verde, com um novo tabelamento, uma vez que o preço atual está causando revolta a população, assunto que foi aprovado por unanimidade de votos.

Saúde

A qualidade da saúde pública deu a tônica da sessão de vinte e um de setembro de 1864. O município nessa época não tinha médico para prestar assistência aos munícipes, motivo de muitos requerimentos e discussões dos vereadores. Outra preocupação era a permanência e funcionamento da Fundação S.E.S.P, que sem os recursos necessários corria o risco de ser fechada.

Sabendo das dificuldades da instituição, o vereador Gláucio Gonçalves solicitou informações a respeito da representação oficial do SESP, pois só com a devida autorização poderiam encaminhar os pedidos e apelos aos órgãos competentes, em nome da entidade. Pois, as dificuldades pelas quais passava a instituição,

implicavam no risco de ter a sua área de atuação diminuída. Em resposta aos argumentos do vereador citado, o Presidente da Câmara expôs que houve apenas uma conversa entre o médico chefe da unidade mista, embora as comunicações para o presidente da República e Ministros já estivessem redigidas, não haviam sido enviadas por falta de pagamento.

O vereador Guilherme Ribeiro, expôs seu ponto de vistas sobre o funcionamento do S.E.S.P. e em pronunciamento enérgico explicou que:

O atual chefe da instituição Dr. Arimatéia Brandão, deveria ao menos imitar o anterior, Dr. Inaldo em relação ao atendimento ao público que muitas vezes busca o S.E.S.P, deixando suas casas de madrugada sem que seja atendida, pois aquele médico dá mais assistência ao seu consultório particular e, a maior parte da população não pode pagar consulta médica. (LIVRO DE ATAS 61/64, p. 181).

Em resposta as considerações do vereador Guilherme Ribeiro, Gláucio Gonçalves explicou que a condição do médico Dr. Arimatéia Brandão, era de contrato de atendimento em tempo parcial. Por isso reiterava seus apelo de amparo a instituição, que embora passando por dificuldades ainda prestava serviços a comunidade.

Sem médico para prestar assistência a população, em nove de novembro de 1964, o vereador Gláucio

Gonçalves em seu requerimento, solicitava que fosse informado ao Diretor da Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, da gravidade da situação da saúde nessa cidade, com ausência de médicos, notadamente pelo Serviço Cooperativo do S.E.S.P e, assim, solicitava um médico para o município, para substituir no período de férias o médico prestador de serviço, Dr. Arimateia Brandão.

Na sessão de vinte e quatro de novembro o expediente constou de dois telegramas do Governador Ruy Araújo “comunicando estar se dirigindo a chefia do S.E.S.P. para tratar sobre o assunto conforme foi solicitado por essa casa.” (LIVRO DE ATA 64/69, p. 196). No segundo telegrama, dizia estar encaminhando o assunto a Secretaria de Assistência e Saúde para as providências cabíveis.

A Câmara Municipal recebeu a resposta do Sr. Diretor do S.E.S.P. e a cópia do ofício do Dr. Cyro Lacôte, Diretor Executivo do S.C.S, esclarecendo que já havia se entendido com o Prefeito Municipal, Raymundo Dejard Vieira, e explicou as dificuldades que lavaram a manter o hospital municipal sem médico e por meio do ofício de número 2445, respondeu ao telegrama enviado pela Câmara com a informação que “infelizmente é medida fora de nossa possibilidade não só administrativa, mas financeira a designação de um substituto para o Dr. José de Arimatéia que no momento se encontra e gozo de férias.” (LIVRO DE ATA 62/64, p.199)

O assunto da saúde pública, muito discutido no primeiro ano da Quinta Legislatura, retorna ao plenário quando a vereadora Geminiana Bulcão, solicitava que o Presidente do S.E.S.P. seja informado da necessidade do município ter um médico para atendê-los.

O telegrama do deputado estadual Danilo de Aguiar Correa, líder do P.S.D, em vinte de maio de 1965, comunicava que o Governador Arthur Reis em reunião oficial que manteve com os deputados levou ao conhecimento dos mesmos que o governo tinha denunciado o antigo convênio com o S.E.S.P. por falta de cumprimento de algumas cláusulas. No mesmo telegrama, o deputado explicava que o Governo do Estado já havia assinado outro convênio com o referido S.E.S.P, por ser mais amplo, o novo convênio facilitaria o envio imediato para o interior do Estado de médicos e material indispensável ao atendimento da população do interior e que Parintins seria primeiro atendido.” (LIVRO DE ATA 64/69, p.27)

A problemática com o S.E.S.P. encerra com a fala do vereador Gláucio Gonçalves na sessão de trinta de março de 1968, solicitando que fosse comunicado a Câmara dos Deputados e Senado para que junto ao Ministro da Saúde tratassem do assunto da verba para a Fundação SESP que estava em vias de ser cortada, prejudicando muito a população.

Educação

A qualidade do ensino, pagamento dos professores, distribuição e fiscalização de merenda e material nas escolas rurais e da cidade, além da necessidade de construção de novas escolas foram assuntos, várias vezes debatidas em plenário. Geminiana Bulcão e Gláucio Gonçalves eram os vereadores mais preocupados com o assunto.

O poder Executivo e Legislativo buscava alternativas para tornar mais eficiente a educação no município, por isso, em treze de janeiro de 1964, veio do Executivo um ofício que criava o Setor Municipal de Merenda Escolar (LIVRO DE ATA 62/64, p. 132). Após a votação, aprovado com unanimidade de votos, o projeto foi transformado na lei de número 13, 26 de junho de 1964.

Art. 1º - Fica criado nesta cidade, o SETOR MUNICIPAL DE MERENDA ESCOLAR, que supervisionará, de acordo com o Regimento fornecido pela Campanha Nacional de Merenda Escolar (C.N.M.E), do Ministério da Educação e Cultura, a distribuição de leite em pó, outros gêneros alimentícios e complementos alimentares, destinados a aumentar o valor nutritivo das merendas. (LEI Nº 13 DE 26 DE JUNHO DE 1964).

Ações como a do vereador Raimundo Reis Ferreira, eleito como o vereador mais jovem da legislatura e líder estudantil, solicitava a Câmara

Municipal, que fosse fiscalizado o cumprimento por parte do comércio, do que se chamava de “Semana Inglesa”. Tal medida consistia em abrir mão do trabalho no comércio a partir da segunda metade do sábado e do domingo. Além de liberar os funcionários, cabia ao lojista, o pagamento de todos os direitos trabalhistas aos funcionários. Na categoria de líder estudantil, o referido vereador argumentava em favor da classe, pois, neste caso a maioria dos funcionários do comércio local eram estudantes. O não cumprimento da semana inglesa resultaria em sérios prejuízos aos alunos.

Em oito de abril de 1964, o Presidente José Pedro Faria e Raimundo Nonato Barbosa de Oliveira, apresentou um requerimento para informar ao Prefeito que já constava nos cofres do município a doação feita pelo Senador José Esteves que seria destinado à construção de uma Escola Rural no Lago do Uaicurapá. Fato que gerou várias discussões, sem necessariamente ter sido consolidado o projeto de construção da escola, nesta legislatura.

A educação sofreu um abalo, com o atraso no pagamento e também a falta de profissionais nomeados para o exercício do magistério tanto nas escolas urbanas como nas rurais. Com essa preocupação, vereador Raimundo Osmar de Araújo solicitou as diretorias dos Colégios Nossa Senhora do Carmo e Batista de Parintins que informassem a Câmara as seguintes questões: “1) Qual a subvenção Estadual e Federal, recebida por esses

educandários. 2) Quantos alunos secundaristas e do curso primário estão matriculados nesse colégio. 3) Quantos pagam anuidades escolares em ambos os cursos. 4) Qual a finalidade da taxa da cobrança escolar. 5) Qual o montante da falta de pagamento mensal feito aos professores.” (LIVRO DE ATA 62/64, p. 151)

Em resposta a informação sobre a verba destinada a construção da Escola Rural do Uaicurapá, prometida pelo Deputado José Esteves, o vereador Gláucio Gonçalves falou que como “objeto de informação do Sr. Prefeito Municipal, disse que se o Deputado José Esteves não cumprir sua promessa, a própria Câmara poderia dirigir-se a ele para indagar a respeito.” (LIVRO DE ATA 62/64, p. 151).

Na sessão de vinte e nove de abril de 1964, a vereadora Geminiana, por meio de ofício número 17/64, cobrava informações do deputado José Esteves sobre onde havia sido depositada a quantia de hum milhão e quinhentos mil cruzeiros para a construção da Escola Rural do Lago do Uaicurapá. O Legislativo, também pedia informações ao Executivo, se já havia entrado em contato com o Governo do Estado para que sejam retomados os serviços de conclusão da Casa de Justiça e do Grupo Escolar Pe. Jorge Frezzini, pois as obras estão paralisadas há bastante tempo e a população não tinha acesso à informação dos motivos que levaram a paralisação.

Outro assunto que incomodava o legislativo e refletia de forma negativa na educação era o pagamento em dia dos vencimentos dos professores. Tanto o reajuste do valor do salário, quanto à nomeação dos professores estava diretamente ligado ao Governo do Estado, os vereadores por meio de ofícios e requerimentos buscavam permanentemente informações a respeito.

Na sessão de dezessete de setembro 1964, encontramos o Decreto de número 02, objeto de deliberação dos vereadores “que institui nos grupos escolares e escolas isoladas da cidade e do interior do município a prática cívica e obrigatoriedade do Hino Nacional Brasileiro.”

No ano de 1965, o vereador Gláucio Gonçalves pediu que a Câmara entrasse em contato com o Governador do Estado, ou designasse um órgão competente, para que informasse sobre o não pagamento das professoras municipais, pela Mesa de Rendas, local visto que os referidos pagamentos foram abaixo do salário mínimo até agosto do corrente ano, a falta de orientação a esse respeito é que requeiro seja oficiado a S. Exc.^a. Para saber se os referidos pagamentos são do vosso conhecimento, pois é demais reduzida essa importância que não compensa o trabalho de uma educadora. (LIVRO DE ATA 64/69, p. 35)

Em 1966, o mesmo vereador manifestou preocupação com a educação quando argumentava em função “da falta da assistência educacional que reina em

nossas escolas distritais, causada pelo pouco número e má distribuição de professores.” (LIVRO DE ATA 64/69, p.75). A vereadora Geminiana Bulcão em concordância com o vereador Gláucio, disse que não era justo que o problema da distribuição das professoras, além de muito sério, levasse os munícipes a ficar sem instrução. Por isso, solicitava informações do Prefeito sobre o real número de professores lotados em nosso município e como estavam distribuídos.

Em outra situação a vereadora reiterava seu pedido e ordenava que fosse enviado ao Prefeito um documento com a solicitação do quadro estatístico da distribuição das professoras municipais e outro que informasse como estava sendo administrada a merenda escolar no município.

Em quinze de junho de 1966, a vereadora Geminiana explicou que em viagem a capital do Estado descobriu que o Sr. Governador tinha mandado cortar a contratação de todas as professoras distritais. Na tentativa de resolver a situação, a vereadora falou com Secretário de Educação o Dr. André Araújo que explicou nada poder fazer, pois a decisão havia sido tomada pelo Governador. Orientou a vereadora que fosse feito um memorial, para ser encaminhado ao Presidente da República para ver o que seria decidido.

Na sessão de primeiro de dezembro de 1966 identificamos o pronunciamento da vereadora Geminiana Bulcão solicitando informações sobre o fornecimento de

material escolar por meio do Ministério de Educação, além de indagar quem havia recebido e como havia sido distribuído. Na mesma sessão o vereador Alberto Kimura Filho, apresentou um projeto de número 2/66, em que desapropriava uma área de terra no Saracura para a construção de uma escola rural. O vereador pediu urgência na análise da matéria, o que foi imediatamente aceito pelo plenário.

Em 1967, em 27 de março, o vereador Gláucio Gonçalves apresentou um requerimento, solicitando ao Governador do Estado, que fossem feitas nomeações de professoras normalistas para os Grupos Escolares Araújo Filho e Brandão de Amorim e as professoras distritais para o interior, uma vez que as crianças estão sendo prejudicadas por estarem sem estudar.

A vereadora Geminiana voltou a cobrar providências do Prefeito Municipal sobre a nomeação de professoras para o interior, pois os alunos continuavam sem aulas. Sobre este assunto, o vereador Gláucio Gonçalves reiterou as falas da vereadora, argumentando que a “Lei Federal dispõe de 20% sobre a renda tributária a ser empregada no ensino primário.” (LIVRO DE ATA 64/69, p. 119).

No dia quinze de dezembro o Sr. Prefeito enviou a Câmara um Projeto de Lei número 10/66 “que desapropriava uma área de terras na Av. Vicente Reis nesta cidade para a construção de um Grupo Escolar.” (LIVRO DE ATA 64/69, p. 107)

Em 1968, último ano de trabalho da Quinta Legislatura, os pronunciamentos sobre educação encerram com a ação do vereador Gláucio Gonçalves que enviava um requerimento notificando o Governador do Estado para que providenciasse com urgência o mobiliário necessário para que o Grupo Escolar Ministro Waldemar Pedrosa pudesse funcionar definitivamente.

Transporte

A referência aos transportes presente nos textos da Quinta Legislatura estava ligada a cobrança de tarifas relativas às corridas por carros de aluguel, os jipes. A falta de qualidade do transporte aéreo e as verbas destinadas ao campo de pouso e construção do aeroporto.

A vereadora Geminiana Campos Bulcão Bringel, falando pela organização do transporte municipal, apresentou um requerimento no dia oito de maio de 1964, dirigido ao Executivo para que fosse apresentada uma tabela de preço para as corridas dos jipes, já que estava havendo uma exploração no valor cobrado. Explicava que na capital, as distâncias são maiores e os preços bem mais baixos. (LIVRO DE ATA 64/69, p. 159).

O transporte aéreo, seja na questão da falta de qualidade ou na frequência e valores cobrados, também foi discutido pelos os vereadores da Quinta Legislatura.

Na sessão de 25 de novembro de 1964, o vereador Raimundo Bentes encaminhou um requerimento cujo teor solicitava as Companhias de Serviços Aéreos

Cruzeiro do Sul e Paraense Transportes Aéreos S/A, escalas das aeronaves no aeroporto da cidade.

Pensando no problema do transporte aéreo, o vereador Gláucio Gonçalves propôs aos seus colegas de plenário que fosse feita uma campanha para que outras companhias aéreas fizessem escala em Parintins. O Sr. Presidente explicou que já havia solicitado, por meio de ofício, aos presidentes das Companhias Cruzeiro do Sul e Paraense Transportes Aéreos, para que estabelecessem escalas das suas aeronaves em nosso município.

O assunto do transporte aéreo se estende e continua na sessão de quatro de dezembro, quando o vereador Gláucio Gonçalves apresentou um requerimento direcionado aos órgãos competentes, “cuja finalidade era conseguir uma fórmula justa e razoável que venha possibilitar o pouso de aviões pertencentes a quantas companhias queiram operar em nossa cidade.” (LIVRO DE ATA 64/69, p. 04).

Na tentativa de resolver o problema do transporte aéreo, na sessão de vinte e um de novembro de 1967, o vereador Gláucio Gonçalves apresentou um requerimento número 5/67 em que pedia que fosse comunicado ao Presidente da COMARA em Belém, para tomar providências para o nosso aeroporto poder receber os aparelhos da Companhia Aérea Cruzeiro do Sul, pois o voo inaugural já está marcado para breve. “Ninguém ignora as dificuldades que ainda sente a nossa cidade, relativamente a transporte aéreo, pois, apesar do esforço

da companhia acima mencionada, precisamos de maiores aparelhos, principalmente para o transporte de carga destinada ao comércio desta praça.” (LIVRO DE ATA 64/69, p. 150).

O vereador José Pedro Faria, na sessão de trinta de abril de 1968 apresentou três requerimentos direcionados a Empresa Aérea Cruzeiro do Sul para que restabeleça a linha aérea nesta cidade. No segundo requerimento pedia que fosse comunicado ao Presidente da Companhia pra que os fretes de mercadorias, sejam cobrados diretamente na cidade de Parintins. O texto do terceiro requerimento não consta na ata, embora na página 173 do livro, note-se que parte do texto oficial foi apagada.

Campo de Aviação

Na sessão de vinte e nove de maio de 1964, a vereadora Geminiana apresentou o Projeto número 16/64 que desapropriava, doava e abria crédito especial de Cr\$ 50.000,00, no orçamento vigente do terreno pertencente ao Sr. Alfredo Ribeiro Saunier para o Campo de Aviação de Parintins. (LIVRO DE ATA 61/64, p. 167)

Em dezoito de setembro, o vereador Gláucio Gonçalves apresentou dois requerimentos. O primeiro propunha um voto de louvor ao Sr. Sebastião Araújo “por haver prestado a nossa terra relevantes trabalhos de fundo altamente patriótico, quando após deliberação da Associação Comercial de Parintins, assumiu a direção e

responsabilidade do serviço de construção do Aeroporto de Parintins.” (LIVRO DE ATA 61/64, p. 180).

No segundo requerimento, propunha um voto de louvor a Associação Comercial de Parintins, na pessoa do seu presidente, o Sr. Sebastião Araújo, por se responsabilizar pela construção do aeroporto de Parintins, que estava quase concluído.

No dia vinte de maio de 1965, o vereador Raimundo Osmar de Araújo protestou sobre o descaso com que o administrador do Campo de Pouso vem desempenhando suas funções. Explicou que há alguns dias, pela presença de alguns animais na pista, não foi possível o pouso de uma aeronave da Companhia Aérea Cruzeiro do Sul, levando o comandante a procurar as autoridades e informar que se o fato ocorresse novamente os voos seriam suspensos. O fato gerou polêmica, uma vez que era objeto de discussão e estudo do legislativo melhorar o transporte aéreo municipal. O que resultou foi uma solicitação ao Chefe do Executivo para solucionar o problema sem prejuízo aos usuários.

TÍTULO DE CIDADÃO

No município concedeu oito Títulos de Cidadão de Parintins, sendo que seis realmente se efetivaram e dois ficaram apenas como projeto ou indicação.

Em vinte e três de abril de 1964 encontramos a concessão de um título de cidadão ao Dr. Inaldo Luigi

Lasalvia, proposto pelo vereador Gláucio Gonçalves ao médico da Fundação Serviço Especial de saúde Pública, Unidade Mista de Parintins, pelos serviços prestados a população.

Na sessão de dezoito de 1965, a vereadora Geminiana apresenta o Projeto número 6/65 em que outorga o Título de Cidadania ao Reverendíssimo Padre José Victor Heinz. (LIVRO DE ATA 64/69, p.43). Em vinte e seis de outubro a Comissão de Redação, pelo vereador Gláucio Gonçalves, apresenta a Mesa o texto final do Projeto número 6/65, que outorga o título de Cidadão de Parintins ao Excelentíssimo Reverendo. Padre José Victor Heinz.

Por fim, no dia vinte e sete de outubro, em sessão solene com a presença dos vereadores: José Pedro de Almeida Faria, Geminiana Campos Bulcão Bringel, Gláucio Bentes Gonçalves, Alberto Kimura Filho, Raimundo Osmar de Araújo e Raimundo Bentes de Jesus, foi para homenagear com título de “Cidadão de Parintins” Sua Excelência o Reverendíssimo Padre José Victor Heinz.

Fizeram parte da Mesa os senhores: Sua Excelência Reverendo Padre José Victor Heinz, o homenageado, Raymundo Dejarde Vieira, Prefeito Municipal, Dr. Mozart Miquilino da Costa Dr. Juiz de Direito da Comarca de Parintins, Sua Excelência o Reverendo Padre Januário Cardelle, Pároco Geral da Prelazia de Parintins, Major Edgard Pinheiro da Gama

Delegado Geral de Polícia, Dr. José Henriques de Souza Filho Consultor Jurídico Fazendário. Após os pronunciamentos dos vereadores, o Prefeito Municipal sancionou a Lei número 9/65 que concedeu o título de “Cidadão de Parintins” a sua Excelência Reverendo Padre José Victor Heinz, para em seguida entregar o diploma respectivo ao título. Após os pronunciamentos do Prefeito Municipal e do Reverendo Januário Cardelle, o homenageado falou agradecendo a homenagem prestada para então ser encerrada a sessão.

A vereadora Geminiana Bulcão, na sessão de dezenove de novembro, apresentou ao plenário o Projeto de número 8/65, em que outorgava o título de “Cidadão de Parintins” ao Governador do Estado Arthur César Ferreira Reis, proposta aceita de forma unanime pelo plenário. Porém não existe nos textos e nem nos autos algum documento que ateste a confirmação da outorga desse título.

Em vinte e cinco de maio de 1965, o município concede o título de Cidadão de Parintins ao Sr. Dr. Eudes Leão Pinto, presidente do INDA (Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário). Além dos vereadores: José Pedro Faria, Geminiana Campos Bulcão Bringel, Gláucio Bentes Gonçalves, Raimundo Osmar de Araújo e Alberto Kimura Filho, estavam presentes a solenidade, o Sr. Prefeito Municipal Raymundo Dejarde Vieira, o Juiz de Direito da Comarca de Parintins, Dr. Valdir Moraes, o Consultor Jurídico Municipal Fazendário, o professor

José Henriques de Souza Filho, o Delegado de Polícia Major Edgar Pinheiro da Gama, o representante do Governo do Estado, Dr. Silvio de Miranda Leão e o Chefe do Departamento Cooperativismo e Organização Rural do Ministério. Após os pronunciamentos oficiais, o homenageado agradeceu a homenagem recebida.

Em quinze de dezembro de 1967, o Sr. Presidente José Pedro Faria apresenta a Mesa três projetos, número 2,3,4/67, em que são outorgados os títulos de cidadão de Parintins aos senhores de nacionalidade japonesa e naturalizados brasileiros: Dr. Yoshio Toda, Dr. Kotaro Tuji e Sr. Yoshimassa Nakauchi.

Na sessão solene de dez de fevereiro, sob a presidência de José Pedro Faria, na presença dos vereadores: Raimundo Osmar de Araújo, Gláucio Gonçalves e Geminiana Bulcão, foram entregues os títulos de Cidadão de Parintins aos senhores: Dr. Yoshio Toda, Kotaro Tuji e Yoshimassa Nakauchi. Estavam presentes na sessão as autoridades: Raymundo Dejard Vieira, Prefeito Municipal, D. Arcângelo Cerqua, D.D. Prelado de Parintins, Nakagona, Cônsul do Japão no Amazonas. Dr. Luiz Vasconcelos Dias, Juiz de Direito da 1ª vara, Coronel Omar da Silveira, Comandante da Guarda Nacional, Sr. Rafael Faraco, Deputado Estadual, Dr. Paulo Herban Maciel Jacob, Desembargador, Dr. José Henriques de Souza Filho, Consultor Jurídico Fazendário. Em nome do Sr. Kotaro Tuji, o Sr. Kenji

Kawakami, agradeceu a homenagem prestada aos seus compatriotas.

Em dois de abril de 1968, identificamos a última proposta de outorga de título de cidadão proposta pelo vereador Raimundo Nonato Barbosa de Oliveira. O vereador apresentou a Câmara uma indicação que concedia o título de Cidadão de Parintins ao Sr. Hermínio Braga Dias pelos serviços prestados a comunidade, enquanto ficou a gerência da Agência do Banco de Crédito da Amazônia S/A. Não foi encontrada na leitura dos textos a cerimônia e outorga desse título.

Abaixo os documentos do projeto que concedia os títulos de cidadão aos senhores japoneses Kotaro Tuji e Yoshimassa Nakauchi.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI SOB O Nº 3/67.

Antorga o Título de Cidadão de Parintins ao Sr. Dr. KOTARO TUJI, e dá outras providências.

O Cidadão JOSÉ PEDRO DE ALMEIDA FARIA, Presidente da CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, etc.

Faz saber a todos que a CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS em seu segundo período ordinário, em prorrogação, decretou a seguinte

L E I

- Art. 1º - Fica autorgado ao Eminentíssimo Japonês Dr. KOTARO TUJI, o Título de "Cidadão de Parintins".
- Art. 2º - Em sessão Solene a ser realizada oportunamente, será feito a entrega do referido Título Honorífico.
- Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

S. S. da Comissão de Redação, em 21 de dezembro de 1967.


ALBERTO KIMURA FILHO
Relator

RAIMUNDO OSMAR DE ARAUJO
Membro

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI SOB O Nº 4/67.

"Autorga o Título de Cidadão de Parintins ao Sr. IOSEIMASSA NAKAUCHI, e dá outras providências.

O Cidadão JOSÉ PEDRO DE ALMEIDA FARIA, Presidente da CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, etc.

Faz saber a todos que a Câmara Municipal de Parintins, em seu segundo período ordinário, em prorrogação, decretou a seguinte,

L E I:

Art. 1º- Fica autorgado ao Eminentíssimo Cidadão Japonês Sr. IOSSEIMASSA NAKAUCHI, o Título de "Cidadão de Parintins".

Art. 2º- Em sessão Solene a ser realizada oportunamente, será feito a entrega do referido Título Honorífico.

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

S.S. da Comissão de Redação, em 22 de dezembro de 1967.



ALBERTO KIMURA FILHO

Relator

RAIMUNDO OSMAR DE ARAUJO

Membro

ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

O município de Parintins sempre prezou muito pela organização, embelezamento de prédios e vias públicas. O desenho de um espaço urbano, bem maior e com problemas na infraestrutura, se evidencia em pronunciamentos como o da vereadora Geminiana Campos Bulcão Bringel, quando solicitava do Chefe do Executivo, reparos ao muro do cemitério que havia desmoronado. Em resposta ao requerimento da vereadora Geminiana, o vereador Osmar Araújo, explicou que o acidente com o muro do cemitério, ocorreu na legislatura passada, quando substituía o prefeito da época, Souza Filho. O desmoronamento foi resultado da coalizão de um jipe, cujo proprietário era conhecido pelo nome “Caboclo” e que o mesmo havia se comprometido em reparar o prejuízo, fazendo um depósito na Tesouraria da Prefeitura. Como tal depósito não foi efetuado, o muro ainda se encontrava na mesma situação.

Em 23 de dezembro na última sessão do ano de 1964, as atividades do legislativo ficaram por conta da vereadora Geminiana Bulcão que solicitava providências do Executivo para desentupir os bueiros do centro da cidade, que desembocam na rampa e na parte oeste da cidade, argumentando que a estagnação das águas podia causar danos a saúde da população.

Em seis de setembro de 1965, a mesma vereadora lembrou à necessidade urgente de ser providenciada a

tampa para um bueiro, localizado nas ruas João Melo e 25 de dezembro (atual Faria Neto). Em ofício a vereadora solicitava que medidas mais enérgicas deveriam ser tomadas em virtude das falhas que se verificam no setor de Terras Municipais, já que o fiscal do órgão não desempenha suas funções como deveria, gerando muitas reclamações. Na sequência de seus pronunciamentos, solicitava que o proprietário de um terreno situado entre as Lojas Pernambucanas e Mesa de Rendas, na Rua Ruy Barbosa, fosse intimado a reconstruir a calçada que por estar bastante danificada, compromete o aspecto da cidade. (LIVRO DE ATA 64/69, p.35)

Em onze de outubro de 1965, o vereador Osmar de Araújo solicitou que a coleta de lixo fosse feita em domicílio, pois os munícipes estavam deixando os resíduos nas principais ruas e nas ribanceiras da cidade, resultando em um aspecto muito ruim, para isso lembrou que era cobrada uma taxa de limpeza pública.

LIMITES

É importante destacar a configuração do espaço físico do município, referente à Quinta Legislatura. Os livros de ata não trazem esta informação, no entanto, nos autos encontramos um Projeto de Lei número 19/65 que define com precisão os novos limites da cidade.

O município era dividido em três zonas. A primeira zona começa no cruzamento da Travessa Rio

Branco com a Vieira Junior, Rua Ruy Barbosa, parte da Travessa Jonathas Pedrosa, Praças Eduardo Ribeiro e Cristo Redentor, continuando na Rua Caetano Prestes, Travessa Cordovil, Estrada do Parananema até as terras de propriedade do Sr. Elias Assayag.

A segunda zona começa no terreno do Hospital do SESP, seguindo a Rua Silva Campos, Praça Sagrado Coração de Jesus, Rio Branco até as terras de propriedade de Elias Assayag, prosseguindo pela cabeceira da Francesa estendendo-se as terras de Gentil Augusto Belém.

A terceira zona compreendia o cruzamento da Rua Cordovil, com a Caetano Prestes, Travessa Oriental, Rua Melvin Jones até a Travessa Coronel Araújo. Prosseguia pela Avenida Amazonas até a Travessa do São Benedito, prolongando-se pela Rua Armando Prado, Travessa do Matadouro, Avenida Vicente Reis, Estrada Parintins-Parananema, incluindo as terras da Fabriljuta, voltando pela Estrada Parintins-Parananema, até a Travessa Cordovil.

Em seis de junho, o assunto da fixação dos limites urbanos do município retorna as discussões. O vereador Raimundo Nonato Barbosa apresentou a Mesa o Projeto número 3/67, que determinava a fixação dos limites do perímetro urbano do Município de Parintins, para efeito fiscal. (LIVRO DE ATA 64/69, p. 132).

Na sessão de oito de maio de 1964, encontramos a indicação do projeto de asfaltamento das principais ruas da cidade. O vereador Gláucio Gonçalves disse que:

Ia esclarecer melhor a mensagem do Sr. Prefeito, sobre o convênio, que deverá ser criado a esse município. (...) Disse que é de acordo, pois dará bons resultados ao nosso Município, conforme o Sr. Prefeito declarou, que o convênio asfaltará toda a rua Amazonas, alguns pedaços mais da cidade, e mais 2 km da estrada para o Parananema. (LIVRO DE ATAS 61/64, p. 159).

PATRIMÔNIO PÚBLICO

Outra peculiaridade a respeito da política local pairava sobre o sumiço de um conjunto elétrico, adquirido na administração de José Esteves. Por conta desta situação, em sessão extraordinária, o vereador Raimundo Reis Ferreira cobrava informações sobre a localização do conjunto elétrico “Marca Internacional”, de propriedade do município, que segundo fontes, na gestão de José Esteves foi levado para Manaus para sofrer reparos e não apareceu mais. (LIVRO DE ATA 61/64, p. 135).

Na sessão de dezesseis de março, o vereador Gláucio Gonçalves pediu que fosse solicitada ao Executivo a devolução de uma máquina de datilografar de propriedade da Câmara. Conforme a argumentação do

vereador, a máquina foi entregue para ser levada a Manaus para reparos, há quase um ano, ainda na administração do Prefeito Souza Filho. Por não ter sido solucionado o problema com a máquina de datilografar, o vereador propunha que fosse disponibilizada uma máquina da Prefeitura para a Câmara. Após este fato a sessão foi encerrada.

Em oito de abril de 1964, José Pedro Faria buscava informação sobre onde se localizava o motor de luz de Marca Internacional, que pertencia ao patrimônio público municipal, que na gestão de José Esteves foi mandado para reparos na capital do estado.

O vereador Gláucio voltou a fazer uso da palavra, para defender o Executivo na discussão sobre o motor de Marca Internacional, que o Prefeito José Esteves, usando de sua e autoridade vendeu. Sobre o assunto, o Presidente da Câmara José Pedro Faria, cobrou explicações ao vereador Osmar de Araújo, sobre o decreto em que tratava da ação do Prefeito José Esteves, pois na ocasião, o vereador Osmar de Araújo respondia pela Presidência da Câmara.

Em vinte e três de abril, o Executivo se pronunciou por meio de mensagem, em que encaminha o Projeto de Lei de número 12/64 e que doa um terreno para a Cooperativa Mista de Parintins Ltda.

O projeto de número 14/64, proposto pelos vereadores Raimundo Osmar de Araújo, Raimundo Nonato de Oliveira e José Pedro de Almeida Faria,

tornava a Cooperativa Mista de Parintins Ltda., utilidade pública.

Em vinte e nove de abril, como relatora da Comissão de Justiça, a vereadora Geminiana Bulcão apresentou a Câmara um requerimento de número 15/64, dirigido ao Sr. José Menezes Ribeiro, titular do Cartório do Primeiro Ofício e do Registro de Imóveis, para informar a Câmara se foi lavrado em seu cartório o documento de compra e venda de um imóvel com instalações para a prensagem de fibra vegetal, negócio realizado entre as firmas Tuji e Cia e Martins Melo Indústria e Comércio S.A. Solicitava também o valor da compra e a data da negociação.

O Legislativo, também pedia informações ao Executivo, se já havia entrado em contato com o Governo do Estado para que fossem retomados os serviços de conclusão da Casa de Justiça e do Grupo Escolar Padre Jorge Frezzini, pois as obras estavam paralisadas há bastante sem, no entanto apresentar justificativas para o assunto.

A sessão de dezessete de setembro traz o decreto de número 5/64 que “desapropria por utilidade pública a área compreendida entre o Posto de Saúde “São Benedito” ao Curro Municipal”. O decreto número 6/64 regulamentava as construções nos trechos compreendidos pelo litoral especificados pelas ruas Silva Campos, Praça do Sagrado Coração de Jesus, Vieira Junior, Ruy

Barbosa, Praça Eduardo Ribeiro, Cristo Redentor e Rua Caetano Prestes.

Foi posto em discussão e alcançou aprovação unânime, o decreto do Executivo Municipal, número 5/64, que desapropria para utilidade pública a área de terras que compreende o Posto de Saúde “São Benedito” e o Curro Municipal.

A vereadora Geminiana Bulcão, apresenta pela Comissão de Finanças e Orçamento, o decreto de número 9/64, emitido pelo Chefe do Executivo Municipal em que denominava “Coronel Nascimento Teixeira” a escadaria que está sendo construída em alvenaria pela municipalidade na parte leste da cidade. O decreto recebeu o parecer favorável.

Em vinte e três de setembro, depois de alguns meses, a situação com a máquina de escrever é solucionada, quando o vereador Gláucio entrega ao Legislativo, uma máquina doada pelo Prefeito e explica que a entrega era para ter sido feita pessoalmente pelo Chefe do Executivo, concomitantemente com a leitura de sua mensagem de prestação de contas.

No dia quinze de dezembro de 1966 o Sr. Prefeito enviou a Câmara um Projeto de Lei número 10/66 “que desapropria uma área de terras na Av. Vicente Reis para a construção de um Grupo Escolar.” (LIVRO DE ATA 64/69, p. 107)

Em três de abril, sob a presidência da vereadora Geminiana Bulcão, o Executivo municipal encaminhou a

Câmara o Projeto número 1/67, “que dá nova denominação a Rua 25 de dezembro desta cidade, em homenagem ao cidadão norte-americano Melvin Jones, idealizador e fundador do Lions Clube Internacional.”

O texto do decreto de número 2/67 “desapropria por utilidade pública, um terreno do Patrimônio Municipal para construção da Sede do Lions Clube de Parintins.” (LIVRO DE ATA 64/69, p. 113).

Em dezenove de dezembro O vereador Raimundo Araújo, apresentou uma petição do Sr. Julio Pereira Aquino, em que solicitava do Executivo a instalação da luz elétrica na Praça do Sagrado Coração de Jesus e na escadaria que fica localizada na parte da frente da Praça.

Cantel

Em vinte de abril, o Projeto de número 18/66 apresenta a Câmara os Projetos de Lei número 1 e 2, “que doa a Companhia Amazonense de Telecomunicações (CANTEL), duas áreas de terra, para as instalações de seus serviços.” (LIVRO DE ATA 64/69, p.74).

O dia vinte e três de abril, na sessão presidida pela vereadora Geminiana, traz a informação de que os projetos 3 e 4, que propunham a desapropriação de terras para a instalação da CANTEL, haviam sido aprovados, com respectivas emendas, por unanimidade de votos.

ORDEM PÚBLICA

Além da questão administrativa e de arrecadação, outro assunto que preocupava os vereadores, mais especificamente Geminiana Bulcão Bringel, era a manutenção da ordem na cidade. Por isso, a vereadora solicitava ao Governo do Estado a nomeação de um delegado de polícia, assunto recorrente nos quatro anos da legislatura.

A preocupação com a manutenção da ordem e segurança pública em um município em crescimento fundamentava as argumentações dos vereadores. Em pronunciamento o vereador Gláucio Gonçalves solicitava ao Delegado de Polícia, que realizasse o policiamento nas imediações do Cine Teatro Moderno, “onde elementos mal educados promovem anarquia sem nenhum respeito às famílias que frequentam a única casa de espetáculo da cidade.” (LIVRO DE ATA 62/64, p. 151)

O vereador Raimundo Araújo, na sessão de onze de maio, pediu ao plenário, informações sobre já ter sido nomeado um delegado para o município. Pois, segundo as palavras do vereador, vários casos de desordem vêm acontecendo, como o de um homem querendo agredir um garoto nas ruas da cidade.

Novamente quem trazia respostas às indagações do vereador Raimundo Araújo era o vereador Gláucio Gonçalves, explicando que já havia sido nomeado o delegado para o nosso município, mas que estava

desempenhando a função em outro local. Para esclarecer mais o assunto, o secretário do Prefeito viajando a capital, foi encarregado de buscar informação se o delegado ainda viria para Parintins, caso contrário seria necessário falar com o governador para providenciar outro. (LIVRO DE ATA 62/64, p. 160)

Em requerimento, o vereador Gláucio solicitava ao Delegado Municipal providências necessárias na manutenção da ordem da cidade, pois menores de idade estavam frequentando casas em que aconteciam apostas e jogos de baralho.

Em função desses acontecimentos, o vereador Raimundo Araújo apresentou um requerimento para que o Sr. Secretário de Justiça providenciasse um delegado do Exército, pois, conforme sua justificativa, em nosso município não existia policiamento. (LIVRO DE ATA 62/69, p. 163).

Em vinte e seis de maio, o vereador Raimundo Araújo se manifestou em resposta as várias queixas e pedidos dos munícipes, sobre a conduta de um cidadão chamado Brito. Pedia que o vereador Gláucio Gonçalves líder do governo na Câmara, cobrasse providências ao Chefe do Executivo sobre o assunto. O Presidente da Câmara esclareceu ao Plenário que o Sr. Brito não desempenhava mais as funções de Guarda Municipal, pois quando esteve exercendo a função de Prefeito, recebia muitas queixas pela conduta do cidadão, cuidou para que o mesmo fosse afastado da função. Embora o

mesmo continue andando armado e fardado pelas ruas da cidade.

O vereador Gláucio, sobre o assunto do Sr. Brito, disse que o Prefeito ao assumir a Prefeitura, notou que este senhor era enérgico nas suas funções e por isso fez questão que o mesmo permanecesse exercendo sua função.

Em vinte e nove de maio, a câmara Municipal recebeu uma circular do Tenente Genésio Paiva de Souza comunicando que assumiu o cargo de Delegado Geral de Polícia desta cidade.

Em nome da moralidade a vereadora Geminiana falou da falta de respeito que está instalada no Mercado Municipal. Disse ainda que o espaço “está de tal forma que uma senhora não pode ir lá para fazer suas compras”. Em colaboração a fala da vereadora, o líder do Governo Gláucio Gonçalves, disse ter recebido várias queixas partidas do estabelecimento público. O vereador Raimundo Bentes fortaleceu os argumentos ao dizer que “quando entra-se no Mercado vê-se o desrespeito que lá existe.” (LIVRO DE ATA 62/64, p.168).

Preocupados com este assunto, o Legislativo formou uma Comissão composta pelos vereadores Gláucio Gonçalves, Geminiana Bulcão e Raimundo Araújo, para falarem com o Prefeito e tomarem as medidas cabíveis.

Os trabalhos transcorrem normalmente apresentando os resultados as propostas dos vereadores.

Em nove de junho são apresentados ao Plenário os resultados da reunião com o Prefeito, para a moralização do Mercado Público. A vereadora Geminiana Bringel, intermediando outro assunto, cobrava providências ao Executivo, para que os preneiros não estendessem juta nas vias públicas. Pois, o procedimento atrapalhava a passagem das pessoas e também causava sujeira na cidade.

Fatos pitorescos do cotidiano do município têm forte representação nas ações do Legislativo, como podemos observar na fala do vereador Raimundo Nonato Barbosa de Oliveira, na sessão de 25 de setembro que:

Pedia que a casa solicitasse ao Delegado de Polícia Municipal providências sobre a liberdade do meliante “Chico Arigó” que há menos de um ano havia praticado um crime bárbaro e além de estar solto pelas ruas da cidade, além de a noite trabalhar em uma barbearia manuseando uma navalha. Propondo que o criminoso trabalhe sobre vigilância e sem contato com pessoas e armas na mão. (LIVRO DE ATA 62/64, p. 184)

Outro assunto abordado pela vereadora Geminiana Bulcão, em seis de outubro de 1965, tratava da ordem na lavanderia pública. A vereadora pedia a designação de um vigia para o local, para evitar que o poço não fosse invadido por meninos que com objetivo de brincar, acabavam tomando banho no poço,

prejudicando a qualidade da água e comprometendo o seu uso.

Na sessão de dez de dezembro, identificamos o requerimento número 18/65, do vereador Raimundo Osmar de Araújo, para o Delegado de Polícia, que informasse se Sr. Élcio Ferreira de Farias, que tinha sido alvejado pelo indivíduo Nelson Pinto, havia feito exame de corpo delito, além de informar se o autor do disparo possuía autorização para posse de arma. (LIVRO DE ATA 64/69, p. 59).

Em vinte e oito de abril de 1966, a vereadora Geminiana chama atenção ao problema da falta de vigilância noturna, argumentando que a cidade encontrava-se em estado de completo abandono. Falava ainda que por falta de policiamento, estavam ocorrendo muitos furtos às casas comerciais e concluía sua explanação pedindo que fossem cobradas providências ao Delegado de Polícia. No mesmo sentido, o vereador Raimundo Osmar de Araújo, perguntou por quais motivos a Guarda Municipal não estava funcionando, uma vez que o município possuía verba especial para mantê-la. Assim, o vereador ordenou que fosse solicitada do Prefeito a criação de uma nova Guarda Municipal.

A vereadora Geminiana chama atenção para a velocidade exagerada com a qual os carros andavam na cidade, ocasionando acidentes. Assim, propunha ao a necessidade da criação de uma tabela para fixação do

preço das corridas dos carros de praça, pois eram identificadas muitas irregularidades nesta questão.

O vereador Gláucio Gonçalves criticou a falta de policiamento em que se encontra o município e os assaltos às casas de comércio. Para solucionar o problema, propunha que fosse enviado um ofício ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário de Interior e Justiça, pois eram as autoridades responsáveis e competentes para solucionar o problema.

A vereadora Geminiana Bulcão “apresentou um requerimento, através do qual pedia ao Delegado de Polícia desta cidade, que o mesmo proíba que prostitutas perambularem pelas principais artérias de nossa cidade, antes das oito horas da noite” (LIVRO DE ATA 64/69, p. 103).

Em quatorze de julho, a sessão foi iniciada com o pronunciamento do presidente José Pedro Faria em protesto contra a “jogatina que está se efetuando livremente no arraial de Nossa Senhora do Carmo”, argumentou que a Constituição Federal não estava sendo cumprida, já que a mesma condena jogos de azar. Por fim, concluiu o seu discurso dizendo que um ofício fosse imediatamente enviado ao Delegado de Polícia para tomar as medidas necessárias.

E por fim, na sessão de vinte de novembro, Gláucio Gonçalves apresentou um requerimento para que o Delegado de Polícia disponibilizasse policiamento

rigoroso para combater o vandalismo que está acontecendo na área da Francesa.

QUESTÃO DE ORDEM

1964

Os trabalhos do Legislativo, peculiaridades e tensões da vida pública representam aspectos significativos dentro da Quinta Legislatura. Preocupações naturais com a cultura, com as dinâmicas internas de funcionamento da Câmara, bem como procedimentos permanentes como outorga de títulos de cidadania parintinense e aforamento de terras são observados a partir dos textos oficiais.

Destacam-se nesta legislatura, os vereadores Gláucio Bentes Gonçalves, Geminiana Campos Bulcão Bringel e o Presidente José Pedro de Almeida Faria, por suas atuações dinâmicas e questionadoras.

Ainda como líder do governo no legislativo, na sessão de trinta de abril, Gláucio Gonçalves, pedia mais interesse as suas proposições. Pedia ao Presidente da Câmara que fosse dado andamento a análise da proposta em que era de criada a taxa pró – associação, cujo texto estava em poder do vereador Raimundo Nonato Barbosa, que, por sua vez, estava sem comparecer as sessões. O vereador Gláucio esclareceu que a taxa que estava sendo criada pelo seu projeto destinada a Associação de Parintins, não era coisa demais, pois segundo

informações dadas pelo Presidente desta associação, esse prédio quando pronto estiver servirá para escolas. (LIVRO DE ATA 62/64, p. 158).

Nesta legislatura é bem difícil determinar a condição de vereador e suplente, pois nos quatro anos de mandato, houve muita mudança no quadro de vereadores. Podemos citar como exemplo, na sessão de 13 de maio, o suplente Raimundo Bentes de Jesus, assumiu a cadeira de vereador no lugar de Raimundo Nonato Barbosa que estava licenciado.

Um fato pitoresco aconteceu nos pronunciamentos da sessão de 20 de maio, quando o vereador Raimundo Araújo, esclareceu em plenário o comentário feito pelo “Sr. Fernandão”, no Mercado Municipal. O dito senhor, dizia que o vereador Raimundo Araújo “é distribuidor de gás em nossa terra e está explorando o povo”. Em sua defesa, o vereador disse não ser distribuidor de gás, que apenas contribui com seu irmão Tobias Araújo em vender, explicou ao Plenário, expondo o preço do gás comprado em Manaus, e por isso, não podia ser vendido por menos do que estavam vendendo, pois fazem uma despesa de uns 100%. (LIVRO DE ATA 62/69, p. 164).

Na sessão de cinco de junho, percebemos um traço de desarmonia entre o poder Executivo e Legislativo, amenizado pelo vereador Gláucio Gonçalves. É citado um ofício de número 72/64, cujo teor é ofensivo a Câmara, embora nos textos dos autos e

das atas este ofício não tenha sido encontrado. O que é possível notar por várias vezes na fala do Presidente Sr. José Pedro Faria, é que havia uma espécie de pouco caso do Sr. Prefeito em relação as proposições enviadas pela Câmara, caracterizando desprestígio.

Os vereadores Gláucio Gonçalves e José Pedro Faria, vivenciaram vários momentos de divergências nesta legislatura, fato comprovado em vários parágrafos dos textos. No exercício de sua função como Presidente, José Pedro Faria, “disse que ia promulgar as Leis, vindas do Executivo. O vereador Gláucio Gonçalves falou sobre a promulgação dessas leis, e que tinham seu voto contra. O Sr. Presidente mostrou ao Plenário lendo alguns artigos que as leis vindas do Executivo são promulgadas por esta Casa, isto é, pelo Presidente. E que nenhum vereador pode votar contra.”(LIVRO DE ATA 62/64, p. 175). Após tomar a decisão finaliza os trabalhos promulgando as leis de número 1, 2, 3, e 4, de dezesseis e dezessete de junho de 1964.

A qualidade no atendimento ao serviço público é cobrada em um dos requerimentos apresentados pela vereadora Geminiana Bulcão, cujo texto de sua autoria pedia que:

Fosse oficiado ao Administrador da Mesa de Rendas, solicitando que seja designado um funcionário de sua repartição, a fim de todas as vezes que chegar aviões de Belém, esteja o mesmo na agência, a fim de fazer a liberação de encomendas, pois o que está acontecendo chega

a ser humilhante, terem os destinatários de seca a Meca atrás do Sr. Administrador, afim de colher assinatura, para poder tira suas encomendas. Requereu também ao Sr. Administrador da Mesa de Rendas, para informar quantas sacas de café conduzia o motor “Mensageiro”, apreendido pela lancha Josué Souza e qual medida tomada por essa repartição com relação ao assunto.” (LIVRO DE ATA 61/64, p. 176).

Os trabalhos do Legislativo retornam em quinze de setembro. Nesta sessão o Prefeito Municipal apresentou sua primeira mensagem. Ao entrar no recinto o Chefe do Executivo foi bastante aplaudido. Foram convidados pelo Sr. Presidente a compor a mesa, o Sr. Prefeito, o Sr. Alcides Nascimento Teixeira e o Dr. José Henriques de Souza Filho “respectivamente Secretário de Administração de Administração e Consultor Jurídico e Fazendário da Municipalidade.” (LIVRO DE ATA 62/69, p. 176)

Concedida a palavra ao Exmº Prefeito Raymundo Dejard Vieira deu inicio a leitura de sua mensagem e após passou-a ao Sr. Alcides Nascimento Teixeira para ler a parte referente à demonstração financeira e administrativa que voltou as suas mãos para ler a conclusão. (...) O Dr. José Henriques de Souza Filho, que em brilhante locução examinou vários pontos da administração municipal e concluiu congratulando-se com o Prefeito e vereadores pela maneira como se tem conduzido no

desempenho dos seus deveres. (livro e atas 61/64, p. 178).

O Decreto número 8, que “cria a Procuradoria Jurídica e Fazendária da Municipalidade na parte leste da cidade.” (LIVRO DE ATA 62/64, p.179), apresentado na sessão de dezessete de setembro está entre as ações que podemos destacar como de maior peso e relevância para a organização e funcionamento do município.

Em dezoito de setembro, os trabalhos constaram da chamada ao Sr. Guilherme Ribeiro, suplente, para prestar juramento. Por carta, o Sr. Antônio Gonçalves Maia e Souza, suplente do PTB, convocado, comunicou que não seria possível assumir o cargo de vereador.

Em vinte e nove de setembro, o vereador Guilherme Ribeiro apresentou a casa dois requerimentos. Um com finalidade de comunicar ao Presidente do Banco de Crédito da Amazônia S/A, para que a agência autorizasse o pagamento de Cr\$ 65.000,00, crédito devidamente autorizado em favor da Cooperativa Mista de Parintins.

O mesmo vereador, Guilherme Ribeiro, pela Comissão de Finanças e Orçamento apresentou um Projeto de Lei, número 21/64, que suplementa no orçamento vigente da Câmara Municipal – “Dotação nº 1 – Pessoal Fixo, 8.00.0 – 0,5 a) Substituição com a quantia de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros)”. (LIVRO DE ATAS 64/69, p. 184). É importante dizer

que embora citada nas atas, esta lei não consta no livro de registro de leis.

A Quinta Legislatura herda da legislatura anterior, as prestações de contas referentes aos anos de 1962 e 1963, situação que oportuniza muita discussão entre os representantes do Legislativo. Em trinta de setembro, a sessão inicia com os protestos do vereador Gláucio Gonçalves pela forma como foi discutida a prestação de contas do Prefeito José Esteves no exercício administrativo de 1962. Os documentos do processo estavam com o vereador que havia pedido vistas para melhor analisá-los, como o processo de análise demorou mais do que o previsto, o Presidente resolveu julgá-lo a revelia do seu colega. Em seu discurso, Gláucio fez acusações e críticas à mesa. Por algumas vezes foi interrompido pela palavra do Sr. Presidente, que dizia aceitar o protesto, mas não as críticas. O vereador continuava seus protestos dizendo que a Presidência “agiu sem consideração ao orador, segundo termos do seu discurso e com apoio total do plenário.” (LIVRO DE ATA 62/64, p.188).

A ata do dia trinta foi aprovada com algumas observações feitas pelo Presidente da Câmara, pois no texto não constavam as observações feitas às falas do vereador Gláucio Gonçalves em que fazendo uso de sua autoridade, o Presidente falava em “cassar a sua palavra se continuasse a fazer críticas a Presidência, pois está sempre a pautar os seus atos com imparcialidade e

justiça, sem influir nas deliberações dos seus.” (LIVRO DE ATA 62/64, p. 187)

Foi apresentado pelo Presidente da Câmara de um ofício número 23/64, que autorizava o Prefeito Municipal tratar junto ao Governo do Estado do Amazonas e ao Banco do Estado do Amazonas S/A, de assuntos relacionados ao município de Parintins.

Na sessão de cinco de outubro, o suplente de vereador Zilmo Ferreira de Souza é convidado a prestar juramento legal, porém não fica determinado qual vereador iria substituir. Em seis de outubro, o recém-empossado vereador Zilmo Ferreira de Souza, apresentou a mesa um projeto de número 24/64 que isentava de impostos e taxas as Sociedades Cooperativas que já funcionavam ou que ainda iriam ser fundadas no município.

O Legislativo inicia os trabalhos na sessão de três de novembro com a apresentação do ofício número 136/64, acompanhado do Projeto de Lei do Executivo Municipal e da justificativa que institui o contrato de empreitada para os serviços de obras da municipalidade. (LIVRO DE ATA 62/64, p. 193).

Também foi apresentando o ofício número 143/64, que encaminhava o Projeto de Lei de número 16/64, que suplementa verbas no orçamento municipal no valor de Cr\$ 10.400.000,00 em diversas dotações.

O vereador Raimundo Nonato Barbosa de Oliveira apresentou dois requerimentos de sua autoria.

No primeiro, solicitava ao Chefe do Executivo o balancete financeiro da Prefeitura até a data de envio do documento e que posteriormente fosse enviado diariamente o movimento das despesas e receita para que o Legislativo tomasse conhecimento do assunto. Os requerimentos e proposições foram aprovados.

Em relação ao projeto número 24/64 que isentava de taxas e impostos municipais a cooperativa Mista de Parintins, o vereador Raimundo Nonato Barbosa pediu vistos de vinte e quatro horas para avaliar a documentação. O prazo concedido, não deixou de gerar discussão entre o vereador do PTB, Gláucio Gonçalves e o Presidente José Pedro. Na argumentação, o vereador dizia que a matéria estava em pauta para ser discutida. O Presidente da Câmara disse que já havia permitido que um prazo maior para o estudo e avaliação também fosse dado ao vereador Gláucio Gonçalves e que estava dando ao vereador do PSD, Raimundo Nonato Barbosa, por não haver diferença entre eles. Ambos trocaram pontos de vistas divergentes “sobre o assunto que consideram o caso omissa no regimento interno da Casa.” (LIVRO DE ATA 62/64, p. 196).

O Decreto de número 5/64, que desapropria para utilidade pública a área compreendida entre o Posto de Saúde São Benedito e o Curro Municipal, foi aprovado por unanimidade de votos. Apenas uma observação a respeito do texto do decreto, o projeto está citado no livro de registro de leis 62 – 64, com o número de 4/64.

Veio do Gabinete do Executivo Municipal, a resposta para o problema do abastecimento da carne verde, explicando que após o término dos serviços do mercado, apresentaria uma nova regulamentação para os serviços internos e convidou os membros do Legislativo a discutir o assunto e as medidas enérgicas para solucioná-las. Solicitou ao vereador Raimundo Nonato Barbosa, que foi quem apresentou o requerimento, que envie um trabalho unilateral propondo soluções ao problema.

Foi apresentado o Projeto de Lei número 17/64 que propõe a abertura de crédito no valor de Cr\$ 200.000,00 para atender aos serviços do censo escolar em Parintins.

O projeto 14/64 é responsável pela criação do contrato de empreitadas para o serviço das obras municipais, além de abrir crédito no valor de Cr\$ 5.000.000,00 para a execução das obras. (LIVRO DE ATA 1964/1969, p. 3)

O vereador Gláucio Gonçalves apresenta a mesa o parecer unânime, da Comissão de Finanças, no decreto número 8/64, que cria a Procuradoria Jurídica e Fazendária da Municipalidade e abre crédito especial de Cr\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil cruzeiros).

Os trabalhos de vinte e dois de dezembro iniciam com a vereadora Geminiana Campos Bulcão Bringel, apresentando, pela Comissão de Finanças e Orçamento, o Projeto de Lei número 18/64 – P.M.P, que orça e fixa as

despesas para o exercício financeiro de 1965. Foi solicitado pela vereadora, informação ao delegado de polícia sobre a prisão do cidadão Urbano Bonaerges de Araújo e se o mesmo já havia sido solto, assunto não definido pelos textos oficiais.

E por fim em 23 de dezembro, os trabalhos de 1964, foram concluídos.

1965

A primeira sessão que inicia o ano de 1965 acontece em oito de janeiro. Estavam presentes os vereadores: Geminiana Bulcão Bringel, Raimundo Bentes de Jesus e Raimundo Reis Ferreira.

Conforme a fala do presidente José Pedro Faria, a sessão seria para analisar o veto parcial do Sr. Prefeito ao Projeto de Lei número 18/64, cujo conteúdo orçava e fixava as despesas do Município pra o exercício financeiro de 1965 e a emenda que substituiria o assunto vetado nas dotações número 1, 2 e 4. Após a avaliação, o vereador Raimundo Reis Ferreira apresentou as seguintes considerações, que a mensagem deveria ser analisada sem as emendas, pois as mesmas eram inoportunas. Assim, a Comissão Especial foi designada para dar parecer no assunto e a sessão foi encerrada.

Em dez de janeiro, realizou-se a sessão preparatória da Câmara Municipal. Estavam presentes os vereadores José Pedro Faria, Alberto Kimura Filho e Geminiana Bulcão, como não houve quórum a eleição

para a composição da nova mesa ficou marcada para o dia quinze, às quinze horas.

O vereador Gláucio Gonçalves comunicou ter renunciado a liderança do Governo Municipal e disse “estar em situação de completa independência política livre de compromissos com elementos ou grupos e sempre disposto ao trabalho em favor da coletividade.” (LIVRO DE ATA 1964/1969, p. 14).

A vereadora Geminiana Bringel encaminhou a mesa um ofício enviado pelo Chefe do Executivo informando da renúncia do vereador Gláucio Gonçalves das funções de líder do governo e que por isso, a mesma estava credenciada a exercer a função. Apesar do novo cargo a desempenhar, a vereadora falou que “não seria um instrumento dócil nas mãos do Executivo, que sua atuação seria de maneira a não contrariar os seus princípios de independência.” (LIVRO DE ATA 1964/1969, p. 14).

O vereador Gláucio Gonçalves apresenta a mesa um requerimento, em caráter de urgência para que o Sr. Prefeito tomasse providências e ordenasse reparos no trecho que vai da Rua Rio Branco e a Fábrica de Redes.

Na sessão de dezesseis de março, na segunda parte da ordem do dia, foram formadas as novas comissões técnicas.

Em dezessete de março, o vereador Gláucio Gonçalves de posse da palavra, pediu que fosse comunicado ao Deputado Federal José Esteves, “pela

escolha acertada com o Presidente da Comissão do S.P.E.V.E.A.” O mesmo vereador, em requerimento, solicitou a mesa que, fosse pedido ao deputado que interviesse junto ao Banco de Crédito do Amazonas, pra que este se dispusesse a atender os problemas da região e satisfazer os interesses da classe produtora do município. (LIVRO DE ATA 64/69, p. 16).

A vereadora Geminiana Bulcão, atual líder do governo, pediu que fosse oficiado ao Sr. Chefe de Polícia a permanência em nosso município, do Delegado de Polícia Tenente Luiz Rodrigues de Carvalho. Após, esta solicitação, propôs que fosse realizada uma sessão solene para comemorar a “Revolução.”⁴ (LIVRO DE ATA 64/69, p.17).

Como havia sido solicitado pelo Legislativo, foi enviada a Câmara, pelo Executivo, o Balancete de Despesa e Receita de junho a dezembro, de 1964.

O vereador Gláucio Bentes Gonçalves, pediu que o Poder Executivo, não se esquecesse de ajudar ao SESP, com pedra e areia para a construção de tanques para armazenamento de água.

Na sessão de treze de abril, o expediente constou de várias comunicações entre a Câmara e outros órgãos públicos. Dentre essas comunicações, destacamos o telegrama do Deputado Federal José Esteves, agradecendo as felicitações pela eleição que disputou

⁴ Termo utilizado pela vereadora para se referir ao aniversário do Golpe Militar.

para a Presidência da Comissão de Valorização da Amazônia, da Câmara Federal. Outra comunicação do Deputado dizia respeito a um telegrama enviado pelo Legislativo parintinense, que em atenção ao assunto do texto, já havia dirigido “reclamação ao Presidente do Banco de Crédito da Amazônia, Banco do Estado e Banco do Brasil, solicitando maior amparo e crédito em virtude da nova safra que reclamou maiores custos.” (LIVRO DE ATA 64/69, p. 20).

No mês de abril, no dia vinte, identificamos algumas comunicações importantes como o cartão enviado pelo Deputado José Esteves, informando que havia conseguido incluir, no Plano Telegráfico Nacional, a construção do prédio destinado a Agência dos Correios e Telégrafos de Parintins, outro fato marcante da Quinta Legislatura.

O vereador Raimundo Osmar de Araújo apresentou o parecer do projeto número 1/65, pela Comissão de Constituição e Justiça. O vereador Gláucio Gonçalves, solicitou que fosse comunicado aos Ministros da Fazenda e Presidente do Brasil S/A, para que fossem tomadas as providências necessárias, por meio da agência local do Banco do Brasil a autorização de empréstimos aos produtores de juta.

Na sessão de seis de maio, o vereador Gláucio Gonçalves apresentou um protesto, por meio de requerimento, pela forma como a saúde pública estava abandonada em nosso município.

Ainda sob a presidência da vereadora Geminiana Campos Bulcão, os trabalhos do dia dez de maio, consistiram em um pronunciamento do vereador Raimundo Osmar de Araújo, que pedia informações da Mesa, se havia recebido da Associação Comercial, uma cópia do seu estatuto como já havia sido solicitado. A vereadora comentou o fato de a Associação estar se beneficiando há um ano “com uma taxa cobrada sobre as mercadorias importadas e os produtos exportados pelo município, sem apresentar com o produto da mesma nenhum benefício, inclusive do funcionamento de uma escola que, segundo peça do processo do projeto que originou a Lei, se obrigaria a manter.” (LIVRO DE ATA 64/69, p.26).

O assunto “Taxa Pró-Associação”, levou alguns dos membros do Legislativo a se pronunciarem sobre o assunto. O vereador Gláucio Gonçalves, autor do projeto “afirmou não impor a Lei que criou a referida taxa nenhuma obrigação a entidade beneficiada.” (LIVRO DE ATA 64/69, p. 26).

Osmar de Araújo finalizou os pronunciamentos sobre o assunto, pedindo que fosse enviado um ofício ao Sr. Prefeito para autorizar o Serviço do Porto a fornecer um demonstrativo de quanto foi arrecadado com a Taxa Pró-Associação. Comercial, desde a data da sua instituição.

O retorno a Presidência do Legislativo do vereador José Pedro Faria ocorre em vinte de maio.

Registramos como atividade neste dia uma carta do deputado José Esteves, “comunicando estar enviando ao Sr. Prefeito Municipal de Parintins a importância de Cr\$ 3.500.000 referente a duas verbas, uma do Ministério da Justiça no valor de Cr\$ 2.800.000 e outra do Ministério da Educação e Cultura no valor de Cr\$ 700.000, oriundas de suas emendas orçamentárias do exercício de 1964 agora recebidas.” (LIVRO DE ATA 64/69, p.2).

A vereadora Geminiana Bulcão informou a todos do grave estado de saúde do ex-vereador Sr. Domingos Prestes, solicitando que fosse designada uma comissão para visitá-lo.

Em vinte e um de maio a vereadora Geminiana Bulcão, expressou em plenário que fosse transmitido ao Governador do estado Arthur Reis, o sentimento de solidariedade do município para com a atitude corajosa que adotou face ao convênio de internacionalização da Amazônia. A vereadora informou que havia recebido da Secretaria de Educação, um documento que determinava que fosse obrigatório nas escolas públicas o ensino da defesa da Amazônia contra a cobiça estrangeira. (LIVRO DE ATA 64/69, p.28).

Raimundo Osmar de Araújo, após se solidarizar com as palavras da vereadora Geminiana Bulcão, cobrou uma cópia do convênio assinado com a Celetramazon e o município para a execução do projeto que propunha a eletrificação da cidade.

Na sessão de vinte a vereadora Geminiana Campos Bulcão pediu que fosse solicitado da Cooperativa Mista de Parintins Ltda., uma cópia do seu estatuto.

O vereador Raimundo Osmar de Araújo enviou a mesa um projeto de sua autoria que propunha a alteração da lei de número 10 de vinte de maio de 1964. Ao serem abertas as discussões, o vereador Gláucio Gonçalves lembrou que era autor do projeto, no qual, Raimundo Osmar de Araújo estava propondo alterações, que de acordo com sua argumentação acreditava que “a modificação da referida Lei, ora proposta pelo projeto, transparecia haver dúvidas sobre a aplicação da verba criada o que afirmava não estar acontecendo, pois a Associação Comercial estava sendo dirigida por um cidadão de reputação idônea”. (LIVRO DE ATA 64/69, p. 30). Apesar dos argumentos do vereador Gláucio Gonçalves, contra as alterações propostas para a lei de número 10 de 1964, o projeto foi considerado objeto de deliberação por maioria de votos.

Em oito de junho, a sessão foi presidida por Raimundo Osmar de Araújo, pois, estavam ausentes o Presidente e Vice. Por meio de carta, o vereador Antônio Gonçalves Maia e Souza, suplente da legenda PTB, informava que “por motivos superiores” não iria assumir a vereança. O executivo enviou um ofício, número 48/65, que extinguiu por motivo de contenção de despesas, o cargo de “Chefe de Fomento”.

Foi apresentado um ofício, do Executivo, na sessão de onze de junho, que propunha um projeto de lei, número. 3/65, que promovia “por antiguidade” o funcionário Arkibal Saunier d’Oran, no cargo de primeiro conferente nos galpões do porto.

Com o início dos trabalhos a vereadora Geminiana pediu urgência na análise do projeto 4/65. Por questão de ordem interna, no funcionamento da Câmara, o Sr. Presidente, informou aos demais vereadores que havia convocado o suplente do PTB, para substituir o vereador Alberto Kimura Filho, que já vinha ausentando-se há algumas sessões. Como o regimento interno não fazia referencia contrária ao procedimento, o Presidente submetia a avaliação da plenária sua decisão. A vereadora Geminiana explicou que estava de posse de um pedido de licença do vereador Alberto Kimura e que ainda não havia apresentado a Casa por estar esperando que todos estivessem reunidos. Ainda sobre o assunto do afastamento do vereador Kimura, Gláucio Gonçalves afirmava que o assunto já estava resolvido, uma vez que o suplente do referido vereador já havia sido empossado e, portanto, vinha participando das reuniões da Casa. Os pronunciamentos encerraram com a divergência de opiniões sobre o assunto entre os vereadores José Pedro Faria e Guilherme Ribeiro.

Foi posto em discussão, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, relacionado ao projeto, número 3/65, que altera a Lei número 10 de vinte de maio de

1964. De acordo com a ordem dos pronunciamentos, o vereador Gláucio Gonçalves combateu o parecer e o projeto, argumentando que “a redução da taxa em favor da Associação Comercial viria trazer embaraço a mesma, pois contava apenas com essa renda e que o seu projeto de reconstrução da sua sede não estava concluído.” (LIVRO DE ATA, 64/69, p. 32).

Justificando suas propostas de mudança, o vereador Raimundo Araújo, fez críticas a Associação explicando que considerava a instituição ilegal:

Pois não elege a sua diretoria há mais de dois anos o que contraria seus estatutos: que a Associação não vem de maneira alguma cumprindo com as suas finalidades, citou o exemplo do Imposto de Transação que a Mesa de Rendas local cobrou ilegalmente durante algum tempo sem que a Associação tomasse nenhuma medida em defesa de seus associados contribuintes. (LIVRO DE ATAS, 64/69, p. 32).

Na sessão de quinze de junho, a vereadora Geminiana Bulcão encaminhou a mesa três autos de aforamentos de terras. Também por meio de requerimento a vereadora pediu que fosse enviada ao poder Executivo, a redação final do projeto em que era autorizada a aquisição de um caminhão para o Órgão Rodoviário Municipal. Além de lembrar aos demais vereadores que estava para ser encerrado o primeiro

período das reuniões e, portanto, os projetos deveriam ser analisados antes do encerramento do período.

Os trabalhos da Câmara retornam em quinze de setembro com a apresentação de quatro ofícios enviados pelo Chefe do Executivo. O de número 92/65 tratava de quatro solicitações de aforamentos de terra. O de número 93/65, encaminhava o projeto de lei, número 7/65 no qual era proposta a abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 6.8000.000 para a construção de um poço tubular, para uso dos munícipes. Os textos oficiais não identificam o lugar determinado para a construção do poço.

A sessão seguinte acontece doze dias após o retorno aos trabalhos, no dia seis de outubro. Oficialmente não há explicação para o fato. No entanto os textos trazem, neste dia, a existência de um ofício da Prefeitura, número 100/65, em que era apresentado ao Legislativo o Plano de Trabalho do Órgão Rodoviário Municipal, para que este fosse aprovado pela Câmara. Os vereadores Raimundo Reis e Raimundo Nonato Barbosa de Oliveira entraram de licença neste dia.

Na sessão de sete de outubro, Raimundo Bentes de Jesus assume a função de vereador e pela Comissão de Constituição e Justiça, apresentou a Mesa dois autos dos Projetos de Leis da Prefeitura Municipal de Parintins, número 7 e 8/65 com os pareceres que tomaram os números 24 e 25/65, todos unanimemente aprovados pelo plenário. Apesar de citados estes documentos não foram

encontrados para que pudesse ser definido o seu conteúdo.

Na sessão de treze de outubro foi encaminhado a Mesa, dois de Projetos de Lei, número 7 e 8/65, com os pareceres números 27 e 28/65. Nesta mesma sessão, o vereador Raimundo Osmar de Araújo, apresentou a mesa uma Indicação, número 2/65, em manifestava a preocupação com a entrada de compradores de farinha de mandioca, na área de maior produção local. A elevação do preço do produto, mais a saída para outros municípios, implicavam na falta do produto para o consumo da população local.

Senhores vereadores. Considerando que, com a entrada de compradores de farinha de mandioca no rio Uaicurapá, que é o principal produtor desse gênero, que adquirem por preços elevadíssimos e conduzem para outros municípios. Considerando que essa ocorrência vem prejudicando grandemente a população deste Município que já está se ressentindo da falta desse produto básico da sua alimentação. Considerando que é dever do Chefe do executivo zelar pelo bem estar de seus municípes. Indico a douta Câmara para se aprovado pelo ilustre plenário, oficiar ao Sr. Prefeito Municipal afim de que seja proibida a saída para outros municípios da farinha de mandioca. Podendo mesmo usar de recursos financeiros disponíveis para evitar a evasão do produto. S.S. da Câmara Municipal de Parintins, em 13 de outubro de 1965. (a.a) Raimundo Osmar de Araújo e Raimundo

Bentes de Jesus. (LIVRO DE ATA 64/69, p. 40).

Em quatorze de outubro, foi identificado um mal entendido entre alguns vereadores e o Secretário de Administração da época, Alcides Nascimento Teixeira. O presidente da Câmara, José Pedro Faria, falou que em conversa com o Secretário de Administração, foi informado sobre “um requerimento feito por um dos membros dizendo que a edil Geminiana Bringel tinha ido dar conhecimento que o Sr. Presidente e o edil Raimundo Araújo estavam entravando a aprovação do Plano Rodoviário” (LIVRO DE ATA, 64/69, p. 41).

O Presidente José Pedro Faria, argumentou que não havia nenhum tipo de entrave, mas seriedade e que “queriam fazer um serviço honesto, seguro e claro.” Explicou ainda que o aborrecimento do Sr. Secretário era infundado, “pois desconhecia suas funções ao Órgão Rodoviário, que é do seu conhecimento ser o Diretor o Sr. Prefeito Municipal e não o Secretário de Administração, além do mais, o que foi requerido ao Sr. Prefeito foi a cópia da Lei que rege o Órgão Rodoviário e não cópias ou melhor recibos das despesas já feitas pelo mesmo órgão.” (LIVRO DE ATA 64/69, p. 41).

Sobre o assunto, o vereador Raimundo Araújo disse que não estava fazendo nada que pudesse prejudicar a aprovação do Plano Rodoviário. A vereadora Geminiana explicou aos demais vereadores que não tinha

dito que estavam atrapalhando a aprovação do Plano Rodoviário. Argumentou que não conhecia o Senhor Secretário de Administração como funcionário do órgão e quem respondia pelo mesmo, como diretor, era o Chefe do Executivo.

Em dezoito de outubro, sob a presidência da vereadora Geminiana, o vereador Gláucio Gonçalves, falou sobre os ofícios enviados pelo Executivo, números 106 e 110, em resposta as suas propostas, dizendo que apesar das palavras educadas, é notório que o executivo não irá atender suas solicitações. O que não o impedirá de continuar a enviar requerimentos com a finalidade de sempre representar o povo que o elegeu.

A vereadora Geminiana pediu que fosse solicitado do Prefeito Municipal o valor da arrecadação do Mercado Municipal relativas aos meses de agosto e setembro.

Em dezenove de outubro foram entregues pelo vereador Gláucio Gonçalves, pelas Comissões de Finanças e Redação Final, o parecer número 32 do Plano de Trabalho do Órgão Rodoviário. O vereador Gláucio Gonçalves falou sobre a possibilidade de a Câmara mudar para um prédio melhor, pois o atual estava em muito mal estado. O Presidente da Câmara explicou que estava se empenhando para conseguir um novo local e que inclusive, havia falado com o Prefeito sobre o assunto.

Em vinte de outubro, a sessão foi presidida novamente pela vereadora Geminiana Bulcão que pediu

opinião ao plenário sobre os autos do Plano de Trabalho Rodoviário, se devia ou não ser devolvido ao Executivo, para que fossem feitos os devidos esclarecimentos. De forma geral, todos foram favoráveis que fosse perguntado ao Prefeito Municipal se não havia a necessidade de vir o projeto de Lei para fundamentar a aprovação do Plano.

Em vinte e dois de outubro, os trabalhos do legislativo definem-se a partir do requerimento da vereadora Geminiana Bulcão em que denunciava os funcionários do Serviço de Terras e pedia abertura de inquérito administrativo para os mesmos. O vereador Gláucio Gonçalves, no Projeto número 7/65, propunha a abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 200.000, em favor da Loja Maçônica “União Paz e Trabalho”. (LIVRO DE ATA 64/69, p.47). Proposta que foi aprovada de forma unânime pelo Plenário.

Na sessão de quatro de novembro, a vereadora Geminiana propôs o andamento dos autos do projeto do Plano Rodoviário, afim de que este fosse aprovado, embora não tenha sido respondida a solicitação feita ao Executivo, pedindo explicações sobre o assunto. Todos os assuntos foram aprovados e encaminhados às comissões para a elaboração dos textos finais.

A sessão de onze de novembro, presidida pela vereadora Geminiana Bulcão, apresenta um fato importante para a história da política municipal, quando o vereador Gláucio Gonçalves informa ao plenário do

falecimento do ex-vereador Domingos Prestes, pedindo que a casa enviasse condolências à família enlutada.

Foi posto em 1ª, 2ª e 3ª discussão pela Senhora Presidente o Plano de Trabalho do Órgão Rodoviário Municipal, aprovado sem contestação. Assim como foi igualmente aprovado o Projeto 5/65, ambos encaminhados a comissão responsável pelo texto final.

Na presidência da vereadora Geminiana Bulcão, a sessão de doze de novembro, no requerimento número 16/65, o vereador Gláucio Gonçalves diz, “Sr. Presidente, requiro a V. Exa. pedir informações ao Sr. Prefeito Municipal, qual a arrecadação tributária deste município, relativamente a Indústria e Profissão”. O mesmo vereador dirigiu-se a Presidente, pedindo que esta conversasse com o Sr. Prefeito para saber sobre a visita do Governador do Estado em nosso município, para que a Câmara pudesse também homenageá-lo.

O retorno do vereador José Pedro Faria a sua função de Presidente da Câmara acontece no dia vinte e quatro de novembro. O expediente constou de um ofício número 1580 do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem, cujo teor informava a Casa que estava sendo deliberado em favor de Parintins “a 2ª quota do FRN no valor de Cr\$ 12.720.442”. Também foi identificada, nesta mesma sessão, uma comunicação da Câmara dos Deputados do Rio de Janeiro, de Gabriel Hermes informando que “apresentou uma proposta orçamentária para o exercício de 1966, em favor desse município, as

seguintes emendas. Ministério da Viação e Obras Públicas: prosseguimento dos trabalhos de construção do Porto de Parintins, Cr\$ 4.000.000: S.P.E.V.A. (...) e que cuidaria esforços no sentido de vê-las aprovadas na Comissão de Orçamento e no Plenário.” (LIVRO DE ATA 64/69, p. 55).

Na sessão de vinte e cinco de novembro, o presidente José Pedro Faria marcou para o dia seguinte a 1ª e única votação do Projeto número 6/65 em que é alterada a tabela do Imposto de Licença.

A última sessão do mês de novembro aconteceu no dia vinte e seis. Os trabalhos do legislativo consistiram na entrega do Projeto de Lei número 9/65, para o qual foi solicitado vista por vinte e quatro horas. A entrega pelo vereador Gláucio Gonçalves, a Comissão de Finanças do Projeto de Lei número 10/65 em que fixa e orça as despesas do município, acompanhado do parecer número 47/65, “em que pede a devolução do presente projeto, a fonte de origem, (Prefeitura) afim de que seja observado o lapso existente e bem configurado” (LIVRO DE ATA 64/69, p. 57).

Em seis de dezembro, novamente sob a presidência da vereadora Geminiana Bulcão, o Executivo enviou a Casa, a Lei de Meios para que fossem feitas as alterações necessárias.

Em quinze de dezembro, o vereador Gláucio Gonçalves apresenta a mesa um projeto, número 13/65 que criava uma verba no valor de Cr\$ 1.500 em favor da

associação Desportiva de Parintins e dos Clubes Esportivos.

As contas do Prefeito Municipal relativas ao ano de 1964 foram aprovadas e promulgadas na lei número 1 de quinze de dezembro de 1965.

Na sessão de vinte dois de dezembro, já em prorrogação, consta um ofício do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem “comunicando que foi liberado em favor do Município de Parintins a 3ª quota do FRN, no valor Cr\$ 19.911.412.” (LIVRO DE ATA 64/65, p. 65).

Pela Comissão de Finanças, a vereadora Geminiana Bulcão apresentou a mesa os autos do Projeto número 13/65, com o parecer número 58/65, acompanhado da emenda em que é criada uma verba no valor de Cr\$ 500.000, em favor da Associação Desportiva de Parintins e dos Clubes afiliados. O autor do Projeto, o vereador Gláucio Gonçalves manifestou opinião divergente da emenda aprovada, tanto que junto com o vereador Raimundo Reis apresentou voto contrário a proposta que só foi aprovada com o voto de minerva do Presidente.

Na sessão de trinta de dezembro, presidida pela vereadora Geminiana Bulcão, o vereador Raimundo Reis, entregou os autos do Projeto de Lei número 10/65 que orça e fixa as despesas do município com as respectivas emendas:

Imposto de Indústria e Profissão 80.000.000. Quota prevista no § 4º do art.º 15, da Constituição Federal 9.741.237. Quota sem imposto de Consumo Cr\$ 10.907.917. Imposto de Exploração Agrícola e Industrial 6.000.000. Dotação nº 17. Auxílio ao Ginásio Batista 300.000. Assistências diversas. Auxílio em favor da Associação Desportiva de Parintins e dos Clubes filiados a entidade Cr\$ 500.000. Dotação nº 17 acrescente-se o auxílio ao Colégio Nossa Senhora do Carmo 300.000. Dotação nº 19. Pensionistas (II) a Cr\$ 20.000 mensal Cr\$ 2.640.000. Salário Família Cr\$ 2.750.000. Aumente-se na Dotação 1 Cr\$ 1.720.000. Dotação nº 2 – Cr\$ 42.000. Dotação nº Cr\$ 200.000. (LIVRO DE ATAS 64/69, p. 6-68).

As emendas apresentadas foram analisadas em caráter de urgência e aprovadas por unanimidade. As contas do Prefeito Municipal também foram aprovadas e promulgadas na Lei nº 2/65. Os vereadores se pronunciaram desejando um bom fim de ano a todos e assim encerrando definitivamente os trabalhos de 1965.

1966

Outro fato marcante da Quinta Legislatura ocorreu na sessão de dezesseis de março. O Legislativo recebeu um ofício número 1/66 convidando para assistir a solenidade de instalação da Junta de Conciliação e Julgamento de Parintins e um requerimento do vereador Raimundo Reis solicitando o afastamento por noventa dias para estudar fora do município.

A leitura da mensagem do Sr. Prefeito foi feita no dia vinte de março. Além das autoridades locais, estava presente o Dr. Raimundo Aleixo, vereador da Câmara de Manaus.

Em vinte e cinco de março, o vereador Gláucio Gonçalves pede por meio do requerimento, número 4, enviava condolências ao farmacêutico, Sr. Tenysson Ribeiro, pela morte prematura de seu primo, Matheus Ribeiro Neto. Por fim, o de número 5, direcionado ao Sr. Pedro Taumaturgo Soriano de Melo, Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Parintins, felicitando pela instalação e funcionamento da Junta.

Em vinte de abril, sob a presidência da vereadora Geminiana, o expediente constou do recebimento de um ofício número 362/66 “comunicando que foi liberada em favor deste município mais uma quota proveniente do Fundo Rodoviário Nacional.” (LIVRO DE ATAS 64/69, p.73).

O ofício número 23/66, encaminhando o Projeto de Lei número 4/66 “que se refere ao crédito especial, do Órgão Rodoviário Municipal para a devida apropriação por parte do Legislativo.” O Prefeito Municipal apresenta um ofício pedindo licença para viajar para fora do estado, a fim de participar do Conclave de Prefeitos realizado no Rio de Janeiro, no período de dois a quinze de maio.

Chegava do Rio de Janeiro, um telegrama parabenizando a “brilhante atuação do Sr. Prefeito Raymundo Dejard Vieira e de Henriques de Souza Filho,

no Primeiro Encontro Nacional de Municípios. (LIVRO DE ATA 64/69, p. 74).

O dia vinte e três de abril, na sessão presidida pela vereadora Geminiana, chegou ao conhecimento da Câmara o nome da vencedora do Concurso “A mãe do Ano”, a senhora Dona Antônia Ribeiro. O concurso “A mãe do Ano”, foi lançado no município pelo jornalista José Colliex, dos Diários Associados do Estado do Amazonas e por isso a senhora Antônia Ribeiro irá a capital do estado representar as mães parintinenses na festa geral das mães.

No dia nove de maio, os trabalhos iniciaram com a fala do vereador Raimundo Osmar de Araújo, solicitando do Executivo a informação da renda total para o pagamento da taxa de segurança. Na sequência o vereador apresentou pela Comissão de Constituição e Justiça, o parecer favorável a abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 60.000,00 para contribuir com o pagamento do Serviço Autônomo de Estrada de Rodagem.

Em primeiro de junho, a vereadora Geminiana Bulcão pedia que fosse enviado ao Prefeito Municipal um ofício pedindo providências em relação ao “não cumprimento das cláusulas do contrato firmado entre o engenheiro Dario Hernani de Souza Vizen e a Prefeitura Municipal para a construção de um poço, afim de que seja normalizado o sistema de distribuição de água em Parintins.” (LIVRO DE ATA, 64/69, p.86).

O vereador Raimundo Osmar de Araújo enviou a Mesa, pela Comissão de Finanças e Orçamento, o parecer favorável relacionado ao exercício financeiro do Executivo, para o ano de 1965.

Em quinze de junho, foi apresentado o Projeto número 2/66, que autorizava o Poder Executivo a participar da construção do Palácio das Municipalidades em Brasília, para melhor defesa dos interesses do município. (LIVRO DE ATA, 64/69, p. 90).

A sessão de quinze de setembro, contou com a participação nos trabalhos do Senador Desirée Guaracy. A Câmara recebeu a notificação da nomeação do Sr. José Marinaldo da Costa Neto, como Administrador da Mesa de Rendas.

O Senador Desirée Guaracy, em pronunciamento:

Disse de sua satisfação em ter a honra de presenciar uma sessão na Câmara Municipal de Parintins. Em seu discurso (...) o Senador fez questão de frisar que a escolha do vereador Gláucio Gonçalves, para seu suplente ao Senado Federal, não foi casual, mas sim premeditada, pois no Senado devem estar homens que tenham convivência direta com os nossos caboclos, pois só assim terão capacidade para resolver os problemas que lhes afligem. (LIVRO DE ATA, p. 93/94).

A Comissão de Constituição de Justiça, por meio do decreto de lei número 5/66, autoriza o poder executivo “a arrendar para a firma Sobral Santos S/A. Comércio e

Indústria, filial de Parintins, o galpão número 4, de propriedade do Município.” (LIVRO DE ATA, 64/69, p. 96). Nesta sessão foi aprovado, por unanimidade, em segunda e terceira discussão o projeto de Lei Orçamentária do corrente ano.

Um dado significativo relacionado à organização interna do município vem por meio de um ofício do Juiz Eleitoral da 4ª Zona, informar que havia sido criada a 6ª Seção Eleitoral, “local onde funcionará a Mesa Receptora dos Votos, correspondentes as eleições de 15 de novembro do ano em curso. E requisitando a mesma para funcionar a Mesa apuradora das referidas eleições.” (LIVRO DE ATA 64/69, p. 102).

No dia dois de dezembro, o Executivo apresentou a mesa o projeto de Lei que orça e fixa as despesas do município para o ano de 1967.

Na sessão de seis de dezembro, o vereador Gláucio Gonçalves, criticou o Prefeito Municipal em relação ao pagamento do funcionalismo municipal.

Em doze de dezembro, o vereador Raimundo Reis solicitou a Fundação S.E.S.P. que fosse designado um médico veterinário para fiscalizar o abate dos animais no Matadouro Público, assegurando a qualidade na qualidade da carne para o consumo público.

O vereador José Pedro Faria após lamentar a situação de desprestígio em que se encontra a Câmara, pediu que fosse enviado ao Governador do Estado um ofício relatando a situação desesperadora dos

proprietários de carro de mão em nossa cidade, uma vez que a cobrança feita pela Comissão de Trânsito, para a regularização dos veículos é muito alta. Os demais assuntos apresentados para deliberação foram devidamente aprovados.

Na sessão de quatorze de dezembro, foi solicitado pelo vereador Raimundo Reis, ao Prefeito Municipal, que fosse feita a instalação de energia elétrica no Matadouro Municipal. Foram postos em discussão a redação final dos decretos números 5 e 6/66 e do Projeto número 7/66 e por fim, a segunda e terceira discussão sem interstício para a Lei Orçamentária para o ano de 1967.

No dia quinze de dezembro foi aprovado em segunda e terceira discussão o projeto número 10/66, assim como também as contas do Prefeito Municipal. Após a conclusão dos trabalhos os vereadores se despediram e encerram as atividades do ano de 1966.

1967

A sessão preparatória da Câmara para o início dos trabalhos do ano de 1967 aconteceu no dia dez de março, na presença dos vereadores: José Pedro de Almeida Faria, Geminiana Campos Bulcão Bringel, Alberto Kimura Filho e Raimundo Reis Ferreira, embora houvesse número legal, não havia assunto para deliberações.

A sessão de vinte e sete de março constou de um requerimento da senhora D. Maria Farias interessada em

adquirir o terreno de Patrimônio Municipal, onde funcionou a Usina Elétrica Auxiliar, denominada Dep. Souza Filho, situada no bairro de São Benedito. (LIVRO DE ATA 64/69, p. 110). Outro requerimento do Sr. Júlio Pereira Aquino, interessado em adquirir o motor de luz da antiga usina elétrica.

O vereador Gláucio Gonçalves chamou atenção da responsabilidade do Governo do Estado para com as obras iniciadas no município, como podemos observar no texto do seu requerimento.

Senhor Presidente: há coisas que nos incitam a não deixar passar, mesmo que sejamos de vida calma e pacata, quero me referir a algumas construções de responsabilidade do Estado, as quais foram planejadas pra um determinado fim, e agora, pelo que estamos informados, serão transferidas para outra finalidade. Iniciou-se uma construção na Avenida Amazonas, esquina com a Jonathas Pedrosa, pra ser instalado o Fórum local. Isso no governo do Prof. Gilberto Mestrinho. No ano passado sob a égide do então Governador Arthur Reis, a construção foi readaptada para o funcionamento do IPASEA. Essa última decisão foi mais animadora para todos que vivemos nesta cidade, pois haveria um plano de instalação de ambulância médica, aparelhada com as últimas e mais modernas adaptações de uso científico, inclusive com a permanência de um facultativo para o atendimento a que se propunha. Para tristeza nossa, estamos informados que uma ordem foi dada, fazer voltar para o fim inicial, isto é, Casa do Fórum. Diante do exposto acima requiro a V. Exc.^a, após ouvido o culto

plenário, seja oficiado ao Exm^o. Governador do Estado no sentido de que mande concluir o prédio pra a instalação do IPASEA, por consideramos mais útil a nossa coletividade, ate porque está com todas as adaptações para esse sentido, fato esse que talvez não seja do conhecimento de S. Exc.^a, o Sr. Governador. O Cartório poderá ser construído em outro local com adaptação própria. S.S. da Câmara Municipal de Parintins, 27 de março de 1967. (a) Gláucio Bentes Gonçalves, Vereador. (LIVRO DE ATA 64 /69, p. 110).

Em trinta e um de março, a sessão presidida por José Pedro Faria, constou de um ofício do Executivo, número 33/67, encaminhando os Planos Rodoviários de 1966 e 1967, conforme a justificativa. O vereador Gláucio encaminhou dois requerimentos, número 3 e 4/67, para que fosse oficiado ao Presidente do INDA e ao Presidente da Assembleia Legislativa do Amazonas, ajuda para que o nosso município modelo “seja contemplado com os favores da Lei que instituiu a Zona Franca”.

Nesta sessão foram postos em primeira, segunda e terceira discussão os planos de trabalho do Órgão Rodoviário do exercício de 1966 e 1967, aprovados por unanimidade e enviados a Comissão de Redação para a elaboração do texto final. O Presidente promulgou as leis número 1 e 2/67, que aprova o Plano Rodoviário.

Em três e abril, a sessão foi pontuada por assuntos delicados como a renúncia do vereador Raimundo Reis

Ferreira, argumentando a “necessidade do cumprimento de um imperativo constitucional”. (LIVRO DE ATA, 64/69, p. 113). Raimundo Reis foi o vereador mais jovem desta legislatura, surge na política local como líder estudantil, cuja votação foi bastante expressiva.

Como oposição fazia severas críticas à administração da época, por esta razão sofria pressões que o levaram a reconsiderar a conclusão do seu mandato. De acordo com o próprio vereador, as causas para a sua renúncia, residiram no fato de este não possuir idade legal para exercer o mandato até o fim. Por esta razão, preferiu renunciar. Em seguida o texto oficial da renúncia do vereador Raimundo Reis.

Documento de renúncia do vereador Raimundo Reis Ferreira.

ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS

Sr. Presidente
Senhores Vereadores

Existem muitas carreiras. Uma mais difícil e outras mais fáceis. Nas fáceis, em síntese, dignificas o homem desde que ele se procure dignificá-las através do trabalho honrado e de gestos imbuidos de dignidade humana. E as fáceis elas se pode servir ao próximo e à terra em que nascemos. E é com este pensamento e filial cofia de vida, que neste exato momento renuncio ao mandato que me foi confiado pelo povo tão bom e heroico de minha terra.

Durante três anos que passei como legítimo representante de minha terra, não me lembro de algum dia, voluntaria ou involuntariamente, ultrapassei os limites que prescreve o direito e a justiça". Sou sei também se como homem público fiz alguma vez ao meu próximo ou à minha terra. O que eu sei bem, e muito bem, é que quando as minhas humildes mãos não podiam praticar o bem, o meu coração o fazia. E por isto, eu deixo o meu mandato / com a consciência de dever cumprido. Talvez a minha terra nunca mais me veja no palco das competições políticas. Mas sempre há de me ver, como parintinense de uma só Parintins, lutando pelo seu progresso e engrandecimento e zelando pelos seus interesses destinos históricos.

É ansia termino, com um agradecimento e um apêlo. O agradecimento é a todos aqueles que direta ou indiretamente, e em todas as horas - boas e más - me esqueceram com o calor de suas amizades incondicionais, dando-me conforto moral na defesa da / mais santa, mais justa e mais sublime causa: a causa do povo.

O apêlo é a todos aqueles, sem distinção de cores partidárias, que ficam e que não de militar diretamente a política / de minha terra, no sentido de que, jamais deixes, qualquer aventureiro, tomar de suas mãos a bandeira de defesa do meu povo.

S.S. da Câmara Municipal de Parintins em 3 de abril de 1967.

R. Reis Ferreira
Vereador

Em dez de abril, sob a presidência da vereadora Geminiana, o vereador Gláucio Gonçalves de posse da palavra, saudou Raimundo Osmar de Araújo, convidado a assumir as funções de vereador no lugar de Raimundo Reis Ferreira, que havia renunciado ao seu mandato.

O vereador Gláucio Gonçalves, pela Comissão de Constituição de Justiça, apresentou um parecer número 7/67, aprovado sem contestação, que tratava do seguinte assunto:

Esta comissão que tem a finalidade precípua de fazer justiça e não deixar fugir aos preceitos Constitucionais, apenas deseja apresentar uma emenda na tabela apresentada para efeito de cobranças de Taxas a ser verificada na ocasião de importação de produtos, aliás, de mercadorias. Onde está tecidos e confecções em geral Cr\$ 4, passará a ter a seguinte alteração: Tecidos e Confecções em Geral Cr\$ 10 (dez Cruzeiros Velhos) por quilo. Essa alteração procede das demais taxas, como por exemplo: bebidas alcoólicas, móveis em geral, calçados e outras que estão fixadas no mesmo valor, isto é, dez Cruzeiros Velhos por quilo. Assim por ser de justiça sugiro aos meus lustres pares que aprovelem com essa emenda o presente decreto. S.S da Comissão de Constituição e Justiça, 11 de abril de 1967. (a) Gláucio Gonçalves. (LIVRO DE ATA, 64/69, p. 115).

No dia doze de abril, o vereador Alberto Kimura apresenta o parecer da Comissão de Finanças para o Decreto 1/66, proposto pelo vereador Gláucio Gonçalves.

O texto do parecer número 1/67, rejeitava a emenda da Comissão de Constituição e Justiça e apresentava outra emenda. “Na tabela apresentada para a cobrança das taxas leia-se: Importação – Tecidos Cr\$ 20. Confecções Cr\$ 10. – Cigarros Cr\$ 20. Na exportação: Juta prensada por tonelada ou fração Cr\$ 3.000.00 – sala das Sessões da Câmara Municipal de Parintins, 12/4/67 – (a.a) Alberto Kimura Filho – Relator e Raimundo Nonato Barbosa Membro.” (LIVRO DE ATAS, 64/69, p. 115).

Ao ser posto em votação o texto do relatório teve o voto contrário do vereador Gláucio Gonçalves, o que não o impediu de ser aprovado em segunda e terceira discussão.

Em vinte e cinco de abril, Gláucio Gonçalves solicita do Poder Executivo, informações do Departamento de Terras sobre quais são os proprietários da área de terra a ser desapropriada na Travessa João Meireles e que deu origem ao Decreto número 8/66.

Na sessão de vinte e seis de abril, é apresentado pela vereadora Geminiana Bulcão, apresentou um projeto, número 2/67 em que declara utilidade pública o Ginásio Batista de Parintins, com a justificativa de que em breve seria inaugurado um jornal um jornal desse Ginásio.

Em cinco de maio, o Sr. Prefeito enviou a Câmara, o ofício número 55/67, encaminhando o Código tributário para ser julgado, assim como também o ofício número 56/67, em que apresentava, conforme a

solicitação da Câmara o movimento tributário municipal. A vereadora Geminiana, falou ao plenário, questionando o Sr. Prefeito para que explicasse o motivo pelo qual “está sendo pago um caminhão alheio, visto que a Prefeitura tem seu caminhão.” (LIVRO DE ATA 64/69, p. 122).

Em oito de maio, sob a presidência de Raimundo Osmar de Araújo, o vereador Gláucio Gonçalves apresentou um requerimento, em que solicitava do Prefeito Municipal a determinação para o Administrador dos Galpões que fizesse constar no talão, o peso de cada mercadoria, para a conferência dos usuários. (LIVRO DE ATA, 64/69, p. 122).

Na sessão de onze de maio, a vereadora Geminiana, no requerimento número 9/67, cobrava informações do Sr. Prefeito, sobre em quais obras públicas foram utilizadas as pedras compradas pela Prefeitura, por um alto preço, conforme a descrição da prestação de contas do Chefe do Executivo Municipal. (LIVRO DE ATA 64/69, p. 124).

O vereador Gláucio Gonçalves, pede que seja comunicado ao Presidente do I.A.P.C. para que envie um médico a fim de prestar assistência aos segurados. Em seguida apresentou um requerimento em que pedia ao Executivo um documento detalhado sobre a despesa e arrecadação da cidade e como estão sendo empregadas as verbas nas obras elaboradas pelo Chefe do Executivo. (LIVRO DE ATA, 64/69, p. 124).

Em quinze de maio, na segunda parte da ordem do dia, foi submetido e aprovado em plenário o projeto de lei número 5/67, que desapropria para utilidade pública um terreno situado a Rua Paes de Andrade.

Em vinte e três de maio, a sessão inicia com a leitura de um ofício do Deputado José Esteves explicando que concede moratória pelo período de um ano aos jaticultores, em todas as organizações de crédito.

O vereador Gláucio Gonçalves apresentou a mesa um requerimento número 12/67, pedindo ao Sr. Prefeito Municipal que estabelecesse horários diferenciados aos serviços de alto-falante, para que não fique desorganizado, uma vez que todos ficam próximos e operam ao mesmo tempo, causando mal-estar aos ouvintes.

Na sessão de trinta e um de maio, sob a presidência de Raimundo Osmar de Araújo, foi aprovado, por unanimidade de votos, em primeira discussão o Projeto de Lei número 3/67, que “desapropria para utilidade pública a área que fica situada no Bairro Quinta da Boa Vista”. (LIVRO DE ATA 64/69, p. 130).

Em dois de junho, na presidência da vereadora Geminiana Bulcão, a Prefeitura Municipal enviou a Casa um ofício número 73/67, no qual explicava como se relacionava a nova estrutura fiscal a ser implantada no município de acordo com o Código Tributário e que diz respeito à fixação dos limites urbanos da cidade. (LIVRO DE ATA 64/69, p. 131).

Em nove de junho, sob a presidência da vereadora Geminiana Bulcão, o expediente constou de um projeto de lei do Executivo Municipal, número 6/67, que abre crédito especial para atender aos serviços de eletrificação do campo de esportes da cidade.

Com a palavra o edil Gláucio Gonçalves prestou solidariedade aos caboclos que sofrem com a enchente, pedindo que todos fossem a presença do Chefe do Poder Executivo, para ajudar na campanha em favor das vítimas, argumento que recebeu apoio dos demais vereadores.

Em quinze de junho, o expediente constou de uma circular do Dr. Ivan Cintra informando que havia assumido as funções de Promotor de Justiça desta Comarca. O vereador Gláucio Gonçalves por meio de requerimento pedia que enviasse ao Presidente do Banco do Estado do Amazonas a solicitação de crédito aos produtores deste município que estão passando por momentos de dificuldades e calamidade pública. Foi apresentado pelo vereador Gláucio Gonçalves o Projeto de Lei número 6/67, que institui no orçamento vigente, o crédito especial de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros novos), para atender aos serviços de eletrificação do campo de esporte desta cidade.

Na sessão de vinte e oito de fevereiro, por conta da enchente que vitimava os ribeirinhos, o Legislativo recebeu um telegrama do Governador do Estado, assinado por Danilo Duarte Mattos Aersa, em que dizia

ter tomado todas as providências cabíveis ao assunto de calamidade pública por conta da enchente do qual estão sendo vítimas os ribeirinhos.

Em seis de novembro, na presidência da vereadora Geminiana Bulcão, os trabalhos iniciaram com a fala do vereador Gláucio Gonçalves em que trazia ao plenário o assunto das malhadeiras. Para que fosse indagado ao Sr. Prefeito se era verdade que o mesmo havia ordenado aos pescadores que se fosse encontradas malhadeiras armadas, que estas fossem cortadas. O vereador argumentava que se o caso fosse verídico, a atitude era muito violenta. O assunto das malhadeiras motivou as falas que marcaram a sessão do dia seis, pois a vereadora Geminiana também fez críticas à ação do prefeito, já que ao invés de se incomodar com os pescadores de malha, deveria se preocupar com os magarefes do mercado. (LIVRO DE ATA 64/69, p. 147, 148).

O Presidente José Pedro Faria, declarou aberta a sessão de vinte e sete de novembro, o vereador Gláucio Gonçalves, pede soluções do Poder Executivo sobre o acúmulo das águas pluviais, na área da Travessa Clarindo Chaves e Avenida Amazonas, a situação está causando sérios transtornos aos moradores do local, pois o espaço não possui rede de esgotos adequado para direcionar as águas acumuladas.

Em trinta de novembro, na presença dos vereadores e das autoridades fiscais foi lida a mensagem

de prestação de contas do Prefeito municipal Raymundo Dejard Vieira.

Em quatro de dezembro, ao ser iniciado os trabalhos da sessão, o vereador Gláucio Gonçalves apresentou a mesa um requerimento em que solicitava ao Prefeito Municipal, providências em relação ao estado de abandono em que se encontra o antigo flutuante da francesa que antes, servia de abrigo às lavadeiras que desempenhavam suas funções no local. O mesmo vereador pediu que fosse notificado ao Superintendente do INPS Dr. Jarbas Passarinho, sobre as irregularidades do órgão de Manaus, para com os assegurados de Parintins.

Em dezenove de dezembro, o vereador Gláucio Gonçalves, pediu que fosse falado ao Prefeito para que este fizesse funcionar o carro de assistência doado ao município pelo INDA, pois o mesmo ainda se encontra parado nos galpões.

1968

Na sessão de quatorze de fevereiro, a vereadora Geminiana Bringel, fez entrega a Mesa pela Comissão de Finanças de seis emendas na Lei Orçamentária:

Emenda aditiva nº 1 – adite-se: Função 01. Cat. Econ. 3.1.1.1- Item 02 – Vencimentos pessoal da secretaria da Câmara – NCr\$ 450,00; emenda aditiva nº 2 – Gabinete do Prefeito – adite-se: Função 02 – Cat. Econ. 3.1.1.1 – item 0.1 Subsídios e Representações NCr\$ 4.800,00

– 0.2- Substituições NCr\$ 3.000,00. Total NCr\$ 7.800,00; emenda aditiva n 3, - Gabinete do Prefeito, Procuradoria Jurídica e Fazendária, adite-se : Função 02 – Cat. Econ. 3.1.1.1 – Item 02 – Vencimentos – NCr\$ 480,00; emenda aditiva n° 4, Secretaria de Administração, Cultura e Ass. Social – Gabinete do secretário – adite-se; Função 02 – Ct. Econ. 3.1.1.1 – item 02 – Vencimentos NCr\$ 480,00; emenda aditiva n° 6, Câmara Municipal, adite-se: Função – Cat. Econ. Itens – Despesas Correntes – 2.1.0.0 Despesas de Custeio – 2.1.1.0 – Pessoal Civil: 02 subsídios: 0.1 Parte fixa NCr\$ 10.800,00 – 0.2 – parte variável – NCr\$ 6.480,00 – 0.3 – Ajuda de Custo – NCr\$ 2.400,00 – 0.4 – Representação do Presidente NCr\$ 600,00 – 0.5 Substituições – NCr\$ 2.000,00 – Total NCr\$ 22.280,00; emenda aditiva n° 5, Prefeitura Municipal de Parintins, Secretaria de Finanças Gabinete do Secretário, adite-se: Função – 0.0 – Cat. Econ. 3.1.1.1 item 02- Vencimentos NCr\$ 480,00; emenda substitutiva n° 1, Prefeitura Municipal, Secretaria de Viação, obras e indústria setor de obras e urbanismo – Substitua-se; Função 9.9 – Cat. Econ. 3.1.1.0 – item 18 – Material de construção NCr\$ 50.000,00 Função 9.9 – Cat. Econ. 4.1.1.3 – Ampliação, reconstrução, restauração de edifícios públicos NCr\$ 44.930,00; Inclua-se: função 9.9 – Cat. Econ. 4.1.1.5 – auxílio para construção do prédio da Escola Primaria Adventista NCr\$ 500,00. Sala das Comissões, 14 de fevereiro de 1968. (a.a) Geminiana Bulcão Bringel – Presidente, Gláucio Bentes Gonçalves – Membro e Raimundo Osmar de Araújo – Relator. (LIVRO DE ATA 64/69, p. 162)

Em quinze de março, foi lida a mensagem do Prefeito Raymundo Dejard Vieira. Diante das autoridades presentes.

Os trabalhos iniciam com o vereador Gláucio Gonçalves pedindo providências, do Chefe do Executivo, sobre a coleta do lixo, assunto que se estendeu durante os quatro anos da legislatura. O que foi aprovado por unanimidade quando posto em discussão.

Em dois de abril, o vereador Gláucio Gonçalves pediu que fosse concedido um prazo aos moradores da Travessa Jonathas Pedrosa para que fizessem a ligação de água e evitassem prejuízos ao novo calçamento da travessa.

O vereador Gláucio Gonçalves, em quatro de abril, pediu que solicitassem do Prefeito Municipal, que o Carro Ambulância do Município estendesse os serviços de assistência as Comunidades do Parananema, Macurany e Aninga, uma vez que o município possui estradas que ligam a esses lugares. O vereador encaminhou um auto do Plano do Órgão Rodoviário do exercício de 1967. (LIVRO DE ATA, 64/69, p.169)

Em cinco de abril, é apresentada a lei número 4/68, que aprova o Plano de Trabalho do Órgão Rodoviário do exercício de 1967. A lei número 5/68 aprova a prestação das Quotas do Fundo de Participação S/A Rendas e Proventos atribuídos a esse município referente a janeiro e dezembro de 1967. A Presidente Geminiana Bulcão consulta o plenário se a indicação que

determina a elaboração da Lei Orgânica do Município, seu Regimento Interno e a Organização do Arquivo da Câmara Municipal de Parintins eram considerados objeto de deliberação, o qual teve apoio unânime do plenário.

Na segunda ata com a data de trinta de abril, registrada após a sessão de vinte de maio, conforme o Livro de atas 1964 – 1969, consta um ofício do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem informando que foi liberado em favor do órgão rodoviário de Parintins, a quota referente ao 4º trimestre de 1967, no valor de NCr\$ 20.425, 51.

Na sessão de dezessete de setembro, o expediente constou de um ofício do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o Decreto número 4/68, “que retifica a área doada a Companhia de Habitação do Amazonas (COAB-AM)” (LIVRO DE ATA 64/69, p.174). Em outro documento do Poder Executivo, o Projeto de Lei número 16/68, cria crédito especial para o pagamento de férias dos funcionários públicos municipais e o de número 17/68 que institui verba suplementar para a cobertura de despesas do Poder Legislativo. Ao serem postos em discussão todas as matérias foram aprovadas.

Na sessão de nove de dezembro, a vereadora Geminiana “requereu que fosse oficiado ao Sr. Prefeito Municipal, dirigindo a ele um voto de repulsa, pelo seu ato mesquinho que teve para com a vereadora, quando a mesma se achava como prefeita, que deu algum auxílio a pobres necessitados. Dizendo o Sr. Prefeito não ter valor

suas requisições e que seriam canceladas. Com isso o Prefeito Municipal demonstrou falta de espírito de justiça e de bom senso.” (LIVRO DE ATA 64/69, p.179).

Em dez de dezembro, o vereador Raimundo Osmar de Araújo, apresentou três projetos de Resolução Legislativa. O primeiro de número 1/68, fixava a representação de Presidente da Câmara Municipal. O segundo de número 2/68, reestruturava o quadro de servidores da Secretaria da Câmara Municipal. E o terceiro, de número 3/68 fixava os subsídios do Prefeito e Vice-Prefeito. (LIVRO DE ATAS, 64/69, p. 180). Após serem indagados se os projetos eram objetos de deliberação, as proposições tiveram apoio unânime do plenário.

Na sessão de doze de dezembro o vereador Gláucio Gonçalves explicou que:

Após alguns dias de ausência a esta Casa, isso referente à campanha eleitoral, encontra-se aqui mais uma vez, para continuar seus trabalhos, como sempre o fez, com honra e dignidade. Lembrou-nos ter sido líder por um ano de S. Ex.^a sr. Prefeito Municipal, sempre defendendo e debatendo pelo bem da coletividade. Ajudando assim, o Chefe do Poder a melhor administrar. Após ter deixado a liderança, ficou sendo autêntico líder do povo, assim como todos os seus pares. Como candidato esperava vencer ou perder, mas com a maioria de votos foi eleito Prefeito para a próxima legislatura. E solicitou de toda a colaboração isso para o bem da coletividade. Continuou dizendo que esteve

em Manaus, entrevistou-se com o eminente Governador, não só como cidadão e sim como Prefeito eleito deste município, disse ter sido muito bem recebido por sua Ex.^a o qual disse que Parintins será sempre lembrado, pois muito simpatiza com nossa terra. (LIVRO DE ATA 64/69, p. 181).

Em dezesseis de dezembro foi apresentada a Câmara a Mensagem do Executivo que acompanha a proposta orçamentária para o ano de 1969.

Em dezoito de dezembro, o vereador Raimundo Osmar de Araújo pediu a retirada dos projetos de sua autoria, cujo número 1/68, propunha a fixação da representação de Presidente da Câmara Municipal, o de número 2/68 reestruturava o quadro de servidores da Secretaria da Câmara Municipal e o de número 3/68 fixava subsídios do Prefeito e Vice-Prefeito. Sem muitos argumentos o vereador apenas explicou que não considerava pertinente manter as proposições, justificativa que teve apoio de seus companheiros Alberto Kimura Filho e Raimundo Nonato.

Na sessão de dezenove de dezembro, foram votadas as contas do Prefeito Dejard Vieira, relativas aos períodos de primeiro de julho a 31 de dezembro de 1967 e as contas de primeiro de janeiro a trinta de julho de 1968. Aas contas foram aprovadas respectivamente: uma por unanimidade e a outra com três votos de aprovação, contra dois de desaprovação.

Em vinte e três de dezembro, a presidente Geminiana Bulcão apresenta um Projeto e Resolução sob o número 8/68 que fixava os subsídios e ajuda de custo ao prefeito e Vice-Prefeito do Município de Parintins. Sobre o mesmo assunto, o vereador Raimundo Bentes de Jesus, apresentou um Projeto de resolução de sua autoria que dispõe das atribuições do Vice-Prefeito. Os projetos foram julgados e aprovados com os números 8 e 9/68

Na sessão de trinta de dezembro são finalizados os trabalhos do ano de 1968, que conforme pedido do vereador e agora, Prefeito eleito Gláucio Gonçalves, pede mais dez dias de prorrogação para a conclusão dos trabalhos.

No dia seis de janeiro de 1969, em caráter de urgência, são aprovadas todas as matérias apresentadas ao plenário; Lei Orçamentária, projetos de leis, decretos e Projetos de Resoluções, todos com pareceres favoráveis. (LIVRO DE ATA, 64/69, p. 189).

ENCERRA-SE A SESSÃO

Na leitura e investigação dos autos de leis e decretos, encontramos uma particularidade, que não foi citada nos textos das atas, mas deve ser citado em função da sua relevância histórica para o município, trata-se da denominação do Palácio Cordovil, como sede do Paço Municipal, pelo Decreto de Lei número 7/68.

DECRETO DE LEI Nº 7/68 trata da denominação oficial do prédio onde iria funcionar a sede do Paço Municipal e as suas Secretarias, bem como a adaptação das linhas arquitetônicas para atender as necessidades que o desenvolvimento político e social que o município de Parintins apresentava na categoria dos setores ADMINISTRATIVOS, FINANCEIROS, FISCALIZADOR, TÉCNICO, JURÍDICO, BUROCRÁTICO e de ASSISTÊNCIA SOCIAL. A redação do Decreto data de 20 de dezembro de 1968, para entrar em vigor em 06 de janeiro de 1969.

O Decreto assinado por Raymundo Dejarde Vieira denominava o espaço como **JOSÉ PEDRO CORDOVIL**, em virtude da sua representatividade histórica para Parintins, como organizador do núcleo urbano do município. O conjunto documental é composto por sete páginas originais, datilografadas, em estado de conservação razoável, sendo que a primeira e as duas últimas páginas possuem pequenas manchas de ferrugem e pequenos rasgos, mas que não atrapalham a leitura do documento. Assinaram o documento: Raymundo Dejarde Vieira Prefeito, Alcides Nascimento Teixeira, Secretário De Administração, José Henriques de Souza Filho, Assessor Jurídico e Fazendário e Joaquim Prestes Azêdo, Secretário de Finanças.

Além do DECRETO DE LEI, no conjunto existe o parecer assinado pela Presidente da Câmara Municipal

de Parintins, Geminiana Bulcão Bringel e da Secretária da Câmara Municipal Maria Soledade de Jesus.

O texto da mensagem do Prefeito Raymundo Dejard Vieira encerra oficialmente a Quinta Legislatura.

MENSAGEM DE ANO NOVO

No comando dos destinos de Parintins, lutamos para desarraigar a rotina, substituir à imobilidade pelo progresso indefinido, apagar o fogo estéril e levantar no meio da comunidade o braseiro esplêndido dos princípios fecundos.

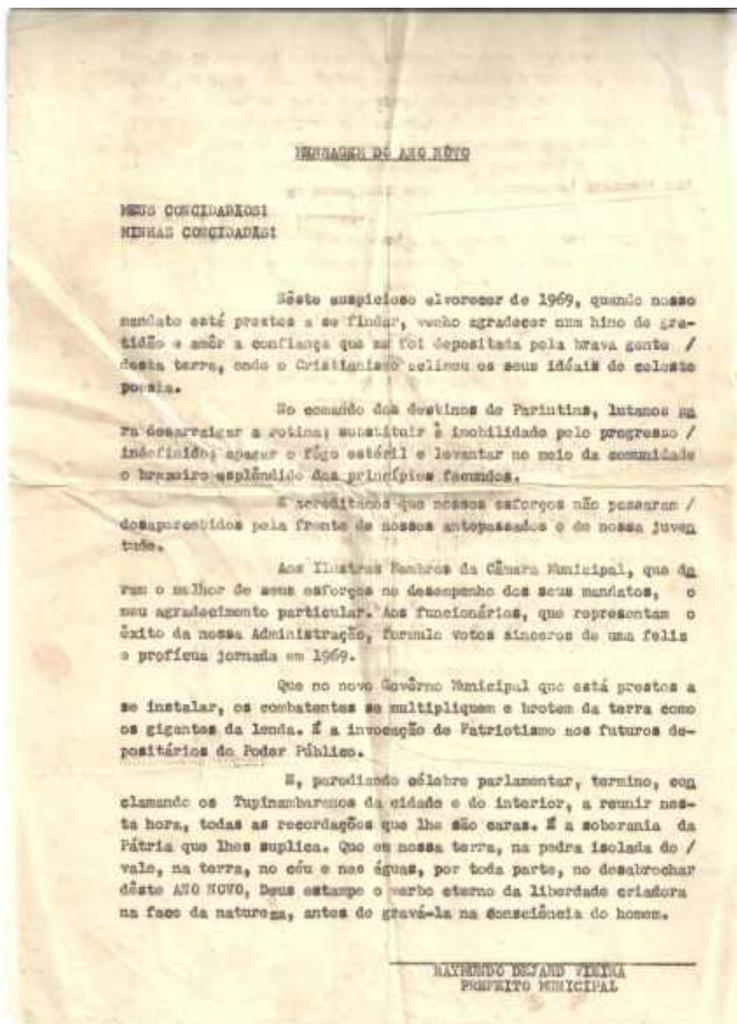
E acreditamos que não passaram despercebidos pela frente de nossos antepassados e de nossa juventude.

Aos Ilustres Membros da Câmara Municipal, que deram o melhor dos seus esforços no desempenho dos seus mandatos, o meu agradecimento particular. Aos funcionários, que representam o êxito da nossa Administração, formulo votos sinceros de uma feliz e profícua jornada em 1969.

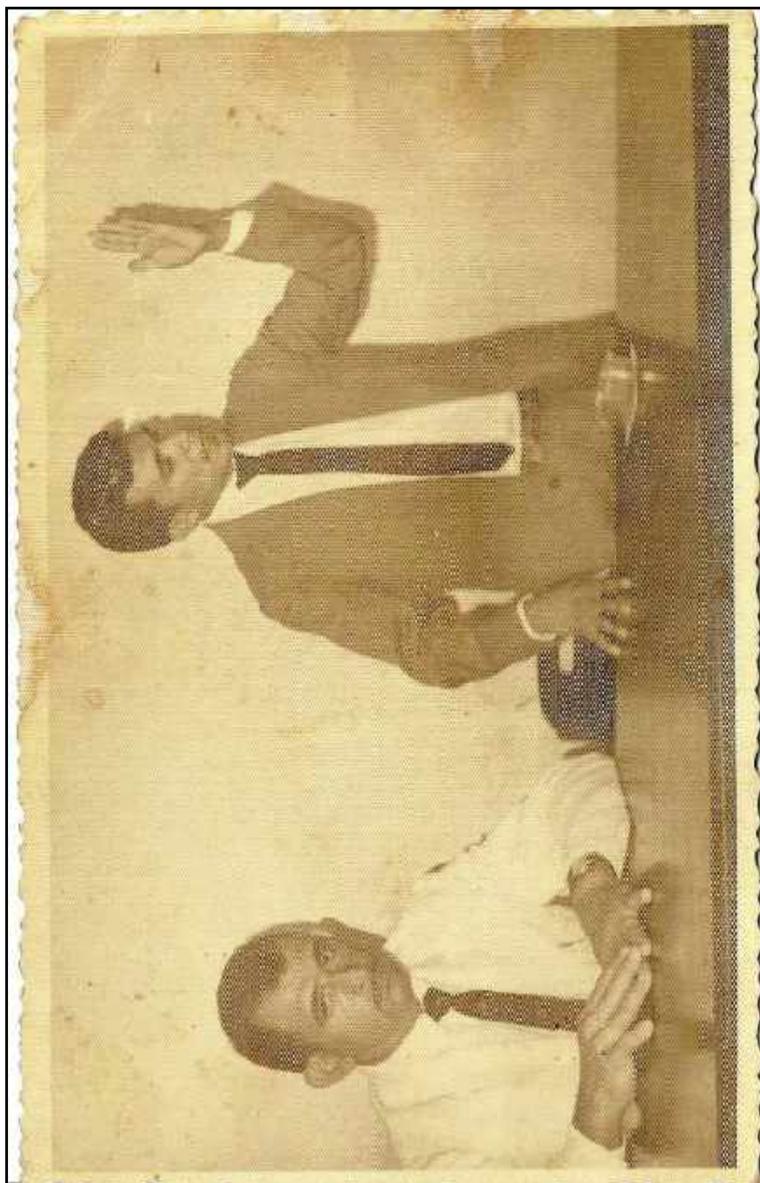
Que no novo Governo Municipal que está prestes a se instalar, os combatentes se multipliquem e brotem da terra como os gigantes da lenda. É a invocação do Patriotismo aos futuros depositários do poder público.

E, parodiando célebre parlamentar, termino, conclamando os Tupinambaranos da cidade e do interior, a reunir nesta hora, todas as recordações que lhes são caras. É a soberania da Pátria que lhe suplica. Que em nossa terra, na pedra isolada do vale, na terra, no céu e nas águas, por toda a parte, do desabrochar deste ANO NOVO, Deus estampe o verbo eterno da liberdade criadora na face da natureza, antes de gravá-la na consciência do homem.

Raymundo Dejard Vieira Filho – Prefeito
Municipal de Parintins



ANEXOS



Sessão de Posse da Câmara Municipal de Parintins – 1964
Sentado: vereador Raimundo Nonato de Oliveira. De pé: vereador Raimundo
Reis Ferreira



Sessão de Posse da Câmara Municipal de Parintins – 1964
Vereador Raimundo Reis Ferreira. ao centro.



Prefeito Raymundo Dejjard Viera e o Presidente da Câmara José Pedro de Almeida Faria em solenidade na Sede da Câmara Municipal.



**Visita do Governador do Estado do Amazonas Arthur César Ferreira – 1964
Palácio Cordovil - 1964**



Prefeito Raymundo Dejjard Viera em solenidade na sede do Lions Clube

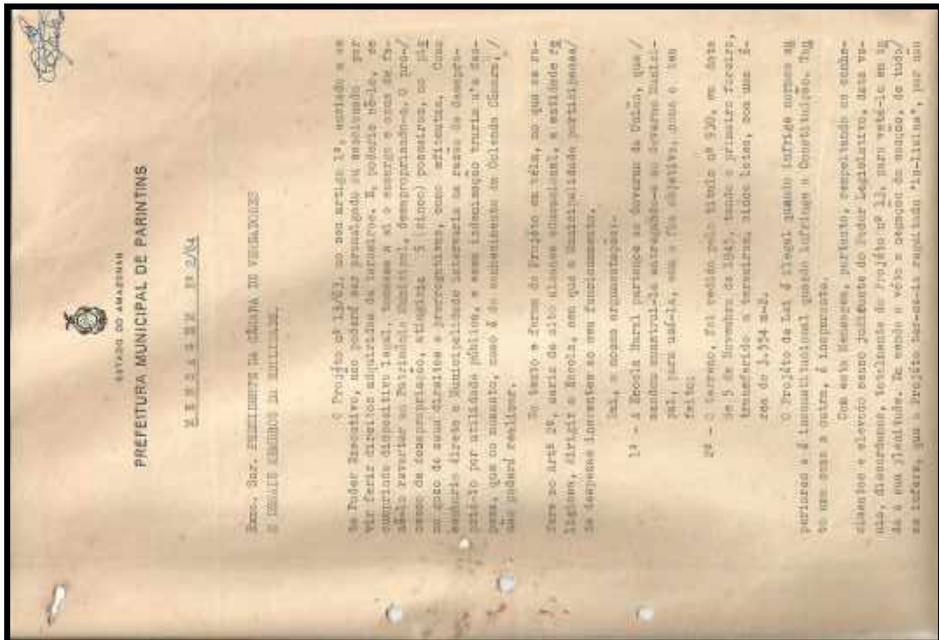
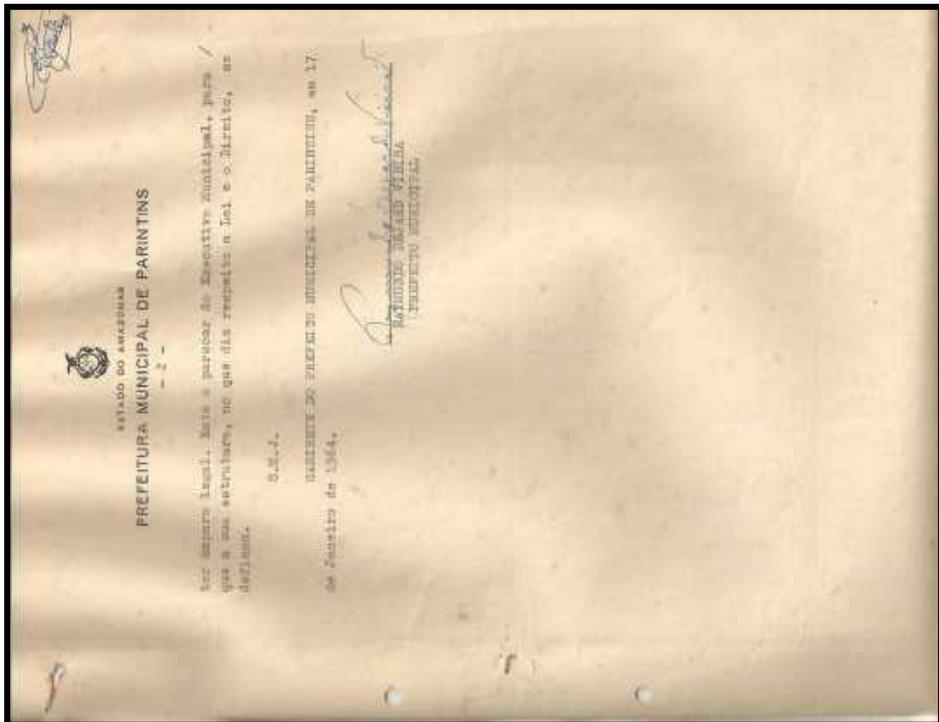


**Construção da Fabril Juta
Gilberto Mestrinho, José e Jane Esteves.**



Construção da Fabril Juta

História e Memória Política do Município de Parintins



História e Memória Política do Município de Parintins

ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS

LEI Nº 6 DE 9 DE AGOSTO DE 1967.

CONSIDERA de utilidade pública o
GRUPO BATISTA DE PARINTINS.

O cidadão HADENHO DEJARD VIEIRA, Prefeito Constitucional
do Município de Parintins, etc.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a
CÂMARA MUNICIPAL, decretou e eu sanciono a presente,

L. E. N.º

Art. 1º - Fica considerada de Utilidade Pública, a Sociedade Civil /
de cunho religioso denominada "GRUPO BATISTA DE PARIN-
TINS".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revo-
gando as disposições em contrário.

CABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARINTINS, em 9 de
Agosto de 1967.



[Handwritten Signature]
HADENHO DEJARD VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

[Handwritten Signature]
ALCIDES NASCIMENTO TEIXEIRA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

A presente Lei foi publicada nesta Secretaria da Prefeitura
Municipal, aos nove dias do mês de agosto de mil novecentos e ses-
senta e sete.

[Handwritten Signature]
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

REFERÊNCIAS

ACERVO FOTOGRÁFICO DE RAIMUNDO REIS FERREIRA.

ACERVO FOTORÁFICO DA FAMÍLIA DEJARD VIEIRA.
LIVRO DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS – 1962/1964.

LIVRO DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS – 1963/1964.

LIVRO DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS – 1964/1969.

LIVRO DE PRESENÇA DE FUNCIONÁRIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS – 1960/1965.

LIVRO DE PRESENÇA DOS FUNCIONÁRIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS – 1965/1969.

LIVRO DE PRESENÇA DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS – 1964/1967.

LIVRO DE REGISTRO DE LEIS – 1961/1964.

LIVRO DE REGISTRO DE LEIS – 1965.

LIVRO DE REGISTRO DE LEIS – 1968/1969.

REGISTRO DE PORTARIAS 1964/1975

**SEXTA LEGISLATURA
1969-1972**

PRÓLOGO

Apesar do militarismo que abrangia o Brasil, os vereadores de Parintins, reivindicavam junto, ao Executivo, ações que o povo exigia.

Nesse período, o Brasil, segundo o senhor Geraldo Medeiros, havia somente dois partidos o MDB e o Arena. Em Parintins os partidos eram somente o Arena (Aliança Renovadora Nacional), dividido em Arena 1 – Geraldo Medeiros, Fernando Castro, Raimundo Nonato Barbosa e Raimundo Mendes Leal – e Arena 2 – Raimundo Ruy Mendes e Benedito Lima. Essa legislatura apresenta, além das reivindicações do povo, polêmicas entre: Vereadores com o vice-prefeito por motivo da presidência da Câmara; Extinção de mandato de vereadores Renúncia de vereadores; Vereadores e prefeito, por motivo de prestação de contas; Vereadores e a diretoria técnica da Rádio Alvorada, pelo motivo de uma crítica que o locutor do programa “A cidade reclama” fez.

A sexta Legislatura, 1969 a 1972, se configura pelo fato de se ter, pela primeira vez, um vice-prefeito e o mesmo apresentar-se também como presidente da Câmara, sem ser eleito pelos vereadores que ganharam a eleição desse quadriênio, colocando-se respaldado pela lei nº 700, de 30 de dezembro de 1967.

Mesmo com todas essas polêmicas, Parintins seguia uma rotina de melhoramento em sua infraestrutura, com

construções de Postos de Saúde, de Escolas, calçamento de ruas, convênios com Universidade e com Secretaria de Saúde Pública, além das ruas de Parintins receberem novas denominações, Títulos de Cidadãos Parintinenses a pessoas que colaboraram com a educação, saúde, empresarial e religiosa e o reaparecimento do jornal “*A Tribuna*”.

A chegada de uma universidade a cidade de Parintins foi um marco, através de um convênio da prefeitura com o Campus Avançado da Universidade do Estado da Guanabara - UERJ.

1969

Prefeito: Gláucio Bentes Gonçalves

Vice-Prefeito: Odovaldo Ferreira Nôvo

Presidente: Odovaldo Ferreira Nôvo

Vereadores:

Raimundo Ruy Mendes

Raimundo Mendes Leal

Benedito Ferreira Lima

Geraldo Soares de Medeiros

Raimundo Nonato Barbosa de Oliveira

Fernando de Oliveira Castro.

Suplentes:

Guilherme Penna Ribeiro

João do Lago Filho

O ano legislativo da Sexta Legislatura começa com as solenidades de posse do Prefeito, do vice-prefeito e dos vereadores. Essa legislatura tem um marco, a presença pela primeira vez de um vice-prefeito e o mesmo presidir a Câmara, causando desconforto ao grupo do Arena 1, resultando em recusas dos vereadores a entregar seus diplomas e fazer o juramento.

Nessa sessão solene estavam alguns vereadores, da quinta legislatura como a vereadora Geminiana C. Bulcão Bringel, Raimundo de Osmar Araújo e Raimundo Bentes de Jesus, em sessão em caráter de prorrogação.

No dia 31 de janeiro de 1969, aconteceu a sessão solene de posse do Prefeito, do vice-prefeito. (livro de posse nº 2 p. 1).

Ata da sessão solene de posse dos senhores Gláucio Bentes Gonçalves e Odovaldo Ferreira Novo, nos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, respectivamente, do município de Parintins.

Aos (31) trinta e um dias do mês de janeiro de (1969) hum mil novecentos e sessenta e nove, Estado do Amazonas, às (16:00) dezesseis horas, na Câmara Municipal de Parintins, presentes os Senhores Vereadores: Geminiana C. Bulcão Bringel, Antônio Gonçalves Maia e Souza, Guilherme Barbosa Ribeiro, Raimundo

Osmar de Araújo, Raimundo Nonato Barbosa de Oliveira e Raimundo Bentes de Jesus, realizou-se a sessão solene, convocada especialmente para dar posse aos senhores Gláucio Bentes Gonçalves e Odovaldo Ferreira Nôvo, nos cargos de prefeito e vice-prefeito, respectivamente, nos termos da Lei nº 700, de 30 de dezembro de 1967.

O caráter solene sessão determinou a presença das principais autoridades constituídas, residentes no município de Parintins, bem como de pessoas convidadas para o importante ato.

A vereadora Geminiana Campos Bulcão Bringel, Presidente da Câmara, ao abrir a sessão comunicou o sentido da solenidade, convidando os senhores: Gláucio Bentes Gonçalves e Odovaldo Ferreira Nôvo, a tomarem assento na Mesa Dirigente dos trabalhos, bem como autoridades distintas, presentes.

A seguir, a mesma vereadora pronunciou palavras sobre o significado do ato, em pronunciamento cheio de civismo, os novos governantes de Parintins, para, ato contínuo, convidar os senhores Gláucio Bentes Gonçalves e Odovaldo Ferreira Nôvo, a tomarem posse nos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, respectivamente, do município de Parintins, o que foi feito, inclusive, com a apresentação pública da Declaração dos seus Bens, tendo o Sr. Gláucio Bentes Gonçalves, proferido, de acordo com a Lei nº 700, de 30 de dezembro de 1967 – Artigo 36 – o seguinte compromisso: “PROMETO CUMPRIR E FAZER CUMPRIR AS CONSTITUIÇÕES DO BRASIL E DO AMAZONAS E AS LEIS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS, E EXERCER O CARGO SOB AS INSPIRAÇÕES DO

PATRIOTISMO, DA LEALDADE E DA HONRA”.

Falaram, já investidos nos seus respectivos cargos, os senhores: Gláucio Bentes Gonçalves e Odovaldo Ferreira Nôvo, Prefeito e Vice-Prefeito Municipal de Parintins.

Também, o Doutor Daniel Ferreira da Silva, Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Parintins, saudando os novos dirigentes deste município.

A seguir a Presidente Geminiana Campos Bulcão Bringel encerrou a sessão, agradecendo a presença de todos, da qual, eu..., secretária, lavrei a presente ata que vai assinada pelos senhores Vereadores, Prefeito e vice-prefeito empossados e demais autoridades presentes.

S.S. da Câmara Municipal de Parintins, em 31 de janeiro de 1969.

A posse dos vereadores eleitos no ano de 1968, aconteceu somente no dia 1º de fevereiro de 1969, como consta na ata de posse no livro nº 2 na página 4, porém, três vereadores, Fernando de Oliveira Castro, Raimundo Nonato Barbosa e Geraldo Soares de Medeiros, se recusaram a entregar os seus diplomas e fazer o juramento, pois não viam no vice-prefeito o direito de exercer o cargo de presidente da Câmara. E só reassumiriam dez dias depois.

Ata da sessão solene de posse dos senhores vereadores, eleitos dia 15 de novembro de 1968, para a Câmara Municipal de Parintins.

Aos 1º primeiro dia do mês de fevereiro do ano de (1969) mil novecentos e sessenta e nove, nesta cidade de Parintins, município do mesmo nome, Estado do Amazonas, às (16:00) dezesseis horas, na Câmara Municipal de Parintins, compareceram os seguintes senhores: Odovaldo Ferreira Nôvo, Vice-Prefeito, com atribuições de Presidente da Câmara de Vereadores, Raimundo Ruy Mendes, Raimundo Mendes Leal, Benedito Ferreira Lima, Geraldo Soares de Medeiros, Raimundo Nonato Barbosa de Oliveira e Fernando de Oliveira Castro, Vereadores eleitos.

Aberta a sessão o Sr. Presidente, Sr. Odovaldo Ferreira Nôvo, convidou as autoridades presentes a tomarem assento à Mesa, e disse da finalidade da mesma, que seria para dar posse aos Srs. Vereadores e ato contínuo convidou os senhores presentes a entregarem seus diplomas e prestarem o juramento de posse, e isto somente feito pelos vereadores Raimundo Mendes Leal, Benedito Ferreira Lima e Raimundo Ruy Mendes, pois a outros três recusavam-se a entregar seus diplomas e prestar o juramento, alegando que não reconheciam no Vice-Prefeito atribuições para presidir a Câmara Municipal. Ato contínuo o Sr. Presidente determinou a Leitura da Lei “Decreto Legislativo” nº 9, de 23 de dezembro de 1968.

Facultada a palavra, falou os digo, solicitou a palavra o vereador Fernando de Oliveira Castro, dizendo interpretar o pensamento e decisão dos demais, isto é, dos vereadores

Geraldo Medeiros e Raimundo Nonato Barbosa de Oliveira, não lhes sendo concedida, pois, antes havia determinado que os vereadores que não fossem prestar juramento e tomar posse, não poderiam permanecer no plenário e a palavra não lhes seria concedido. Essa decisão do Sr. Presidente não foi tomada em consideração, levando-o a advertir o vereador Fernando de Oliveira Castro e aos demais que, não permitia tumulto no recinto, e que exigia respeito a Casa, as autoridades presentes e ao público, e que o procedimento dos vereadores citados contrariava entre outras cousas, a “Ordem Revolucionária” vigente, contra o que se insurgiu o Vereador Fernando de Oliveira Castro, que em voz alta, usou termos insolentes contra as autoridades constituídas, assegurando que não tomava conhecimento da Revolução, cuja força só existia no sul do País, no que foi seguido pelos vereadores Geraldo S. Medeiros e Raimundo N. Barbosa de Oliveira. O Presidente reagiu com energia, exigiu respeito à Casa, a Revolução e ao Pavilhão brasileiro, e mais uma vez foi desconsiderado pelo Sr. Fernando de Oliveira Castro, daí a sua decisão de ordenar a saída do recinto dos mencionados Vereadores, com a reafirmação do seu propósito de impedir a qualquer custo, tumultos e desordens no interior da Câmara de Vereadores. O vereador Fernando de Oliveira Castro, grosseiramente retirou-se do recinto, no que foi acompanhado pelos vereadores Geraldo Soares de Medeiros e Raimundo N. Barbosa de Oliveira, com palavras impublicáveis. O Presidente desculpou-se pela ocorrência desagradável. A seguir usaram da palavra os Exmo. Senhores Vereadores Ruy Mendes, Benedito Lima e Raimundo Mendes Leal, todos

congratularam-se com a Mesa e declararam sua disposição de trabalhar pelo bem de Parintins. Em seguida usou da palavra o Prefeito Gláucio Bentes Gonçalves que apelou para o bom senso dos vereadores que se recusaram assumir os mandatos, falou ainda o Dep. Júlio Belém que endossou as palavras do Sr. Prefeito.

Como nada mais houvesse a tratar o Sr. Presidente encerrou a sessão agradecendo a presença de todos, da qual eu, Geminiana C. Bulcão Bringel lavrei a presente que vai assinada pelos Srs. Presidente, Vereadores empossados, e autoridades presente.

S.S. da Câmara Municipal de Parintins, em 1 de fevereiro de 1969.

Em tempo: Os vereadores que deixaram de assumir, declararam que nos 10 dias de Lei, assumiriam seus cargos.

Ata da reunião de posse dos senhores Raimundo Nonato Barbosa de Oliveira, Geraldo Soares de Medeiros e Fernando de Oliveira Castro.

Aos quatro (4) dias do mês de fevereiro de (1969) hum mil novecentos e sessenta e nove, nesta cidade de Parintins, Município do mesmo nome, Estado do Amazonas, às (17) dezessete horas, na Câmara Municipal, presentes o Exmo. Sr. Doutor Luiz Antônio de Vasconcelos Dias. D.D Juiz de Direito da 1ª Vara, o Exmo. Sr. Deputado Júlio Furtado Belém e senhor Raimundo Dejard Vieira, ex-Prefeito Municipal, que foram convidados a sentarem-se na Mesa Diretora dos trabalhos e outras pessoas presentes, o senhor Presidente convidou os senhores Fernando de Oliveira Castro, Geraldo Soares de Medeiros e Raimundo Nonato

Barbosa de Oliveira a apresentarem os seus Diplomas e declarações de bens.

Após o que prestaram o juramento legal. O sr. presidente fez ligeira saudação aos edis que acabaram de tomar posse. Facultada a palavra o Sr. Doutor Luiz Antônio de Vasconcelos Dias Juiz da 1ª Vara, saudou os vereadores que tomaram posse no exercício de seus cargos, conclamando-os a trabalharem em benefício do município e do seu povo, que a qualidade de juiz não se afastaria dessa comissão em defesa do direito sem se afastar do cumprimento d Lei; felicitando e agradecendo o convite que lhes foram feito pelos vereadores, desejou-lhes êxito nos seus mandatos. Em seguida usou da palavra o ex-prefeito, Raimundo Dejarde Vieira que convidou os vereadores a trabalharem em prol do município e da sua coletividade.

O deputado Júlio Belém também usou a palavra congratulando-se com os vereadores que tomaram posse conclamando-os também que lutam em harmonia com os poderes a bem da coletividade Parintinense.

Falaram também os vereadores, Fernando Castro, Geraldo Soares de Medeiros, agradecendo ao povo de Parintins a sua eleição e fazendo ao mesmo uma profissão de fé do povo de Parintins, prometendo saber cumprir com o compromisso a assumir nesta casa. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra o sr. Presidente Ata que vai por todos assinados. Antes agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão.

Em ata foi citado uma justa homenagem ao gerente da Fabriljuta e 1º suplente de vereador, o cidadão Marigidio Demasi.

O vereador Ruy Mendes (...) declarou aberta a solene sessão, e disse que o objetivo especial desta sessão era prestar justa homenagem ao cidadão Marigídio Demasi, gerente da firma que planta neste município uma semente fecunda da industrialização e que, pelo esforço e dedicação do seu atual gerente, está germinando viçosa, e em breve dará seus frutos, beneficiando a coletividade parintinenses. (...) usando a palavra o Sr. Marigídio Demasi, em palavras abalizadas disse de sua satisfação por essa homenagem prestada, deixando os seus mais sinceros agradecimentos a esta Casa. (livro de ata 1964-1969 pag. 191).

Quando se pensava que a polêmica do cargo da presidência da Câmara havia acabado, o vereador Fernando Castro de Oliveira entra com um projeto de cancelamento da resolução de nº 9 de 23 de dezembro de 1968, de autoria do vereador Raimundo Bentes de Jesus, que dá o direito do vice-prefeito em assumir a presidência da Câmara, o Presidente Odovaldo Novo extingue o mandato do edil Fernando Castro e preside a eleição para vice-presidente.

Em 13 de março de 1969, na cidade de Parintins, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, no prédio da Câmara, reuniu-se extraordinariamente a Câmara Municipal de Parintins. Às treze horas, presentes os vereadores Ruy Mendes, Fernando de oliveira Castro, Raimundo Mendes Leal, Geraldo Soares de Medeiros, Benedito Ferreira Lima e Raimundo Barbosa de Oliveira, o Senhor Presidente declarou aberta a sessão e

disse da sua finalidade, que era estudar a lei nº 9, de 23 de dezembro de 1968, que dá ao Vice-prefeito as atribuições de Presidir a Câmara Municipal. Facultada à palavra usou-a o vereador Fernando de Oliveira Castro, que encaminha a mesa um projeto de resolução, que torna sem efeito a Lei nº 9 de 23 de dezembro de 1968. O vereador Ruy Mendes levantou o caso de ordem, que a convocação era para estudar a Lei. O vereador Fernando Castro justificou que estando a Lei publicada, os vereadores signatários do projeto já haviam estudado. Consultado o plenário foi à matéria recebida contra o voto do vereador Ruy Mendes. O presidente comunicou que a tramitação da matéria esbarrava em obstáculos de ordem regimental, visto não estarem formadas as comissões e, nenhuma matéria poderia ser discutida sem o parecer da comissão respectiva. Houve sugestão de instituição de uma comissão especial para dar parecer. Houve troca de pontos de vistas entre o Presidente e os vereadores sobre o assunto, tendo o senhor presidente sugerido ser a matéria discutida na reunião ordinária. Após debates e não sendo aceitas as sugestões da Mesa e nem dos Srs. Vereadores, o Presidente declarou que, sendo a aceitação da formação de comissão especial ato de sua responsabilidade, pois fere as disposições regimentais, deliberaria sobre o caso na sessão do dia seguinte. (livro de ata 1964-1969 p. 192)

Aos dez dias do mês de abril do ano de mil novecentos e sessenta e nove, nesta cidade de Parintins (...).

Havendo numero legal o Senhor presidente declarou aberta a sessão e explicou aos presentes os motivos da mesma.

A seguir comunicou a casa, que havia decretado a extinção do mandato do vereador Fernando de Oliveira Castro, devendo constar na ata e ato continuo mandou a Secretária proceder à leitura do Decreto, declarando o vereador Guilherme Ribeiro empossado em caráter de titular do cargo, na forma prevista no Decreto nº 201. (livro de ata 1964-1969 p. 195 frente)

ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS

LEI Nº 9, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1968.

Dispõe sobre as atribuições do Vice-Prefeito e dá outras providências.

A cidadã GEMINIANA CAMPOS BULÇÃO BRINGEL, Presidente da CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, etc.

Faz saber a todos os seus munícipes, que a CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, em seu segundo período ordinário, em prorrogação, decretou e eu promulguei a seguinte

LEI Nº 9:

Art. 1º - Além das atribuições determinadas na Constituição do Estado e na Lei nº 700, de 30 de dezembro de 1967, compete ao Vice - Prefeito:

- a) - Exercer as funções de Presidente da Câmara Municipal, em cujas reuniões só terá o voto de qualidade;
- b) - Representar a Câmara Municipal e dirigir-lhe os respectivos serviços;
- c) - Prestar ao Plenário ou à suas Comissões Técnicas os esclarecimentos e informações solicitados.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de 1º de fevereiro, revogadas as disposições em contrário.

CABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, EM 23 DE DEZEMBRO DE 1968.

G. Bulcão Bringel

GEMINIANA CAMPOS BULÇÃO BRINGEL
- PRESIDENTE -

Maria Soledade Silva de Jesus

MARIA SOLEDADE SILVA DE JESUS
RESP. - P/ SECRETARIA.

A presente Lei foi publicada nesta Secretária da Câmara Municipal, aos vinte e três dias de dezembro de 1968.

Maria Soledade Silva de Jesus

MARIA SOLEDADE SILVA DE JESUS

ESTADO DO AMAZONAS
CAMARA MUNICIPAL DE PARINTINS

DECRETO LEGISLATIVO NºCMP 01/69

Declara extinto mandato
do Vereador Fernando de
Oliveira Castro.

O cidadão ODOVALDO FERREIRA NOVO, Vice-Prefeito do Município de Parintins, no exercício da Presidência da Câmara de Vereadores, etc.

Considerando que o Vereador FERNANDO DE OLIVEIRA CASTRO vem adotando procedimentos incompatíveis com a dignidade da Câmara de Vereadores, e com as normas da Ordem Revolucionária, tais como:

- a - Liderar grupos na tentativa de tumultuar a ordem e o funcionamento normal dos Poderes constituídos;
- b - Usar o mandato para a prática de atos de corrupção.

D E C R E T A :

Artigo 1º - Declara extinto o mandato do Vereador FERNANDO DE OLIVEIRA CASTRO, na forma prevista pelo artigo 8º, do Decreto-Lei nº201, de 27 de fevereiro de 1967.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Parintins,
em 9 de abril de 1969.



ODOVALDO FERREIRA NOVO
Presidente



MARIA SOLEDADE SILVA DE JESUS
Secretária

No dia 16 de abril de 1969, o Sr. Presidente Odovaldo Nôvo declarou aberta sessão e aberta a primeira parte do dia, disse que cada vereador poderia fazer sua chapa ao seu gosto, resultando na seguinte comissão (livro ata 1964-1969; pag. 196 verso e 197 frente):

Comissão Técnica

Constituição e Justiça

Guilherme Pena ribeiro

Raimundo Ruy Mendes

Benedito Ferreira Lima

Finanças e orçamento

Raimundo Ruy Mendes

Benedito Ferreira Lima

Guilherme pena Ribeiro

Raimundo Nonato Barbosa de Oliveira

Redação

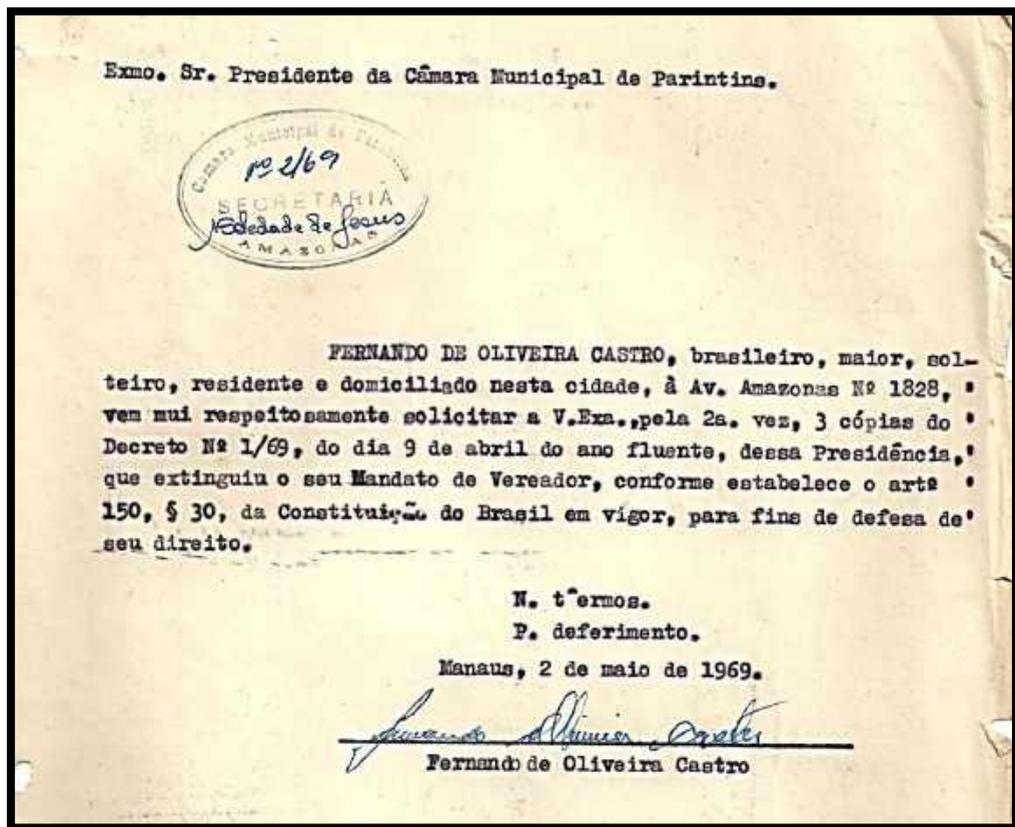
Geraldo Soares de Medeiros

Raimundo Leal

Raimundo Nonato Barbosa

O ex-vereador Fernando de Oliveira Castro solicita ao Presidente da Câmara cinco (5) cópias do Decreto nº 1/69, que extinguiu o seu mandato de vereador e o ofício nº 11/69 do Escrivão Eleitoral de

Ordem do Dr. Juiz eleitoral da 4ª Zona remetendo a relação dos suplentes de vereadores dessa Casa e solicita através de documentos sua defesa. (p. 199 verso 1964/1969).



Em plenário, no dia 15 de maio de 1969, congratulações do vereador Ruy Mendes ao jornal “A

Tribuna”, pelo reaparecimento do referido jornal, do ilustre fundador Deputado Federal José Esteves. (livro de ata 1969-73 pag. 4)

(...) o edil Raimundo Ruy Mendes solicitou a palavra (...) manifestou para congratular-se com o reaparecimento de o jornal “A Tribuna”, felicitando os seus diretores, redatores, repórteres e operários, e particularmente o seu ilustre fundador Deputado Federal José Esteves.

O vereador Ruy Mendes faz um requerimento ao Sr. Prefeito que tomasse providências em relação ao preço da enfiada do peixe.

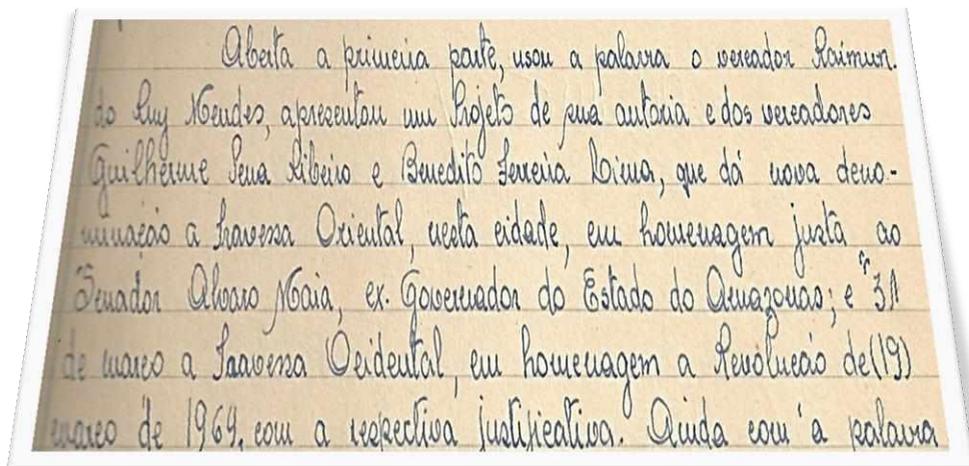
(...) Ainda com a palavra o vereador Ruy Mendes, apresentou um requerimento na forma regimental, após ouvido o plenário, seja oficiado ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, solicitando as devidas providências para que sejam punidos os vendedores de peixes ambulantes, que em afronta as autoridades municipais vendem a enfiada de peixes por dois cruzeiros novos e cinquenta centavos, variando até cinco cruzeiros novos. Requereu ainda, seja determinado pelo Sr. Prefeito, a designação de fiscais para as seguintes localidades: Estrada Parintins-Parananema, Boca do Limão, Francesa e Santa Clara, com a finalidade de obrigarem os pescadores a venderem as enfiadas de peixe pelo preço tabelado e evitando que os mesmos, vendam para os citados Vendedores Ambulantes, que inegavelmente são os mais perigosos, impossibilitam o povo pobre comer o peixe e

História e Memória Política do Município de Parintins

não pagam os impostos devidos. (livro de ata 1969-1973 p. 5 frente).

A denominação das Ruas, Travessa Oriental e Ocidental com os respectivos nomes para Senador Álvaro Maia e 31 de Março, foi um dos atos do vereador Ruy Mendes, Guilherme Pena Ribeiro e Benedito Lima.

Dá uma nova denominação à Travessa Oriental, nesta cidade, em homenagem justa ao “Senador Álvaro Maia”, ex-Governador do Amazonas; e “31 de março à Travessa Ocidental, em homenagem a revolução de março de 1964, com a respectiva justificativa. (livro ata 1969-73 pag. 6).



Em 1957, desembarcava nesta cidade de Parintins, um cidadão italiano, sacerdote católico, cujo dever a cumprir era demais espinhoso, trazendo consigo a responsabilidade de dirigir os destinos da Igreja Católica nessa terra. Trata-se de D. Arcângelo Cérqua que como administrador Apostólico da prelazia aqui instalada, não mediu esforço para elevar não somente o nível Religioso mais também o cultural de nosso povo. E foi com o apoio e colaboração das autoridades constituídas, quer municipal com Estadual e Federal que conseguiu melhorar as nossas condições no setor da Educação e cultura.

A 14 de maio de 1961 a cidade tumultuava de todas as partes, chegavam pessoas, jogos, música, cantos, preces e a alegria reinava em todos os semblantes, é que nesta data D. Arcângelo Cerqua pelos seus trabalhos prestados à comunidade para a glória de Deus, era sagrado Bispo, sendo assim o 1º bispo de nossa Prelazia. Pouco tempo depois sua Excia. D. Arcângelo era convidado a comparecer a esta Casa para receber o Título de “cidadão Benemérito de Parintins”, que lhe fora concedido pela Câmara Municipal sendo autora do projeto a ex-vereadora Geminiana Campos B. Bringel.

Não poderíamos deixar passar despercebida tão relevante data, por isso deixo aqui a minha homenagem a este incansável Bispo que durante 13 anos passados era cidadão italiano, mas agora é cidadão brasileiro por decreto assinado no dia 1º de maio do ano em curso, por sua Excia. Marechal Arthur da Costa e Silva MD. Presidente da República.

Receba, portanto D. Arcângelo, mesmo distante as nossas felicitações e augúrios de melhores

História e Memória Política do Município de Parintins

trabalhos entre nós, pelo seu ano de Sagração.

a) Geraldo Soares de Medeiros – vereador.

(livro ata 1969-1973 p. 7).

O vereador Ruy Mendes encaminhou a mesa um projeto de lei sob o nº 2/69 que “Outorga Títulos de Cidadãos de Parintins”, aos senhores Matheus Penna Ribeiro e Antônio Faria Netto. (p. 10 verso; ata 1969-1973)

procurando desistir, porisso seu qeelo ao pr. Srejata, para tomar as devidas providências.

Conduzidos os trabalhos a segunda parte, o pr. Presidente submeteu a discussão o requerimento a cima citado, o qual teve a põio unânime do plenário. Ato continuo o pr. Presidente consultou ao plenário se o projeto de lei nº 2/69, que outorga Títulos de cidadãos de Parintins aos prs. Matheus Penna Ribeiro e Antônio Faria Netto, e' considerado objeto de deliberação, o que foi acatado unanimemente pelo plenário. Com nada mais houvesse a ser tratado o pr. Presidente, em nome de Deus, encerrou a sessão movendo outia para o dia seguinte a hora regimental. Eu, Maria Soledade de Jesus, Secretária a oserei.

M. Soledade de Jesus
Soledade de Jesus Secretária

Segundo o vereador Benedito Ferreira Lima, um dos motivos que gerava desordem em Parintins era a venda desenfreada de bebida alcoólica, onde o edil solicitava ao Sr. Prefeito providências referente aos Botecos que ficavam de porta aberta até a noite vendendo cachaça. (p. 10 Livro Ata 1969-1973).

Um manifesto aconteceu no dia 27 de maio de 1969, por parte do vereador Guilherme Pena Ribeiro, contra o locutor da Rádio Alvorada do programa “A cidade Reclama”. O locutor, segundo o vereador Guilherme Ribeiro, faz críticas contra o Poder Legislativo e Executivo, porém, o vereador Geraldo Medeiros justifica e defende o locutor dizendo:

As críticas são do povo e não do referido locutor (...) requereu a Mesa que fosse oficiado ao Senhor Diretor da Rádio Alvorada de Parintins, solicitando para efeito de prova, todos os documentos arquivados, do programa “A cidade reclama”.

Mas, os vereadores Benedito Lima e Ruy Mendes se solidarizam com o edil Guilherme Ribeiro, que protestam contra a Rádio Alvorada, pois a mesma milita as notícias ou as omite totalmente. (p. 13 ata 1969-1973)

Essa polêmica se desdobrou por dois dias, ocasionando em providências que partiram do vereador Guilherme Ribeiro com o seguinte teor:

Senhor Presidente: Com a anuência do Douto Plenário, requieiro a V. Exa, as seguintes providências: 1. Que seja solicitado ao vereador Ruy Mendes o seu discurso, ontem proferido, afim de que sejam extraídas cópias e enviadas ao Exmo. Sr. Ministro da Educação, Exmo. Sr. Ministro da Justiça e ao Exmo. Sr. Chefe da Casa Civil da Presidência da República, acompanhadas de um histórico de como vem procedendo a Rádio Educadora de Parintins, denominada Alvorada, que nem mesmo esse título ousa usar. 2 – que o Sr. Presidente e mais um ou dois vereadores compareçam a rádio Alvorada, precedendo de comunicação escrita marcando horário para ouvir a gravação da crônica de sexta feira passada, no programa “a cidade reclama” e a crônica no mesmo programa no dia 26 do corrente, munido de um gravador para gravar as referidas crônicas para ser enviada a fita para Manaus para feitura de “jingles” para serem juntos com as cópias acima referidas e enviadas as ditas autoridades e mais a Cantel, para que tomem conhecimento da espécie de educação que a Rádio vem promovendo. 3- que seja mencionado no histórico dos ofícios encaminhado as cópias do discurso e os discos as autoridades o fato de um sacerdote estrangeiro que com o cargo de diretor técnico procura influir na administração da Rádio, tendo-se manifestado ao vice-prefeito Odovaldo Nôvo querendo alterar os termos de uma nota oficial levado à publicação, paga, na Rádio, em flagrante desrespeito as nossas leis, inclusive a de Segurança Nacional. 4- que os diretores brasileiros da referida rádio não passam de testas de ferro, sujeitos, portanto a punições. – S.S. da Câmara Municipal de Parintins, em 28 de maio de 1969. (a)

História e Memória Política do Município de Parintins

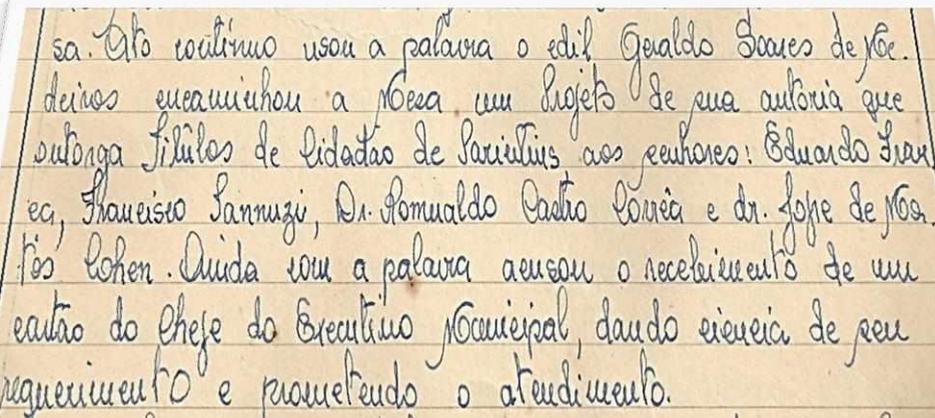
Guilherme Ribeiro – vereador. (p. 14 livro ata 1969-1973)

Encerrando esse capítulo entre Rádio e Vereadores, o vereador Ruy Mendes apresenta um projeto que tomou o número 3/69 onde dá nova denominação a “Travessa Macurany” para “Travessa Governador Leopoldo Neves”. (p. 18 verso; ata 1969-1973)

As problemáticas em relação ao crescimento populacional continuam e o fato que relata são as providências, segundo os anais da Câmara, que os vereadores fazem ao Sr. Prefeito em relação a coleta do lixo, os serviços de água e esgoto, falta de energia elétrica, tabelamento do preço do peixe.

Nessa Legislatura entra o vereador João do Lago Filho, devido à renúncia do suplente Tobias Boanerges de Araújo. (p. 28 verso ata 1969-1973).

O vereador Geraldo Soares de Medeiros solicita através de um projeto com o número 12/69, Título de



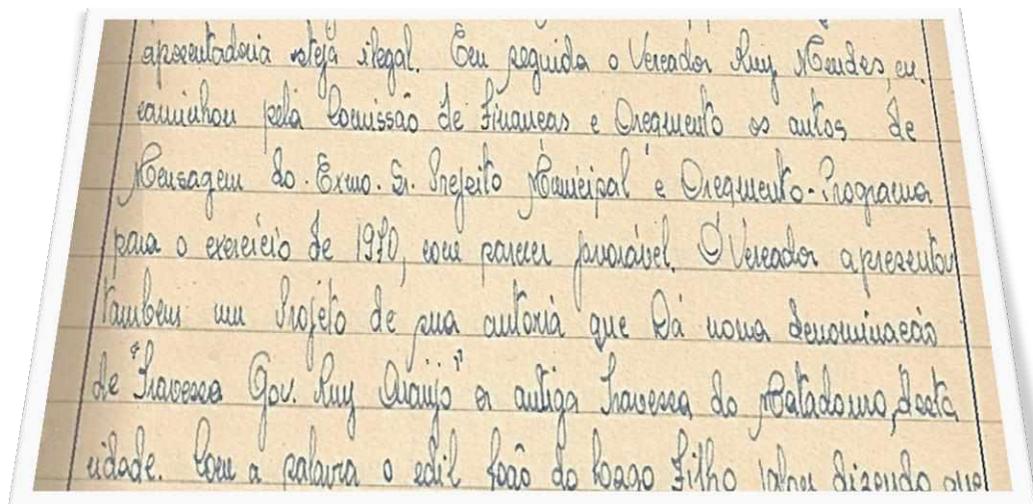
sa. O autor usou a palavra o edil Geraldo Soares de Medeiros encaminhou a Mesa um projeto de sua autoria que outorga títulos de cidadãos de Parintins aos senhores: Eduardo Soares, Francisco Samuzi, Dr. Romualdo Castro Correia e dr. José de M. L. Lohen. Ainda com a palavra aconsou o recebimento de um cartão do chefe do Executivo Municipal, dando ciência de seu requerimento e prometendo o atendimento.

cidadão Parintinense aos senhores: Eduardo França, Francisco Iannuzi, Dr. Romualdo Castro Corrêa e Dr. Jofre de Matos Cohen. (p. 30 frente ata 1969-1973)

Em seguimento as renúncias o próximo foi o vereador Benedito Ferreira Lima. (p. 31 verso ata 1969-1973)

Com mais uma denominação de rua feita pelo vereador Ruy Mendes, da travessa do Matadouro para Travessa Governador Ruy Araújo, o vereador João do Lago Filho protesta dizendo:

“Que ultimamente essa Câmara só tem apresentado projetos modificando nomes de ruas e concedendo Títulos de cidadania e que achava que os ilustres membros dessa Casa deviam se preocupar mais em outras coisas”. Porém, o vereador Ruy Mendes esclarece ao nobre colega “que projetos que movessem matéria financeira só podiam partir do Executivo (...) e que ele, João do Lago Filho, também podia fazer uso do seu cargo com apresentação de novos Projetos”. (p. 36 ata 1969-1973)



No dia 13 de novembro de 1969, o vereador Guilherme Ribeiro encaminha a Mesa à solicitação de 30 (trinta) dias de licença do vereador Raimundo Nonato Barbosa, assumindo o suplente, no dia 18 de novembro, Raul Góes Filho. (p. 36 verso e 38 frente - Ata 1969-1973).

Aos 25 dias do ano de 1969 constou em ata um telegrama, do Presidente da República General Emílio Garrastazu Médici, agradecendo a mensagem enviada dessa Presidência e um ofício de número 1806 e 1807, comunicando a liberação em favor do órgão rodoviário deste município em duas quotas: uma em 27/07/1969

com o valor de NCr\$ 40.727,93 referente ao 1º trimestre de 1969 e outra em 20/10/1969 no valor de NCr\$ 50.929,82, referente ao 2º trimestre de 1969. (p. 40 ata 1969-1973)

O vereador Raimundo Nonato Barbosa de Oliveira entra de licença e o seu suplente Guilherme Pena Ribeiro assume a vaga. (livro ata 1964-1969 pag. 194)

Finalizando o ano de 1969, segundo os anais da Câmara, Parintins viveu um ano de turbulências políticas. Mesmo com toda essa turbulência, os vereadores, tentavam dar continuidade ao poder legislativo municipal, solicitando requerimentos voltados para melhoria das condições da infraestrutura da cidade, títulos de cidadãos parintinenses para pessoas que prestavam serviços ao povo, sendo encerrado no dia 28 de novembro de 1969.

Segundo, o Jornal “A Tribuna”, consta uma reportagem com a relação de bens da Prefeitura, do dia 18/04/1970.

Prefeitura Municipal de Parintins

RELAÇÃO DE BENS

Na forma prevista na Resolução n.º 79/69, art. 14, item I, do Egrégio Tribunal de Contas da União, a Prefeitura Municipal de Parintins, do Estado do Amazonas, pelo seu Prefeito Municipal, Sr. OLÁUCIO BENTES GONÇALVES, torna público a relação dos bens incorporados ao patrimônio do Município, em decorrência da aplicação dos recursos oriundos do Fundo de Participação dos Municípios, de conformidade com o art. 25 da Constituição do Brasil, referente ao exercício de 1969.

4.0.0.0—DESPESAS DE CAPITAL

4.1.0.0—Investimentos

4.1.1.0—Obras Públicas

4.1.1.3—Prosseguimento e conclusão de obras

- 01—Na construção de um Grupo Escolar, com 3 salas de aulas e demais dependências, duas salas de 8,10 metros por 6,10 metros, outra sala de 8,30 por 4 metros, um al. d. 2x8,30 metros, dois corredores, de 2 mx. 4,50 mts e mix 2,20 mts, de uma cantina para merenda escolar, dois sanit. os, instalação situado na traça São Benedito, na s. de munic.pa. 34.028,20
- 02—Na ampliação no prédio do Jardim da Infância «Hipólito Corrêa», situado na travessa Gomes de Castro. 3.644,16
- 03—Nas instalações hidráulicas no Grupo Escolar «Brancao de Amorim», situado na Rua Amazonas 1.258,20
- 04—Nas instalações hidráulicas, colocação de mastros e construção de uma cantina no Grupo Escolar «Traujo Filho», situado na Rua Ruy Barbosa 2.872,20
- 05—Nas instalações hidráulicas no Artescenato Pedro Corcovil, situado na sede do município 978,60
- 06—Na ampliação no prédio do Posto Médico São Benedito, em alvenaria, inclusive instalações elétrica e sanitária, situado na Travessa do Matadouro 7.987,50
- 07—Nas instalações hidráulicas e ampliação no prédio do Matadouro Municipal 1.659,60
- 08—Na construção de uma escada lateral, em alvenaria, inclusive instalações sanitária, hidráulica e elétrica no prédio do Mercado Municipal 9.410,00
- 09—Nas ampliações do prédio do Necrotério com instalações elétrica e adaptação de um portão de ferro, localizado no Cemitério Municipal «ao José», na sede municipal 6.888,90
- 10—Na ampliação no Galpão Municipal, em alvenaria e concreto, inclusive de uma rampa para carga e descarga, situado no município 7.740,24
- 11—Na ampliação no prédio de alvenaria da Delegacia Geral de Polícia, de um xadrez de dois alojamentos inclusive instalações elétrica, sanitária, hidráulica e calçamento 19.421,00
- 12—Na instalação de prateleiras, no prédio da Biblioteca Municipal «Vera Lúcia Simplicio» 1.021,00

13 - No alargamento da Rampa que dá acesso ao pôrto, de aterro de piçarra, com muro de arrimo, construção e ampliação de sistema da rede de esgoto, de cimento e concreto numa extensão de 20 metros	8.185,27
14 - Na construção e melhoramento de vias urbana para facilitar a circulação de pessoas nos bairros Cordovil, São Benedito e Itaguatinga	4.158,00
15 - No serviço de terraplanagem no Campo de pouso, inclusive cerca de arame tarçado de delimitação, em convênio com a COMARA	2.920,10
16 - Na instalação de um Parque Infantil, com abrigo em madeira, com a cobertura de telhas de alumínio, piso de cimento, instalação elétrica, todo cercado e bancos, situado no bairro Vitória Régia, com 7 peças doado pelo MEC e 9 peças adquiridas pela Prefeitura Municipal	0.815,00
17 - Na construção e ampliação na rede de esgoto, na travessa Clarindo Chaves, Rua Amazonas e travessa João Melo, extensão de 50 metros	3.285,00
4.1.2.0 SERVIÇOS REGIME DE PROGRAMAÇÃO ESPECIAL	
Na implantação de sistemas coletivos de abastecimento da rede d'água, em convênio com a Cohab-Am, no conjunto residencial Vitória Régia, da 1ª. e 2ª. prestações	8.179,73
4.1.3.0 - Equipamentos e Instalações	
4.1.3.1 - Máquinas, Motores e aparelhos	
Nas aquisições de um cotre de aço, de uma máquina de escrever marca «Olympia» de 120/espacos	1.440,00
4.1.4.0 - Material Permanente	
04.00 - Nas aquisições de 32 Bandeiras Brasileiras e do Amazonas, para as escolas e Grupos Escolares	3.900,00
08.00 - Nas aquisições de 90 Carteiras escolares, p/o Grupo Escolar «Professora Ana Rita de Freitas»	4.110,00
Na aquisição de 6 Cadeiras e 1 Mesa p/a Biblioteca Municipal «Vera Lúcia Simplicio»	270,00
Nas aquisições de 4 Carteiras p/ Delegacia de Policia, Galpão e Prefeitura	1.520,00

TOTAL 142.302,10

Gabinete do Prefeito Municipal de Parintins, 31 de dezembro de 1969.

GLAUCIO BENTES GONÇALVES

Prefeito Municipal

1970

Presidente: Ruy Mendes

Vice: Geraldo Medeiros

O ano de 1970 começa com o retorno do vereador Fernando Castro, pois o seu mandato, no ano de 1969, foi extinto pelo presidente Odovaldo Novo.

Aos dez dias do mês de abril de mil novecentos e setenta, nesta cidade de Parintins, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na Secretaria da Câmara, perante o Exmo. Sr. Presidente, Vice-prefeito Odovaldo Ferreira Nôvo, reempossado no Cargo de Vereador o Sr. Fernando de Oliveira Castro, que do mesmo foi afastado em virtude de Ato do Presidente da Câmara, e que retorna em razão de um mandato de segurança, em grau de recurso que lhe foi concedido pelas Câmaras Reunidas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado. (p. 45 verso Livro Ata 1969-1973).

Aos dez dias do mês de abril do ano de 1970, nesta cidade de Parintins, no prédio da Câmara procedia a eleição para vice-presidente, sendo eleito o vereador Geraldo Soares de Medeiros com 3 votos. O Sr. Presidente Odovaldo Nôvo declarou eleito o vereador Geraldo Medeiros e que a Sessão do dia 15 do corrente contará com a presença do prefeito Gláucio Gonçalves. (p. 44 verso e 45 frente - ata 1969-1973)

No dia 15 de abril de 1970, cita uma mensagem do prefeito e presenças de autoridades, vereadores e pessoas do povo.

MENSAGEM DO PREFEITO

O Prefeito Glaucio Bentes Gonçalves, no dia 15 passado, compareceu à Câmara Municipal, especialmente para proceder à leitura de sua Mensagem e entregar a Prestação de Contas referente a 1969.

Estiveram presentes à solenidade, além do Vice-Prefeito Odovaldo Ferreira Novo e dos Vereadores Rui Mendes, Guilherme Ribéiro, Geraldo Medeiros, Fernando Castro e Raimundo Mendes Leal, as seguintes pessoas, convidadas pela Mesa da Câmara: Padre Domingos Canoni, Professor Eduardo Lessa, Doutor Marcelo Pauxis, Senhores Francisco Toscano Maia, Lázaro Garcia, Francisco Linhares, José Mozart Vieira, João Novo Filho, Pedro Wilson Leitão, Alvaro Maia, Raul Prestes, Benedito Manso, e dezenas de pessoas do povo.

«A Mensagem é de amizade, afirmou o Prefeito, de respeito e de apreço ao povo, muito bem representado pelos senhores Vereadores. A Mensagem anuncia a Vossas Excelências as linhas gerais do programa do Governo Municipal para o ano 1970, o qual está subordinado às rígidas determinações do Governo Federal».

Agora, até o dia 30 de maio, a Câmara Municipal estará reunida ordinariamente, para o debate de assuntos de interesse público.

**Mensagem do Prefeito – Jornal A Tribuna –
18/04/1970 – pág. 5.**

O ano de 1970 começa com o retorno do vereador Fernando Castro e logo em seguida a expulsão dos vereadores José Medeiros da Gama, João Evangelista do Lago Filho, Raimundo Mendes Leal, Geraldo Soares de Medeiros e Fernando de Oliveira Castro, pelo Presidente,

em exercício, do Diretório Municipal de Parintins, dos quadros da Aliança Renovadora Nacional. (p. 46 verso Ata 1969-1973)

Segundo, Geraldo Medeiros, assim que Fernando Castro retorna ao cargo, no dia seguinte, Odovaldo Novo expulsa a bancada do Arena 1. (entrevista cedida no dia 10/07/2012)

Os vereadores expulsos vão a Manaus apelar aos líderes do Arena 1 e 2, Deputado Rafael Faraco e Júlio Belém, levando ao presidente da Assembleia, José Melo Ferreira, a situação que o Legislativo Municipal de Parintins estava passando, então, Geraldo Medeiros fala:

Se eles queriam que Parintins ficasse sem representantes do partido, aceitassem o mandato de expulsão, caso contrário tomassem as devidas providências.

Então, os líderes dos partidos Arena 1 e Arena 2, afastaram o presidente da Câmara, Odovaldo Novo, voltando a paz e a harmonia na Casa legislativa. (entrevista cedida no dia 10/07/2012)

Essa revolução que aconteceu dentro da Câmara, ocasionou uma nova eleição para presidente e o retorno dos vereadores que haviam sido expulsos. A eleição aconteceu sendo eleito o vereador Ruy Mendes, segundo o sr. Geraldo Medeiros, indicado por ele, pelo fato do vereador Ruy Mendes ser o mais diplomático.

Reunião Especial da Câmara Municipal de Parintins, em 4 de maio de 1970.

Aos quatro dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta, nesta cidade de Parintins, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, no prédio da Câmara, reuniu-se em sessão especial a Câmara Municipal de Parintins, sob a Presidência do Vice-Prefeito Odovaldo Ferreira Nôvo e com a presença dos edis Raimundo Ruy Mendes, Guilherme Barbosa pena Ribeiro, Fernando de Oliveira Castro, Raimundo Nonato Barbosa de Oliveira, Raimundo Mendes leal e Geraldo Soares de Medeiros as 16:30 horas o Sr. Presidente deu por aberta a sessão e, achando-se no recinto personalidades ilustres na vida do Estado e do Município, convidou a assentar-se a mesa diretiva os Exmos. Srs. Prefeito Gláucio Bentes Gonçalves, Deputado Rafael Faraco, Líder do governo na Assembleia legislativa e Deputado Julio Furtado Belem, presidente Municipal da Arena e representante do município junto aos Poderes Estaduais. Explicou a finalidade da reunião, comunicando que, haveria apenas uma ordem do dia, atas e expedientes seria lido e apreciado na primeira reunião ordinária, bem assim que, os vereadores afastados já estavam no pleno gozo dos seus direitos, pois assinaram o livro de presença do dia 30 de abril sem nenhuma objeção da presidência, em virtude de um ofício do Presidente do Diretório Municipal da Arena, comunicando o seu reingresso nos quadros partidários dos quais haviam sido afastados, permanecendo o Sr. Geraldo Medeiros na presidência da Comissão de Finanças, que havia sido declarada vaga com seu afastamento da Câmara. Declarou a vacância do cargo de presidente, com a sua decisão de não mais continuar presidindo a Câmara, convidando os vereadores a se

manifestarem sobre a matéria tendo todos concordado, pois era essa a vontade do Vice Prefeito. A seguir declarou que iria ser procedida a eleição para presidente, em voto público, de conformidade com o que preceitua o art. 22º da Lei 700, de dezembro de 1967. Procedida à votação e, os cinco primeiros sendo dado ao Vereador Ruy Mendes, este declarou a sua vontade de abster-se, o que foi aceito pelos demais vereadores. O Senhor Presidente diante do resultado da eleição proclamou o vereador Ruy Mendes Presidente eleito da Câmara e a seguir proferiu breve benção de despedida, salientando que, a sua presença na Presidência da Câmara se dava em virtude de Lei Municipal a cujo dever não poderia fugir. Deu a palavra ao edil Fernando Castro para saudar em nome da Casa o Prefeito e os parlamentares presentes e o Presidente eleito. Convidou o Presidente eleito, vereador Ruy Mendes a assumir a Presidência, após o que assentou-se ao seu lado. Assumindo a presidência o vereador Ruy Mendes facultou a palavra, da qual fizeram uso o Prefeito Gláucio Gonçalves, que disse a sua satisfação em ver a harmonia voltar a reinar na Câmara após ligeira crise e reafirmou os seus propósitos de administrar com o coração aberto. Usou a palavra o vereador Geraldo Medeiros dizendo que a luta entre a Câmara e o Executivo não era uma luta de homens, mas entre poderes, luta de Lei contra Lei. Usaram também a palavra os deputados Rafael Faraco e Julio Belem que em brilhante oração disseram o motivo de suas presenças em nosso município, demonstrando a sua satisfação pelo que ficou resolvido e congratulando-se com o presidente eleito”. (p. 47 verso e 48 Ata 1969-1973).

Fez-se uma nova reestruturação da Comissão Técnica. (p. 49 verso Ata 1969-1973)

Comissão de Finanças e Orçamento

Presidente: Geraldo Soares de Medeiros

Vice: Fernando de Oliveira Castro

Membros: Raimundo Mendes Leal e Raimundo Nonato Barbosa.

Comissão de Constituição e Justiça

Presidente: Fernando de Oliveira Castro

Vice: Geraldo soares de Medeiros

Membro: Raimundo Mendes Leal

Comissão de Redação

Presidente: Guilherme Pena Ribeiro

Vice: Raimundo Nonato Barbosa

Membro: Raimundo Mendes Leal

Com o retorno dos vereadores expulsos, as Comissões foram escolhidas pelo presidente eleito e o vereador Fernando Castro não se opôs.

Em ata do dia 15 de maio de 1970, consta um relatório de visita dos vereadores a Firma Fabril de juta Parintins, descrevendo seus diretores e o bom resultado que a firma traz para o município. (p. 53 a 54 Ata 1969-1973).

Sr. Presidente, srs. Vereadores: Depois de nossa visita oficial às instalações da Cia. Fabril de Juta Parintins – Fabriljuta, e de tão auspiciosa recepção por parte de seus funcionários em Parintins, tendo a frente o dinâmico Diretor, Sr. Raimundo Dejard Vieira, ladeado do Sr. Gerente Alfredo Tapajós, para os quais vai o nosso respeito e a nossa admiração e ao longo espaço de 2 horas que mantivemos contato com os referidos senhores, pessoal do escritório, técnicos montadores, construtores e engenheiros, constatamos que a Fabriljuta é uma REALIDADE. – Fundada em 22 de abril de 1964 – 22 dias depois da implantação do Regime Revolucionário em nosso país. Antes, porém, no dia 1º de abril se começou a dar os primeiros passos para a formação de um grupo que pudesse dirigir os destinos desta grande Fábrica, a mais moderna do interlândio Amazônico, com capacidade de mudar o panorama sócio econômico do interior amazonense. Vale salientar que a Fabriljuta, foi criada inicialmente para o beneficiamento, prensagem e comercialização da juta no mercado nacional e internacional. Hoje, porém, a Fabriljuta, com o apoio da Sudam, BNDE, do Basa e do BEA, passa a atender de modo efetivo, as exigências do Art. 5º de seus Estatutos, que traça como objetivo da empresa a cultura de fibras de juta e similares, sua industrialização, comercialização e exportação, e o exercício de toda e qualquer atividade comercial ou industrial correlata ou conexas, que não contrarie as leis do país. Com os recursos recebidos dos grupos acima citados, oriundos de incentivos fiscais, a Fabriljuta estará dentre em breve industrializando e exportando. A Fabriljuta segundo informações recebidas dos

diretores em nossa terra industrializará e exportará mais da metade da produção de juta do nosso Município, utilizando apenas 2% de elementos secundários para a fabricação do produto final, o que dará a tranquilidade de afirmar que jamais terá problemas de importação de matéria-prima. – A Fabriljuta, na realidade, está localizada em um centro estratégico. Salientando-se que a Amazônia é o quinto produtor de juta de todo o mundo e Parintins contribui com 40% desta produção. – Pagando atualmente o maior preço do mercado, por quilo de juta, a Fabriljuta compra toda e qualquer quantidade de juta, pagando a seus clientes na hora da entrega. – Reconhecendo na Fabriljuta um empreendimento de tamanha envergadura o BNDE deu o seu aval para a compra de todo equipamento estrangeiro. O contrato foi assinado pelo Sr. Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento, Dr. Jaime Magrassi de Sá e pelo presidente da Fabriljuta, Sr. Luiz do Valle Miranda. – A indústria compõe-se de uma unidade de fiação e tecelagem, com 80 teares, 14 fiadeiras e outras máquinas acessórias indispensáveis ao trabalho de confecção de tela e de juta. Ao seu funcionamento estará dotada de um laboratório para controle da qualidade de matéria prima, teste de resistência, uniformidade do fio, padronização de telas e sacarias que é o produto final. – A Fabriljuta adotará normas no sentido de atender as necessidades locais, dando a seus funcionários e familiares, serviço médico-dentário, moderno restaurante, ambulatório, além de escola e creche que atenderá as crianças. – Isto da nossa parte, Sr. Presidente, srs. Vereadores, só merece os nossos elogios, os nossos incentivos e a nossa contribuição

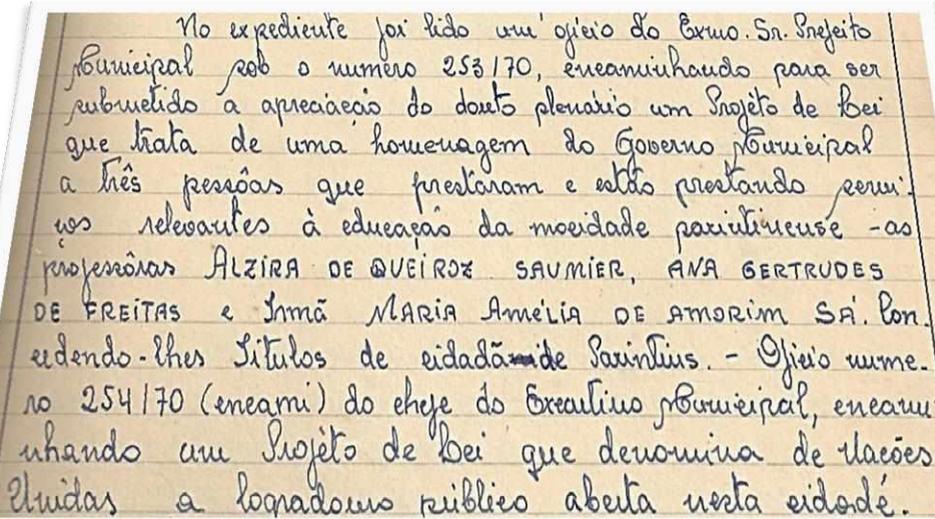
naquilo que diz respeito ao desenvolvimento desta grande Fábrica, que trará em um futuro não muito distante, trabalho para os nossos filhos, sustento para o povo. – Portanto, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, no instante em que todos nós nos empenhamos pela racional integração da Amazônia Ocidental, merece ser realçado o concurso inestimável da iniciativa privada em prol dessa árdua tarefa, figurando entre os empreendimentos que melhor traduzem esse esforço, a Companhia Fabril de Juta Parintins; - A Fabriljuta instrumentou o homem interiorano, assegurou mercado para a produção jutífera do Baixo Amazonas; proporcionou a valorização de um dos produtos básicos de nossa economia; criou novo mercado de mão de obra e contribuiu efetiva e substancial para a integração da Amazônia Ocidental. – À frente da Fabriljuta estão cidadãos capacitados e experientes empresários do setor. Tendo como Diretor-Presidente o Sr. Luiz do Valle Mirando, industrial, cidadão que jamais ouvimos dizer que tivesse um instante de esmorecimento no valor de suas lutas, que recuasse diante de qualquer obstáculo, que não deixasse de subir sempre com a mesma galhardia até atingir o glorioso píncaro de sua missão. E como diretores os senhores Raimundo Dejard Vieira, industrial, criador, que apesar de usado na idade, mas se vê perfeitamente através do brilho de seus cabelos grisalhos uma perene luz de mocidade, um clarão de energia, essa juventude que permanece na alma dos fortes, no coração dos bons, no espírito dos honestos. Dr. Franty da Costa Barbosa, Economista, Técnico em contabilidade, industrial com larga experiência e planejamento e direção de empresa. Ex-Diretor do Sindicato Patronal e da Federação do

Comércio do estado do Pará. Dr. Antônio Cabral Abreu, Engenheiro de gabarito, industrial de profundo conhecimento, Ex-Secretário da prefeitura de Belém e engenheiro construtor das obras civil da Companhia Fabril de Juta Parintins, além de muitos outros predicados que possui. – E para terminar Sr. Presidente, srs. Vereadores, desejamos expressar de público nossa profunda gratidão e agradecer em nome do povo de Parintins dos quais somos os seus legítimos representantes, aos senhores diretores desta tão bem conceituada empresa, brasileiros progressistas e de visão, que com o seu dinamismo e trabalho construíram o grande parque industrial ora existente em Parintins, que muito contribui, e contribuirá para o bem estar da família Parintinense. – Acreditem, senhores diretores e contem com o nosso apoio, pois tudo faremos para prestigiar magnífico empreendimento. Os nossos respeitos, o nosso muito obrigado e a certeza de que Parintins, com a Fabriljuta, será a grande cidade almejada por todos os que aqui vivem e labutam. a) Fernando de Oliveira Castro – Vereador.

Em 1970, dia 21 de maio, chega um ofício do coordenador Geral do Projeto Rondon convidando o Prefeito a assinar um convênio ligado ao Campus Avançado da Universidade do Estado da Guanabara. Com isso, o prefeito solicita 15 (quinze) dias de licença e o Sr. Presidente solicita a indicação de um vereador para assistir a assinatura do convênio, sendo indicado o vereador Geraldo Medeiros. (p. 56 ata 1969-1973)

Em Parintins o maior festival é o do Boi-Bumbá, sendo que nos anais da Câmara foi encontrado um registro do vereador Fernando Castro solicitando ao prefeito, Gláucio Gonçalves, no sentido dos festejos do festival folclórico acontecer na quadra da Jac sob a direção do Prefeito. (p. 58 ata 1969-1973)

Dando continuidade às concessões dos títulos parintinenses o prefeito encaminhou à Câmara dois projetos de leis, um que dá título de Cidadãs parintinenses para três professoras: Alzira Queiroz Saunier, Ana Gertrudes de Freitas e Irmã Maria Amélia de Amorim Sá e outro dotado de nº 3/70 que denomina de Nações Unidas a logradouro público aberto nesta cidade. (p. 68 ata 1969-1973).



No expediente foi lido um ofício do Exmo. Sr. Prefeito Municipal sob o numero 253/70, encaminhando para ser submetido a apreciação do douto plenário um Projeto de Lei que trata de uma homenagem do Governo Municipal a três pessoas que prestaram e estão prestando serviços relevantes à educação da mocidade parintinense - as professoras ALZIRA DE QUEIROZ SAUNIER, ANA GERTRUDES DE FREITAS e Irmã MARIA AMÉLIA DE AMORIM SÁ. Concedendo-lhes títulos de cidadãs de Parintins. - Ofício numero 254/70 (encami) do chefe do Executivo Municipal, encaminhando um Projeto de Lei que denomina de Nações Unidas a logradouro público aberto nesta cidade.

Com relação às eleições do estado, consta em ata, a vitória para deputado estadual do edil Fernando Castro e dos senhores José Esteves e José Lindoso para o senado. (p. 72 ata 1969-1970).

No ano de 1970, o Brasil é declarado campeão do Mundo, porém, em ata não consta referencias a este fato, mas, no jornal A Tribuna se tem uma reportagem citando a Copa do Mundo, onde sua manchete é: *Zagalo Trabalha sem pressa*. Nesse âmbito esportivo, Parintins também declara um campeão de futebol, a equipe do Atlético Sul América. (p. 75 ata 1969-1970)

Algumas notícias que marcaram o ano de 1970 segundo o Jornal “A Tribuna”

- O fracasso do Apolo 13 a Lua;
 - Copa do Mundo
1. Economia
 - Dinheiro Novo chega à agência local do Banco do Brasil;
 2. Religioso
 - 8º Congresso Religioso Nacional
 3. Esporte
 - Campeonato de Futebol de 1970
 4. Comentário e Sociedade
 5. Política
 - Governador chegará dia 29;

- Relação de Bens da Prefeitura Municipal de Parintins;
 - Mensagem do Prefeito;
 - Novo Regimento Interno – Câmara Municipal de Parintins.
6. Informação
- Homenagem ao Mestre;
 - Cantel confirma instalação de telefones na cidade.

Como o ano de 1969 foi muito turbulento, mandatos extintos, renúncias, expulsões de partidos. O ano de 1970 chega mais harmonioso, acontecendo às eleições para presidente, Comissões Técnicas e o jornal “A Tribuna”, em um artigo, comenta sobre a situação política que Parintins estava se passando.

Comentário da Semana

Tudo indica que Parintins viverá em paz neste ano de 1970. Estão praticamente destruídos os promotores do ódio e da desunião entre irmãos. Autoridades e povo estão construindo a grandeza da nossa terra comum. Com sacrifícios, é verdade, mas com disposição, sinceridade e amor.

Basta de brigas sem sentido. Chega de desavenças entre cidadãos que, unidos, poderão dar a Parintins dias melhores, mais prósperos e mais felizes.

1969 foi um ano de progresso para o Município-Modelo. A Administração Municipal realizou uma obra material

volumosa. Aí estão, desafiando contestação, trabalhos que consagram um período de quatro anos de Governo. No terreno político, entretanto, pelo estímulo de pessoas que, pelas posições ocupada, deveriam ficar bem distantes dos partidos e das questões eleitorais, a cavalheiros inexperientes e que se deixaram levar por fantasias, houve muita zanga e foram registrados fatos que todos lamentamos.

Observa-se, felizmente, um clima de compreensão, de entendimento, de camaradagem entre os responsáveis pelos destinos de Parintins. Vamos todos trabalhar para a continuação desse clima. E para a sua melhoria também.

Quem ganhou com o ódio, com a malquerença e com a desunião? Quem lucrou com a arrogância e a falta de equilíbrio de certa autoridade que deveria dar exemplo de bom senso?

Nós que aqui vivemos, trabalhamos e produzimos, todos nós – brancos e pretos, ricos e pobres, homens e mulheres, cristãos e não cristãos, pertencentes a todos os grupos partidários – possuímos marcas de desentendimentos, ocorridos até no meio de pessoas que têm o mesmo sangue, enquanto um dos causadores do ódio e da desunião, que aqui nada possui, que não está ligado a Parintins por laços sentimentais, afetivos, de interesses comerciais ou funcionais, já foi cantar em outra freguesia, para ensinar maldade e boçalidade, sua triste sina.

Que deixou o arrogante e insensato ao povo de Parintins? Ficou aqui algum exemplo de grandeza, de bondade, de inteligência de sinceridade e de amor?

Não. Nada de bom nos deixou o arrogante e insensato.

Sejamos nós sensatos e prudentes. Sem abrir mão dos nossos direitos, da nossa honra e dos nossos interesses limpos, vivamos como gente civilizada, educada e capaz.

Apertemos as nossas mãos. Abracemo-nos, no interesse do progresso de Parintins e do bem estar de sua heróica população. (Jornal “A Tribuna”; 18/04/1970 pag. 3).

E o ano de 1970 se encerra no dia 11 de dezembro, onde o vereador Geraldo Medeiros elogiando a conduta do atual presidente eleito Ruy Mendes. (pag. 79 verso – ata 1969-73)

(...) o edil Geraldo Soares de Medeiros referindo-se ao encerramento dos trabalhos deste segundo período ordinário, em prorrogação, deixando seus agradecimentos ao ilustre Presidente desta Casa, que tão bem soube conduzir nesta presidência. Externaram também aos demais membros deste poder e funcionários, seus agradecimentos.

1971

Devido às turbulências do primeiro ano (1969), a prestação de conta só foi discutida dia 26/11/1970 e foi aprovada somente dia 30/01/1971, pois o documento que estaria faltando foi entregue esclarecendo as dúvidas pendentes. (p. 73 a 82 ata 1969-1973).

Ata da Reunião extraordinária da Câmara Municipal de Parintins, em 30 de janeiro de 1971. Aos trinta dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e setenta e um, nesta cidade de Parintins, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil no prédio da Câmara, sob a presidência do Vereador Raimundo Ruy Mendes e com a presença dos edis João Evangelista Pereira do Lago Filho, Raimundo Mendes Leal, Geraldo Soares de Medeiros e Guilherme Pena Ribeiro, realizou a segunda reunião extraordinária para apreciação e votação da prestação de Contas do Exmo. Sr. Prefeito Municipal referente ao exercício de 1969. Havendo número legal, o Sr. Presidente, em nome de Deus, declarou aberta a sessão extraordinária, com a finalidade específica de apreciação e votação em escrutínio secreto da Prestação de contas do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Parintins, referente ao exercício de 1969, e mandou que a Secretária procedesse a leitura da Ata da sessão anterior, que foi aprovada sem contestação.

O expediente constou de um ofício de número 13/71, do Exmo. Sr. Prefeito Municipal, encaminhando o Balanço Geral da Prefeitura Municipal, com os anexos exigidos pela Comissão de Finanças que dá regularidades na Prestação de Contas, e requerimento do vereador Raimundo Nonato Barbosa, solicitando 30 dias de licença para tratamento de assuntos particulares. (...) o edil Geraldo Soares de Medeiros que encaminhou a Mesa, novo parecer da Comissão de Finanças e orçamento, nos autos da Prestação de Contas, do teor seguinte: De acordo com o art. 16 da emenda nº 1 da Constituição Federal de 17 de outubro de 1969, em seu parágrafo 2º. Depois

suprido as exigências do Tribunal de Contas do Estado, referente à Prestação da Prefeitura Municipal de Parintins no exercício de 1969, somos nós, pela aprovação do parecer emitido pelo referido Tribunal. aa) Geraldo Medeiros Presidente e como membro, João Evangelista do Lago Filho e Raimundo Mendes Leal. Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida o Sr. Presidente disse ir submeter a votação secreta, a Prestação de Contas e mandou que fosse distribuída a cada vereador presente, duas (2) papeletas com os dizeres aprova e desaprova, como também designou para escrutinadores os edis Guilherme ribeiro e João do Lago Filho, determinou ainda que a Secretária procedesse a chamada para a votação secreta. Conferido os votos pelos escrutinadores, a Secretária fez a contagem, obtendo o seguinte resultado; Cinco (5) papeletas com a palavra Aprova número correspondente aos votantes, pelo que o senhor Presidente declarou aprovada por unanimidade a Prestação de Contas do Executivo Municipal, referente ao exercício de 1969. Votação secreta. Conferido os votos pelos escrutinadores, a Secretária fez a contagem, obtendo o seguinte resultado; Cinco (5) papeletas com a palavra Aprova, número correspondente aos votantes, pelo que o senhor Presidente declarou aprovada por unanimidade a Prestação de Contas do Executivo Municipal, referente ao exercício de 1969.



ESTADO DO AMAZONAS

CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS

LEI Nº 1, DE 30 DE JANEIRO DE 1971.

Ficam aprovadas as Contas do Exmo. Sr. PREFEITO MUNICIPAL, correspondente ao exercício de 1969.

O Cidadao RAIMUNDO RUY NEVES, Presidente da Câmara Municipal de Parintins, etc.

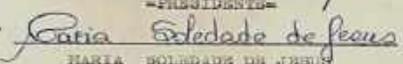
Faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, em sessão extraordinária, decretou e eu promulguei a seguinte,

L E I:

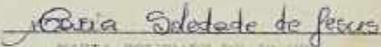
- Art. 1º - Ficam aprovadas as CONTAS do Exmo. Sr. PREFEITO MUNICIPAL, correspondente ao exercício do ano de 1969.
- Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, EM 30 DE JANEIRO DE 1971.


RAIMUNDO RUY NEVES
-PRESIDENTE-


MARIA SOLEDADE DE JESUS
- SECRETÁRIA -

Esta Lei foi publicada nesta Secretaria da Câmara Municipal de Parintins, aos trinta dias do mês de janeiro de 1971.


MARIA SOLEDADE DE JESUS
-SECRETÁRIA-

Aos doze dias de abril de 1971, foi escolhida a Comissão Técnica. (p.82 verso ata 1969-1973)

Comissão de finanças e Orçamento

Presidente: Geraldo Soares de Medeiros

Vice: João Evangelista P. do Lago Filho

Membro: Guilherme Barbosa Ribeiro e Raimundo Mendes Leal.

Comissão de Constituição e Justiça

Presidente: Guilherme Barbosa Ribeiro

Vice: Raimundo Mendes Leal

Membro: João Evangelista P. do Lago Filho

Comissão de Redação

Presidente: Raimundo Mendes Leal

Vice: Guilherme Barbosa Ribeiro

Membro: Raimundo Nonato Barbosa.

O vereador Guilherme Pena Ribeiro, solicita ao Executivo providências de reparos nas artérias principais da cidade, que se encontravam em maus estados de trânsito. (p.84 ata 1969-1973)

O Executivo encaminha a apreciação da Câmara, um projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a alienar as Ações da Petrobrás pertencente à Prefeitura de Parintins, e a Câmara autoriza o executivo para utilizar as ações da Petrobras. (p.87 e 92; ata 1969-1973).



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS

LEI Nº 01/71

AUTORIZA o Poder Executivo a alienar ações da Petróleo Brasileiro / S.A. - PETROBRÁS e dá outras providências.

Faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

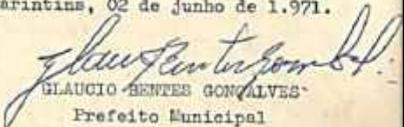
Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar as ações ordinárias da Petróleo Brasileiro S.A.-PETROBRÁS, registradas em nome da Prefeitura Municipal de Parintins, através das Bolsas Oficiais de Valores do País.

§ Único - A transação de que trata este artigo será efetivada por meio de firma corretora constitucionalmente legalizada, idônea e de nacionalidade brasileira.

Art. 2º - Os recursos provenientes da alienação de que trata o artigo anterior serão aplicados em programas e projetos de alto interesse do Município, compatíveis com os planos e programas estaduais e nacionais de desenvolvimento.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO CORDOVIL, em Parintins, 02 de junho de 1971.


GLAUCIO BENTES GONÇALVES
Prefeito Municipal



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS

LEI Nº 06/71

Concede o título de "Cidadão de Parintins" ao General José Costa Cavalcante, e dá outras providências.

Faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, em sessão do segundo período ordinário, aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica concedido o título de CIDADÃO DO MUNICÍPIO DE PARINTINS, Estado do Amazonas, ao Excelentíssimo Senhor General JOSÉ COSTA CAVALCANTE, atual Ministro do Interior.

§ ÚNICO - A honraria ao General JOSÉ COSTA CAVALCANTE terá lugar em reunião pública, objetivando destacar o notável brasileiro e evidenciar os serviços prestados ao Município de Parintins.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO CORDOVIL, em Parintins, 07 de dezembro de 1971.


CLÁUDIO BENTES GONÇALVES
Prefeito Municipal



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS

LEI Nº 02/71

Autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com a Fundação SESP e dá outras providências.

Faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar / convênio com a Fundação SESP, objetivando a colaboração financeira do Governo Municipal à Unidade Mista de Parintins.

Art. 2º - A Prefeitura Municipal poderá empregar recursos do Fundo de Participação dos Municípios na execução do convênio com a Fundação SESP, nos termos das prioridades estabelecidas pelo / Governo Federal.

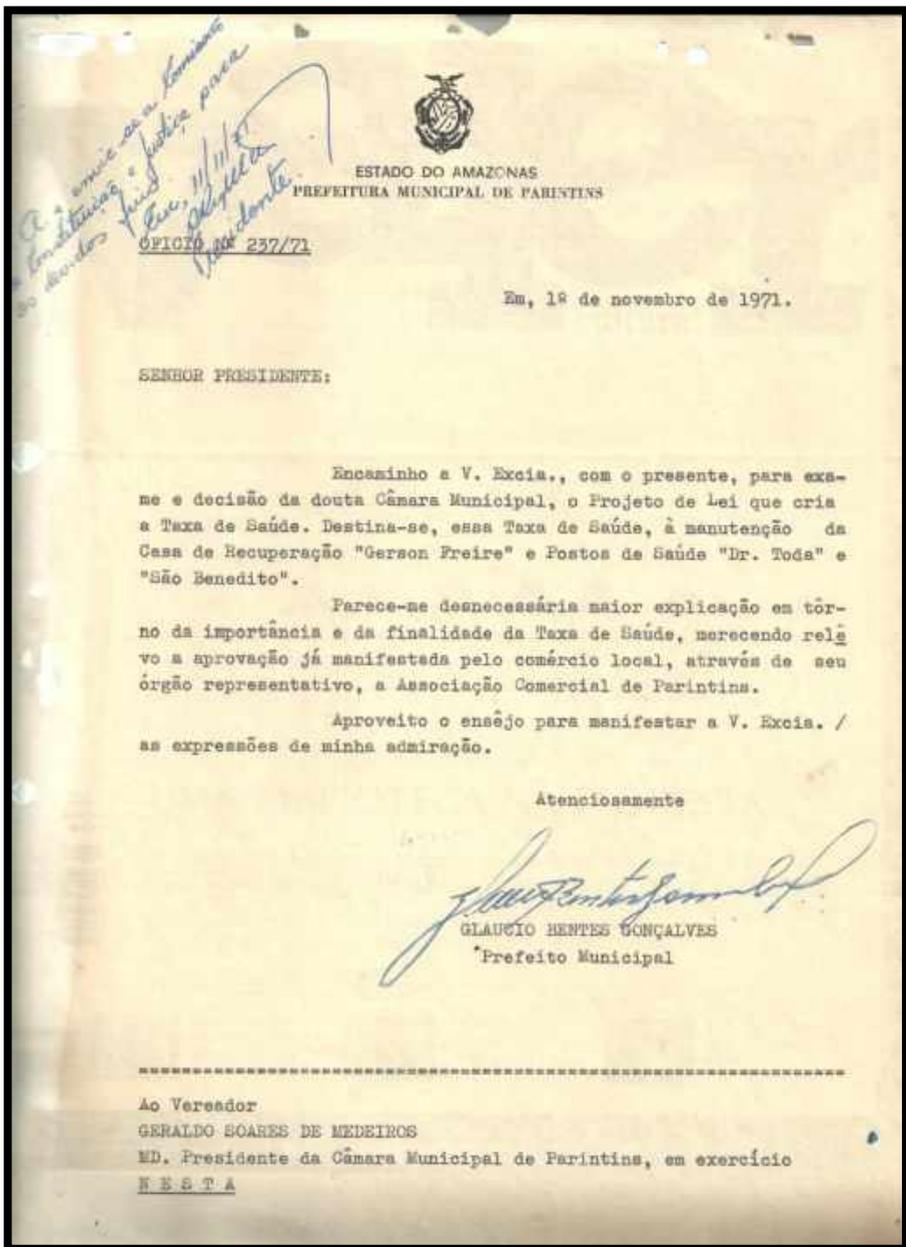
Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, entrará em vigor na data de sua publicação..

PALÁCIO CORDOVIL, em Parintins, 03 de agosto de 1971.

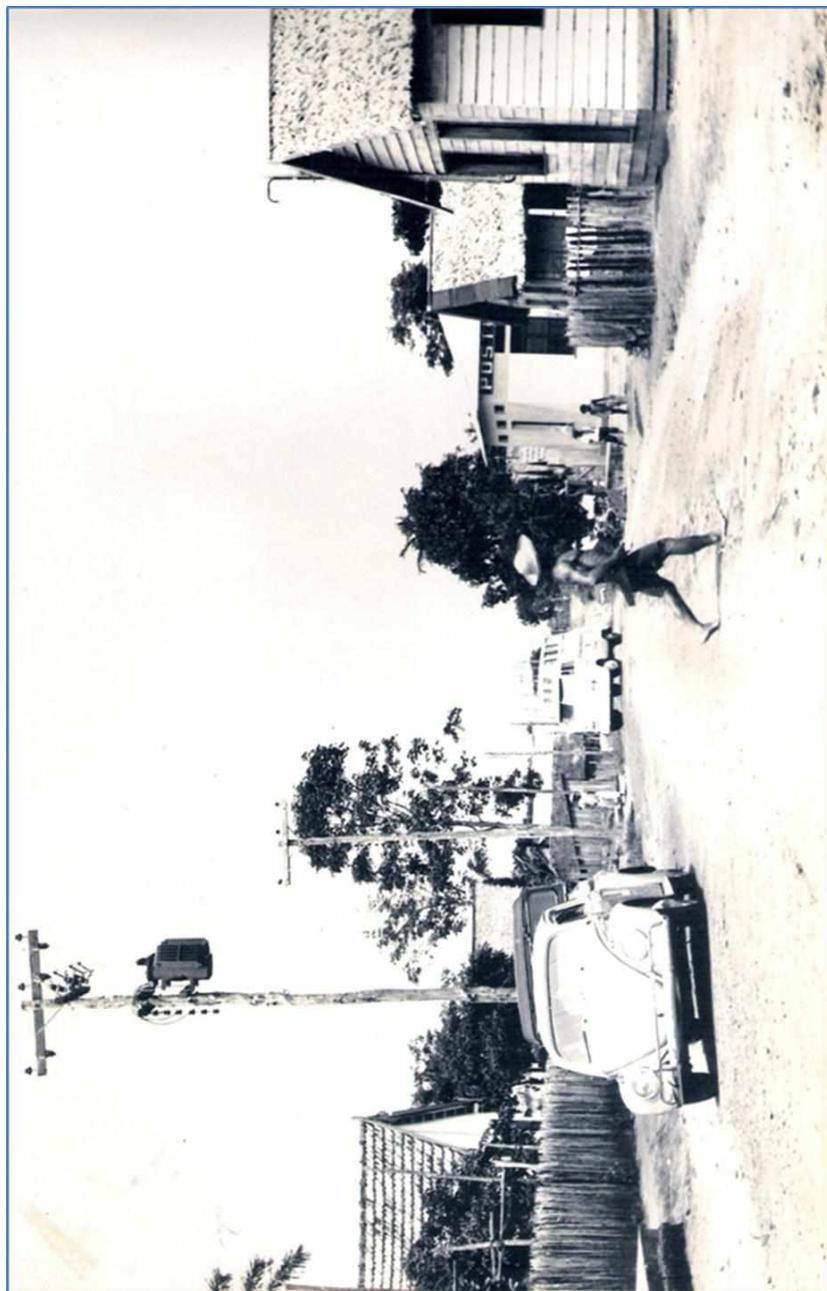
GLÁUCIO BENTES GONÇALVES

Prefeito Municipal

História e Memória Política do Município de Parintins



História e Memória Política do Município de Parintins



Posto São Benedito

Fatos que marcaram o ano de 1971

- Convênio com a Fundação SESP; (p. 93)
- O executivo encaminha projeto de lei dando título de cidadão ao General José Costa Cavalcante, Ministro do Interior. (p. 97 verso)
 - Melhorias na rampa do mercado solicitado pelo vereador Guilherme Ribeiro. (p. 98)
 - Criação da taxa de Saúde para manutenção da Casa de Recuperação “Gerson Freire” e Postos de Saúde “Dr. Toda e São Benedito”.
 - Limpeza do Beco Silva Campos, quem solicita o vereador Ruy Mendes. (p. 106)

Finalizando o ano de 1971, segundo os anais da Câmara, aconteceu a eleição de para presidente e vice para o ano de 1972, sendo eleitos os vereadores **Raimundo Mendes Leal e João do Lago Filho**, respectivamente. (p. 112 ata 1969-1973).

1972

Presidente: Raimundo Mendes Leal

Vice: João do Lago Filho

O ano de 1972, segundo os anais da Câmara, começa com a posse do presidente eleito, o vereador Raimundo Mendes Leal. (p. 115 ata 1969-1973).

(...) a finalidade da mesma era dar posse ao Presidente eleito dia 30 de novembro de 1971, vereador Raimundo Mendes Leal. A seguir designou o edil João Evangelista do Lago Filho para saudar o Presidente que acabara de ser empossado. E convidou o novo Presidente Sr. Raimundo Mendes Leal a tomar assento a Presidência. Esse dirigiu palavras aos presentes, o que transcrevo: Exmo. Srs. Vereadores: Minhas senhoras e meus senhores: Recebo nesta hora uma grande responsabilidade no cenário político de Parintins, pois passo a comandar os destinos da Câmara Municipal, numa escolha entre todos os vereadores e, cuja presidência recaiu neste mais humilde. Mesmo sabendo de grande fardo que pesará sobre nossos ombros, não fugimos da luta, porque no tempo da campanha fizera um compromisso com o povo de minha terra, que não mediria sacrifícios para defender os seus interesses. E não podendo fugir daquele velho princípio e também do ideal do homem público, aceitamos o encargo, que faz acender no ponto mais profundo do coração, uma grande chama, que é vontade de honrar a posição a mim confiada. Para concluir o meu simples discurso, tenho que encaminhar palavras em três sentidos: - Em primeiro lugar dizer ao Sr. Gláucio Bentes Gonçalves, Prefeito Municipal de Parintins, que esta casa Legislativa, está de braços abertos para apoiar todas as suas posições, desde que sejam honestas e virtuosas também, o que é mais fundamental, em benefício do povo. Em segundo lugar agradecer aos meus colegas vereadores a distinção que me fizeram e adiantar que a confiança em mim depositada não lhes levará à decepção, pois continuarei sendo o mesmo amigo, o mesmo homem como

vereador, sempre fiel ao povo de Parintins, e ao meu Partido. – Finalmente, ao amado povo de minha terra que com confiança de voto me colocar destro desta Casa, quero adiantar que seus interesses estarão sempre em primeiro plano, pois a razão da existência desta Casa é, em resumo, a arma para a defesa do povo humilde. a) Raimundo Mendes Leal – Presidente.

Na sessão extraordinária da Câmara municipal, em 31 de março de 1972, contou um ofício, encaminhado pelo Delegado de polícia de Parintins, com o seguinte teor:

Senhor presidente: Com o presente estou encaminhando a V. Excia, a representação formulada pelo Exmo. Sr. Secretário do Interior e Justiça, contra o prefeito atual de Parintins”.(a) Luiz Alves de Carvalho Delegado de Polícia.(p. 117 ata 1969-1973)

Essa formulação contra o prefeito se deu pelo fato da alienação das Ações da Petrobrás, segundo os anais da Câmara, esse inquérito foi aberto contra o prefeito a fim de apurar o seguinte:

Pela Lei nº 01/71 (doc. Nº 3) a Câmara Municipal de Parintins autorizou o Prefeito, Sr. Gláucio Bentes Gonçalves a alienar Ações daquela comuna subscritas na Petróleo Brasileiro S/A (Petrobrás). Tal venda foi efetuada e segundo declarações contidas no of. 166/71 (doc. nº 4) do chefe comunal, os

recursos chegaram e foram ou estão sendo aplicados na construção de prédios do Município. Neste mesmo ofício o Sr. Prefeito, ao endereçá-lo ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Amazonas, relaciona o número de construção e obras que estão ou foram realizadas com o produto da alienação de tais ações. O consultor jurídico, Jaime Roberto Cabral Fudio de Maués, da Secretaria do Interior e justiça em parecer (docs. N^{os} 6, 7 e 9) que foi aceito pela Chefia do Setor, depois de analisar a transação, considerou-a legal. No entanto, segundo aquele bacharel, citando e transcrevendo “in verbais” o art. 144 da Constituição do estado “Art. 144: Os Prefeitos e as Mesas das Câmaras Municipais não poderão, em cada exercício, aplicar ou comprometer recursos financeiros dos municípios, em valor superior aos duodécimos compreendidos em sua gestão, sendo nulos de pleno direito os atos praticados com infração desta norma, por eles respondendo e criminalmente o infrator, houve erro na aplicação do dinheiro, pois não seria possível sua utilização total no exercício financeiro de 1971, uma vez que o orçamento já tinha sido aprovado. No documento n^o 9, o Consultor declara que não houve a publicação no Diário Oficial da lei n^o 1/71 e por isto ela não poderia produzir seus efeitos legais. Concluiu dizendo que o Prefeito Municipal de Parintins infringiu ao disposto da parte final do item IV, do art. 4^o e o item X do art. 1^o tudo do Decreto Lei 201 de 27/2/67 (...).” (p. 117 a 119 ata 1969-1973)

Foi aberto o inquérito, porém, o vereador Raimundo Ruy Mendes se pronunciou a favor do prefeito alegando que não havia nenhum motivo para tal suspeita.

(...) o vereador Raimundo Ruy Mendes (...) lançou seu protesto ao estranho procedimento do Sr. Delegado Geral de Polícia de Parintins pelo fato de não considerar competente essa autoridade para as providencias que pretende adotar. O Sr. Prefeito Municipal, disse o vereador de modo claro, limpo e decente, pediu autorização dessa Câmara para negociar, em nome do município, as ações da Petrobrás. O Legislativo Municipal, por sua livre vontade concedeu autorização para a referida negociação. Feito isso o chefe comunal procurou atender criteriosamente os mais legítimos anseios da comunidade Parintinense, colocando naturalmente em regime de prioridade os problemas básicos de educação, saúde e saneamento. Calcado nesses princípios não teve, o Sr. Prefeito Municipal, mãos a medir para concluir a Casa de Recuperação Dr. Gerson Freire; Posto Médico Dr. Toda, o Ginásio Senador Álvaro Maia e mais a participação da prefeitura na pavimentação de ruas e avenidas, incluindo sarjetas e meio feio. Além disso, tudo, que está às vistas do povo, teve a Prefeitura o imenso encargo de suportar a crise constituída pela pavorosa enchente do ano passado. Ninguém pode ignorar a participação decidida da prefeitura em dar amparo ao caboclo flagelado, doente e desesperançado que batia as portas da prefeitura todos os dias. Diante disso, com problemas dessa natureza não seria racional exigir mais de quem administra este município com devotamento, a

mor e sinceridade. Esta Câmara Municipal, Sr. Presidente e senhores vereadores, testemunha que é do esforço e da boa vontade que caracterizamos atos do Sr. Prefeito Municipal, no meu entender, nada tem a fazer se não se colocar ao lado de quem trabalha e de quem procura atender as mais legítimas aspirações do povo. Para este ano é pensamento do nosso Prefeito construir a sede da Câmara Municipal, a biblioteca Municipal e outros serviços que possam atendidos com referidos recursos. Infelizmente são tantas as nossas necessidades que não é possível atender a todos como seria a vontade do Sr. Prefeito Municipal. S.S. da Câmara Municipal de Parintins, 31 de março de 1972. (a) Raimundo Ruy Mendes – Vereador. (p. 121 ata 1969-1973)

Projeto de Lei nº 1/72 que concede título Cidadão ao General Ernesto Bandeira Coelho, dos Srs. Luiz do Valle Miranda e Antônio Cabral Abreu, diretores da Fabriljuta e a Reestruturação da Comissão Técnica. (pag. 124 frente – Ata 1969-1973)

Comissão de Finanças e Orçamento

Presidente: João Evangelista Pereira do Lago Filho

Vice: Raimundo Ruy Mendes

Membros: Geraldo Soares de Medeiros e Guilherme Barbosa Ribeiro

Comissão de Constituição e Justiça

Presidente: Raimundo Ruy Mendes

Vice: Guilherme Barbosa ribeiro

Membro: Raimundo Nonato Barbosa de Oliveira

Comissão de Redação

Presidente: Geraldo Soares de Medeiros

Vice: Raimundo Nonato Barbosa Ribeiro

Membro: João Evangelista do Lago Filho

As referidas Comissões foram aceitas por unanimidade de votos, pelo que o Sr. Presidente declarou eleita as Comissões Técnicas da Câmara. (p.124 ata 1969-1973)

No dia 27 de abril de 1972, na sessão ordinária da Câmara Municipal de Parintins, dois ofícios do Sr. Prefeito Municipal de n°s 79 e 81/72, comunicando a sanção da Lei n° 1/72, oriunda do Projeto de Lei 1/72, votado por essa Casa Legislativa, e agradecendo a comunicação do voto de confiança da Câmara a sua pessoa como Prefeito Municipal. (p. 127 verso a 129 ata 1969-1973)

Concluídas todas as ratificações, na ata do dia 27/04/1972, sobre a assinatura da aprovação da venda das ações da Petrobrás, no dia 04/05/1972 o vereador Ruy Mendes apresenta o parecer técnico da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara.

A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Parintins recebeu para apreciação, a Mensagem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal apresentada em 15/04/1972, bem

como o Balanço Geral da Prefeitura Municipal de Parintins referente ao ano de 1971. Nos termos da Constituição Federal e da Constituição Estadual, a Câmara Municipal só poderá manifestar-se sobre o assunto em foco – contas da administração – após o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas. Diligenciando junto ao Prefeito Municipal, a Comissão de Finanças e Orçamento foi informada de que, através do ofício nº 85/72, uma cópia do Balanço Geral do exercício de 1971 foi encaminhada ao Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas. A comissão de Finanças e Orçamento reserva-se, entretanto, obediente às normas constitucionais vigentes, para um pronunciamento definitivo, após o parecer prévio da corte de Contas do Estado do Amazonas. S.S. da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Parintins, em 04 de maio de 1972. (aa) Raimundo Ruy Mendes – Relator – Geraldo Soares de Medeiros – Membro – Guilherme Barbosa ribeiro – Membro. (p. 131 ata 1969-1973).

Como foi um fato marcante e polêmico dentro do Legislativo Municipal, alguns vereadores, como o vereador Guilherme Ribeiro, se sentiu na obrigação também de defender a honra da Augusta Casa, pois, algumas peças do projeto de lei nº 1/71, referente a alienação das ações da Petrobrás, sumiram e o referido presidente, Raimundo Mendes Leal, deu suas explicações ao edil Guilherme Ribeiro.

(...) o edil Raimundo Mendes Leal, este em palavras claras disse que não foi contra a venda das ações da Petrobrás, que como homem criterioso não negava que tinha votado a favor da venda das ditas ações, porém, afirmava que foi favorável a venda, por que iria servir aos ribeirinhos, e não por construção de ginásio, pois, já o governador do Estado, já estava em seu plano de governo construir o dito Ginásio, nem por esgoto para águas pluviais, nem por muro de arrimo, frisou mais o nobre vereador que não estava tumultuando nada, pelos discursos de S. Excia., o Sr. Prefeito era que fazia o tumulto, ainda o mesmo vereador esclareceu não ser responsável pelo desaparecimento de peças do processo do Projeto de lei nº 1/71, mais que se quisessem agir contra ele podiam que ele saberia se defender, o Sr. Presidente suspendeu a palavra do edil, e pediu a mim secretária que desse um esclarecimento porque motivo a Câmara tinha sido mudada, foi dado o esclarecimento, sendo motivada a mudança por causa de cupins que deu em inúmeros documentos que foram destruídos. (p. 132 ata 1969-1973)

Como foi atribuída a comissão Técnica a missão de analisar e dar o seu parecer sobre as ações da Petrobras, assim os fizeram.

O edil Geraldo Soares de Medeiros que como Presidente da comissão Especial, fez entrega a Mesa dos autos do processo contra o Sr. Prefeito Municipal, com o parecer que tomou o nº 01/72, com o seguinte teor: No cumprimento de missão que nos foi atribuída pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Parintins,

através da Portaria nº 07/72 de 27 de abril de 1972, examinamos os ‘autos de processo contra o Prefeito Municipal de Parintins, encaminhado pelo Delegado Geral de polícia de Parintins’, e concluímos assim: 1- os crimes imputados ao Prefeito Municipal de Parintins não existem.:a) a infração prevista no decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967 – art. 1º, X-não pode ser lançada contra o Prefeito Municipal de Parintins, uma vez que a Câmara Municipal de Parintins aprovou a Lei nº 01/72, de 2 de junho de 1971, conforme comunicação, ao Prefeito Municipal, constante do ofício nº 11/71, de 1º de junho de 1971, firmado pelo Presidente da Câmara de vereadores. b) a infração prevista no Decreto Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967 – art. 4º, IV- também não pode ser lançada contra o prefeito de Parintins, uma vez que a lei 700, de 30 de dezembro de 1967 (dispõe sobre a organização dos municípios e dá outras providências), no seu artigo 30, estabelece normas sobre a publicação de leis e atos municipais que não possuem imprensa oficial. Destaca-se, entretanto, que o assunto objeto do processo em apreciação, foi amplamente divulgada por editais, inclusive através da Rádio Alvorada de Parintins. 2- A disposição da Constituição do Estado do Amazonas (art. 144) não está definida como crime pelo Decreto-Lei nº 201, já referido. Entretanto, para melhor esclarecimento, lembramos que a Constituição Federal (art. 16, §§ 1º e 2º) e a Constituição Estadual (art. 140, §§ 1º e 2º) disciplinam a fiscalização financeira e orçamentária dos Municípios, atribuição que não compete a outra autoridade que não a Câmara Municipal e o Tribunal de Contas. 3- Merece relevo o seguinte fato: A Câmara

Municipal de Parintins aprovou créditos suplementares e especiais, no orçamento em vigor de 1971, através das seguintes leis: nºs 14, 11, 9, bem como, pela Lei nº 13, autorizou o prefeito municipal a realizar empréstimo da prefeitura Municipal de Parintins ao Serviço Rodoviário Municipal, e tudo isso, com recursos oriundos da venda de ações da Petrobrás. 4- É importante assinalar que o prefeito Municipal de Parintins, no dia 15 de abril deste ano, dentro do prazo legal, portanto, entregou à Câmara Municipal a Prestação de Contas da sua administração referente a 1971, bem como, através do ofício nº 85/72, de 25 de abril de 1972, encaminhou ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, o Balanço Geral do exercício de 1971, cuja apreciação pela Câmara Municipal só poderá ser realizada após a devolução do referido com o Parecer prévio (Constituição Federal art. 16 - §§ 1º e 2º). 5- acreditamos que o assunto está esgotado: não há crime a punir, no que diz respeito ao Decreto Lei nº 201, e, quanto à norma constante, digo, norma constitucional (art. 144) mencionada na representação do Promotor de Justiça da Comarca de Parintins, o Prefeito Municipal está inteiramente ao abrigo da Constituição Federal e da Constituição estadual, tendo cumprido o seu dever relativamente a Prestação de contas. 6- Apreciamos, estudamos e julgamos, nos termos da portaria nº 07/72, o presente Processo, entendendo que o mesmo deve ser arquivado dando-se ciência oficial ao senhor Delegado Geral de Polícia e ao Senhor Promotor de justiça da Comarca de Parintins, com a ênfase do que esta manifestação tem o apoio integral da Câmara Municipal de Parintins. É o nosso parecer. Parintins, 5 de

maio de 1972. (aa) Geraldo Soares de Medeiros
– Presidente – Relator, Raimundo Ruy Mendes
– Membro – Guilherme Barbosa Ribeiro. (p.
133 e 134 ata 1969-1973)

A comissão técnica aprova a prestação de contas, sem nenhuma objeção, do prefeito municipal referente ao ano de 1970 e a prestação do serviço rodoviário para o ano de 1971. (p. 142 verso e 143 ata 1969-1973).

Segundo o senhor Geraldo Medeiros, o dinheiro que veio da alienação das ações da Petrobras foi muito bem aplicado pelo prefeito e não desviou um centavo e com muita seriedade aplicou na construção do Ginásio Estadual Senador Álvaro maia, na rua Amazonas e outras obras.

Consta no dia 15 de outubro de 1972, a renúncia do vereador João Evangelista do Lago Filho, e deixa a seguinte mensagem:

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Parintins – Por motivos de ordem política partidária, venho por este, renunciar como de fato renunciado tenho, o mandato de vereador à Câmara Municipal desta cidade, que, pela legenda do partido Aliança Renovadora Nacional (Arena), me foi conferido nas eleições realizadas no dia 15 de novembro do ano de 1968. Depositando nas mãos de V. Exa. o mandato renunciado, apresento aos pares e a essa digna presidência, desculpas por qualquer faltas mesmo involuntariamente cometidas, renovando meus protestos de respeito e agradecimento pelo trato respeitoso de

confiança e fidalguia de que sempre foi alvo no seio dessa augusta casa legislativa municipal, cordialmente saúdo á V. Excia. a) João Evangelista pereira do lago Filho. (p. 144 ata 1969-1973).

Pelo motivo da renúncia do vereador João do Lago Filho, aconteceu uma nova eleição para a vice-presidência, sendo eleito o vereador Raimundo Ruy Mendes. (p. 145 ata 1969-1973)

Presidente: Raimundo Mendes Leal

Vice: Ruy Mendes

O edil Geraldo Soares de Medeiros faz a entrega do projeto de Lei nº 7/72, pela comissão de Finanças e Orçamento, da prestação de contas do Exmo. Sr. Prefeito, referente ao ano de 1971, com o parecer favorável. (p. 156 ata 1969-1973)

No dia 22 de dezembro de 1972, realizou-se a ultima sessão do referido ano, saudando o prefeito e vice-prefeito, recém-eleitos, os senhores: Benedito de Jesus Azedo e Alberto Kimura Filho. Alguns vereadores se despedem da legislatura enquanto outros continuam como vereadores reeleitos. (p. 158 e 159 ata 1969-1973)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse quadriênio foi descrito em dois livros de atas, 1964-1969 com 13 (treze) páginas, e 1969-1973 com 159 (cento e cinquenta e nove) páginas; dois livros de leis, 1968-1969 com 1 (uma) página e 1969 com 69 (sessenta e nove) páginas, sendo um total de 242 páginas para quatro anos de gestão, devido o acervo da Câmara ter sido atacado pelos cupins gerando sua mudança de local e a perda de muitos documentos. (p.131 a 133; Livro de Ata 1969/1973).

Por esse motivo a descrição das atas ficou sem algumas informações, porém, a técnica da oralidade supre algumas dúvidas.

Pontuamos ações permanentes como as denominações de ruas, que perduram até nos dias atuais, nos informam alguns limites da cidade como: o Beco Silva Campos, Travessa Governador Leopoldo Neves, Avenida Nações Unidas e Travessa Ruy Araújo.

O senhor Geraldo Medeiros descreve a Terceira Legislatura, nos dois primeiros anos como turbulentos, devido ao Vice-prefeito ter se empossado como presidente da Câmara, causando desconforto aos vereadores do Arena 1. E o segundo momento foi sobre a prestação de Contas do prefeito, tendo que se fazer uma Comissão Especial para analisar minuciosamente para dar o parecer, favorável, depois de alguns dias.

Mesmo com todas as brigas internas, o prefeito e o legislativo municipal, conseguiram manter a paz e a harmonia dando continuidade aos trabalhos por eles exigidos deixando algumas obras concluídas para o povo parintinense como: Ginásio Estadual Senador Álvaro maia, Posto Dr. Toda, Posto São Benedito, melhorias nas artérias de Parintins dentre outras.

ANEXOS

DIRETORES

BENEDITO DE J. AZEDO

PEDRO GONÇALVES

A TRIBUNA

Fundador: José Esteves

Ano I—Parintins, Sábado, 18/04/1970 — Nº51 — NCR\$ 0,30

Administração

Redação

e

Oficina

Travessa Clarindo Chaves

GOVERNADOR CHEGARÁ DIA 29

ASTRONAUTAS CHEGARAM BEM



Os astronautas James Lovell, Fred Haise e John Swigert, após a fructífera missão Apollo-13, retornaram à terra à tarde de ontem e já se encontram a sós e salvos.
O mundo inteiro acompanhou a dramática viagem da Apollo-13, principalmente através das informações da «Voz de América».

JÁ ESTA NO BANCO DO BRASIL

Dinheiro Novo

Na Agência local do Banco do Brasil já se encontram as novas cédulas de dinheiro brasileiro. Cédulas de 1, 5, 10, 50, e 100 cruzeiros, de cores e tamanhos diferentes.

A partir do dia 15 de maio próximo, o dinheiro estará à disposição do povo, que poderá trocar as cédulas velhas pelas novas.

As cédulas atuais, de 10,20,50 e 100 cruzeiros, em circulação, só terão validade até o dia 1º de outubro deste ano.

Os interessados, para maiores informações a respeito do importante assunto, poderão procurar o Banco do Brasil, destacando-se que, na agência local, há funcionários encarregados dessas informações.

Informação de Manaus, via Canal, dá conta de que o Governador Cláudio de Menezes Arrauá, estará em Parintins no próximo dia 29 deste mês, especialmente para assistir a inauguração da nova Delegacia Geral de Polícia, na estrada do Paranamem, em frente ao Conjunto Residencial «Vivária Régia».

O Chefe do Poder Executivo, segundo a informação recebida, deixará Manaus no dia 26, em laçada especial, devendo aqui desembarcar dia 29.

ZAGALO TRABALHA SEM PRESSÃO

HOMENAGEM AO MESTRE

A Escola Primária que será construída no bairro da Franca, pela Prefeitura Municipal, receberá o nome do Professor Aderson de Menezes, recentemente falecido em Brasília, em acidente de automóvel.

O Professor Aderson de Menezes é filho de Parintins, tendo exercido, em vários de mais distintas funções no magistério secundário e superior, subseqüentemente as seguintes posições ocupadas pelo saudoso mestre: Diretor da Faculdade de Direito, Reitor da Universidade do Amazonas e Secretário da Educação e Cultura.

Atenção leitores, chamamos a sua atenção para «Candinha ao Exporter», na 6ª página. Saiba, também, que o São Francisco, de Santarém, jogará duas vezes em Parintins contra o Sol América, o amanhã, contra o Amazonas.

A partir de segunda-feira, manôto. As pessoas que dia 20, a sr. Benedito foram fazer entrega de Manôto estão respondendo sem procurar o sr. Benedito pelo serviço de Verotod. Rito Manôto para viver mais, e pasará a usar for- as gular- dos as guias de entrega-



Zagalo continua firme no comando da seleção do Brasil. Está intensificando os treinamentos e anunciou quatro dispensas para o dia 27. O assunto futebol-sociedade empolga os brasileiros, com muitos comentários e muita discussão. O título mostra a direção orientação Rogério, o novo Manô Chirinho, e Irzino. Mais notícias na 5ª página.

NA TOCAIA

ANTONIO PACIFICO SAUMIER (Tonantim)

Existem criaturas que pensam que todo mundo é "lucra...", que ninguém vê as coisas. Malabaristas em todos os setores, ficam lá entusiasmadinhos com o cheiro... que se escurecem do nariz. Não sabem que tem negro na tocaia, estão que levam melão, 1 pebreza, peixe frito, farinha pimenta e limão, e se plantam em batois; que nem peixinha faz essa saltem, se não, até o pato chegar... depende da neguica lerô...

Encarece, lá vai fogo. E por falar em fogo, estamos no mês de abril, que sempre foi palco de conflitos históricos e revoluções em todo o mundo.

Há seis anos atrás, no dia 19 de abril, o Brasil despertava governado por militares que não contentado que a Fátia a fosse entregue às garras de "burrões mesquinhos, fizeram a revolução sem sangue, que tem tratado os abusos contra a economia popular.

Abril era o segundo mês do Calendário romano e foi consagrado a Vênus. Deusas do amor, razão por que é o mês escolhido e preferido pelas lujuosas.

Em 7 de abril de 1831, D. Pedro I abdicou em favor de seu filho menor D. Pedro II, fato esse motivado pelo conflito das Nobres das Garrafãs (13-14 de março). O povo então exigiu o gabinete composto pelos Senhores de Marques de Paranáguá, Bascendi, Inhambupé, Aracati, Conde de Lage e Visconde de Alcântara. E o povo, quando não quer, é porque já viu alguma coisa. A voz do povo é a voz de Deus. D. Pedro I não atendeu o apelo dos Deputados que o queriam procurar em São Cristóvão, e disse: "Vão fazer o furo para o povo, nada porém, pelo povo". Obedientes ao seu regimento de cavalaria, sediado em São Cristóvão, fove-se juntar aos seus camaradas, afirmando que não desejava que alguém se sacrificasse por ele. Dia 8 embarcou no navio inglês Warapite, rumo a Portugal.

Dia 21 de abril, começou o povo brasileiro o dia consagrado à memória dos precursores da Independência, cujo símbolo é o Bradesco, ilustre brasão que já não tem bragues e alívex contra a espalhetosa estrangeira, contra a desigualdade.

Hoje, dia 14, fazemos exatamente 78 anos que retribuímos em Pernambuco um movimento revolucionário (abril de 1832) com propósito de restaurar o governo de D. Pedro I (1832). Francisco José Martins, na Capital, e Domingos Lourenço Torres, no Rio de Janeiro, foram os líderes do movimento em Alagoas e foi o Ceará. Ficando conhecido com o nome de Guerra dos Cabanos e é hoje necessária a inter-venção do Bispo de Pernambuco, D. João da Purificação, que para fosse assinada a paz em 1835.

Em Portugal, D. Miguel desentendeu-se com D. João VI, em uma abdução em 1824. Mas, em abril, não só retribuímos Insurreições, como

aparecer cometas. Esse ano mesmo está aparecendo na direção do Nordeste. Tem um amigo que fica até de madrugada esperando o cometa. Mas tem gente na tocaia... Ah, se ele pega a turma que trouxe os 82 patos! O porquê essa gente não pode ver nada, que sal logo passando o anel de modo em não, ah! gente pra dar balanço na vida e alegria e gostar de assistir uma "história", Contam desde o "cometário do cometa, que enche o saco.

Há passadas assim mesmo: para elucidar um fato, fazem um rodeio... para transmitir em uma notícia, fazem um "moo...", relemem e viram os olhos, com a maneta a perolística empílica de quardem sempre ser os sabichões.

Isso nos lembra o professor Fátia Reza, que nos conta a história de um professor pernambuco de Minas Gerais que escreveu a seu filho na sua 14. Inataca, audacioso, larapins in-andrím nosso tuárido e se há subtraíram o bipede volátil, que o vulgo néscio chama de peru. Não é pelo valor intrínseco da zebraia, que, que ainda, seria um animal em holocausto pelo onomatopéico de maná Vanta, mas pelas amarrissimas há recorda, tem verbiço Carlota, sua extrema mãe e amantíssima esposa minha; faz pois, fize isto, e por todas essas repulções, belos continas e lito diluídos, em busca daquela ave de fide, estirpe, que me foi aliovemente furtada.

Quando lá, me recordei de um fato que se deu em Manaus há muitos anos. Naquela comarca estava a juiz que falava muito bonito. Um outro advogado, pela beleza da sua fala, e do guardo e lenda e presença do magistrado. O juiz voltou e os dois foram - vive o chapim cabido matando - e foram alioventes e disse: matai já não dele... Casado fedorento... Fede... Rio. Ele era padre. O Habito Corpora fica por minha conta!

SOCIEDADE R. RAUL FILHO. No quarta-feira que passou, a Câmara de Vereadores voltou a reunir... Dentro os que estiveram presentes no sessão solene da Câmara Municipal, de dia 15, junho: Padre de Domingos Cameli, Plater... O meu particular amigo Francisco Torres, que já se encontra em viagem para o Rio de Janeiro, também funcionou durante a sessão... Restauração de Parintins pagando seus impostos.

ESCRITÓRIO T. CHICO-CONTÁBIL • Dr. Veirja Filho • Diretor contador ANTONIO SAUMIER • Serviços Contábeis em Geral • Rua Benjamin da Silva - 1834

ÓLEO SALADA - 2,00 CASA IDEAL Restaurante LEÃO DE OURO FEIJADA COMPLETA AOS SABADOS Colabore para o progresso de Parintins pagando seus impostos.



CASA EDEN



EMBLEMA DA «APOLO-13» — Os tripulantes da «Apolo 13», escolheram como seu emblema de vôo um desenho que mostra três cavalos puxando uma biga da Terra para a Lua. O desenho, do artista novaiorquino Lumen Martin Winter, baseou-se na mitologia do deus do Sol «Apolo», cujo nome foi dado ao programa espacial norte-americano para levar o homem à Lua. Em torno do desenho circular há a inscrição «Apolo XIII» e a frase latina «EX LUNA, SACRIFICIA». Os astronautas usaram o emblema em seus trajes espaciais.

FUTUROS LOCAIS DE POUSOS NA LUA — Uma das principais missões dos tripulantes da «Apolo-13», além do desembarque e das investigações científicas na Lua, será fotografar CLOS-SE-UP locais que possam ser considerados de bom para futuras pousos. Os astronautas terão ainda a missão especial de levar a cabo, de debaixo lunar, uma investigação fotográfica da Cratera de Cassinini e da região de Litrow, de projeções semelhantes a do vulcão. A área de Litrow foi designada, provisoriamente, o ponto de pouso da «Apolo-14», em fim de 1976. A Cratera de Cassinini está sendo considerada para pesquisas a serem realizadas no local pelos tripulantes da «Apolo-15», em princípios de 1971.

O vereador Geraldo Medeiros foi eleito vice-presidente da Câmara Municipal. Compararam a sessão preparatória realizada dia 10 último, sob a presidência do Vice-Prefeito Odvaldo Ferreira Novo, os vereadores Rui Mendes, Guilherme Ribeiro, Geraldo Medeiros, Raimundo Mendes Leal e João do Lago Filho.

No mesmo dia 10, logo após a sessão preparatória, em obediência à decisão do Tribunal de Justiça do Estado, reassumiu as funções de vereador o senhor Fernando de Oliveira Castro.

A Legislação vigente tornou a vez dos suplentes. Isto é, não permite convocação de suplentes nas Casas Legislativas, salvo em casos raríssimos. O legislador pode requerer licença, tem direito a licença-mês e Mesa não convoca suplente, salvo em pouquíssimos casos, todos previstos na Constituição vigente.

Esteve no gabinete do Preteto Giacino Bentes Gonçalves, no dia imediato à sua eleição para vice-presidente da Câmara Municipal, o vereador Geraldo Medeiros. Na ocasião da visita, conversaram sobre assuntos diversos dos dois políticos parintinsenses, merecendo destaque a cordialidade vertida no curso do bate-papo.

O sucessor do governador Daulo de Matos Azevedo será mesmo escolhido pelo presidente Garibaldi Medeiros. Quanto aos nomes que disputarão as vagas no Senado Federal, Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa, muita novidade poderá surgir, considerando-se os estudos que se realizam em torno das chamadas leis políticas—Indez e Estatuto dos Partidos.

Lelam A TRIBUNA

ARTIGOS DE MERECEARIA, FERRAGENS, ESPORTIVOS

COMPRA TODOS OS PRODUTOS DA REGIÃO

PANIFICADORA EDEN

PÃO—BISCOITOS—ROSCA

VIAJE BEM VIAJE NO

Aniversário domingo passado o menino Vander Cordeiro, filho do banário Vicente Cordeiro e de sua esposa, dona Salina Cordeiro. O acontecimento foi festejado pelos familiares e amigos do jovem aniversariante.

ESCRITÓRIO DR. BENEDITO AZEDO

Advocacia e Assessoria Travessa Furtado Belém Horário: Manhã das 7 às 9 horas

Tarde: das 14 as 16hs.

Parintins—Amazonas

SANTÁ MARTA

Tudo indica que Parintins viverá em paz neste ano 1970. Está praticamente destruída os promotores do ódio e da desunão entre irmãos.

Autoridades e povo estão construindo a grandeza da nossa terra comum. Com sacrifício, é verdade, mas com disposição, sinceridade e amor.

Basta de brigas sem sentido. Chega de desavenças entre cidadãos que unidos, poderão dar a Parintins dias melhores, mais prósperos e mais felizes. 1969 foi um ano de progresso para o Município-Modelo. A Administração Municipal realizou uma obra material volumosa. Al estáo, desafiando contestação, trabalhos que consagraram um período de quatro anos de Governo. No terreno político, entretanto, pôde estafar de pesadas que, pelas posições ocupadas, diviriam ficar bem distantes dos partidos e das questões eleitorais, a cavalheiros inexpressantes que se deixaram levar por fantasias, houve muita zanga e foram registrados fatos que todos lamentamos.

Observava, felizmente, um clima de compreensão, de entendimento, de camaradagem entre os responsáveis pelos destinos de Parintins. Vamos todos trabalhar para a continuação desse clima. E para a sua melhoria, também.

Quem ganhou com o ódio, com a malquerência e com a desunião? Quem lucrava com a arrogância e a falta de equilíbrio de curta autoridade que deveria dar exemplo de bom senso?

Nós que aqui vivemos, trabalhamos e produzimos, todos nós—brancos e pretos, ricos e pobres, homens e mulheres, cristãos e não cristãos, pertencentes a todos os grupos partidários—possuímos marcas de desentendimentos, ocorridos até no meio de pessoas que têm o mesmo sangue enquanto uns dos causadores do ódio e da desunião, que aqui nada possuiu que não está ligado a Parintins por laços sentimentais, afetivos de interesses comerciais ou funcionais, já foi castor em outra freguesia, para enlutar maldade e bogaidade, sua triste sina.

Que deixou o arrogante e insensato ao povo de Parintins? Ficou aqui algum exemplo de grandeza de bondade de inteligência, de sinceridade e de amor? Não. Nada de bom nos deixou o arrogante e insensato.

Sigamos, nós senatos e produtores. Sem abrir mão dos nossos direitos, da nossa honra e dos nossos interesses impositivos vivamos como gente civilizada e sã—de Espoz.

Apostemos as nossas mãos. Abracemos-nos no interesse do progresso de Parintins e do bem estar de sua heróica população.

COLABORE PARA O PROGRESSO DE PARINTINS PAGANDO OS SEUS IMPÓSTOS.



A PERNAMBUCANA

LUNDGREN TECIDOS S/A

A MAIOR ORGANIZAÇÃO DE TECIDOS DA AMÉRICA DO SUL AS CASAS QUE CRESCEM COM A PREFERÊNCIA DA POPULAÇÃO

Agora Com Preços de Zona Franca

Parintins

Amazonas

Brasil

FATOS BOATOS

Fati em Parintins, desenvolvendo atividades no Hospital da Fundação IESP, o médico Germano Montalvão Bissau, que já esteve entre nós cumprindo missão de sua profissão.

O dr. Germano Bissau, acompanhado do dr. João Cohen, diretor do Hospital, visitou o Prefeito Glaucio Bentes Gonçalves, conversando sobre assuntos gerais ligados ao programa saúde deste Município.

Viajem com destino à cidade de Recife, em grupo de férias, a senhoritas Maria Lúcia Feres, de leica, funcionária da estação local da Companhia de Telecomunicações do Amazonas.

Na capital de Pernambuco, a jovem contenciosa hospitalar-está na residência da família do dr. Rosalvo Corrêa.

Após permanecer algumas semanas no Rio de Janeiro e em Casimiro, retornou quinta-feira passada, chegando em avião da Cruzeiro do Sul, o comerciante Renato Barreto Baptista, acompanhado de sua esposa, Senhora Lúcia de Melo Bastião.

No aeroporto, quando de seu desembarque e conhecido casual foi carinhosamente recebido por suas famílias e amigos.

Com destino a São Paulo, viajou quinta última o comerciante Voltsivaks Tskertoni, especialmente para submeter-se a tratamento especializado dos olhos.

Cavalheiro muito estimado entre nós, Tskertoni recebeu carinhoso bem-vinda no aeroporto de Parintins.

Rumo a Recife, viajou na última quinta-feira, via Manaus, a família do prestigioso médico dr. Rosalvo Corrêa.

España e filho do dr. Rosalvo Corrêa demonstrar-se-ão cerca de 20 dias na capital de Pernambuco, sua terra natal.

Está em Belém, revendo sua esposa, dona Carolina, e sua filha Judith, o comerciante Pichita Cohen, devendo retornar às suas atividades entre nós ainda no mês em curso.

CARTAS Recebidas



Do Serviço de Divulgação e Relações Culturais da Embaixada dos Estados Unidos da América do Norte, o nosso diretor, doutor Benedito de J. Assed, recebeu a seguinte correspondência: «Uma cópia da edição de A TRIBUNA, datada de 14 de março, chegou ao meu escritório esta semana, graças a V. Sra. Fiquei muito impressionado com os esforços feitos pela direção e pelo pessoal do seu jornal e desejo expressar meus sinceros parabéns».

Do Ministro Jerias Passarinho, da Educação e Cultura, veio este telegrama: «Doutor Benedito de J. Assed—Tenho o prazer de agradecer o recebimento de seu amável cartão e exemplar de A TRIBUNA com divulgação em favor de educação, o que muito agradeço. Cordiais saudações».

MENSAGEM DO PREFEITO

O Prefeito Glaucio Bentes Gonçalves, no dia 18 passado, compareceu à Câmara Municipal, especialmente para proceder à leitura de sua Mensagem e entregar à Presidência de Câmara referente a 1970.

Estiveram presentes à solenidade, além do Vice-Prefeito Odovaldo Ferreira Novo e dos Vereadores Rui Mendes, Guilherme Ribeiro, Geraldo Medeiros, Fernando Cagino e Raimundo Mendes Lima, as seguintes pessoas, convidadas pela Mesa da Câmara: Padre Domingos Canoni, Professor Eduardo Lessa, Doutor Marcelino Paiva, Senhores Francisco Tostano Maia, Lázaro Gajeta, Francisco Linhares, José Maurício Vieira, João Novo Filho, Pedro Wilson Leitão, Alvaro Mala, Raul Prestes, Benedito Manoel, e dezesseis de pessoas do povo.

«A Mensagem é de natureza, afirmou o Prefeito, de respeito e de apreço ao povo, muito bem representado pelos nobres Vereadores. A Mensagem anuncia à Vossa Excelência as lúdas gestões do programa do Governo Municipal para o ano 1970, o qual está submetido às rígidas determinações do Governo Federal».

Agora, até o dia 20 de maio, a Câmara Municipal estará reunida ordinariamente, para o debate de assuntos de interesse público.

CAMEL CONFIRMA INSTALAÇÃO DE TELEFONES NA CIDADE

A cidade de Parintins terá, ainda no ano em curso, um sistema de telefones urbanos.

A propósito do assunto, a Prefeito Glaucio Bentes Gonçalves recebeu o seguinte expediente firmado pelos senhores Carlos Israel Razon Lima e Julio José da Silva, da CAMEL, «Senhor Prefeito—Em atenção ao ofício de V. Excia, solicitando em nome do povo do Município de Parintins, a implantação de um sistema de telefonia urbana, comparemos informá-lo que está no planejamento Companhia e implantação desses serviços nessa cidade, já tendo, inclusive, elaborado e submetido a aprovação, junto aos órgãos competentes, de projetos para sua instalação. Na oportunidade, apresentamos a V. Excia. os nossos protestos de estima e apreço».

CÂMARA MUNICIPAL NOVO REGIMENTO INTERNO

Falando a reportagem deste semanário, o Vice-Prefeito Odovaldo Novo afirmou que é seu propósito convidar os vereadores para a organização de um novo Regimento Interno da Câmara Municipal, dentro da orientação da Constituição Federal vigente.

O Vice-Prefeito acaba de receber do Serviço Nacional dos Municípios um modelo de Regimento Interno, organizado por uma equipe de técnicos em Administração Municipal, trabalho que está apresentado aos legisladores municipais.

O diretor geral do SENAM, dr. Zaul Armando Mendes, afirma que «espero estar contribuindo para o normal e produtivo funcionamento dos nossos legisladores municipais».

Mercearia Líder

A caçula das mercearias. A líder dos preços baixos, vendendo todos os produtos alimentícios

LÍDER: — a que mais vende, porque melhor atende.

História e Memória Política do Município de Parintins

CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS

NOTA OFICIAL

O Vice-Prefeito Odovaldo Ferreira Nôvo, Presidente da Câmara Municipal de Parintins, comunica ao povo parintinense o seguinte:

I - Às 16 horas de ontem, dia 1^o de fevereiro de 1969, nos termos da legislação vigente, tomaram posse, em solene à qual compareceram os excelentíssimos senhores Prefeito Glaucio Bentes Gonçalves, deputado Júlio Furtado Belém, desembargador Joaquim Paulino Gomes, e dezenas de pessoas do povo, os excelentíssimos senhores Vereadores Raimundo Ruy Mendes Benedito Ferreira Lima e Raimundo Mendes Leal, que passam a integrar o Poder Legislativo do Município.

II - Os senhores Fernando de Oliveira Castro, Raimundo Nonato Barboza de Oliveira, e Geraldo Soares Medeiros, eleitos em 15 de novembro de 1968, apesar de presentes na sala das sessões da Câmara de Vereadores, negaram-se a cumprir os seus deveres, impostos pela Lei nº 700, de 30 de dezembro de 1967, isto é, apresentação de seus respectivos diplomas à Presidência da Câmara e juramento de posse.

III - A referida Lei nº 700, de 30 de dezembro de 1967 dá aos senhores Fernando de Oliveira Castro, Raimundo Nonato Barboza de Oliveira e Geraldo Soares Medeiros, o prazo de dez dias para a posse na Câmara Municipal, após o que, se continuarem negligentes no cumprimento de suas obrigações, terão os seus mandatos declarados extintos, com a consequente convocação dos respectivos suplentes.

IV - O Governador Danilo de Mattos Aracosa eo deputado federal José Lindoso, Presidente do Diretório Estadual da ARENA, estão cientes de todos os fatos ocorridos à tarde de ontem na Câmara Municipal.

V - O procedimento dos senhores Fernando de Oliveira, Castro, Raimundo Nonato Barboza de Oliveira e Geraldo Soares Medeiros, na sala de reuniões da Câmara Municipal, testemunhada por pessoas idôneas e da mais alta responsabilidade, como os excelentíssimos senhores Prefeito Glaucio Bentes Gonçalves, deputado Júlio Furtado Belém e desembargador Joaquim Paulino Gomes, poderá ser enquadrado no Decreto-Lei nº 314, de 15 de março de 1967, que "define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências".

VI - A Câmara Municipal de Parintins está regularmente instalada, e deverá reunir-se, ordinariamente, no dia 15 de abril do ano em curso.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal, em
Parintins, 2 de fevereiro de 1969.

ODOVALDO FERREIRA NÔVO - Vice-Prefeito



Comício de Rafael Faraco



Fernando Castro, Rafael Faraco, João Meireles



Fernando Castro em solenidade de posse da Câmara Municipal

REFERÊNCIAS

ACERVO FOTOGRÁFICO DE FERNANDO CASTRO

JORNAL A TRIBUNA, Ano I – Parintins, sábado, 18/04/1970 – Nº 51 – Diretores: Benedito de J. Azedo e Pedro Gonçalves.

LIVRO DE ATAS, CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, 1964/1969.

LIVRO DE ATAS, CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, 1969/1973.

LIVRO DE LEIS, CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, 1968/1969.

LIVRO DE LEIS, CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, 1969.

LIVRO DE LEIS, CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, 1971-1974.

Entrevista cedida pelo senhor Geraldo Medeiros, no dia 10/07/2012 às 17:00 horas.

**SÉTIMA LEGISLATURA
1973 – 1976**

APRESENTAÇÃO

A Sétima Legislatura 1973 a 1976, tem suas ações pautadas no compromisso e percepção das demandas do município por parte do Poder Executivo, assim a atuação em conjunto com a Casa Legislativa na agilidade com que tramitavam os projeto e indicações.

Os limites ultrapassam o campo de pouso e o perímetro urbano fica definido da seguinte forma: leste - organização do Bairro de Santa Clara, com a denominação de ruas, e o bairro da Francesa; ao sul – criação do Bairro de Palmares, antiga propriedade de Elias Assayag; a oeste – organização do Bairro Itaguatinga.

Destaca-se a atuação do Instituto de Cooperação Técnica Intermunicipal - ICOTI no município, pois esta instituição organizou o orçamento-programa. A presença e atuação do Campus Avançado da Universidade do Estado da Guanabara, responsável pela elaboração do Plano de Desenvolvimento. E as ações previstas no Plano Rodoviário.

Parintins recebe o título de Cidade Modelo, Categoria “A”. Nesse contexto de reconhecimento nacional o município de Parintins consolida a política de embelezamento da parte central, melhoria e ampliação da infraestrutura portuária, aeroporto, concretagem de ruas e avenidas; abertura, piçarramento e denominação de estradas ligando as comunidades no interior do

município; melhoramento das estradas no perímetro urbano e rural.

A apresentação dos acontecimentos da Sétima Legislatura está organizada por temas gerais: educação, trânsito, água, luz, saúde, segurança, organização do espaço urbano. Cada tema está sistematizado cronologicamente. Foram trabalhados o conjunto documental de 1.322 páginas distribuídas em 2 livros de atas, 1 livro de posse, 1 livro de registro de leis, ofícios e autos (projetos de lei, indicações e resoluções). Ainda a entrevista com o ex-prefeito Benedito Azedo.

SÉTIMA LEGISLATURA - 1973 A 1976

PREFEITO: BENEDITO DE JESUS AZEDO

VICE- PREFEITO: ALBERTO KIMURA

VEREADORES:

GERALDO SOARES DE MEDEIROS (ARENA)

GUILHERME BARBOSA RIBEIRO (ARENA)

MESSIAS AUGUSTO DAS NEVES (ARENA)

RAIMUNDO MUNIZ RODRIGUES (ARENA)

EDSON GADELHA DA SILVA (MDB)

RAIMUNDO DA SILVA LAGO (MDB)

WALDIR BATISTA MELO (MDB)

RAIMUNDO RUY MENDES (Suplente de Guilherme Ribeiro empossado em 17/04/1975)

VIVALDO MARCHÃO (Suplente de Raimundo Lago empossado em 17/07/1975)

1973 - 1974

PRESIDENTE: GERALDO SOARES DE MEDEIROS

VICE: EDSON GADELHA DA SILVA

1975 – 1976

PRESIDENTE: MESSIAS AUGUSTO DAS NEVES

VICE: RAIMUNDO MUNIZ RODRIGUES

QUANDO OS ARQUIVOS NOS FALAM...

No dia 28 de janeiro de 1973, A Câmara inicia suas atividades em caráter extraordinário, antes da solenidade de posse dos cargos de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores.

Ata da Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Parintins, em 28 de fevereiro de 1973.

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e setenta e três, nesta cidade de Parintins, Estado do Amazonas, república Federativa do Brasil no prédio da Câmara Municipal, sob a Presidência do Vereador Geraldo Soares de Medeiros e com a presença dos edis, Edson Gadelha da Silva, Waldir Batista Melo, Raimundo Muniz Rodrigues e Messias Augusto das Neves, realizou-se a reunião extraordinária da Câmara Municipal de Parintins.

Havendo número legal o senhor Presidente declarou em nome de Deus aberta a presente sessão, e em seguida disse, que a Câmara está reunindo em caráter extraordinário por solicitação do Exmo. Prefeito Municipal de Parintins para apreciação de assuntos de interesse do Município.

No expediente foi lido o seguinte: Ofício de nº 32/73, solicitando a essa casa, ao abrigo da Lei nº 700, a convocação extraordinária para apreciação do; - Convênio com o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Amazonas (IASEA) – Filiação do Município de Parintins ao Instituto de Cooperação Técnica Intermunicipal (ICOTI) – Fixação do valor de Salário Família aos funcionários Municipais. Ofício nº 33/73 encaminhando o Projeto de Lei nº 03/73 que Declara de utilidade Pública o Colégio Nossa Senhora do Carmo. Ofício nº 48/73 também encaminhando o Orçamento-programa do Serviço Rodoviário de Parintins para o exercício de 1973. Todos esses ofícios foram encaminhados pelo chefe do Executivo Municipal.

Aberta a primeira parte da ordem do dia o Exmo. Sr. Presidente consultou o plenário se as matérias lidas no expediente, encaminhadas pelo Sr. Prefeito Municipal são consideradas objeto de deliberação: as matérias seguintes; Convênio com o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Amazonas (IASEA). Projeto de Lei nº 01/73, filiação do Município de Parintins ao Instituto de Cooperação Técnica Intermunicipal. Projeto de lei nº 02/73, fixação do valor de Salário Família aos funcionários Municipais. Projeto de Lei nº 03/73 que Declara de utilidade Pública o Colégio Nossa Senhora do Carmo na cidade de Parintins, o edil Waldir Melo fez algumas solicitações a respeito do referido projeto as quais foram dadas pelo presidente. Decreto nº 03 do Orçamento-Programa do Serviço Rodoviário Municipal para o exercício de 1973, cada um de per si, foram aceitos por

unanimidade. A seguir o ilustre Presidente deu o despacho nos Projetos e Decreto referentes para serem encaminhados as devidas Comissões, para estudo. Conduzidos os trabalhos a segunda parte e não havendo matéria em pauta para deliberar, o senhor Presidente em nome de Deus encerrou a sessão marcando outra para o dia seguinte, 1º de março, a hora regimental. Eu Maria Soledade de Jesus Gonçalves, secretária a escrevi.

Ata da Sessão Solene de posse dos Senhores Dr. Benedito de Jesus Azedo e Alberto Kimura Filho, nos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, respectivamente, do município de Parintins.

Aos trinta hum dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e setenta e três, nesta cidade de Parintins, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, no prédio da Câmara Municipal de Parintins, realizou-se a sessão solene, sob a Presidência do Vereador Raimundo Mendes Leal, e com a presença dos edis: Raimundo Ruy Mendes, Geraldo Soares de Medeiros, Raimundo Nonato Barbosa de Oliveira e Guilherme Barbosa Ribeiro.

Aberta a sessão o Sr. Presidente convidou as autoridades presentes a tomarem assento a Mesa Diretora dos trabalhos. A seguir o sr. Presidente convidou os Senhores Dr. Benedito de Jesus Azêdo e Alberto Kimura Filho, a tomarem posse nos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, respectivamente, do município de Parintins, o que foi feito, inclusive, com a apresentação pública da Declaração dos seus Bens, tendo os senhores Dr. Benedito de Jesus Azêdo e Alberto Kimura Filho, proferir, de acordo com a Lei 700, de 30 de dezembro de

1967. Art. 36 – o seguinte compromisso: “Prometo cumprir e fazer cumprir as Constituições do Brasil e do Amazonas e as Leis Federais, Estaduais e Municipais, e exercer o cargo sob as inspirações do patriotismo, da Lealdade e da Honra”.

Facultada a palavra pelo sr. Presidente, fez uso o edil Geraldo Soares de Medeiros, que em nome da Casa saudou em palavras abalizadas saudou os recém-empossados aos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito respectivamente. Usou a palavra o Tenente Melo que leu um ofício vindo da infantaria despedindo o grande e ilustre Prefeito Gláucio Bentes Gonçalves e felicitar aos recém-eleitos e empossados. Ato contínuo, usou a palavra o sr. Luiz do Vale Miranda, presidente da Fabriljuta, em brilhante improviso saudou os recém-empossados.

A seguir o sr. Presidente encerrou a sessão agradecendo a presença de todos, da qual eu, Cyrene Oran Prestes, Secretária, lavrei a presente ata que vai assinada pelos senhores vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito empossados e demais autoridades presentes.

S.S. da Câmara Municipal de Parintins, em 31 de janeiro de 1973.

Ata da Sessão Solene de posse dos senhores Vereadores, eleitos a 15 de novembro de 1972, para a Câmara Municipal de Parintins.

Aos primeiros dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e setenta e três, nesta cidade de Parintins, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, no prédio da Câmara, realizou-se a sessão solene de posse dos vereadores.

Aos dezesseis horas compareceram os senhores Vereadores: Messias Augusto das Neves, Geraldo Soares de Medeiros, Guilherme Barbosa Ribeiro, Raimundo Muniz Rodrigues, Edson Gadelha da Silva, Waldir Batista Melo e Raimundo da Silva Lago.

De acordo com o artigo 8º do Regimento Interno da Câmara, assumiu a Presidência o sr. Edson Gadelha da Silva, por ser o mais idoso, que, em nome de Deus declarou aberta a presente sessão e convidou as autoridades presentes a tomarem parte da Mesa Diretora dos trabalhos, o sr. Presidente disse a finalidade da mesma, que seria de dar a posse aos Vereadores eleitos. Ato contínuo o sr. Presidente convidou aos vereadores a fazerem entrega de seus Diplomas e declaração de bens feitos, o sr. Presidente em exercício disse ir proceder a eleição para Presidente e Vice-Presidente, nomeou para escrutinadores os vereadores: Messias Augusto das Neves e Raimundo da Silva Lago, feita a votação para Presidente, obteve o seguinte resultado: Para Presidente Geraldo Soares de Medeiros da Arena, com 7 votos, correspondente aos 7 votantes pelo que o sr. Presidente em exercício declarou eleito por unanimidade de votos e para vice-presidente Edson Gadelha da Silva, do MDB, com 7 votos, correspondentes aos 7 votantes, pelo que foi declarado eleito por unanimidade de votos. Ato contínuo o sr. Presidente em exercício convidou o novo Presidente sr. Geraldo Soares de Medeiros a tomar assento a Presidência, pois acabava de ser empossado no referido cargo. Tomando assento o sr. Presidente facultou a palavra. Fez uso da mesma o edil Raimundo da Silva Lago, que proferiu ao povo um discurso agradecendo

sua vitória e fazendo uma explanação do seu trabalho na Câmara durante o seu mandato. Usou a palavra o vereador Waldir Batista Melo que em palavras abalizadas, saudou o nosso Presidente, Prefeito e Vice-Prefeito, a seguir fez uso da palavra o vereador Messias Augusto das Neves, que em bonito improviso falou do seu contentamento pela presença de S. Exa. os senhores Prefeito e Vice-Prefeito e homenageou o sr. Presidente recém-empossado e se pôs a disposição de todos os seus munícipes. Ato contínuo usou a palavra o Exmo. Sr. Prefeito Municipal Dr. Benedito de Jesus Azêdo, que em brilhante improviso, disse do seu contentamento em ver a compreensão entre os senhores vereadores, depois da eleição feita para a Mesa foram eleitos para Presidente o vereador Geraldo Soares de Medeiros da Arena e o vereador Edson Gadelha da Silva do MDB, logo se vê que estão trabalhando em plena harmonia para o bem do povo de Parintins, disse mais o sr. Prefeito que estava de braços abertos para trabalhar juntos o Executivo e o Legislativo. E, como nada mais houvesse a tratar o sr. Presidente encerrou a presente sessão em nome de Deus, e marcou outra sessão especial para o dia 02 deste, às 16 horas, para o fim específico, dos senhores vereadores prestarem juramento e constituir as comissões especiais da Câmara Municipal. Eu, Cyrene Oran Prestes, Secretária, a escrevi.

SOBRE O PREFEITO BENEDITO AZEDO

Benedito de Jesus Azedo foi eleito Prefeito de Parintins para o período compreendido entre 31 de janeiro de 1973 a 31 de janeiro de 1977. Dedicou 17 anos da sua vida aos estudos: cinco anos primários cursados no grupo Escolar Araújo Filho em Parintins, quatro ginásial no Colégio João Bosco onde também cursou por três anos o curso Científico, por fim mais cinco anos na Faculdade de Direito em Manaus.

Jornalista profissional, fundador do Sindicato dos Jornalistas do Amazonas com registro número 43. Bacharel em Direito inscrito no OAB sob o número 306. Exerceu cargos chefe de gabinete do presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Paulino Gomes. Foi Diretor de Planejamento e Presidente da antiga Empresa de Turismo do Estado, atual AMAZONASTUR, também foi Delegado do Ministério de Educação no Estado do Amazonas.

A INDICAÇÃO DE JÚLIO BELÉM

Júlio Belém, primeiro prefeito eleito de Parintins, chefe da Mesa de Rendas, constituiu uma sólida carreira política sendo eleito Deputado por quatro vezes consecutivas. Principal nome da política local, padrinho político de muitos personagens de nossa história, como

Gláucio Gonçalves que inicia a vida pública pelas mãos de Júlio.

Em uma conversa informal, com Benedito Azedo e Odovaldo Novo em meados de 1971, manifesta a intenção de apresentar Benedito Azedo como candidato a prefeito do Município de Parintins, e ele assumiria o lugar de vice-prefeito. A intenção se realizou parcialmente, pois dias após a referida conversa, Júlio Belém faleceu. Porém a ideia já havia sido lançada e segundo depoimento do Sr. Benedito:

Aí eu passei a querer a ser prefeito, desejar ser prefeito (...) E entrei num partido político, não havia proibição para os procuradores, eu me meti em política, acabei disputando a prefeitura de Parintins e ganhando a eleição. Fui prefeito o que é uma excepcional honra que eu tenho na minha vida foi ter sido prefeito de Parintins. Eu quis ser desejei ser e fui.

Por meio dos horários disponíveis na programação da Rádio Alvorada as propostas do desconhecido Benedito Azedo chegaram aos ouvidos dos parintinenses na zona rural do município. Eleito por uma pequena diferença de votos assumiu o compromisso com a cidade e a zona rural.

O diálogo com a Câmara Municipal é evidenciado por ofícios, projetos de lei, oriundos do executivo que deram a cidade de Parintins os aspectos físico-geográficos que hoje conhecemos. Ao término de sua

gestão, em 1976, o índice de aprovação foi o maior indicado pelos livros e registros oficiais da Casa Legislativa.

ELEIÇÃO E POSSE DO PRESIDENTE DA CÂMARA – BIÊNIO 73/74

A sessão solene de posse dos senhores vereadores também promoveu a eleição do presidente da Casa Legislativa para o biênio 73/74. O vereador Geraldo Soares de Medeiros – ARENA foi eleito presidente, por unanimidade de votos. Edson Gadelha da Silva – MDB, eleito vice-presidente também por unanimidade de votos.

VEREADORES

GERALDO SOARES DE MEDEIROS (ARENA)

Geraldo Soares de Medeiros profundo conhecedor do Regimento Interno da Câmara Municipal de Parintins teve a missão de coordenar consciente e criticamente as deliberações competentes à Casa Legislativa, atuando como mediador nas calorosas discussões entre ARENA (situação) e MDB (oposição).

Dentre as ações de sua presidência constam a orientação na forma com que os nobres vereadores deveriam se dirigir ao Executivo, assim determinou que os requerimentos verbais estivessem suspensos e deveriam ser encaminhados por escrito, com suas

respectivas justificativas. Conforme registra a Ata de 23 de abril de 1974 “O Sr. Presidente informou que em cumprimento ao Regimento Interno da Câmara, irá observar os art. 71 e 72 e a partir desta data só serão aceitos requerimentos por escrito”. (Livro de Atas 1969-1973, p. 48).

GUILHERME BARBOSA RIBIERO (ARENA)

Dentre as suas ações em Plenário solicitou um veículo para atender na coleta do lixo. Foi contra o projeto de desapropriação do terreno de Elias Assayag. Em 17 de abril de 1975, apresenta sua renúncia em razão de sua mudança para a capital do Estado.

MESSIAS AUGUSTO DAS NEVES (ARENA)

Presidente eleito para o segundo biênio 1975-1976. Defensor das ações do Executivo. Autor do requerimento que pede a drenagem do furo da “SANTA CLARA” e da indicação que solicita ações de embelezamento da parte central da cidade.

RAIMUNDO MUNIZ RODRIGUES (ARENA)

Vereador da base governista, por vezes apresentou parecer contrário as matérias oriundas do Executivo. Autor da indicação que solicita ao Departamento de Segurança Pública, a instalação de um posto para emissão de carteiras de identidade.

RAIMUNDO RUY MENDES (ARENA)

O vereador Raimundo Ruy Mendes, suplente de Guilherme Ribeiro assumiu o cargo no dia 17 de abril de 1975. Em 27 de maio de 1975, o chefe do Executivo Municipal encaminhou o ofício de n. 128/75 o qual comunica a Câmara dos Vereadores que o vereador Raimundo Ruy Mendes da Aliança Renovadora Nacional, “é o porta-voz da Prefeitura Municipal na Câmara dos Vereadores, poderá usar o título de Líder do Governo no Município”. (Livro de Atas 1973 a 1976, p. 100).

WALDIR BATISTA MELO (MDB)

Waldir Melo, vice-líder da oposição na Câmara Municipal, trabalhador assalariado, foi insistente em suas críticas ao Governo Municipal, são de sua autoria as indicações referentes ao bairro Itaguatinga. Fez críticas severas ao projeto de arborização do município de

Parintins, o qual realizou a compra de castanholeiras para arborizar a Avenida Amazonas. Bem como parabenizou à administração vigente, quando estas eram merecedoras de fato do seu voto de confiança.

Foi em defesa da bancada do MDB que protagonizou a voz da oposição. Em 17 de maio de 1974 a Comissão de Constituição e Justiça encaminhou à mesa os autos da indicação sob os números 1, 3 e 4/74 apresentadas pelo vereador Raimundo da Silva Lago, todas com parecer contrário.

Diante disso Waldir Batista Melo se pronunciou “não ser mais surpresa (para sua bancada) quando o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça dar parecer contrário nas indicações apresentadas pela bancada da minoria. Falou também das promessas do Exmo. Sr. Prefeito por ocasião de sua mensagem, perguntando: será que vai ser feito mesmo alguma coisa? Pois até o presente momento nada foi feito. Mas onde há vida, há esperança, vamos esperar”. (Livro de Atas 1973 a 1976)

EDSON GADELHA DA SILVA (MDB)

Membro da comissão de Redação; Em parceria com Ruy Mendes foi autor do primeiro Projeto 03/75 (arquivado); Apresentou um requerimento solicitações referentes ao abastecimento de energia elétrica ao Bairro do Bangú.

RAIMUNDO DA SILVA LAGO (MDB)

O vereador Raimundo Lago, do Movimento Democrático Brasileiro, líder da oposição na Câmara Municipal, professor de Literatura e Língua Portuguesa, manteve sua postura questionadora diante das demandas do poder político. Protagonizou intensos debates no Plenário.

Encaminhou inúmeros requerimentos e indicações em prol da educação, da melhoria do espaço urbano. È de sua autoria a indicação que pede a abertura do Canal da Francesa; e a solicitação de criação de uma escola no bairro de Bangú.

Em 18 de outubro de 1974 solicita sua licença durante 365 dias para ratar de seus interesses particulares.

No dia 30 de maio de 1975 por meio do Ofício nº. 01/75 “comunica a esta Casa que a partir desta data reintegra-se as atividades parlamentares”. Contudo apresenta sua apresenta sua renúncia em 17 de junho de 1975, a qual foi registrada em cartório:

Ofício nº. 02/75. Parintins 26 de junho de 1975. Do vereador Raimundo da Silva Lago. Ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Parintins. Ass: Renúncia de Mandato. (Pede) – Senhor Presidente por motivos de ordem pessoal, venho por meio deste RENUNCIAR, como de fato tenho renunciado ao MANDATO de vereador à Câmara Municipal de Parintins, que pela legenda do Partido Movimento Democrático

Brasileiro, me foi concedido nas eleições realizadas no dia 15 de novembro de 1972. – Depositando em mãos de Vossa Excelência, o Mandato renunciado, apresento aos pares e a sua digna presidência, desculpas por quaisquer faltas mesmo involuntariamente cometidas, renovando meus protestos de confiança e fidalguia de que sempre fui alvo dentro desta augusta casa legislativa municipal. Cordialmente. Raimundo da Silva Lago. (Livro de Atas 1973 a 1976)

Como medida legal foi baixado o Decreto Legislativo nº. 01/75, o qual extingue o mandato de vereador:

Decreto Legislativo nº. 01/75

Extingue o mandato do vereador Raimundo da Silva Lago.

O cidadão Messias Augusto das Neves, Presidente da Câmara Municipal de Parintins, usando das atribuições que lhe confere o Art. 8º do Decreto Lei nº 201 de 27 de fevereiro de 1967.

Decreta:

Art. 1º - Fica extinto o mandato do vereador Raimundo da Silva Lagos, eleito pela legenda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Parintins, em 27 de junho de 1975.

a) Messias Augusto das Neves – Presidente.

VIVALDO MARCHÃO DE CARVALHO (MDB)

1º suplente de vereador do Município de Parintins pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Vivaldo Marchão assume a cadeira deixada por Raimundo Lago, em 17 de julho de 1975.

AÇÕES DO LEGISLATIVO – 1973

COLÉGIO NOSSA SENHORA DO CARMO É UTILIDADE PÚBLICA

A Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Parintins, em 28 de fevereiro de 1973. O chefe do Executivo encaminhou o Projeto de Lei nº 03/73 - PMP declara utilidade Pública o Colégio Nossa Senhora do Carmo. (Livro de Ata 1969-1973, p. 160).

República Federativa do Brasil
Estado do Amazonas
Prefeitura Municipal de Parintins

LEI Nº 03/73

Declara de Utilidade Pública o
Colegio Nossa Senhora do Carmo, na
cidade de Parintins.

Faco saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, em
sessão extraordinária, aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Colégio Nossa Se-
nhora do Carmo, dirigido pelas Irmãs da Associação
de São Vicente de Paulo, na cidade de Parintins.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra-
ra em vigor na data de sua publicação.

Salvador Gondoul, em Parintins, 09 de março de 1973.

o Benedito de Jesus Ozeido - Prefeito Municipal.

PROJETO DE LEI Nº. 01/73 – PMP

O Instituto de Cooperação Técnica Intermunicipal – ICOTI é um órgão autárquico da administração indireta do Estado do Amazonas, criado pela Lei nº. 1043, de 13 de dezembro de 1972.

O Projeto de Lei nº. 01/73 - PMP, que Autoriza o Prefeito Municipal de Parintins a filiar o Município ao Instituto de Cooperação Técnica Intermunicipal e estabelece a forma com que o município irá contribuir com ICOTI.

Devidamente aprovado pelos vereadores, o ICOTI será responsável pelas diretrizes orçamentárias e pela capacitação e treinamento dos funcionários do corpo técnico administrativo do município (cursos nas comunidades rurais, seminários de aperfeiçoamento e elaboração do cronograma físico financeiro para os exercícios de 1973 a 1976).

O planejamento de investimentos dos recursos financeiros proposto pelo ICOTI, fundamentado em estudos técnicos das demandas físicas, sociais e econômicas do município será determinante na aprovação, desaprovação de projetos de lei, indicações e requerimentos.

CREDENCIAMENTO DA IMPRENSA LOCAL

Em 17 de abril de 1973, foi lido o “Expediente do jornalista Anacleto Ferreira da Cruz Filho, diretor da Empresa Jornalística Folha do Amazonas, desta cidade, credenciando o Sr. Dulcídio Vaz Campos, como repórter,

setorista, para cobrir os fatos principais da Câmara Municipal.” (p. 168)

SITUAÇÕES CONSTRANGEDORAS

A Câmara Municipal de Parintins, em razão de não ter sede própria, teve que mudar de endereço por várias vezes. Instalou-se no Prédio do Grupo Escolar Araújo Filho em 1947. Depois os vereadores passaram a reunir-se no Salão Nobre do Palácio Cordovil entre 1952 a 1963 aproximadamente. Em 1964 foi alugado um prédio de propriedade do Senador José Esteves, localizado à Rua Clarindo Chaves n. 76, por ocasião do estado precário do estabelecimento e pela invasão de cupins a Câmara Municipal mudou-se para o prédio da Cúria Diocesana, localizado à Avenida Amazonas n°. 3129, esquina com a João Melo. (Fonte: Guias de INPS e recibos de aluguel)

A vida da cidade obedece à dinâmica do crescimento e os espaços de entretenimento se instalam em toda a parte, nesse sentido o vereador Raimundo Lago requereu verbalmente a esta Presidência “providências no sentido de mandar tirar o nome, Câmara Municipal, na casa onde funcionou anos atrás a referida Casa e hoje funciona como casa de jogo, cito a Clarindo Chaves n° 76. Parintins 17 de abril de 1973. Este foi aprovado por unanimidade. (Livro de Atas 10969^a 1973, p. 165)

O SESQUICENTENÁRIO DA REINSTALAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO NO BRASIL

No dia 27 de abril do ano de 1973 o Deputado Aderbal Jurema Presidente da Comissão Organizadora das Comemorações do Sesquicentenário do Poder Legislativo comunicando que o “Congresso Nacional está empenhado em que a data do Sesquicentenário da Instalação do Poder Legislativo do Brasil, seja comemorada em todo o Brasil pelas Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais, Universidades, Estabelecimentos de Ensino de 1º e 2º grau, Entidades Culturais e Partidos Políticos. A Comissão organizadora tomou a liberdade de sugerir os dias para a Sessão Solene com homenagem ao Sesquicentenário, cabendo a Câmara Municipal o dia 17 de maio.” (p. 168).

HOMENAGEM AO DIA DAS MÃES

Em 15 de maio de 1973 o vereador Raimundo Lago apresentou uma mensagem em homenagem ao dia das mães.

(...) O amor constrói o lar, o lar constrói o mundo. – Quantos destinos seriam iguais? Poderíamos acreditar na sorte pelo destino? – Muitas vezes pensamos nas partes da vida, convertemo-nos por saber das verdades, e olhamos o mundo, de frente e iluminamos os sonhos com uma nova luz. – Seria verdade tudo aquilo que pensamos ou fazemos? – Seria

verdade os processos das invenções? – Tudo poderia ser verdade ou mentira, porém, uma coisa entre outras, não duvidamos da verdade, o Amor. – O amor com que se constrói as grandes obras, o amor com que se constrói um lar, o amor com que as mulheres se tornam mães. – Ser mãe, seria um sacrifício ou um prazer, ser mãe, seria fácil ou tão difícil. – Tudo poderia ser sacrifício ou prazer, tudo poderia ser fácil ou tão difícil, porém, o que nunca deveria ser diferente entre as mulheres, é ser mãe. – Ser mãe, não é somente colocar um ser no mundo, ser mãe é somente sofrer pelos maus destinos, ser mãe também, é colocar-se nas alegrias, ser mãe, é a capacidade de ser amada. – No mundo de hoje, não podemos só prender-nos as poesias da vida. A evolução que transforma os homens em instrumentos dos seus pensamentos, ainda assim, a moral conserva o sagrado direito do pensamento. – Desde a hora que ameaça sentir em teu ventre um ser, desde a hora em que começa a zelar pela vida daquele que começa a viver, desde o momento em que te preocupas com o destino daquele que ainda não veio ao mundo, desde aí, começa a ser mãe. – É na dor física que figura a imagem do teu sacrifício, é no alívio do sono preocupado, até um dia em que a ti apareceu, desde aí continuas a ser mãe. – São as noites em que velas por um sono tranquilo mesmo perdendo os teus, é no chorar que acordas angustiada e conserva em teu seio a tranquilidade das tuas preocupações, desde aí, continuas a ser mãe. – É no correr das tuas obrigações, que tens tempo para alimentá-lo, é no correr das tuas obrigações, que tens tempo para acariciá-lo, porém, em todos os momentos, acordada ou dormindo, ficando ou partindo, conservando ou perdendo, nunca faltará o

tempo para amá-lo, desde aí, continuas a ser mãe. – É no tempo em que outros lugares te roubam da vista o ser a quem tanto amas, é no passar do tempo em que as partes se transformam, porém, tu, mãe que és, não deixarás que se transforme a imagem do teu carinho, desde aí, continuas a ser mãe. – A minha mensagem, é a todas as mães do mundo. A minha mensagem, gostaria que fosse de paz e amor, que chegasse em todos os momentos de todas as mães do mundo. – É no momento em que te preocupas, que gostaria de falar-te, é no momento de alegria, que gostaria de falar-te, é no momento em que rola de teus olhos uma lágrima, que gostaria de falar-te, é no momento em que recebes uma ofensa, que gostaria de falar-te, é no momento em que perdes o teu ser para um outro mundo, que gostaria de falar-te. – Pedirei sim, a Deus, que todos os filhos compreendam a sua finalidade, pedirei que eles esqueçam se um dia não compreendestes, as suas expectativas, é de se esperar, é de se compreender, justo porque, nem todas as mães podem alcançar a imagem que os filhos lhes tem. – Em muitos momentos, somente Deus poderia ajudar-te, momentos em que nós filhos, não sabemos compreender-te, momentos em que pensamos somente em nós e não respeitamos tu como ser humano. Quem dera pudessem todos os filhos compreender que uma mãe servirá para vinte filhos, porém, que nunca vinte mulheres, poderiam substituir uma só mãe. – Que Deus te abençoe e proteja querida mamãe, que os teus sonhos transformem-se sempre em realidade, que ele te conserve e te restabeleça – Permita Deus que mesmo aquelas que ainda não puderam ser mães sejam amparadas pela imagem que hoje a ti nos

dedicamos, pois, sem dúvida nenhuma, que seria de nós sem a nossa mamãe. Deus abençoe a todas as mães do mundo. – a) Raimundo da Silva Lago, vereador. (Livro de Ata 1969-1973; p. 173-174)

Ata da sessão Solene da Câmara Municipal de Parintins, em 15 de novembro de 1973.

Aos quinze dias do mês de outubro, do ano de mil novecentos e setenta e três, nesta cidade de Parintins, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil, no Prédio da Câmara, precisamente as 17:30 horas, sob a presidência do vereador Geraldo Soares de Medeiros, e, com a presença dos edis; Guilherme Barbosa Ribeiro, Raimundo Muniz Rodrigues, Messias Augusto das Neves, Waldir Batista Melo, Raimundo da Silva Lago e Edson Gadelha da Silva, realizou a Sessão Solene do segundo período ordinário do corrente ano. Havendo numero legal em nome de Deus o Sr. Presidente declarou aberta a sessão. A seguir convidou a tomar parte da Mesa Diretora dos Trabalhos as seguintes autoridades: Dr. Benedito de Jesus Azedo, Prefeito Municipal, Alberto Kimura Filho, Vice-prefeito Municipal, o Sr. Eduardo França Lessa, Diretor do Colégio Batista de Parintins, o SR. Crispim, Delegado Geral de Polícia de Parintins, o DR. Armando Ferreira Vidônio, chefe da Unidade Mista de Parintins (FSESP), o Sr. Lazaro Garcia, Agente dos Correios e Telégrafos de Parintins, a Sr. Miraselva Brasil, Supervisora do Projeto SUMAUMA. Ato continuo o Sr. Presidente passou a palavra ao Exm^o. Sr. Prefeito Municipal, o qual disse que a sua presença nessa oportunidade era participar da Reunião Solene da Reabertura dos Trabalhos do Poder

Legislativo o mesmo sentia-se muito feliz junto aos representantes do povo, pessoas que me ajudam a olhar o povo de nossa terra, ajudam a fazer aquilo que nossos irmãos precisam para o engrandecimento e desenvolvimento de nossa Parintins; disse mais que, não é segredo para ninguém sobre sua Administração, porque todos estão vendo. O mesmo disse também o Poder Executivo está à inteira disposição do legislativo, para qualquer informação sobre sua Administração. Congratulou-se com os senhores edis, pela harmonia que há entre os dois poderes. Concluiu encaminhando o Orçamento Programa para o exercício de 1974, e solicitou à câmara que continuassem a dar aquela colaboração de sempre para melhor desenvolvimento de nossa cidade. A seguir o Sr. Presidente deu a palavra ao ilustre vereador Messias Augusto das Neves, o qual prestou homenagens ao Exm^o. Sr. Prefeito Municipal, pela sua participação na Sessão Solene e pela apresentação do Orçamento Programa para o ano de 1974, o mesmo fez pequena explanação sobre a criação do município de Parintins.

EDUCAÇÃO EM 1973

Os problemas referentes à Educação no município continuam no âmbito de melhor estrutura para realização das atividades escolares, melhor remuneração dos professores, conseqüentemente a atualização dos pagamentos dos salários, cumprimento do calendário de aulas na várzea e terra firme, estabelecimento de convênios e suas respectivas diretrizes.

Em 18 de outubro de 1973, o vereador Raimundo da Silva Lago encaminhou à Mesa um requerimento em acordo com todos os membros deste Legislativo, para que seja marcada uma reunião onde possam ser tratados assuntos relacionados ao interior, e para isto, fosse solicitado à presença, mediante ofício enviado ao Exmo. Sr. Prefeito, a Sra. Diretora da Unidade Educacional de Parintins, à Coordenadora do Mobral nesta cidade responsável pelo setor de Educação do Município, aos Professores do Mobral lecionando no interior do município e todos os presidentes de Comunidades do Interior. (Livro de Ata 1969 a 1973, p.199)

O atraso no pagamento dos vencimentos dos professores foi matéria de pauta em várias sessões. Questionamentos pelos referidos atrasos, solicitação de esclarecimentos dos convênios entre a Prefeitura e Secretaria de Educação. Dessa forma, em 19 de outubro de 1973, os requerimentos do vereador Raimundo da Silva Lago trazem os seguintes questionamentos:

- a) qual o número de professores contratados pelo Município para lecionar o 1º grau, se já funciona em relação às escolas Municipais, e o primário; b) qual o vencimento bruto recebido pelos professores contratados pelo Município; c) qual o vencimento líquido pago aos professores contratados pelo Município e quais são os descontos feitos nestes vencimentos; d) se há algum desconto, para qual instituto é feito e quais são as vantagens recebidas por estes descontos; e) como são feitos os contratos com

o Município, se escrito ou verbal; f) se os professores contratados, assinam contra-recebido nos pagamentos ou são pagos por folha de pagamento, no qual assinam; g) se tem alguma professora ou professor com seus pagamentos atrasados e porque estão atrasados. (Livro de Atas 1969-1973; p. 199-200)

ÁGUA ENCANADA

Até meados da década de 40 a água utilizada em Parintins provinha do rio Amazonas e das poucas torneiras públicas dispostas em alguns pontos da cidade. Foram identificadas a torneira situada na Rua Silva Campos, nas proximidades da Loja Maçônica e outra próxima ao prédio onde hoje funciona a Loja Esplanada Tecidos, na Praça Eduardo Ribeiro.

As famílias da cidade contavam com o trabalho dos aguadeiros. A limpeza da água trazida do rio e seu armazenamento eram feitas de forma caseira, com pano limpo para coar o líquido e o pote de barro para armazenar, respectivamente. Sobre esta particularidade o senhor Benedito Azedo nos conta

A água que nos usávamos pra tomar banho, pra fazer comida era água do rio Amazonas. Não havia água encanada em Parintins (...) As pessoas chamadas de aguadeiros, para aqueles que podiam pagar, e os que não podiam eles mesmos iam buscar. Sabe aquela lata de querosene vazia, o cara colocava um pau, um grampo em cima, uma haste mais ou menos

desse tamanho, colocava no ombro e ia buscar água lá no rio, aí onde é a Caçapava, não tinha aquela rampa. (...) Como você usava a água? Colocava na boca do pote um pano, guardanapo ou pano, pra coar a água, já ficava um bocado de terra aqui, depois de coar aquela água pegava uma pedra úmida e jogava pra ela ficar mais limpa, só que de três em três dias tinha que lavar o pote e que tinha três dedos de barro lá dentro... (Benedito Azedo 2012)

Ao término da Segunda Grande Guerra o mundo foi “dividido” em duas forças econômicas e ideológicas representadas por USA e URSS. Cada bloco estabeleceu estratégias de manutenção dos espaços de domínio, assim foram formulados e implantados vários programas de assessoria e intervenção nos países subdesenvolvidos. Dentre eles o **Programa Ponto 4**, uma ação de saúde e saneamento. É por meio deste programa que Parintins verá a instalação dos primeiros metros da rede de abastecimento de água.

A água encanada chegou em Parintins em função do seguinte: com o fim da guerra mundial em 45, os americanos tinham um programa chamado Ponto 4. Era um programa de saúde e saneamento e Parintins foi um dos municípios beneficiados por esse programa. O que foi feito? Na rua da frente, mais ou menos próximo a Maçonaria, na Silva Campos, eles fizeram ali um Posto de Saúde e o Sistema de Água. Parintins tinha lá seus 5 mil habitantes talvez, (...) eles colocaram em todas as ruas de Parintins na época, onde tu colhias aquela água

ao invés de buscar no rio, já levava uma água limpa, água de poço não havia tratamento químico, mas um tratamento natural. (Benedito Azedo 2012)

É herança dos americanos o reservatório antigo localizado à Rua Faria Neto, próximo às instalações do Cine Oriental, entre as Ruas Senador Álvaro Maia e 31 de Março. Também compõe as ações iniciais de distribuição de água o reservatório localizado perto do antigo fórum. A água era captada para esses reservatórios e distribuída na cidade. O SESP deixou também localizado na Rua Rio Branco, uma das antigas entradas do bairro de Palmares, poços pequenos e um grande que fora denominado Poço Amazonas.

INVESTIMENTOS E A GESTÃO DE RECURSOS

O governo brasileiro conseguiu um empréstimo e escolheu algumas prefeituras, Parintins foi beneficiada com isso, talvez pelo tamanho do município e sua importância do município no Estado. Mesmo com tantos investimentos, Parintins não tinha capacidade de executar todo esse serviço, assim foi assinado um convênio com o Serviço Especial de Saúde Pública – SESP. O dinheiro recebido foi investido na abertura de mais seis postos de captação,

(...) Nós, com o dinheiro emprestado, fizemos seis postos modernos de captação de água. Fizemos um reservatório de 100 mil terraços lá

na rua Paraíba. O reservatório semi-aterrado e o elevado e se a memória não me falha, 17 km de rede de distribuição. (...) por recomendação do Governo Federal, nós fizemos outro convênio com o SESP de executar a obra e nós entregamos a administração do SAAE para o SESP. (...) A prefeitura garantia esse empréstimo com fundo de participação, administrado pelo SESP, esse serviço continuou crescendo, outros poços foram furados. (...) Enquanto o SESP administrou este serviço nunca deu para a Prefeitura um tostão de despesas, o SAAE pagava regularmente o empréstimo e a prefeitura apenas garantia o fundo de participação.

AMPLIAÇÃO DA REDE CONDUTORA DE ÁGUA

Em 21 de novembro de 1973, Messias Augusto das Neves, passou às mãos do Sr. Presidente o Requerimento nº. 04/73, solicitando “ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto, bem como, ajuda principal do Poder Executivo, junto aos seus trabalhadores para que se faça implantação de uma rede condutora de água, no conhecido Beco Togo Meireles. O requerimento é assinado por Messias Augusto das Neves, Guilherme Barbosa Ribeiro e Raimundo Muniz Rodrigues, todos da ARENA”. (p 25)

À Câmara encaminha ao Executivo e ao órgão competente SAAE as indicações dos vereadores, por meio de ofícios, assim em 29 de maio de 1973 - Ofício nº 41/73 do SAAE traz respostas à proposta “de ligamento

da Rua Júlio Belém com a Trav. Ruy Araújo, para que o trecho seja beneficiado com o serviço de água.” (p. 181)

REMUNERAÇÃO FIXA DOS VEREADORES 1

A ação dos vereadores permanece em caráter de doação. Por serem os legítimos representantes do povo, estes cumprem o Regimento Interno e as determinações de seus cargos, no entanto, sem ter um salário fixo que custeasse o desempenho de suas atividades. As ações a respeito da remuneração dos vereadores provinham de uma realidade Nacional, conforme está registrado no Livro de Ata 1973 a 1976, Sessão do dia 16 de outubro de 1973:

O expediente contou com a leitura do “Ofício Circular” nº 4/73, recebido da Câmara Municipal de Quinta do Sol, Estado do Paraná, cujo encaminhava em anexo uma cópia do requerimento nº 10/73, de autoria do ilustre vereador Raul Ferreira de Melo, o mesmo pediu o apoio total desta Casa, para reforçar o seu pedido junto ao Exmo. Sr. Presidente da República e ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça solicitando uma reconsideração constitucional que permita aos nobres vereadores de modo geral, o direito de remuneração. (p. 196/197)

As notícias veiculadas na imprensa são um indício do andamento das discussões nos espaços parlamentares e conseqüentemente seus impactos na sociedade e na organização das Câmaras Municipais. Na Sessão

Ordinária do dia 13 de novembro de 1973 o Poder Executivo alimenta as discussões a respeito da matéria em pauta e encaminha à Câmara o Ofício n. 331/73 com uma cópia da publicação no Jornal “A CRÍTICA” de Manaus, 1ª. Página, 3º. Caderno, edição 12 de novembro de 1973, enfocando a “Emenda à Remuneração de vereador” (p 19).

REFORMA DO GINÁSIO ESTADUAL SENADOR ÁLVARO MAIA

As estruturas físicas dos educandários em Parintins foram trazidas ao conhecimento do Plenário no dia 18 de outubro de 1973, por meio da Indicação S/N de autoria do vereador Raimundo Lago, expondo os problemas pelos quais passa o Ginásio Estadual Senador Álvaro Maia “falta de água, falta de luz e falta de uma quadra para Educação Física dos alunos daquele estabelecimento de ensino”. (Livro de Ata 1969 a 1973, p.199)

Foi aprovado no dia 09 de novembro de 1973, em segunda e última discussão o parecer que solicita ao Sr. Prefeito a reforma completa nos serviços de água, luz, ventiladores, construção de janelas para melhor ventilação, construção de quadra para o Ginásio Estadual de Parintins. O parecer foi aprovado por maioria de votos, com um voto contra do vereador Raimundo Lago, além de ter ficado a disposição da Secretaria para

devolver ao vereador autor da indicação, para a emissão de um novo pronunciamento. (p 17)

ÁREA DE ATUAÇÃO DO MOBREAL EM PARINTINS EM 1973

O MOBREAL tem por objetivo atuar na alfabetização de adultos, instalou seus núcleos de atuação em vários locais do município na cidade e no interior. As atividades desenvolvidas traziam alguns questionamentos sobre a atuação do MOBREAL e sua área de abrangência. No dia 19 de outubro de 1973, o vereador Raimundo da Silva Lago requereu à Mesa que fosse enviado um ofício à Coordenação, do Mobral do Município, pedindo informações, conforme o que diz os itens a seguir:

- a) o número de escolas do Mobral que funcionam atualmente no Município; b) se deixou de funcionar algum núcleo e por que deixou de funcionar; c) de quantos professores dispõe o Mobral para cada núcleo; d) de quantos professores dispõe o Mobral no Município; e) se algum professor está até hoje com seus vencimentos atrasados e por que motivo desse atraso; f) se foi dispensado algum professor e por que foi dispensado? (Livro de Atas 1969-1973. p 200)

ORÇAMENTO – PROGRAMA 1973

Em 25 de outubro 1973 - a sessão contou com a presença do Sr. Dr. Josué Nobre de Miranda Ferreira, Técnico do Instituto de Cooperação Técnica Intermunicipal – ICOTI, o Sr. Roberto Augusto dos Santos e Lauro Castro Alves, funcionários da Prefeitura, os quais foram convidados a compor a mesa e apresentar informações aos vereadores sobre o Orçamento-programa para o ano de 1974, sobre o valor do ICOTI para o Estado e seus Municípios.

O Executivo Municipal encaminha o Projeto de Lei Orçamentária S/N, de 26 de outubro de 1973 - fixa a despesa e prevê a receita para o exercício de 1974. Em 21 de novembro de 1973, em 1ª discussão o parecer favorável ao Projeto Orçamentário para o exercício de 1974, aprovado por maioria de votos, com exceção dos vereadores Raimundo Lago e Waldir Melo. (Autos do Projeto de Lei S/N)

SESSÃO ESPECIAL

No dia 26 de outubro de 1973, foi realizada “reunião informal no Prédio da Câmara com o Governador do Estado – Engenheiro João Walter de Andrade. Logo após o Sr. Presidente convocou os vereadores para uma reunião especial que seria realizada na segunda – feira dia 29 de outubro do corrente ano no

Prédio do Palmeiras Esporte Clube, para entrega do Título de Cidadão de Parintins ao Sr. João Walter de Andrade – Governador do Estado do Amazonas”. (Livro de Atas 1969 a 1973, p 4)

A sessão especial para a entrega do título de cidadão de Parintins ao Sr. Coronel engenheiro João Walter de Andrade, Governador do Estado do Amazonas, concedido pela Lei nº 2/72 de 23 de maio de 1972.

Estiveram presentes as autoridades: João Walter de Andrade - Governador do Estado, Benedito de Jesus Azedo - Prefeito Municipal; Fernando Castro - Deputado Estadual, Alberto Kimura Filho - Vice - Prefeito, Sr. Sérgio Pinheiro - Delegado Geral do Serviço Militar em Parintins e Dr. Antônio Ricci - Secretário de Saúde. (Livro de Atas 1969 a 1973, p 7).

INSTALAÇÃO DA ENTIDADE DE FINS EDUCACIONAIS – MEB

No dia 22 de novembro de 1973, a Coordenação do Movimento de Educação de Base – MEB, encaminhou ao Presidente da Câmara Municipal de Parintins, o Ofício circular n. 11/73 comunicando a instalação da Entidade de Fins Educacionais – MEB, nesta cidade com sede a Avenida Amazonas S/N. (p 24).

MELHORAMENTO DE RUAS E AVENIDAS 1973

A cidade inicia o processo de melhoramento de ruas e avenidas. As solicitações e encaminhamentos por parte dos vereadores direcionam para o aterramento e por vezes ligação de ruas e becos como forma de melhorar o trânsito e intensificar o processo de embelezamento da cidade.

A atuação dos vereadores foi determinante para a definição de ruas existentes na cidade

Em 17 de abril de 1973, o vereador Waldir Melo se pronunciou cobrando providências urgentes no problema das alagações existentes nas ruas Clarindo Chaves e 31 de março, “pois é uma verdadeira calamidade o que vem acontecendo”. (p. 165).

Na Sessão do dia 18 de maio de 1973, novamente o vereador Waldir Melo, apresentou um requerimento “para que fosse oficiado ao Sr. Prefeito, no sentido de ser ligado a Rua Júlio Belém à Travessa Ruy Araújo, trecho compreendido no Beco do Barbosa, visto o não ligamento trazer problemas para a comunicação dos moradores do referido lugar.” (p. 176).

São da autoria do vereador Raimundo Muniz os requerimentos que solicitam “ao Sr. Prefeito o serviço de terraplanagem do Beco Zé Luiz entre a Rua Armando Prado e a Travessa 31 de março, assim como toda a Travessa 31 de Março, uma vez que as referidas artérias encontram-se em péssimo estado. Parintins, 22 de maio

de 1973.” (p. 177). E o requerimento solicitando “reparos na Trav. Coronel Araújo, pois a mesma está em estado lastimável”, datado em 29 de maio de 1973. (p. 181).

O vereador, Raimundo Lago, em 30 de outubro de 1973 encaminhou à Mesa uma Indicação solicitando ao Prefeito o serviço de terraplanagem da Rua Melvin Jones, trecho compreendido entre as travessas Coronel Araújo e 31 de Março, onde está completamente intransitável, e no sentido de solucionar o grande problema, a terra caída em frente a nossa cidade.

Indicamos que seja estudada, com a urgência necessária, a possibilidade da terraplanagem da Rua Melvin Jones, principalmente no trecho compreendido entre as Travessas Coronel Araújo e 31 de março onde espaços de rua estão completamente intransitáveis em relação a veículos motorizados. (Autos da Indicação S/N).

Na Sessão Ordinária do dia 09 de novembro de 1973, o vereador Messias Augusto das Neves, passou às mãos do Sr. Presidente o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, referente a indicação do vereador Raimundo Lago apresentada em 30/10/1973.

O vereador em seu parecer diz que é válido o objetivo da indicação do edil, porém a comissão competente no caso fez exarar o seu parecer desaprovável a matéria indicante, pois a mesma não possui razão fundamental para acolher a si o papel da iniciativa, uma vez que é conhecida

a mesma ideia que é conhecida do Executivo.
(p 16)

Na mesma sessão e diante do parecer contrário às suas indicações e requerimentos, Raimundo Lago, apresenta a INDICAÇÃO S/N encaminhada ao Prefeito Municipal solicitando “que se digne o serviço de terraplanagem na Travessa João Meireles que está em estado lastimável”. (p 16/17).

A solicitação foi aprovada por unanimidade. Uma vez encaminhado ao Executivo, obteve resposta por meio do Ofício nº. 60/73 – PMP, datado em 16/11/1973, o qual informava que o serviço de aterro melhoramento da Travessa João Meireles já foi iniciado.

MUNICÍPIO MODELO CATEGORIA “A”

Na sessão de 13 de novembro de 1973, o expediente constou de um ofício da REMBRA, ao Ilmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Parintins, comunicando a realização de estudos sobre três mil novecentos e sessenta e dois (3.962) municípios para classificação dos mesmos em categorias (A, B, C e D), dentre essas o município de Parintins ficou colocado na categoria “A”, a mais alta e de maior qualificação. (Livro de Atas 1973 a 1976, p 19).

ABERTURA DO CANAL DA FRANCESA

Em 29 de novembro de 1973, o vereador Raimundo da Silva Lagos, apresentou a INDICAÇÃO⁵ S/N que solicita junto ao Poder Executivo Municipal que seja realizado

Um estudo completo das necessidades e das condições do bairro da Francesa e após os estudos, seja incluído no plano governamental, “A ABERTURA DE UM CANAL” no riacho da Francesa, cuja parte é a que liga-se ao Rio Amazonas, a fim de que o Bairro da Francesa torne-se oficialmente “o abrigo” para todos os motores do Município de Parintins. (Autos da Indicação S/N)

⁵ A Indicação não parecer favorável, o assunto foi retomado apenas no dia 20 de novembro de 1975.

História e Memória Política do Município de Parintins

INDICAÇÃO Nº

O Rio Amazonas, de natureza, uma das obras mais perfeitas, tem sido em contraste em nossa região, porém, contraste que não prejudica os interesses, muito ao contrário, se estabelecem em sentido de completar o que falta e de esolucionar o problema que muitas vezes é criado pelo mesmo rio.

Vejamos por exemplo, um dos problemas mais antigos e até as vezes / graves, é justamente a permanência dos motores à beira do Rio Amazonas, sujeitos a toda sorte de imprevistos que podem surgir à beira de um rio como esse.

Apesar de toda iniciativa e a constante interferência no sentido de se tomar providências junto à Capitania dos Portos no sentido de se pedir a / consideração dos comandantes de navios de "auto-calado" a diminuição da força dos motores em frente à cidade de Parintins, a fim de evitar os graves prejuízos causados pelas fortes ondas d'água que incidem sobre a cidade de Parintins.

Contudo, apesar de os proprietários de motores já terem a exata noção de que podem e devem fazer em situações como estas, mesmo assim, os prejuízos, às vezes, são graves, inclusive, porque em muitas ocasiões não se pode adivinhar da passagem de navios em horas imprevistas.

O Bairro da Francesa, já vem se constituindo como um dos bairros // mais populosos da cidade, com um aglomerado comercial e até mesmo industrial, com isso, exigindo já, determinações que visem atingir os interesses do povo / desse bairro, fazendo para ele um planejamento atual e definido em relação / ao seu crescimento demográfico, assim como uma definição em relação a sua estabilidade comercial e industrial.

Para lá os comércio estão se deslocando, muito justamente pelo acesso interiorano, visto ser o bairro possuidor de um riacho que em tempo da cheia do rio, as águas permitem a constante entrada e saída das embarcações, fazendo dali, um abrigo e permitindo perfeitamente um mais fácil relacionamento comercial.

Achoamos que a permanência do comércio, está intimamente ligada ao // constante entrada e saída de embarcações e a possível permanência delas no // bairro em foco.

A intensificação do comércio naquele bairro, deu-se a partir de quatro anos passados, quando as cheias atingiram quase o máximo e as secas não vieram à atingir o máximo, permitindo com isso, a regular passagem no canal, sem que o comércio sentisse o problema em relação à queda de seus lucros.

Em decorrência de uma seca, não se sabe se este ou aquele ano será o responsável pelo impedimento da passagem no canal e não se poderia prever, quais dos comércio poderiam aguentar financeiramente o período em que o canal estiverem intransitável, impedindo a entrada e permanência das embarcações no referido bairro.

Inclusive, devemos à relação de um mercado público com a utilidade / do riacho, que permite o abrigo e a condição que tem um motor, na Francesa e um motor à beira do Rio Amazonas, expostos a toda sorte de prejuízos.

Por estas razões que achamos justas e reais, INDICAMOS, seja dirigido ao Poder Executivo Municipal, no sentido de mandar fazer um estudo // completo das necessidades e das condições do Bairro da Francesa e após os estudos, seja incluído no plano governamental, "A ABERTURA DE UM CANAL" no riacho da Francesa, cuja parte é a que liga-se com o Rio Amazonas, a fim de que o Bairro da Francesa torne-se oficialmente "o abrigo" para todos os motores // do Município de Parintins.

S.P. da Câmara Municipal de Parintins, em, 29 de novembro de 1973.

Raimundo da Silva Lago
Raimundo da Silva Lago - Líder da Oposição

Envie-se o Comissão de Constituição

e Justiça, para os devidos fins.

Visto: _____

Presidente

Indicação S/N de autoria do vereador Raimundo Lago, que solicita a abertura de um canal na Lagoa da Francesa.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO – PDI

O Plano de Desenvolvimento Integrado - PDI consiste em fornecer ao município de Parintins estratégias de atuação para solucionar as demandas de ordem sociais, educacionais, saúde e esporte, por meio de assessoria técnica envolvendo os profissionais e estagiários da UEG.

A primeira referencia nos livros de Ata da Câmara Municipal de Parintins relacionada ao Plano de Desenvolvimento Integrado é registrada em 18 de outubro de 1973 na argumentação em Plenário do vereador Messias Augusto das Neves que vem sobre a elaboração de um conjunto de ações e metas a serem implantadas no município.

Essa informação será registrada nos anais da Câmara por meio do Ofício nº. 332/73-PMP, EM 13/11/1973 o Poder Executivo encaminha à Presidência desta Casa que a Prefeitura com a assessoria da Universidade do Estado da Guanabara está elaborando o Plano de Desenvolvimento Integrado do Município de Parintins, rigorosamente dentro de orientação do Ministério do Planejamento e Coordenação. (p 19)

Contudo as interrogações dentro da Casa Legislativa persistiram a ponto do vereador Messias Augusto das Neves apresentar um requerimento solicitando a presença do José Manuel Gomes Leonor da

UEG, para vir em plenário para fazer uma exposição sobre o Plano de Desenvolvimento Integrado do Município. (p 20)

A Sessão de 21 de novembro de 1973, contou com a presença do Professor José Manoel Gomes Leonor para esclarecer em Plenário sobre o Plano de Desenvolvimento Integrado do Município de Parintins. (p 23)

Os profissionais e estagiários da UEG forneceriam os dados de suas pesquisas para os respectivos estudos de demanda, bem como prestariam estágio nos espaços disponibilizados pelo município (Fundação SESP, Escolas municipais e as pertencentes ao MOBREAL), os engenheiros fariam o estudo e planejamento urbano em parceria com o ICOTI. É resultado também dessa iniciativa a instalação de uma Comissão Central de Esportes que irá gerenciar o Centro de Treinamento dos Atletas de Parintins, instalado no Parque das Castanholeiras e as melhorias no funcionamento da Biblioteca Municipal Vera Simplício. Uma parceria da Prelazia, UEG e a Prefeitura Municipal de Parintins.

ÓRGÃO RODOVIÁRIO MUNICIPAL – 1973

O Órgão Rodoviário por meio do Plano Rodoviário Municipal foi responsável por importantes investimentos na construção e manutenção de rodovias, bem como na pavimentação, aterro e piçarramento de ruas e estradas em Parintins. É uma ação do Governo Federal pautada na política de integração nacional.

O engenheiro Adhemar Ribeiro da Silva, chefe do 1º Distrito Rodoviário Federal - DRF, em 17 de abril de 1973 encaminha à Câmara o Ofício nº. 0455, dirigido ao Sr. Prefeito Municipal, “solicitando abertura de crédito em favor do órgão rodoviário no valor CR\$ 462,18” (Livro de Ata 1969-1973, p. 164).

Constam no expediente do dia 29 de maio de 1973 os ofícios nº. 0619 e nº. 0818 ambos do chefe do DRF informado sobre a liberação de verbas em favor do Órgão Rodoviário Municipal. O Ofício nº. 0619 informa que no dia 04/04/1973 foi liberada a quota do FRN, referente ao 3º trimestre de 1972, no valor de Cr\$ 105.692,46. O Ofício nº. 0818 a liberação da quota referente ao 4º trimestre, no valor Cr\$ 110.549,55 - em 26/04/1973. (Livro de Ata 1969-1973, p. 181)

AÇÕES DO LEGISLATIVO - 1974

Ata da Sessão Solene da Câmara Municipal de Parintins, em 15 de abril de 1974, sob a Presidência do vereador Geraldo Soares de Medeiros.

Com a palavra o Sr. Prefeito, depois de saudar as autoridades, os vereadores e o povoem geral, fez a leitura de um expediente vindo Exmo. Governador do Estado, autorizado pelo Exmo. Presidente da República, no qual pediu que se evitasse as frases estudadas e bonitas, e que ao invés destas fosse dita a realidade de sua atual administração, a seguir entregou oficialmente ao Sr. Presidente da Câmara os Balanços Mensais, ainda um esboço do Orçamento-Programa, que foi dado pelo Instituto de Cooperação Técnica Intermunicipal (ICOTI). Fez a leitura de tudo que ocorreu no ano Legislativo de 1973, as obras foram detalhadas e expostas à Câmara de vereadores. – Informou que o relacionamento entre os dois Poderes o Legislativo e o Executivo foram bons. – Fez um relatório das atuações dos vários setores do município, como bem o porto da cidade, que breve deverá ser melhorado através da Construção de um Porto Moderno, isto em caráter oficial. O mercado Público, que será recuperado e criado mais dois, um no bairro da Francesa e outro no bairro do São Benedito. O matadouro também receberá reforma. O cemitério “São José” por sua vez será recuperado. A Biblioteca Municipal, que conta com o auxílio da Prelazia através da cooperação do Prédio onde funciona, juntamente com a cooperação do “Campus”, tem funcionado normalmente, falou também do grande auxílio

que o “Campus” tem prestado ao nosso município através de seus estagiários que aqui prestam serviços nos vários setores como sejam: Medicina, Veterinária, Assistência Social etc. A Casa de Recuperação “Gerson Freire”, o benefício que a mesma trouxe a este Município e que tem funcionado normalmente contando sempre com a ajuda de várias entidades. – Falou sobre o Serviço Rodoviário e o seu Plano de Serviço para o ano de 1974, entre outros a conservação das estradas já existentes e um “Plano” para ser executado na Área Rural, o qual foi bem esquematizado por pessoas de grande experiência no assunto Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) vem atendendo com eficiência a população, inclusive aumentando a sua rede a várias ruas da cidade, também informou das visitas, que fez às Comunidades do Interior, procurando se inteirar das necessidades reais existentes nas mesmas, sempre se fez acompanhar de outras pessoas interessadas no assunto inclusive o Presidente desta Casa, - Sobre o que está ocorrendo com o atraso das aulas no município, procurou tomar informações junto a Secretaria de Educação através da Dra. Inês de Vasconcelos Dias, o problema terá sua solução em breve. – Quanto ao Setor de saúde – SESP e SUCAM – tem feito o que há de melhor dentro de suas possibilidades, atuando normalmente em Parintins. O “Campus” da Universidade do Estado da Guanabara, tem cooperado através do Curso de Licenciatura e que ultimamente se fixou em nosso Município. Correios e Telégrafos que em breve terá um prédio moderno para melhor servir ao povo de Parintins. Quanto ao Plano de Desenvolvimento de Comunidade que está em plena ação e que

muito ainda poderá realizar, contando como auxílio de outras entidades como seja, a SUDAM, Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. O Projeto SAMAUMA – a sua eficiência o benefício no interior, e a atuação muito boa de seu Plano de Desenvolvimento Integrado Supervisora – Prof. Miracelva Brasil – Explicou que, a Prefeitura tem sido tem tido muito bom relacionamento com a Prelazia de Parintins e que vem ajuda de grande parte a sua administração. Tem dado sua colaboração ao Esporte local quando sua participação nos jogos “Intermunicipais” Informou que foi dado por (3) três anos o Parque das “Castanholeiras” ao município que o entregou à Comissão competente, para as devidas providências. – A Secretaria de Produção Rural pelos bons serviços que vem prestando ao município, que são distribuição de sementes e a vacinação. Disse que em um ano de administração não poderia fazer nada de grandes vultos, que excedesse o orçamento, mas fez o que pode. Quanto ao bairro de Itaguatinga o seu mais sério de problema é a iluminação, problema este que já foi estudado pela Prefeitura, CELETRAMAZON e Movimento de Educação de Base (MEB), terá breve solução. Falou em Financiamento através do Banco da Amazônia S.A (BASA) que dará solução a vários problemas, porém só será efetuado mediante um programa elaborado por técnicos, o que já está sendo providenciado. O Sr. Presidente concedeu a palavra ao Vereador Waldir melo, que saudou o Exmo. Sr. Prefeito em nome da bancada do movimento Democrático Brasileiro, que falou na união existente entre duas bancadas, tendo a missão de fiscalizar os atos da Administração, no

sentido de ajuda-lo. Que durante este período irá cooperar com maior eficiência devido à experiência adquirida no ano passado. O vereador Messias Augusto das Neves que falou pela bancada Arenista como líder do Prefeito falou quanto ao relatório do mesmo que bem claro e que a Câmara na Legislatura passada alcançou êxito em sua missão, através do Convênio do INPS (Instituto de Previdência Social) junto ao SESP, pelas relevantes Serviços que prestará a população. Desejando que este ano Legislativo seja pleno de êxito para o Poder Legislativo e Executivo e para o bem do povo. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente agradeceu a presença de todos e convidou-os para um coquetel e salgadinhos, e convidou aos senhores vereadores para amanhã à hora regimental, e encerrou a sessão em nome de Deus – Eu Suzana do Carmo Leão – Secretária a escrevi.

BIBLIOTECA MUNICIPAL VERA LÚCIA SIMPLÍCIO

A organização de um espaço que servisse como “Biblioteca” surge ainda na gestão do ex-prefeito Gláucio Gonçalves. A demanda existente por parte da comunidade ganhou força com a instalação do “Campus” da Universidade do Estado da Guanabara em Parintins.

Inicialmente foi direcionado um espaço dentro da Prefeitura para que a Biblioteca passasse a funcionar e recebeu a denominação de BIBLIOTECA VERA LÚCIA

SIMPLÍCIO, a qual foi registrada em 1969 no Instituto Nacional do Livro sob o número 12.195.

Na gestão de Benedito Azedo a biblioteca ganha um prédio específico para seu funcionamento. Foi alugado pela Prefeitura o prédio de propriedade da viúva do Eládio Carneiro. E passou a funcionar em três horários. A Prefeitura comprava os livros de acordo com a demanda apresentada pelas escolas Estaduais e Municipais

Conforme registro em ata da Sessão Solene da Câmara Municipal de Parintins, em 15 de abril de 1974, a Biblioteca Municipal fosse efetivamente um espaço consolidado, no sentido de fornecer a população acesso a leitura e a pesquisa contou com o auxílio da Prelazia através da cooperação do Prédio onde funcionava, juntamente com a cooperação do “Campus”. (Livro de Atas 1973 a 1976)

AMPLIAÇÃO DA REDE CONDUTORA DE ÁGUA

2

No ano de 1974, o período legislativo se inicia e o fornecimento e ampliação da rede condutora de água para Parintins permanece como matéria de primeira urgência. A comunicação entre Executivo e Legislativo é constante. Em 16 de abril, a Prefeitura encaminha o Ofício nº. 58/74 – PMP, em atenção ao Ofício nº. 71/73 – CMP “comunicando que o Serviço Autônomo de Água e

Esgoto, realizou a instalação de rede de distribuição de água em várias artérias de nossa cidade”.

Os debates, encaminhamentos, indicações e requerimentos denunciam preocupação dos vereadores para com o abastecimento e distribuição de água. Assim no dia 18 de abril de 1974, Raimundo Lago requereu na forma regimental que fosse encaminhado “ao Administrador do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (S.A.A.E.) através desta Presidência, a apresentação do plano de expansão das redes de água neste município para o ano de 1974”.

PRAÇA DO CRISTO REDENTOR

A Praça do Cristo Redentor, um dos primeiros núcleos da cidade de Parintins, ocupa um lugar especial na memória afetiva dos cidadãos parintinenses. A praça ganha calçamento, jardim e iluminação na gestão do ex-prefeito Lourival D’Albuquerque Filho (1956 a 1959).

Em seu entorno encontram-se moradias de famílias tradicionais como Melo e Cohen. No setor da economia abrigou os empreendimentos como a CASA IDEAL do comerciante Lico Mendes, e o POSTO RIO de propriedade da Família Faria. A sede das Organizações Maia e CANTEL.

Reconhecidamente um espaço de socialização e lazer. Contudo a instalação de bares no entorno da praça e conseqüentemente a utilização do espaço para colocar

mesas e cadeiras dos referidos estabelecimentos, fez com que o vereador Guilherme Ribeiro saísse em defesa da devolução da Praça à população.

No dia 16 de abril de 1974 apresentou um requerimento pedindo “seja oficiado ao senhor Prefeito Municipal, que proíba terminantemente a colocação de cadeiras, mesas e chapéus de sol na Praça do Cristo Redentor, que vem sendo colocado pelo proprietário do “Stop Bar”, esse requerimento é para que a Praça volte a ser do povo”.

O requerimento foi encaminhado ao Executivo Municipal, o qual respondeu por meio do ofício nº. 117/74 – PMP, de 23 de abril de 1974, o qual prende-se a resposta do vereador Guilherme Barbosa Ribeiro que solicitou a retirada dos chapéus de sol, mesas e cadeiras da Praça do Cristo Redentor, pelo que o Exmo. Prefeito Municipal explicou que em várias oportunidades, colocaram mesas e cadeiras em frente ao prédio da “Organização Maia” sem que isso constituísse em afronta ao povo. Mas que está sendo examinada com devida atenção pelo Governo do Município. (47/48)

O vereador Guilherme Barbosa Ribeiro, não ficou satisfeito com a resposta obtida e encaminhou à Mesa um novo requerimento, “que depois de ouvido o plenário seja enviado ao Prefeito, para que devolva a Praça ao povo como ele recebeu”.

Em 23 de maio de 1974, o vereador Guilherme Ribeiro, pediu informação à Presidência, se havia

chegado algum expediente encaminhado pelo Sr. Prefeito Municipal a esta Casa, em resposta a seu requerimento feito há dez dias atrás, perguntando qual o motivo do Senhor Prefeito não haver atendido seu requerimento apresentado a esta Casa, que teve apoio unânime do plenário, o qual pede a retirada de mesas, cadeiras e chapéus de sol da Praça do Cristo Redentor.

Após a Presidência informar que nada havia chegado a esta Casa com referência a essa solicitação, o nobre vereador Guilherme Ribeiro disse que uma vez que o Senhor Prefeito Municipal não atender seu requerimento, o qual foi aprovado por unanimidade, o mesmo irá tomar as necessárias providências. O caso não foi mais tratado em Plenário.

EDUCAÇÃO EM 1974

Em 16 de abril de 1974, o Executivo Municipal encaminhou os ofícios nº. 56/74 – informando que ao abrigo do Decreto n. 2.212 de 31.11.1971 em resposta ao ofício n. 80/73 – CMP, cabe a Secretaria de Educação e Cultura a responsabilidade do ensino de 1º e 2º graus em Parintins, mesmo assim encaminhou o expediente do Legislativo e a indicação do vereador Raimundo da Silva Lago, e o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça à Secretaria. E do Ofício nº. 57/74 comunicando que a Prefeitura Municipal, cedeu à Comissão Municipal do

Mobral, uma das salas do prédio – sede do Setor de Educação, em resposta ao ofício n. 75/73 – CMP.

Na mesma reunião o edil Raimundo da Silva Lago (...) falou ainda sobre a reunião que haverá com os presidentes de Comunidades, professores e vereadores e demais autoridades de nossa cidade, o que o Sr. Presidente declarou estar a mesma marcada para o dia 17 de julho vindouro, a seguir o encaminhou a mesa um requerimento que pede a presença dos professores que já lecionavam no município nesta dita reunião,

Dentro das preocupações com o interior e no sentido de possibilitar e incentivar a educação agrícola, em 18 de abril de 1974, a sessão foi direcionada às questões da educação no município. Raimundo Lago encaminhou à Mesa a Indicação n.º 02/74 direcionada ao Sr. Prefeito Municipal solicitando o estudo da criação de VERBA ESPECÍFICA para “atender as construções de escolas interioranas e junto às escolas esteja disponível uma área de terra para “práticas agrícolas”, a fim de incentivar a produção e estabelecer um critério mais real entre a aquilo que se aprende e aquilo que se deve fazer e como fazer.” (Autos da Indicação n.º 02/74)

Pedi ainda ao Sr. Presidente que envie um ofício a Prefeitura Municipal a relação dos professores rurais, e à Coordenadoria do Mobral em Parintins, os nomes de todos os que lecionaram no ano de 1973, para que os mesmos participem da reunião em julho próximo. Verbalmente solicitou que seja enviado o agradecimento

ao Prefeito Municipal pelo encaminhamento da INDICAÇÃO que pede a criação de uma escola de 1º grau no Bairro de Bangú, à Secretaria de Educação. (Livro de Atas 1973 a 1976, p. 44)

Na mesma sessão foi feita a leitura do convite do Curso de habilitação de Professores de 1º grau, para a solenidade de entrega de certificados dos alunos de 1973 e 1974 e diplomas aos que concluíram o curso em 1968, 1969, 1970, 1971 e 1972, local Catedral de Nossa Senhora do Carmo, no dia 20 do corrente as 19:00 horas.

Em 19 de abril de 1974, o edil Messias Augusto das Neves se expressou sobre os problemas do povo interiorano que não é dos melhores, principalmente devido as grandes enchentes que vem ocorrendo ultimamente, também pediu que chegue ao Prefeito Municipal um pedido para que também participe do encontro que ocorrerá em julho um representante da Colônia de Pescadores Z-16 – Para que o mesmo também possa expor os problemas daquela classe. (Livro de Atas 1973 a 1976, p. 46)

Outro ponto merecedor que debates e encaminhamentos referem-se ao processo de contratação dos professores do município. Também de autoria do vereador Raimundo da Silva Lago apresentou um requerimento (23/05/1974), encaminhado ao Executivo Municipal, no sentido de informar este Legislativo, se as professoras contratadas pela Prefeitura Municipal para o exercício letivo do ano 1973 estão em crédito com a dita

Prefeitura, em relação aos seus vencimentos e por quê? (Livro de Atas 1973-1976. 23 de maio de 1974)

Também pediu informação se o Termo Aditivo ao convênio celebrado em 26 de novembro de 1971, entre a Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC), e a Prefeitura do Município de Parintins, como o fundamento no parágrafo único do art. 1º do Decreto n. 2.212, de 30 de novembro de 1971, se está este Termo, em pleno vigor até hoje. O pedido justifica-se por termos de conhecimento de que existem professoras em os seus vencimentos em relação ao ano de 1973. (Livro de Atas 1973-1976)

ATUAÇÃO DO MOBREAL EM 1974

A prefeitura cedeu espaços para realização das aulas e o MOBREAL assumiu a responsabilidade junto aos professores, contudo não possuía sede específica. No dia 16 de abril de 1974, a Prefeitura comunica a Câmara Municipal, por meio do Ofício nº. 57/74, que cedeu à Comissão Municipal do Mobreal, uma das salas do prédio onde funciona a sede do Setor de Educação. Nesse sentido a relação Prefeitura/MOBREAL se fortalece e as ações conjuntas em prol da educação de adultos foram intensificadas junto às comunidades interioranas.

Contudo as dificuldades em conseguir efetivar as ações foi uma constante, pois a falta de espaço para o desenvolvimento de suas atividades foi uma constante. A

esse respeito o vereador Raimundo Lago no dia 19 de abril de 1974 “mencionou um problema muito sério que está enfrentando o MOBREAL, quanto a sua escola no Bairro do Bangú, para que fosse estudada uma solução em que os alunos não sofram consequências devido a falta do local para funcionamento da mesma” (Livro de Atas 1973-1976. p 46 verso)

Na sessão do dia 23 de maio de 1974, no expediente constou o ofício n. 163/74 do Sr. Prefeito Municipal comunicando a essa Presidência e pedindo que fosse transmitido à Câmara de Vereadores que a Prefeitura Municipal dá sua participação à Comissão Municipal do Movimento Brasileiro de Alfabetização.

FALTA FARINHA EM PARINTINS

A farinha de mandioca, produto essencial na mesa dos amazonenses, passou por um período de baixa produção e conseqüentemente a disponibilização do produto em comércios e vendas do município. O fato está relacionado à saída das pessoas da zona rural para as cidades.

Como forma de combater a escassez do produto, no dia 18 de abril de 1974, Guilherme Ribeiro apresentou um requerimento verbal pedindo que seja encaminhado ao Prefeito providência no sentido de “proibir a venda de farinha para fora do Município, devido à escassez do produto em nosso Município.” (p. 44 verso).

Na sessão de 23 de abril de 1974 a questão com a falta da farinha na cidade, apresentada por Guilherme Ribeiro (ARENA) suscitou um caloroso debate no Plenário e salientou as divergências entre MDB e ARENA.

Com a palavra o vereador Waldir Melo falou sobre as Indicações apresentadas pela bancada do MDB, “as quais, na maioria das vezes tem recebido parecer desfavorável por esta Comissão. E que as Comunidades que ficam localizadas na parte de cima, não vem recebendo a devida atenção, o que acontece que o produtor vem procurar meios de vida melhor em nossa cidade, deixando assim de produzir passando somente a consumir o produto, como no caso da farinha, que está faltando”. (p. 49/50)

Em resposta, Messias Augusto das Neves falou “não ser possível o Prefeito se desdobrar, mas que o mesmo tem planos para visitar todas as comunidades, para tomar conhecimento das realidades existentes. Falou que não é só em Parintins o êxodo dos trabalhadores rurais, como exemplo o que ocorre no Nordeste, e que isto acontece devido o progresso das cidades, o homem vem em busca de desenvolvimento”. O parecer foi colocado em única discussão e depois em votação o que foi aprovado por maioria com a restrição do vereador Waldir Batista Melo. (p. 49/50)

O vereador Guilherme Barbosa Ribeiro, em 07 de maio de 1974 voltou a referir-se a saída da farinha de

mandioca para outros municípios, dando “sugestões legais e necessárias à prática das medidas a tomar. Que o Sr. Prefeito envie fiscalização a Boca do Uaicurapá para não sair o referido produto, por outro lado, fiscalizar os motores para saber se há ou não farinha, caso haja que esta seja vendida em Parintins.”

As solicitações apontam soluções imediatistas para um problema de ordem estrutural, econômica e social. A falta de uma política de incentivo para a permanência dos produtores rurais em suas comunidades. Acrescenta-se as dificuldades de acesso á educação, emprego, saúde fatores estes que forçás a saída de famílias inteiras para as zonas urbanizadas.

PORTO

A atividade portuária responsável por parte da arrecadação do, por meio do imposto sobre a mercadoria. O embarque e desembarque de mercadorias e consequentemente o armazenamento das mesmas e as taxas cobradas por esse serviço, fez com que no dia 16 de maio de 1974, o edil Waldir Batista Melo solicitasse ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal informações sobre a administração do Porto de nossa cidade.

Em atenção ao requerimento do nobre vereador a Câmara enviou ao Poder Executivo Municipal o ofício nº. 40/74 – CMP, em 17/05/1974, o qual encaminha o requerimento de autoria do edil Waldir Batista Melo, que

solicita informações sobre a administração do Porto em Parintins, mercadorias guardadas, liberação de mercadorias, pagamento de taxas, responsabilidade de tal fiscalização é a nível municipal, estadual ou federal? (Ofício nº. 40/74)

Enquanto estrutura física o porto dispunha dos armazéns, construídos na gestão do Prefeito Raimundo Dejard Vieira, a sala da administração e o trapiche - em madeira. Na sessão de outorga do Título de cidadão parintinense ao Governador do Estado (26 de outubro de 1973), o vereador messias Augusto das Neves, citou a ordem executiva para a construção “de um dos mais modernos portos flutuantes da Amazônia”, referindo-se a construção do porto de Parintins. (Livro de Atas 1969 a 1973, p 8).

A obra foi executada, ao término da Sétima Legislatura, Parintins recebeu uma nova estrutura portuária.

MATADOURO MUNICIPAL

O Ofício nº. 41/74 – CMP, de 17/05/1974, encaminha ao Chefe do Executivo o requerimento do vereador Waldir Melo, solicita ao Sr. Prefeito, por meio de requerimento providências o mais depressa possível, reparos que se fazem necessários no Matadouro Municipal. Com relação as estrutura existente solicita a reparos no piso da casa onde se instala a administração;

Referente à estrutura ser construída solicita banheiros, e piso lateral da casa administrativa. Em resposta o Chefe do Executivo informou que as obras serão realizadas em breve. (Livro de Atas 1973 a 1976)

A CIDADE VIVEU UM MOMENTO DE REVOLTA

Dia 22 a cidade viveu um momento de revolta, essa foi à frase que direcionou a sessão do dia, 23 de maio de 1974. A indignação resulta do assassinato por espancamento do jovem Germano Ferreira, sendo autores o cabo Samuel e dos Soldados Anselmo e Fernando.

O vereador Waldir Melo, que em nome de sua bancada, apresentou votos de solidariedade a família do jovem assassinado dia 21 do corrente mês, solicita “que esta Casa deverá tomar as devidas providências, para que mais tarde não venha acontecer caso semelhante”. (Livro de Atas 1973 a 1976)

Em discussão os vereadores sugeriram que se expedisse um Memorial, impedindo o relacionamento com esse destacamento, pois como disse o vereador Raimundo Lago nenhum cidadão da Polícia tem condição de ficar em nossa cidade.

O assunto foi bastante comentado pelos vereadores Messias Augusto, Raimundo da Silva Lago, Raimundo Muniz e Waldir Melo, dizendo que a Câmara tem direito de dar sua solidariedade à família enlutada,

mas também ao povo e que os policiais de nossa cidade não sabem dar ordem de prisão sem espancamento.

A Rádio Alvorada publicou uma nota oficial por parte do Capitão Carneiro informando a chegada em nossa cidade de um oficial para apurar os fatos.

PROJETO DE LEI Nº 01/74 – PMP

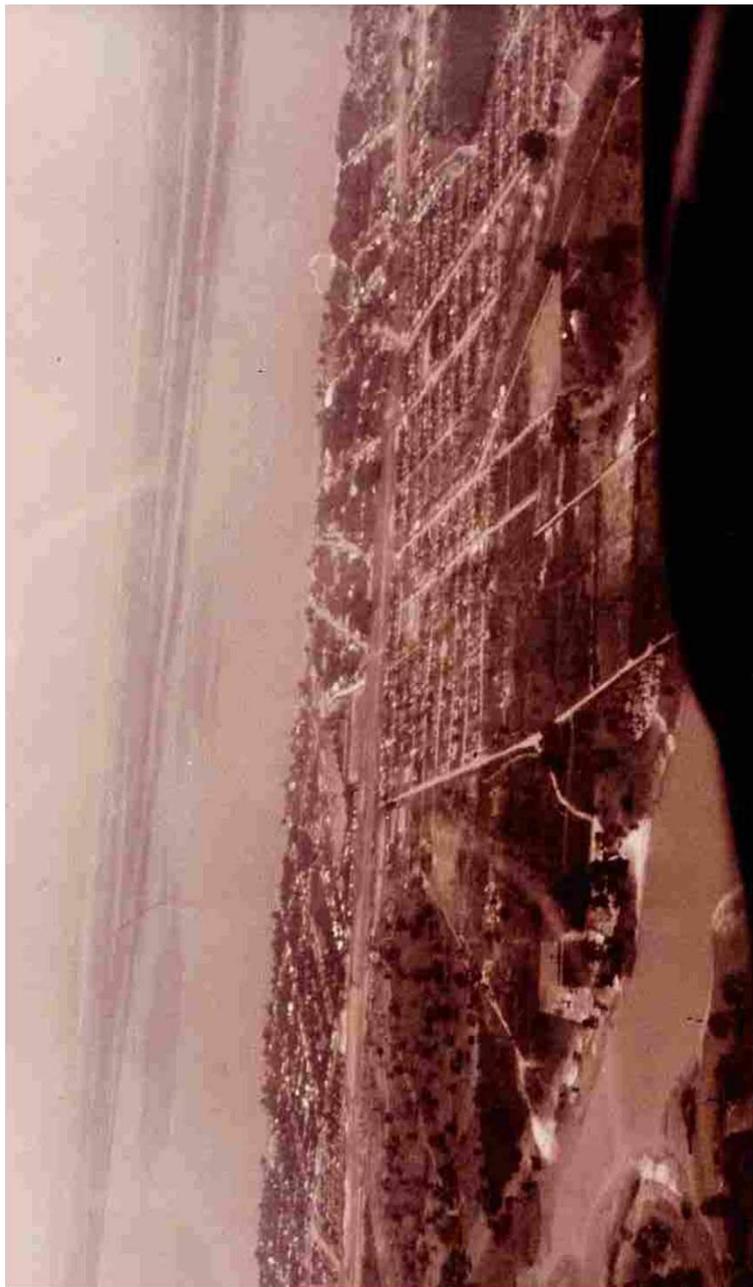
Em razão do crescimento populacional da cidade de Parintins e da política de organização do espaço urbano, implantada e executada em conjunto pelo Poder Executivo e Legislativo foram iniciadas ações de desapropriação de terras, por meio da apresentação do Projeto de Lei nº 01/74, de 24 de maio de 1974⁶.

De autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal, Sr. Benedito de Jesus Azedo, o Projeto de Lei nº. 01/74 declara de interesse social para fins de desapropriação o imóvel pertencente a Elias Assayag: área total 597.895 m². Limites: norte – terras devolutas, José Xavier de Lima, Paulina do Carmo, Celina Brasil, Margarida de Souza, Júlio Parente, Avenida Amazonas e Lago da Francesa (11 retas com 1.931 metros; sul – lago

⁶O Projeto de Lei 01/74 apresenta um dossiê composto por cópias do Decreto-Lei n. 3.365 de 21 de junho de 1956, assinado pelo presidente Juscelino Kubistchek, também pela Lei n. 4.132 de 10 de setembro de 1962, assinado por João Goulart e pela Lei n. 4.686 de 21 de junho de 1965, assinado pelo General Humberto de Alencar Castelo Branco, tais documentos referem-se à legislação sobre as terras do território Nacional.

do Macurani, lago da Francesa e cabeceira do Borracho (20 retas com 1.907 metros; oeste- Homero e Túlio Melo e Estrada do Macurani (2 retas com 778 metros lineares), registrada no cadastro Imobiliário sob o nº 1.385.

O núcleo inicial do Bairro de Palmares era composto por 22 ruas e 61 casas habitadas, dividido em 810 lotes de terra, todos medindo 10m de frente e 30m de fundo. As moradias ali erguidas, embora humildes, foram construídas rigorosamente dentro alinhamento. O bairro foi planejado com espaços para escolas, quadras de esportes, templos religiosos (católicos ou evangélicos).



725

Vista aérea do Bairro de Palmares, meados da década de 70 . Parintins-AM

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 01/74 - CMP

O Projeto de Resolução nº. 01/74 - CMP, que autoriza concessão de aumento nos vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Parintins. Aprovado por maioria dos votos, transformando-se na Lei nº. 01, de 28 de maio de 1974 que autoriza concessão de aumento aos Servidores da Câmara Municipal de Parintins na base de 20% sobre os níveis salariais vigentes.

REUNIÃO COM OS MORADORES DO BAIRRO DE BANGÚ

Em 28 de maio de 1974, o Presidente agradeceu a presença dos moradores do bairro da Bangú, que se faziam presentes à sessão, pediu desculpas por não poder acomodar todos como queria uma vez que a sala de sessões tem pouco espaço ficando a maioria dos presentes de pé. A reunião tratou do projeto de Lei nº. 01/74 que Declara de interesse social a fim de ser adquirida pela Prefeitura Municipal, mediante desapropriação judicial ou por via amigável, a área de terreno abaixo caracterizada, situada na idade de Parintins, pertencente a Elias Assayag.

Com a palavra Guilherme Barbosa Ribeiro, contrário a desapropriação, solicitou vistas do Projeto de Lei. Raimundo Lago aproveitou a oportunidade dos demais presentes para fazer um retrospecto de todo o seu

trabalho apresentado a esta Casa desde 1973 até o presente momento. Falou de suas indicações apresentadas neste plenário, e que através do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, somente uma teve parecer favorável.

O vereador Messias Augusto, respondeu-lhe, dizendo uma vez mais, que o motivo em dar parecer contrário a suas indicações eram feitos com base no Orçamento-Programa do Município. A seguir requereu dispensa de interstício para o Projeto de Lei nº. 01/74, encaminhado pelo chefe do Executivo.

Os trabalhos foram conduzidos a segunda parte da ordem do dia, o senhor Presidente consultou o plenário se o Projeto de Lei nº. 01/74, que declara de interesse social para fins de desapropriação a área do terreno pertencente Elias Assayag, se deve ser dado vistas por 24 horas ao vereador Guilherme Ribeiro, conforme sua solicitação na primeira ordem do dia. Posto em votação houve um empate, tendo o senhor presidente manifestado voto contrário ao pedido de vistas.

A seguir foi posto em discussão o parecer do projeto de Lei nº. 01/74. Com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, o qual teve a restrição dos edis Guilherme Ribeiro e Waldir Melo. Os debates foram intensos com participação de todos os vereadores de modo especial dos edis Messias Augusto, Waldir Melo e Raimundo Lago.

O Projeto de Lei nº. 01/74 teve sua maior defesa na Tribuna por parte dos vereadores Messias Augusto, Raimundo Muniz e Edson Gadelha da Silva. Os vereadores Guilherme Ribeiro, Waldir Melo e Raimundo Lago, esses permaneceram contrários ao parecer da matéria, dizendo não conhecer a realidade dos fatos que levaram o Poder Executivo a tal decisão. O vereador Raimundo Lago afirmou desconhecer o teor do Projeto, por não ter assistido a sessão anterior, na qual foi dada entrada e por essa razão deixaria de votar no parecer.

Em 30 de maio de 1974, foi realizada a 17ª Sessão do Primeiro Período Ordinário da Câmara Municipal de Parintins. O vereador Raimundo da Silva Lago explicou aos presentes com relação às discussões do Projeto de Lei nº. 01/74, na sessão anterior, esclarecendo que as discussões giravam em torno do parecer, e que, se foi contrário ao mesmo, por não achar justo ter somente uma assinatura no referido, achando falta de consideração aos demais membros.

De antemão comunicou a esta Casa que a bancada do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) é favorável ao Projeto em tela, dizendo que em todos os momentos lutam pelo bem da coletividade. Queixou-se novamente do Presidente da Comissão da Constituição e Justiça pelos pareceres contrários às suas Indicações, principalmente o que se refere à Educação. A seguir o Vereador encaminhou à Mesa uma emenda para o Projeto de Lei nº. 01/74.

Após ouvir o Líder da Oposição, o vereador Messias Augusto das Neves, respondeu que o Governo Municipal, tem se preocupado bastante com referência a Educação, não só com educação, mas com todos os ramos de sua atividade, e que não estão aqui para ouvir lamentações, o que pouco antes fez o Líder da Oposição, estão aqui sim para defender o direito do povo de nossa terra. Disse também que discorda de alguns itens da emenda apresentada pelo vereador Raimundo Lago e que desde já se pronunciava contrário.

O vereador Guilherme Ribeiro usa a palavra para dizer que é “contra a desapropriação do terreno do senhor Elias Assayag, isso porque não acha justo ser desapropriado todo o terreno, seria a favor se uma vez a desapropriação fosse somente onde já estão implantadas casas, cercas etc. Que o Governo Municipal quer expandir, por certo, nas terras que ainda não estão ocupadas, talvez, queira para serem feitas nestas casas de luxo, ou coisa semelhante”. Terminou dizendo estar magoado com o Sr. Prefeito Municipal por o mesmo não vir atender as solicitações deste Poder, que tiveram aceitação unânime do Plenário.

O Sr. Presidente chamou a atenção dos Vereadores sobre a emenda apresentada pelo edil Raimundo Lago ao Projeto de Lei nº.01/74, por serem itens inconstitucionais. Em seguida submeteu à 3ª discussão o Projeto de Lei nº. 01/74, o qual foi aprovado por unanimidade. O ilustre Presidente parabenizou os

moradores do Bangú que em poucos dias estarão de posse de seus documentos.

No dia 31 de maio de 1974, a Comissão de Redação Final do Projeto de Lei nº. 01/74, o texto foi aprovado por unanimidade. Em relação ao referido Projeto o Presidente Geraldo Medeiros considerou o projeto do ano “essa desapropriação será de grande benefício a centenas de pessoas, disse mais que trabalharam com uma única finalidade a de servir o povo do nosso Município”.

MELHORAMENTO DE RUAS E AVENIDAS 1974

No decorrer do ano de 1974 os assuntos relacionados ao melhoramento de ruas e avenidas de Parintins indicam a recorrência de antigas demandas. Pode-se confirmar pelo requerimento do vereador Raimundo Lago, com data de 18 de abril de 1974, pedindo que seja encaminhado ao “Exmo. Sr. Prefeito Municipal o apelo para as devidas providencias do Serviço de Terraplanagem das Travessas João Meireles”.

A área central da cidade foi lembrada pelo vereador Waldir Melo, o qual no dia 19 de abril de 1974, apresenta o requerimento, pedindo junto o Poder Executivo Municipal “que seja a feita à terraplanagem ou aterramento nos lamaçais e buracos nas seguintes ruas e travessas: Rua Benjamin da Silva trecho entre a Travessa Jonatas Pedrosa e Gomes de Castro; Travessa Coronel

Araújo trecho entre a Avenida Amazonas e Júlio Belém; Travessa Paes de Andrade entre a Avenida Amazonas e Getúlio Vargas”. (p 46)

Em resposta ao requerimento apresentado pelo vereador Waldir Melo, o vereador Messias Augusto, esclareceu “que a máquina terraplanadora está precisando de reparos para poder executar os serviços de terraplanagem que se fazem necessários, nas diversas travessas e ruas da cidade e que para recuperá-las será necessário uma grande soma e que o município não dispõe de verbas suficientes no momento”. (p 46 verso)

Diante da discussão entre os vereadores o Sr. Presidente Geraldo Medeiros “explicou que a referida máquina não adianta ser recuperada, pois trata-se de material muito usado, o que é preferível que seja feito um esforço para adquirir outra que seja moderna, e que resolva totalmente tais problemas, mas para isso o município tem que conseguir os meios necessários, o que já está em estudo junto aos bancos da Amazônia S.A. – através dos estudos que realizarão um técnico do ICOTI e um engenheiro do *Campus*, para resolver os problemas prioritários do Município, como sejam os problemas de terras caídas e águas pluviais no caso a Travessa Álvaro Maia.” (p 47)

Na sessão do dia 30 de abril de 1974, Guilherme Ribeiro encaminha à mesa o requerimento que o seguinte teor: “Requeiro na forma regimental, depois de ouvido o Plenário, seja oficiado do Prefeito Municipal, pedindo-

lhe que mande fazer reparos nas ruas Benjamin da Silva e Herbert de Azevedo, pois as mesmas encontram-se cheias de buracos e torna-se difícil o acesso de veículos nas referidas ruas.”.

Na sessão do dia 28 de novembro de 1974, o vereador Messias Augusto das Neves, apresentou um requerimento solicitando ao Exmo. Prefeito Municipal para que seja feito o serviço de “terraplanagem nas ruas do Conjunto Residencial Vitória-Régia”.

PROJETO DE LEI 01/74 - CMP (REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS)

O vereador Messias Augusto encaminhou à Mesa o Projeto de Lei nº. 01/74 – CMP, que dá nova redação ao art. 18 em seu parágrafo 1º. da Lei nº. 01 de 31.05.1971 (Regimento Interno da Câmara Municipal de Parintins)

O Presidente Geraldo Medeiros consultou o plenário se o Projeto apresentado pelo vereador Messias Augusto das Neves era objeto de deliberação o que foi aceito. A seguir encaminhou o projeto à Secretaria para enviar à Comissão de Constituição e Justiça na pessoa de seu vice-presidente em vista do autor do referido ser o presidente da mesma. Waldir Melo, em 23 de novembro de 1974 fez entrega, pela Comissão de Constituição e

Justiça com o parecer contrário ao Projeto de Lei nº. 01/74 – CMP.

De posse do parecer o Sr. Presidente leu o Art. 18 e seu parágrafo 1º, explicou ter consultado o Exmo. Juiz de Direito – Dr. Joaquim Maciel Parente e que este o orientou a dar nova redação ao referido artigo em seu parágrafo, colocou em discussão o Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça. Com a palavra o vereador Messias Augusto disse que não aceita o parecer contrário. Waldir Melo argumentou que acha estar correta a redação do dito artigo e seu parágrafo.

O Sr. Presidente argumentou com o nobre edil que tal a mudança irá dar mais responsabilidade ao vereador. Colocou em votação o parecer, o qual foi rejeitado por maioria. O Sr. Presidente encaminhou à secretaria para arquivar o referido projeto de Lei n. 01/74, informou que irá comunicar o Exmo. Sr. Juiz para que fique ciente, e que convocará uma comissão especial para elaborar o novo Regimento Interno da Câmara Municipal de Parintins.

INDICAÇÃO 02/74

O Cemitério São José recebe o muro frontal na administração do Prefeito João Melo em 1935, embora vários registros nos túmulos informem datas anteriores. Mesmo antes da construção da Catedral de Nossa Senhora do Carmo (década de 60), a administração deste

logradouro público enfrenta dificuldades para realizar as funções burocráticas e práticas de seu expediente. Por vezes desempenhou tais atividades dentro da própria Igreja.

O assunto foi abordado pelo Sr. Prefeito Municipal em seu discurso na Sessão Solene da Câmara Municipal de Parintins, de 15 de abril de 1974, no qual informa que o Cemitério irá receber reparos. (Livro de Atas 1973/1976)

No Legislativo Municipal o vereador Waldir Melo traz o tema ao Plenário por meio da Indicação nº. 02/74, a qual solicita a construção de uma casa para melhor desenvolvimento das atividades burocráticas do Cemitério São José, pois até então a Catedral servia como base administrativa e depósito de materiais para a construção dos túmulos (tijolos, cimento, azulejos).

Indicamos, a possibilidade de construir em alvenaria no Cemitério São José, uma casa com duas salas aonde, uma servirá de escritório para o Sr. Administrador e outras de depósito para os materiais já citados, deixando assim, a Igreja somente para atividade religiosa. Parintins, 22 de novembro de 1974. (Autos da Indicação 02/74)

Na sessão do dia 28 de novembro de 1974, o vereador Messias Augusto das Neves, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, entregou à Mesa o

seu Parecer **contrário** à indicação do Vereador Waldir Batista Melo. Comunicou aos presentes que o Parecer foi assinado somente pelo Presidente Relator em vista dos dois membros pertencentes a esta Comissão não estarem presentes.

ÓRGÃO RODOVIÁRIO MUNICIPAL - 1974

Na da Sessão Solene da Câmara Municipal de Parintins, realizada em 15 de abril de 1974, sob a Presidência do vereador Geraldo Soares de Medeiros, o Sr. Prefeito falou sobre o Serviço Rodoviário sua estratégia e o seu Plano de Serviço para o ano de 1974. Serão implantadas duas linhas de atuação: uma direcionada à conservação das estradas já existentes e a outra a ser executada na Área Rural.

As ações do Órgão Rodoviário eram elaboradas em parceria e sob o conhecimento do Chefe do Executivo Municipal. De forma que este encaminha à Casa Legislativa o Ofício nº. 82/74, de 22 de março de 1974, informando “que se ausentará por (5) cinco dias, irá à Manaus tratar de assuntos ligados ao Setor Rodoviário, informou ainda que está transmitindo o cargo de Prefeito Municipal ao vice- prefeito Alberto Kimura Filho”. (Livro de Ata 1973-1976, p. 48)

Em 24 de outubro de 1974 o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem encaminha à Câmara o Ofício Sv. p/1 nº. 1583, comunicando “a liberação de

quotas em favor do Órgão Rodoviário do Município em data de 23.09.1973, referentes aos 3º e 4º trimestres de 1973, e 1 trimestre de 1974, nos valores de CR\$ 99.859,63 (noventa e nove, oitocentos e cinquenta e nove cruzeiros e sessenta e três centavos), CR\$ 112.788,16 (cento e doze mil, setecentos e oitenta e oito cruzeiros e dezesseis centavos) e CR\$ 108.019,59 (cento e oito mil, dezenove cruzeiros e cinquenta e nove centavos), respectivamente”.

ORCAMENTO-PROGRAMA 1974

O Ofício n. 108/74 – PMP, de 16 de abril de 1974 encaminha o Balanço Geral da Prefeitura Municipal de Parintins, exercício de 1973 e entrega à Câmara Municipal de Vereadores um exemplar do Orçamento-Programa para o exercício de 1974, elaborado pelo Instituto de Cooperação Técnica Intermunicipal (ICOTI). Em 18 de outubro de 1974, o Executivo encaminhou o Ofício n. 268/74 que apresenta o Orçamento-Programa de 1975, no valor de CR\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros).

O vereador Waldir Batista Melo solicitou ao Sr. Presidente, que peça ao Sr. Prefeito Municipal, para dar melhores esclarecimentos, com referência ao Orçamento-Programa exercício 1975 que o funcionário Lauro Castro Alves se faça presente a reunião de 01 de novembro próximo às 16:00 horas.

Conforme a solicitação do Vereador Waldir Melo, no dia 01 de novembro de 1974, o servidor municipal Lauro de Castro Alves compareceu a sessão para prestar esclarecimentos sobre o Orçamento Programa para o exercício de 1975. Contudo os vereadores não compareceram.

O Sr. Presidente disse ser lamentável a ausência dos senhores vereadores, devido a importância da presente sessão, pois era de conhecimentos de todos a presença do funcionário do Setor de Finanças da Prefeitura Municipal, que estará a disposição dos membros da Comissão de Finanças e Orçamento para esclarecer qualquer dúvida a respeito do Orçamento Programa que se encontra em Estudo por esta Comissão.

O vereador Waldir Batista Melo manifestou-se solidário ao Sr. Presidente, esclareceu ainda que pediu a presença do Senhor Lauro Alves em virtude do Exmo. Prefeito Municipal ter colocado à disposição desta casa os funcionários que elaboraram o Orçamento, para qualquer informação que se fizesse necessária, durante o estudo ela Comissão competente.

Em 07 de novembro de 1974, o Sr. Presidente colocou em discussão e votação o Projeto de Lei n. 02/74 que Orça a Receita e fixa a despesa para o exercício de 1975. No dia 15 de novembro de 1974, o Sr. Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, entregou à Mesa o Orçamento Programa para o exercício de 1975 com o

devido parecer, aprovado por maioria de votos e com votos contrário do vereador Waldir Batista Melo.

DECRETO 07/74 – PMP

O Decreto 07/74 – PMP, Abre, no Orçamento vigente, Crédito Suplementar de CR\$ - 296.521,40 e dá outras providências.

POLICIAMENTO 1

Waldir Batista Melo, 22 de novembro de 1974, solicitou que seja enviado um ofício ao Sr. Delegado Geral de Polícia no Município de Parintins no sentido de que seja intensificado o policiamento no Bairro Itaguatinga em virtude de vários casos desagradáveis que vem ocorrendo ali.

ELEIÇÃO DA NOVA MESA DIRETORA

Na sessão de 29 de novembro de 1974 não houve expediente. O Sr. Presidente explicou aos presentes que “de acordo com a Lei Orgânica dos Municípios, o período Legislativo encerra-se dia 30 do corrente, porém em vista de hoje ser o último dia de reunião, por esse motivo, fará o encerramento dos trabalhos Legislativos hoje, na qual deverá ser feita eleição para o Biênio 75/76”.

Mandou a secretária, proceder à chamada dos Senhores Vereadores, de acordo com o livro de presença, para votação em secreto: Geraldo Soares de Medeiros, Messias Augusto das Neves, Waldir Batista Melo, Raimundo Muniz Rodrigues, Edson Gadelha da Silva e Guilherme Barbosa Ribeiro.

A eleição ficou assim apurada: como Presidente o Vereador Messias Augusto das Neves com seis votos, para vice-presidente o vereador Raimundo Muniz Rodrigues com cinco votos e vice-presidente 1 voto ao vereador Waldir Melo.

O Sr. Presidente declarou eleito para compor a Mesa dos Trabalhos Legislativos para o Biênio 75/76 o vereador Messias Augusto das Neves Presidente e Raimundo Muniz Rodrigues – Vice Presidente. Congratulou-se com os recém-eleitos e convidou aos senhores para a posse dos mesmos, dia 31 de janeiro de 1975 de acordo como o Regimento Interno da Casa.

AÇÕES DO LEGISLATIVO - 1975

POSSE DA NOVA MESA DIRETORA

Ata de Sessão Solene de Posse da nova Mesa Diretora, realizada em 01 de fevereiro de 1975.

Ao primeiro dia do mês de fevereiro de mil novecentos e setenta e cinco, nesta cidade de Parintins, Estado Amazonas. República Federativa do Brasil, no prédio da Câmara

Municipal de Parintins, realizou-se a Sessão Solene de Posse da Mesa Diretiva dos Trabalhos Legislativo para o biênio de 75/76. Sendo como Presidente o vereador Messias Augusto das Neves e Vice-Presidente Raimundo Muniz Rodrigues. Precisamente às 20:00 horas o Senhor Presidente. Declarou aberta a sessão e a seguir falou aos presentes que de acordo com a Constituição Federal e com o Regimento da Câmara Municipal de Parintins, declarou empossado o vereador Messias Augusto das Neves, como Presidente e Raimundo Muniz Rodrigues Vice-presidente. (Livro de Atas 1973-1976, p. 83).

E ainda nesta sessão foi feita a votação para as Comissões ficando o seguinte resultado:

Comissão de Constituição e Justiça, Presidente: Raimundo Ruy Mendes, Vice-Presidente: Geraldo Soares de Medeiros e membro Edson Gadelha da Silva, Comissão de Finança e Orçamento, Presidente: Raimundo Muniz Rodrigues, Vice-Presidente: Raimundo Ruy Mendes, Membros, Edson Gadelha da Silva e Raimundo da Silva Lago, Comissão de Redação, Presidente: Waldir Batista Melo, Vice-Presidente: Raimundo Muniz Rodrigues, Membro: Geraldo Soares de Medeiros. (Livro de Atas 1973-1976, p. 87).

Sessão Solene de Abertura dos Trabalhos Legislativo sobre a Presidência do edil Messias Augusto das Neves

No dia 15 de abril de 1975, realiza-se a Sessão Solene de Abertura dos Trabalhos Legislativo sobre a Presidência do edil Messias Augusto

das Neves e os demais vereadores, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal Benedito de Jesus Azêdo, Tenente Domingos Pavão, Delegado da Junta Militar de Parintins, Tenente Adson Silva, Delegado Geral de Polícia e Sr. Marcílio Coelho Dias, Diretor do Campus Avançado em Parintins. Dentre eles também outros funcionários municipais. O presidente da Câmara passou a palavra ao Sr. Prefeito que se pronunciou falando das atuações de vários setores do Município, da sua administração e do Balanço Geral de 1974. (Livro de Atas 1973-1976, p. 85).

Por ocasião da abertura dos Trabalhos da Casa Legislativa para o referido ano. Em 18 de abril de 1975, **Waldir Batista Melo – Vice Líder da Oposição**, fez críticas severas ao Prefeito,

(...) Sr. Presidente e Srs. Vereadores, o Sr. Prefeito – em sua mensagem (Prefeito Benedito Azêdo), falou que; conseguiu para a construção de novo cais do porto de nossa cidade a importância de Cr\$ 9.000.000,00 (nove milhões de cruzeiros), dizendo inclusive, que o orçamento programa do município para 1975 e de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) aproximadamente, mas que ele o Prefeito conseguiu dos cofres públicos para o porto a importância acima mencionado. Disse o Sr. Prefeito que depois de muita luta junto as autoridades e diretores da CELETRAMAZON, conseguiu aumentar a força energética de nossa cidade. – Com esses dois trabalhos nós nos congratulamos com S. Excia, uma vez que tais serviços vêm beneficiar o município e o povo.

Com o porto pronto voltará a atracar em nosso porto os navios de grandes calagens, que trarão rendas aos cofres públicos, e com aumento energético o bairro de Itaguatinga e N. S. de Fátima poderão contar com esse serviço, pois, até agora apesar dos pedidos os bairros citados ainda vivem sem energia elétrica. – Continuando S. Excia, falou que quem aprova as contas dos prefeitos são os vereadores e não o Tribunal de Contas do Estado, disse que este só faz dar um parecer técnico e nos concordamos com o Sr. Prefeito, porém, não sabemos porque o Tribunal de Contas do Estado não dá há três anos (contando 74) esse parecer técnico das prestações de contas do nosso município. Por isso as contas de 1972 que ainda é do ex-prefeito Gláucio Gonçalves, 1973 e agora 1974 ainda não foram aprovadas, portanto somos nos vereadores que aprovamos as contas do Executivo, mas para isso precisamos do parecer do tribunal de Contas do Estado. – E para finalizar nossas considerações à mensagem de S. Excia. o Prefeito vamos abordar o conhecido caso do bairro Bangú. O sr. Prefeito falou que o caso Bangu garças a Deus para ele está resolvido, digo para ele porque, nem para nós, nem para os moradores daquele bairro e principalmente os que ganharam terreno de presente nem tão pouco os proprietários das terras Sr. Elias Assayag esta resolvido. – Isto porque Sr. Presidente e Srs. Vereadores é bem clara a nossa constituição federal em seu artigo 153 e seus parágrafos onde destacamos o § 22 que diz: É assegurado o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro, ressalvando o

exposto no artigo 161, facultando-se ao expropriado aceitar o pagamento em título da dívida pública, com cláusula de exata correção monetária. Em caso de perigo público conveniente, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, assegurada ao proprietário anterior. E diz-nos mais o artigo 161 que: A união poderá promover a desapropriação da propriedade territorial rural mediante pagamento de justa indenização, fixada segundo os critérios que a lei estabelecer, em títulos especiais da dívida pública, com cláusula de exata correção monetária, resgatáveis no prazo de vinte anos, em parcelas anuais sucessivas, assegurada a sua aceitação, a qualquer tempo, como único pagamento até cinquenta por cento do imposto territorial rural e como pagamento de preço de terras públicas. – Ora Sr. Presidente e Srs. Vereadores como está resolvido o caso do Bangú? Qual o montante da previa indenização? Como, quando e onde foi feito? Quais as provas? Resolvido? Não!... O que vemos, é um acintoso desrespeito a nossa Constituição Federal. Era isso que queríamos dizer Sr. Presidente e Srs. Vereadores (...) Porque ao assumirmos o mandato de vereador pela Bancada do Movimento Democrático Brasileiro procuramos sempre lutar pela democracia do nosso país, tentando ajudar com justiça o governo do Presidente Geisel. (Livro de Atas 1973-1976, p. 88/89).

OFÍCIO N. 92/75 – PMP. 24/04/1975

Desde o período das Intendências, o mercado é um ponto de encontro da comunidade, local onde circulam as notícias oficiais e extraoficiais. Por muito tempo a porta do mercado serviu de “espaço de divulgação” das ações dos homens públicos. Em 1973, Raimundo Lago encaminhou à mesa um requerimento solicitando que seja colocado um painel no Mercado Municipal, “para ali serem colocadas todas as matérias referentes ao Legislativo”. O qual foi imediatamente aprovado pelos vereadores. (p. 197)

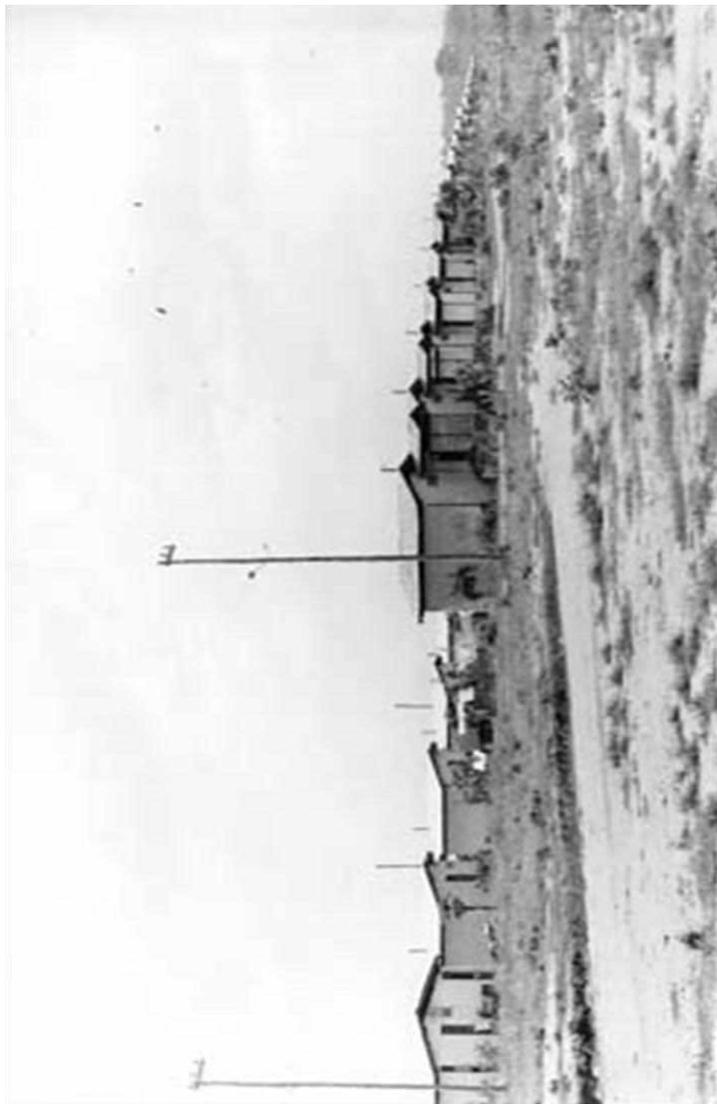
Apenas em 1975 o painel foi instalado conforme registra o Ofício n. 92/75 – PMP com data de 24/04/1975 informando que “no Mercado Público está à disposição da Câmara dos Vereadores um painel para afixação de documentos de responsabilidade do Legislativo Municipal”.

ÁGUA DA CHUVA

A subida das águas sempre trouxe transtornos ao município, bem como as ruas constantemente alagadas pelo acúmulo de água das chuvas, forçavam a urgência de ações efetivas no que tange a melhoria da qualidade de vida da população.

Em resposta a solicitação do vereador Waldir Melo, em 24 de abril de 1975, por meio do Ofício nº.

93/75 – PMP comunicou que “a Prefeitura Municipal, por intermédio do Deputado Gláucio Bentes Gonçalves, realizou entendimento bem sucedido com a Companhia de Habitação do Amazonas (COHAB-AM), em Manaus, acertando afinal, a utilização de casas do Conjunto Residencial “Vitória - Régia”, como solução de emergência, pelas pessoas atingidas diretamente pela alagação da Travessa Senador Álvaro Maia e áreas próximas”.



Casa do Conjunto Vitória Régia cedidas às pessoas atingidas pelas alagafões na Travessa Senador Álvaro Maia, conforme solução indicada no Ofício 93/75.

PESCADO 1

A organização de um espaço para venda do pescado no município foi um dos compromissos de campanha do Prefeito Benedito Azedo. Em função disso foi realizada a reforma no mercado municipal onde os pescadores ganharam um espaço específico para vender seu produto. A política estabelecia o tabelamento do preço do peado, porém o pescador não pagaria a taxa para realizar as vendas no Mercado Municipal.

Contudo a ação dos atravessadores continuou intensa e abusiva. Em 25 de abril de 1975 Ruy Mendes requereu “em atendimento apelos formulados por moradores do bairro de São Benedito e adjacências, seja oficiado ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, solicitando providências a fim de serem punidos os atravessadores de peixes, que em afrontam as autoridades municipais, vendem a enfiada de peixes por até doze cruzeiros, e que sejam designados fiscais para o bairro acima indicado”. (Livro de Atas 1973 a 1976, p. 92)

PREÇO DO PÃO

Na sessão do dia 07 de maio de 1975, vereadores e os donos de panificadora trataram do preço do pão CR\$ 0,50. O valor cobrado indica um aumento de 100% no valor do produto. Foram ouvidos os proprietários e em conjunto com as sugestões de vereadores esgotaram as

propostas sem chegar a um resultado satisfatório, uma vez que o preço final está ligado também ao valor de outros produtos como trigo, sal, fermento e o transporte deste até o nosso município.

AMPLIAÇÃO E REPAROS NA REDE ELÉTRICA

2

O vereador Waldir Melo enfático na defesa e divulgação dos problemas do Bairro Itaguatinga por inúmeras vezes solicitou que fosse solucionada a questão de fornecimento de energia para o referido bairro. No dia 07 de maio de 1975, apresenta um requerimento que seja solicitado ao Poder Executivo Municipal providências junto a CELETRAMAZON para instalação da rede elétrica para os bairros de Itaguatinga e Nossa Senhora de Fátima. O requerimento foi aprovado por unanimidade. (94 frente e verso).

As demandas do Bairro do Bangú são trazidas pelo vereador Edson Gadelha, no dia 30 de maio de 1975 apresentou um requerimento solicitando ao Sr. Prefeito “que seja oficiado junto ao agente da CELETRAMAZON ver a possibilidade de ser estendida a corrente de energia elétrica da Rua Gomes de Castro (Bairro do Bangú) até a Igreja de Nossa Senhora de Lourdes.”.

PARECER DO TRIBUNAL DE CONTAS 1

No expediente da sessão do dia 14 de maio de 1975, constou do ofício do Tribunal de Contas do Estado emitiu parecer contrário a aprovação de contas do Município referente ao exercício de 1971. Como forma de esclarecimento o vereador Messias Augusto das Neves – Presidente da Câmara Municipal de Parintins informou em resumo sob a documentação anexa ao ofício do Tribunal de Contas do Estado, dando ciência ao Plenário, dizendo que também as referidas contas do exercício de 1971 já haviam sido aprovadas por esta Casa, pela Lei nº. 05, de 22 de dezembro de 1972.

PLANO RODOVIÁRIO MUNICIPAL

Em 1975, o Poder Executivo Municipal encaminha à Casa Legislativa o Plano Rodoviário, composto pelo relatório das estradas existentes pertencentes ao perímetro urbano e rural do município e a programação para os próximos dez anos, bem como os serviços de terraplanagem realizados e a serem realizados nas respectivas estradas.

A aventura de interligar por meio de estradas as comunidades do interior do município contou com o conhecimento e desprendimento do Sr. Otávio Guedes de Araújo em conjunto com as informações colhidas junto aos comunitários sobre os “caminhos” por eles utilizados.

O relatório apresenta o número de 91.100 metros lineares de estradas construídas e 127.850 metros lineares de estradas a construir. Os números apresentados no relatório ganham vida no depoimento de Benedito Azedo,

Até hoje na história de Parintins nenhum Prefeito fez o número de estradas que fizemos. Quando se fala em estrada precisa ter cuidado, não era uma estrada asfaltada, é uma estrada carroçável, desmatada e destocado só, até dez metros de largura. (Benedito Azedo. 2012)

MELHORAMENTO DE RUAS E AVENIDAS 1975

Em 1975 as solicitações de reparos para as ruas da cidade permanecem. No dia 21 de outubro de 1975, o vereador Waldir Batista Melo apresentou um requerimento que solicita que seja oficiado ao Sr. Prefeito Municipal de Parintins, “no sentido de mandar a equipe de terraplanagem e pavimentação do município estudar a possibilidade de reparos na rua 31 de Março trecho compreendido entre a Rua Armando Prado e Avenida Melvin Jones. O pedido justifica-se porque a referida artéria há tempos esta em precárias condições inclusive não dando condições para trânsito de veículos”. (114 e 115)

Colocado para apreciação e votação o requerimento foi aprovado, com a observação do

vereador Geraldo Soares de Medeiros o qual informou que é realizável o serviço de terraplanagem, porém o serviço de pavimentação não está previsto no orçamento de 1975, deixando claro que não é contrário ao requerimento, mas existem limitações orçamentárias para executar a solicitação. (114 e 115)

No dia 28 de novembro de 1975, Messias Augusto das Neves encaminhou um requerimento ao Exmo. Prefeito no sentido de verificar a possibilidade de empreender nesse município, melhoramentos no aspecto urbano de nossa cidade, realizando drenagens, ampliações e imprimação asfáltica. O vereador Geraldo Medeiros sugeriu que fosse alterado o texto para a seguinte organização “o Sr. Prefeito estudar as possibilidades junto ao Órgão Competente”, pois é sabido que o município não dispõe financeiramente para atender tal solicitação.

PROJETO DE LEI Nº 01/75 – 15/05/1975

O Projeto de Lei nº 01/75 de autoria do vereador Raimundo Ruy Mendes, apresentado em 15 de maio de 1975 dá denominação de Ruas e Avenidas às Travessas existentes na cidade de Parintins, cujo texto da redação final do projeto, em seu Artigo 1º, ficou assim definido:

Redação Final do Projeto de lei nº 01/75.

Art. 1º passam a denominar-se de: Avenida João Meireles, Avenida Furtado Belém, Avenida Sá Peixoto, Avenida Rio Branco, Avenida Gomes de Castro, Avenida Paes de Andrade, Avenida Jonatas Pedrosa, Rua Governador Leopoldo Neves, Rua João Melo, Rua Clarindo Chaves, Rua Tenente Meireles Filho, Rua Cordovil, Rua senador Álvaro maia, Rua José Luiz, rua 31 de Março, Rua Cel. Araújo, Rua São Benedito e Rua Ruy Araújo, as travessas existentes nesta cidade. Parintins, 30 de maio de 1975. (Autos do Projeto de Lei nº 01/75)

O ATERRO DA FRANCESA

A área da Francesa, espaço reconhecidamente de dedicado às lavadeiras e ancoradouro de barcos de pequeno porte. Contudo para compreender o porquê de tantas solicitações em torno do aterro da francesa, se faz necessário apresentar o espaço, o qual nos será descrito pelas lembranças dos Sr. Benedito Azedo:

A Francesa na minha meninice água absolutamente limpa, você podia beber água inclusive. Era um ponto de lavadeiras, minha avó materna lavava roupa em cima daqueles cedros e secava roupa naquelas árvores ali, tinha muito sol (...). Vocês sabem até aonde a água da Francesa vinha? Quase até a Rua Furtado Belém, ali por onde está o Nelsinho Góes, aquilo alagava tudo. (Bendito Azedo, 2012)

Diante da condição natural e por consequência da necessidade de aperfeiçoar o espaço urbano, o vereador Waldir Melo em 23 de maio de 1975, solicita por meio de requerimento “que seja encaminhado ao Sr. Prefeito Municipal, para que este estude a possibilidade de construir um muro de pedra ou concreto armado que ligue a Av. Amazonas à Travessa João Meireles.” O qual foi aprovado por unanimidade (Livro de Atas 1973 a 1976, p. 99)

EDUCAÇÃO EM 1975

Em 23 de maio de 1975, O vereador Messias Augusto das Neves requereu que fosse enviado ao Secretário de Educação e Cultura do Estado, bem como a representação estadual na Assembleia Legislativa, o substancial aqui registrado, no sentido de que o competente órgão de educação, reformule segundo as possibilidades uma nova etapa ou novo conveniamento do Curso de Licenciatura Curta. (99)

REFORMA DO MERCADO MUNICIPAL

O Mercado Municipal de Parintins foi entregue ao povo em 1937, pelo Prefeito João Melo. Na gestão do Prefeito Raimundo Dejard Vieira, recebeu reparos e reforma. No decorrer dos anos a economia mudou seu

ritmo, o número de produtores cresceu, os espaços para as vendas passaram a ser disputados veementemente.

Contudo, nessa disputa a classe dos pescadores estava em desvantagem. A venda do pescado era realizada na baixa do São José, na rampa lateral do mercado sem, no entanto, ter um espaço no tão badalado Mercado Municipal.

Na gestão de Benedito Azedo, a prefeitura avançou o mercado 13 m para o rio, a ampliação determinou a criação de dois espaços de venda: a parte de cima ficou destinada à venda de frutas e verduras e em baixo exclusivamente para a venda de peixe.

Por ocasião da ampliação os vendedores da parte interna do mercado, que por hora estavam sem espaço para trabalhar, improvisaram uma feira, a iniciativa ocasionou alguns transtornos de ordem pública.

A situação foi trazida ao plenário pelo vereador Waldir Melo no dia 23 de maio de 1975, por meio de um requerimento solicitando que seja

a) instalada provisoriamente uma ou duas lâmpadas no corredor que se criou entre o mercado Municipal e a construção do novo anexo daquele logradouro; b) que seja feita a organização da feira que se criou entre o Posto Rio e o Mercado Municipal. (...) Para que fique bem claro não estou pedindo para exterminar a feira, nem tão pouco a saída de alguém daquele lugar. Estou pedindo uma organização da feira, que por certo beneficiará, tanto os feirantes como o povo em geral. (99)

O assunto foi bastante discutido entre o vereador Waldir Melo e Raimundo Ruy Mendes, assim o vereador Edson Gadelha solicitou vistas do referido requerimento para apresentar seu voto consciente. No dia 27 de maio de 1975, fez a devolução do requerimento apresentado pelo vereador Waldir Melo que trata das questões de organização da feira em conjunto com a construção do anexo do Mercado Municipal, solicitado na sessão anterior e do qual pediu vistas.

A devolução veio acompanhada de declaração de voto “a matéria ora discutida fosse encaminhada a Comissão de Constituição e Justiça para receber parecer sobre o assunto, uma vez que a mesma envolve questão humana, pois as leis que envolvem o assunto devem ser examinadas”. (Livro de Atas 1973 a 1976).

PROJETO DE LEI 03/75 – CMP. 28/07/1975

O ano de 1975 traz consigo a efetivação das articulações e debates a respeito do direito à remuneração dos vereadores no Brasil. Em 24 de abril de 1975 o Deputado Rafael Faraco encaminha um Ofício no qual comunica à “Presidência que estava enviando a esta Casa, cópia Xerox da Mensagem, que o Exmo. Sr. Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional sobre o pagamento de subsídios a todos os vereadores do País, a partir da próxima Legislatura...” (Livro de Atas 1973 a 1976, p 91).

Em 25 de julho de 1975, realizou-se a Sessão Extraordinária, com a finalidade de discutir a remuneração fixa dos senhores vereadores deste município com base na Lei Complementar nº 25, de 02 de julho de 1975. Os vereadores Raimundo Ruy Mendes e Edson Gadelha foram designados pela Portaria nº. 09/75 para elaborar o Projeto de Lei que fixa a remuneração dos senhores vereadores do município de Parintins. Ruy Mendes apresentou e encaminhou à Mesa Diretora a justificativa do referido Projeto de Lei.

O Sr. Vereador Messias Augusto das Neves submeteu à aprovação do Plenário. Porém, o vereador Geraldo Soares de Medeiros alegou não conhecer a matéria ora tratada e solicitou vistas por 24 horas. O presidente informou ao nobre vereador e aos demais sobre o pedido de urgência solicitado pelos autores do Projeto de Lei. Cada vereador apresentou e defendeu sua opinião, ao término de uma intensa discussão foi concedido o pedido de vistas ao projeto solicitado pelo vereador Geraldo Medeiros. (106 frente e verso)

No dia 26 de julho de 1975, por ocasião da Segunda Sessão Extraordinária da Casa Legislativa, o vereador Geraldo Soares de Medeiros fez a devolução do Projeto de Lei e argumentou da seguinte forma:

Considerando a não observância a Lei nº. 01, de 31 de maio de 1971. Que trata do Regimento Interno da Câmara Municipal de Parintins, por parte do então Presidente. Informou aos demais

vereadores que a Portaria n°. 09/75 é inconstitucional, conforme rege o Artigo 44, parágrafo único que disciplina nomeações de Comissões Especiais. Com base no referido artigo propôs a anulação do Projeto de Lei n°. 03/75 elaborado pelos vereadores Raimundo Ruy Mendes e Edson Gadelha, e a nomeação de uma Comissão especial formada por vereadores que estão participando dos trabalhos da presente Sessão.

O Sr. Presidente informou que a nomeação foi fundamentada no processo de agilidade que a matéria exige, que por motivo algum teve a intenção de ferir o Regimento Interno ou a Lei Complementar n°. 25.

Assim, submeteu as proposições do vereador Geraldo Medeiros à apreciação do Plenário, “se estas eram objeto de deliberação”. Os vereadores Ruy Mendes e Edson Gadelha se negaram a fazer parte da Comissão em razão da anulação do Projeto de Lei por eles apresentado.

Após o debate a Comissão Especial ficou assim constituída: Relator: Raimundo Muniz Rodrigues, membros Vivaldo Marchão de Carvalho e Geraldo Soares de Medeiros. Estes informaram que tão logo fosse baixada a nova portaria, dariam início aos trabalhos e entregariam o mais urgente possível o novo Projeto de Lei.

Na terceira Sessão Extraordinária, realizada em 28 de julho de 1975, o vereador Raimundo Muniz Rodrigues apresentou o Projeto de Lei 03/75 que fixa a

remuneração dos vereadores da Câmara Municipal de Parintins. O projeto foi aceito por unanimidade, os autos foram encaminhados à Comissão de Finanças e Orçamento para que esta emitisse seu parecer.

O vereador Geraldo Soares de Medeiros solicitou a palavra e pediu que fosse informado ao povo nos locais de acesso público e em nota oficial que “abria mão dos vencimentos a serem pagos por sua atuação como vereador, pois continuaria recebendo como funcionário efetivo do quadro permanente do Ministério da Agricultura. Que esta decisão também fosse encaminhada a DEMA – Diretoria Estadual do Ministério da Agricultura”.

ESGOTO 2

Na sessão do dia 30 de maio de 1975, vereador Geraldo Soares de Medeiros encaminhou um requerimento ao Sr. Prefeito referente à desobstrução do esgoto da Rua João Melo, no trecho compreendido entre a Casa do Povo e o início da Rampa do Mercado. “a referida solicitação justifica-se pelo não escoamento das águas pluviais que vem se tornando objeto de críticas tanto ao poder Executivo como ao Legislativo.”

O vereador Waldir Melo parabenizou a lembrança do nobre vereador e para qual manifestou apoio total. Em discussão e votação o requerimento foi aprovado por unanimidade. Esta reunião também encerra o primeiro

período ordinário de atividades do Poder Legislativo Municipal, no ano de 1975.

INDICAÇÃO 01/75 – 21/10/1975

Em 21 de outubro de 1975, Waldir Melo apresentou uma indicação que solicita a construção de uma escada no “PORTO DA TAMAQUARÉ”. Após apreciação e votação a indicação foi encaminhada a Comissão de Constituição e Justiça que no dia 23 de outubro de 1975, apresentou seu parecer:

A Comissão manifestou parecer contrário à indicação do vereador Waldir Melo em razão do projeto de obras de amparo ao barranco da área fronteira a cidade, partindo da Escadaria Furtado Belém, na Praça do Cristo Redentor, que prolongar-se-á além da Rua Cel. Araújo. O Projeto é resultado dos necessários estudos efetuados por equipe técnica do ICOTI prevê a construção de escadas e rampas no trecho citado. Parintins, 23 de outubro de 1975. Rui Mendes – Presidente Relator (Autos da Indicação 01/75).

PROJETO DE LEI 107/75 - POLÍTICAS DE INCENTIVO E PROTEÇÃO À JUTA

Na terceira legislatura (1956 a 1959) o então vereador Raimundo Dejarð Vieira apresentou um projeto de Lei que propõe a instalação de um parque industrial. Esta ação configura, em conjunto com processo de desapropriação de terras de interesse público, o início da instalação do futuro parque industrial da Companhia FABRILJUTA em Parintins.

Esta iniciativa industrial aqueceu e sustentou a economia do município por duas décadas, e atingiu os setores primário, secundário e terciário, conforme o relato do então Prefeito Municipal, senhor Benedito Azedo:

Foi à coisa mais importante em termos de atividade econômica, porque a FABRILJUTA uma vez instalada em Parintins, funcionava em 3 turnos: 6h às 14h, 14h às 22, até as 6 da manhã de novo. A produção de juta em Parintins, no período 60/70, era da ordem de 6 milhões de quilos de juta por ano, pegava ali um pouco em Barreirinha, de Urucará, seis milhões de quilo. O plantador de juta tinha certo o comprador que comprava aí na hora que ela chegava, ela era transformada em fio e sacaria também, fio e saca. (...) Então, o que acontece, muita gente de Parintins, passou a ganhar dinheiro porque a Fabril dava um lanche. Eles te serviam um pão, dentro do pão um pedaço de queijo, salame, ou pão e ovo, ou ovo cozido, uma maçã, não era a nossa

regional. Então, o que acontece? O padeiro de Parintins passou a fazer mais pão, que a Fabril comprava.

Em 04 de maio de 1973 o Gerente Industrial da Fabriljuta, encaminha um convite ao Presidente dessa Casa, para as solenidades que realizará em seu parque industrial, no dia 05 de maio de 1973, quando assinarão o início de mais uma atividade social e beneficente, com a inauguração de ambulatório, realizado em convênio com a Universidade do Estado da Guanabara”. (Livro de Atas 1973 a 1976, p. 171)

Em contrapartida, as estratégias econômicas estabelecidas entre Poder Executivo, Poder Legislativo e iniciativa privada são evidenciadas pelos registros oficiais da Casa Legislativa que tratam do preço da venda juta, da exportação de sacarias para o sudeste do país a fim de criar políticas de proteção da juta e seus derivados junto ao mercado nacional. Assim no dia 31 de outubro de 1975 o vereador Waldir Batista Melo, requereu na forma regimental:

Que fosse enviado expediente ao General Ernesto Geisel – D.D. Presidente da República; Senador Magalhães Pinto, Presidente do Senado; Líderes da Maioria e da Minoria da Câmara dos Deputados e também aos Parlamentares Amazonenses, pedindo que lutem pela aprovação do Projeto de Lei nº. 107/75 de autoria do Senador José Esteves, que torna obrigatório a utilização de sacarias de fibras naturais nacionais na embalagem de

produtos agrícolas granulosos. (...) O vereador Geraldo Medeiros parabenizou a iniciativa do colega vereador e sugeriu que também fosse encaminhado ao Sr. Flávio da Costa Brito, Presidente da Confederação Nacional de Agricultura. O requerimento foi aprovado por unanimidade. (119 e 120)

PROJETO DE LEI 06/75 – CMP. 31/10/1975

O Projeto de Lei nº. 06/75, de 31 de outubro de 1975, de autoria do vereador Geraldo Soares de Medeiros, dá denominação a área compreendida aos Bairros do Bangú, Nossa Senhora de Fátima e Palmares a denominação **BAIRRO DO PALMARES**, recebem denominação também as 22 ruas dos respectivos bairros, as quais ficaram assim denominadas:

1. Rua Paraíba
2. Carlos Alberto Mendes
3. Rua Sete de Setembro
4. Rua Duque de Caxias, passa denominar-se Fortaleza
5. Rua Princesa Izabel, passa denominar-se Nhamundá
6. Rua Princesa Leopoldina, passa a denominar-se Rua Barreirinha
7. Rua Benjamin Rondon
8. Rua do Sossego passa a denominar-se Rua Urucará

9. Rua da Integração passa denominar-se Rua Itacoatiara
10. Rua Raul Góes
11. A Rua do Palmares passa denominar-se Rua Urucurituba
12. Rua Padre Vitor
13. A Travessa Jaime Baroel passa denominar-se Rua Silves
14. A Travessa Vila Bela da Rainha passa denominar-se Rua Itapiranga
15. Rua Rio Branco
16. Rua Gomes de Castro
17. Rua Manicoré
18. A Travessa Paes de Andrade passa denominar-se Rua Terra Santa
19. A Travessa Jonathas Pedrosa passa denominar-se Rua Juruti
20. A Travessa Campus Avançado passa denominar-se Rua 15 de Outubro
21. A Travessa Marechal Rondon passa denominar-se Rua Maués
22. Rua Humaitá

Nos autos do Projeto de Lei nº. 06/75 a justificativa informa que a planta do bairro de Palmares está anexa ao projeto, porém não consta no arquivo da Câmara Municipal de Parintins.

História e Memória Política do Município de Parintins

J U S T I F I C A T I V A

É do conhecimento de todos os habitantes de Parintins, que a atual Área, objeto do presente Projeto, é o mais novo Bairro da Cidade e onde está instalada atualmente, 22 (vinte e duas) Ruas e 641 casas habitadas.

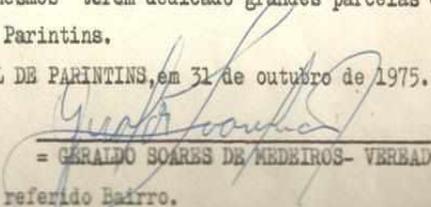
As Vias Públicas, ali instaladas receberam nomes oriundo de imaginações de terceiros, e como cabe ao Poder Legislativo decretar com sanção do Executivo, denominações e vias e logradouros públicos, a presente a consideração do Douto Plenário o presente Projeto de Lei:

Para melhores esclarecimentos dos senhores Vereadores, informo que as Denominações, Rua Paraíba e Fortaleza é uma homenagem apresentada às duas grandes colônias radicadas em Parintins. Quanto às Denominações Juruti e Terra Santa, vem homenagear ao grande número de moradores daquele Bairro. Oriundos dos vizinhos Municípios Paraenses Quanto às Denominações ,Nhamundá, Barreirinha, Urucará, Itacoatiara, Urucurituba, Silves, Maués, e Humaitá é uma homenagem, aos nossos Municípios Amegonense.

A Denominação 15 de Outubro, vem relembra o feito MEMORÁVEL DO GOVERNO DA PROVINCIA da Amazonia que confirmou a instalação do Município de Parintins, através da Resolução nº 2 de 15 de Outubro de 1952.

Finalmente, as Denominações de Carlos Alberto Mendes, Benjamim Rondon, Raul Goés e Padre Victor, Apresentam homenagens póstumas, em face de os mesmos terem dedicado grandes parcelas de trabalho em Benefício de Parintins.

S. S. DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, em 31 de outubro de 1975.


= GERALDO SOARES DE MEDEIROS- VEREADOR=

BES: Em anexo, Planta do referido Bairro.

TRÂNSITO 3

A sessão do dia 04 de novembro de 1975 contou com a presença do Sr. Francisco Glória - responsável pelo DETRAN, Sr. Joaquim Colares - Delegado de Polícia do Município. A sessão foi para tratar efetivamente de assuntos referentes ao Trânsito, embriagues de motoristas, menores dirigindo, emissão de carteiras de habilitação. (Livro de Atas 1973 a 1976, p. 121).

MELVIN JONES PASSA A SE CHAMAR FARIA NETO

A política adotada para denominação das ruas e avenidas em Parintins, no período da Sétima Legislatura, foi alicerçada no princípio de fortalecimento da identidade local. Assim podemos perceber os nomes utilizados na denominação das ruas do bairro de Palmares, Santa Clara e das Estradas existentes. Contudo o nome Melvin Jones permanecia em uma das principais ruas da cidade.

A oralidade nos traz informações a respeito do processo de discussão para mudança do nome da referida rua. O então prefeito Benedito Azedo fez a defesa em nome de Faria Neto, o qual “foi um velho tabelião, um homem descende correto, evangélico, patriarca da família

Faria”, em seu argumento enfatiza a vivência deste no município.

No dia 06 de Novembro de 1975, o vereador Raimundo Ruy Mendes apresentou o Projeto de Lei “que dá a atual Rua Melvin Jones a denominação de Rua Faria Neto” o qual foi devidamente aprovado. (Livro de Atas 1973 a 1976.122 a 123)

COMISSÃO CENTRAL DE ESPORTES

Os primeiros cursos oferecidos pela UEG foram às licenciaturas curtas de Estudos Sociais, Letras, Matemática, Supervisão Escolar e Educação Física. Em razão da necessidade de oferecer aos acadêmicos um espaço para aplicar os ensinamentos teóricos, também de oferecer à comunidade o acesso as modalidades esportivas.

Os professores de Educação Física da UEG apresentaram o projeto de implantação de uma quadra Polivalente. A Prelazia, na pessoa de Dom Arcângelo cedeu para a Prefeitura o antigo “Urubuzal”, que passou a ser chamado Parque das Castanholeiras,

A quadra polivalente contava com uma estrutura de iluminação, arquibancada em madeira, no entorno uma pista de atletismo, na parte coberta eram realizadas as atividades de ginástica olímpica. O centro começa os treinamentos a partir das 07:00 H até às 23:00 H.

Na Sessão do dia 06 de novembro 1975, o vereador Geraldo Soares de Medeiros fez um pronunciamento em comemoração, respeito, e incentivo aos atletas e técnicos do município de Parintins pela conquista do 2º. Lugar nos V Jogos Escolares do Estado do Amazonas. Em seu discurso cita nominalmente os profissionais envolvidos e os resultados alcançados, o qual transcrevemos na íntegra:

Senhor Presidente, Senhores Vereadores,

Há três anos criou-se em Parintins, a Comissão Central de Esportes, entidade responsável pelo preparo de atletas estudantis, nas mais diversas modalidades esportivas, e graças ao esforço de seus dirigentes, do qual fazemos questão de ressaltar os Parintinenses, Américo Trindade, Terêncio Fernandes, José Machado, Raimundo Evangelista Santana e os Professores de Educação Física Aderaldo Dutra, Elias Moura, José Aderaldo Prestes, Fernando Dias, Hílcia Hatta, Vera Nilce, Olívia Hatta, Fátima Silva, Zenaide Castro e outros, como verdadeiros responsáveis pelo êxito conquistado por nossos estudantes, nos V Jogos Estudantis do Estado do Amazonas no período de 18 a 26 de outubro do corrente ano. Graças ao esforço concentrado em dezenas de pessoas, destacando-se como principal colaborador o Sr. Benedito de Jesus Azedo, através da Prefeitura Municipal, que nunca encontra dificuldade para atender aos anseios de nossa juventude, principalmente na parte desportiva. E foi justamente, a somatória de trabalhos e incentivos de todas essas pessoas, que unidos aos esforços de nossos atletas, que conseguimos o honroso 2º. Lugar,

trazendo para Parintins, além do rico troféu, 24 medalhas de sendo: 8 de ouro, 10 de prata e 6 de bronze. Lamentamos profundamente, os jornais a Crítica e a Notícia que circulam quase que diariamente em nossa cidade, tenham-se omitido na publicação dos brilhantes resultados obtidos por nossos valentes atletas, enquanto que os resultados obtidos por agremiações de Manaus eram manchetes nas principais páginas. Parabéns juventude atlética de Parintins, que a falta de publicidade da Imprensa não venha influenciar nas futuras competições, que o nosso entusiasmo continue ardente para a conquista de novas vitórias.

FACULDADE DE AGRONOMIA

Na sessão do dia 06 de novembro de 1975, o vereador Messias Augusto das Neves sugeriu que se formasse uma Comissão e que esta formalizasse uma moção de solidariedade ao autor do Projeto de Lei n. 1.206 de autoria do Deputado Joel Ferreira, que institui a faculdade de Agronomia e Veterinária a ser instalada em Parintins no Estado do Amazonas.

PARINTINS PEDE A INSTALAÇÃO DE UM POSTO DE IDENTIFICAÇÃO

No dia 06 de novembro de 1975, o vereador Raimundo Muniz Rodrigues apresentou o requerimento nº. 24/75 encaminhado ao departamento de Segurança

Pública, para que seja instalado em nosso município um posto para emissão de carteiras de identidade.

Mesmo com a solicitação do nobre vereador e com o grande número de pessoas que necessitam emitir documentos, o posto não foi instalado. As pessoas continuavam a se deslocar até a Capital do Estado para obter sua carteira de identidade,

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/75 – CMP.
09/11/1975**

Aberta à primeira parte da ordem do dia, da sessão realizada em 05 de dezembro de 1975, Raimundo Muniz, encaminhou à Mesa, pela Comissão de Finanças e Orçamento, o auto do Processo referente à Prestação de Contas do Prefeito Gláucio Bentes Gonçalves do exercício de 1972, com parecer favorável. O vereador Waldir Melo o qual saiu em defesa do Ex-prefeito Gláucio Gonçalves, atual Deputado Estadual afirmando que este “deu grande parcela de colaboração e que não duvidamos da sinceridade e da boa vontade do prefeito” colocado em votação o parecer da Comissão houve um empate e a Presidência deu o *Voto de Minerva* favorável à aprovação do parecer. (Livro de Atas 1973 a 1976, p. 140-141)

O Decreto Legislativo nº 01/75, de 09 de dezembro de 1975, aprova as Contas do Sr. Prefeito

Municipal de Parintins referente ao exercício de 1972 e dá outras providências.

PARECER DO TRIBUNAL DE CONTAS 2

Em 11 de novembro de 1975, chegou à Câmara Municipal o Ofício PTC/883/75 do Conselheiro Belarmino Ferreira Lins Filho, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, comunicando que em sessão realizada no dia 16 de outubro de 1975, o “Plenário daquele Tribunal, decidiu emitir PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL à aprovação do Balanço Geral da Prefeitura Municipal de Parintins, referente ao exercício d 1972, nos termos do Acórdão e demais documentos cujas fotocópias que seguem em anexo”. (Livro de Atas 1973 a 1976, p. 125).

AMPLIAÇÃO DA REDE CONDUTORA DE ÁGUA 3

Os debates chagam ao ano de 1975, sob o mesmo prisma. De forma que o requerimento 25/75 - 06/11/1975, de autoria do vereador Raimundo Muniz, solicita a presença do Administrador do SAAE, “para tratar de assuntos referentes ao fornecimento de água aos Bairros de Bangú, Nossa Senhora de Fátima e Nossa Senhora de Lourdes, que estão sofrendo privações pela

falta de água e que o SAAE está fazendo exigências sem cumprir com suas obrigações”.

No dia 11 de novembro de 1975, a Sessão contou com a presença do Sr. Américo Menezes - Administrador do SAAE para tratar de assuntos referentes ao requerimento 25/75 - 06/11/1975.

O vereador Raimundo Muniz dirigiu-se ao senhor Américo Menezes perguntando-lhe como se encontrava o atual problema d'água no Bairro do Bangú? Em resposta o Sr. Américo Menezes que a “FSESP, órgão que dirige o SAAE nesta região, já encomendara cerca de 45 km de tubulações condutoras d'água para este Município e que no 1º semestre do próximo ano, a extensão da rede beneficiará as principais ruas do Bangú.”

O questionamento do edil Raimundo Ruy Mendes foi referente ao critério adotado para cobrança de taxas do SAAE? O administrador respondeu “que a cobrança é feita por área construída”.

O vereador Geraldo Medeiros perguntou sobre as ações concretas para solucionar o problema de falta de água no referido Bairro e sugeriu “que pelo menos se instale mais uma torneira para amenizar as dificuldades sofridas pelos moradores”. Waldir Melo argumentou que seria oportuno que as mesmas providências fossem também levadas ao bairro do Itaguatinga. Contudo obteve como resposta a informação “que as principais ruas do Itaguatinga já haviam recebido este serviço”. (Livro de Atas 1973 a 1976, p. 127)

PESCADO 2

Em 18 de novembro de 1975, Geraldo Soares de Medeiros encaminhou um requerimento ao Sr. Prefeito Municipal e Sr. Delegado Geral de Polícia “no sentido de que os mesmos tomem providências cabíveis a fim de proibir o uso abusivo de redes de arrastão nos lagos do Macuricanã. O vereador Waldir Melo propôs um adendo no referido requerimento, que fossem inclusos os demais lagos do município”. (Livro de Atas 1973 a 1976)

INDICAÇÃO Nº. 01/75 – 20/11/1975

A Indicação nº. 01/75 apresentada, pelo vereador Messias Augusto das Neves que encaminhou a indicação ao Poder Executivo solicitando

Mandar “drenar” o furo da área denominada Santa Clara, durante o atual período do baixo nível das águas do Rio Amazonas, medida providencial cujo cunho é beneficiar o acesso constante e mais rápido da movimentação de embarcações que entram e saem do Lago da Francesa, bem como, de modo especial o remanejamento periódico das serrarias e estaleiros, ali localizados, ponto fundamental dessa necessidade. (Autos da Indicação 01/75)

O vereador Waldir Melo, em 25 de novembro de 1975, se pronunciou em nome da bancada do Movimento Democrático Brasileiro – MDB com a seguinte

observação a Indicação nº. 01/75 “a referida indicação que ora tramita nesta Casa e que tem sua devida importância que agora foi devidamente aprovada é uma indicação apresentada pelo vereador Raimundo Lago que naquela ocasião lhe havia sido conferida um parecer desfavorável”. (Livro de Atas 1973 a 1976, p 136 frente e verso).

Em reposta o vereador Messias Augusto informa “que o motivo ou diferença de recursos daquela época para a atual, mostrando que, atualmente no município estão as máquinas que trabalham para a construção do Aeroporto e pensando nelas é que apresentava tal indicação”. Waldir Melo disse que “estava apenas lembrando uma situação anterior, mas que na realidade não importava de quem era a indicação, referindo-se às bancadas, mas sim que uma vez realizada trará grandes benefícios para o povo”. (136 frente e verso)

ANTES E DEPOIS DA PLACA

No dia 21 de novembro de 1975, por ocasião da 14ª Sessão do segundo período ordinário da Câmara Municipal de Parintins, O vereador Geraldo Soares de Medeiros “apresentou um requerimento que fosse encaminhado ao Sr. Prefeito solicitando providências no sentido de que sejam instaladas PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO, em todas as ruas do Bairro do Palmares, bem como setas indicativas, com dizeres bairro

de Palmares. O requerimento foi aprovado por unanimidade”. (Livro de Atas 1973-1976. p 132 a 133)

ORÇAMENTO-PROGRAMA 1975

A sessão solene de reabertura dos trabalhos do segundo período do legislativo, realizada em 15 de outubro de 1975, contou com a presença do Sr. Prefeito Municipal que encaminhou para as respectivas considerações o Orçamento-Programa para o exercício de 1976 e colocou-se a disposição e demais membros de sua equipe, para quaisquer esclarecimentos.

O projeto de Lei 04/75 – PMP Autoriza o Prefeito Municipal a abrir Crédito Especial no Orçamento vigente e dá outras providências. O Crédito solicitado no valor de CR\$ 200.000,00 será por conta do excesso de arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias, apurado a partir do mês de setembro do ano de 1975.

A Lei 03/75 – PMP, de 17 de novembro de 1975, determinava que fosse aprovado o Orçamento geral do Município de Parintins par o exercício de 1976 que estima a RECEITA em C\$ 4.322.338,00 e fixa a DESPESA em C\$ 4.322.338,00.

AMPLIAÇÃO DA REDE CONDUTORA DE ÁGUA 4

Percebem-se as dificuldades da cidade em se adequar a seu novo contingente populacional e com isso os serviços básicos solicitados pela população não se deixam despercebidos. Diante disso, em 13 de maio de 1976, Waldir Melo requereu, na melhor forma regimental, que fosse oficiado ao Sr. Prefeito “no sentido de intervir junto ao administrador do S.A.A.E, para que dentro do possível enquadre nos dos Planos de Ampliação do Serviço de Água em nossa cidade no trecho compreendido: Rua Carvalho Leal, entre o Beco Paris até a Travessa Coronel Araújo”.

ESGOTO

Parintins sofria com o acúmulo das águas das chuvas em alguns pontos da cidade, citamos o trecho da Avenida Amazonas esquina com a Travessa João Melo; a Travessa Senador Álvaro Maia, popularmente conhecida como “Sapolândia”. Raimundo Lago, em 19 de abril de 1974, encaminha a Indicação nº. 01/74 “para ser estudada, urgentemente, a possibilidade do Orçamento, fundo de participação, com intervenção dos Governos Estadual e Federal, a fim de construir um ESGOTO GERAL para cidade de Parintins e estabelecer linhas ramais que venham de imediato solucionar o problema da Travessa Senador Álvaro Maia e Rio Branco”. (Autos da Indicação 01/74)

A solicitação recebeu parecer desfavorável da comissão de Constituição e Justiça, justificado da seguinte forma:

Embora a Parintins seja detentora do título de Cidade Modelo, Categoria “A”, seu orçamento não condiz com seu status, contudo tais demandas compõem o repertório de ações a serem realizadas no Plano de Urbanização Integrada do Município e está em contato com o ICOTI e BASA para elaborar projetos de financiamento que será encaminhada a casa Legislativa para apreciação dos vereadores. Parintins 26 de abril de 1974. Messias Augusto das Neves Presidente Relator. (Autos da Indicação 01/74)

História e Memória Política do Município de Parintins



Rua Senador Álvaro Maia, local conhecido como SAPOLÂNDIA

SAÚDE PÚBLICA

O HOSPITAL DA FUNDAÇÃO SESP

A saúde pública era gerenciada pela Fundação SESP em parceria com a Prefeitura Municipal. Esta administrava o SAAE, o Abrigo Municipal e o Hospital, onde hoje funciona o Hospital Municipal Jofre Cohen. Teve participação fundamental no socorro às vítimas das áreas alagadas do município. Por várias vezes seus dirigentes foram chamados à Casa Legislativa para informar sobre as ações e planejamento daquela instituição de saúde, bem como suscitou matéria de indicações, requerimentos por parte dos vereadores.

Nesse sentido, em 08 de novembro de 1973, Raimundo Lago, encaminha à mesa uma INDICAÇÃO pedindo à Presidência desta Casa Legislativa, que fosse dirigido apelo ao Sr. Prefeito Municipal, que mantivesse contato com o Ministério da Saúde, Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas e com a Direção do Hospital da Fundação SESP em Parintins, no sentido de fazer um convênio com o município de Parintins, para atendimento médico-hospitalar a todos os cidadãos parintinenses, que não desconte para qualquer instituto e que não dependesse de terceiros, beneficiados por Institutos. (p 13).

A indicação do vereador tem como pano de fundo o convênio formado entre Prefeitura e IPASEA, que para

ter acesso aos benefícios do referido convênio é descontado em folha do funcionário público, restringindo assim o atendimento à população.

INDICAÇÃO Nº. 04/74

O Hospital tornou-se uma referência e servia de campo de estágio aos estudantes de medicina, por vezes a estrutura local não supria a demanda existente. De forma que em 30 de abril de 1974, a indicação n. 04/74, também do vereador Raimundo Lago sugere que seja estuda a possibilidade de criar uma específica “verba”, a fim de atender as pessoas encaminhadas pelos Institutos e mesmo pela Fundação SESP ou clínicas particulares, para outros centros, no sentido de buscar, melhor assistência médica. A indicação trata da necessidade de traslado dos doentes.

Indicamos na melhor forma regimental, que seja encaminhado ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, apelo no sentido de que seja estudada a maneira mais justa, a possibilidade da “criação de específica VERBA” a fim de atender todas as pessoas que por força das circunstancias, sejam encaminhadas pelos Institutos e mesmo pela Fundação SESP ou Clínicos particulares, para outros centros, no sentido de buscar melhor assistência. Parintins, 30 de abril de 1974. (Autos da Indicação 04/74)

A indicação 04/74 foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, esta por sua vez apresentou parecer “desfavorável diante da matéria indicante, cujo teor, não apresenta a forma compatível com a atual estrutura orçamentária. Parintins 03 de maio de 1974. Messias Augusto das Neves – Presidente Relator”. (Autos da Indicação 04/74).

INDICAÇÃO Nº. 05/74

No dia 08 de maio de 1974, Raimundo Lago encaminha à Mesa a Indicação nº. 05/74

Indicamos na melhor forma regimental, que seja encaminhado ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, apelo no sentido de ser estudada fórmulas simples, mas definidas, no sentido de serem criados para o interior “AMBULATÓRIOS MÉDICOS” e a conveniência de o Governo Municipal firmar Convênios com o Hospital da Fundação SESP, a fim de instruir e orientar as pessoas do interior, no aprendizado de “SOCORRO DE URGÊNCIA”, com a finalidade de atender casos possíveis e dentro de suas próprias condições. Parintins 07 de maio de 1974. (Autos da Indicação 05/74)

Messias Augusto das Neves, presidente da Comissão de Constituição e Justiça, encaminhou à Mesa os autos da Indicação 05/74 com parecer desfavorável, o motivo alegado foi que “o Governo Municipal já mantém

relações com a Secretaria de Saúde recebendo medicamentos da CEME. Órgão encarregado da distribuição dos medicamentos mais modernos lançados no Brasil. Parintins, 31 de maio de 1974. Messias Augusto das Neves – Presidente Relator”. (Autos da Indicação 05/74)

ENCHENTES 1976

Assim, em 28 de maio de 1976, Raimundo Ruy Mendes apresentou uma Comunicação referente às providências tomadas pela Administração Municipal no que se refere às enchentes e suas vítimas

1. As pessoas residentes nas áreas suburbanas da cidade, cujas casas foram realmente atingidas pelas águas, estão localizadas em casas do Conjunto Habitacional Vitória-Régia.
2. O hospital da Fundação SESP e a Equipe de saúde do Campus Avançado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro inteiramente sintonizados como Governo Municipal estão aparelhados para qualquer atendimento médico, inclusive possuindo amplas reservas de vacinas contra tifo e sarampo e medicamento geral.
3. No Palácio Cordovil, o próprio prefeito Municipal, todos os dias, atende sem qualquer preferência pessoal as pessoas medicadas no Hospital da Fundação SESP, na Clínica Santo Agostinho e nos Postos de Saúde Dr. Toda e São Benedito, cujas receitas não podem ser encaminhadas às farmácias distribuidoras de medicamentos CEME.
4. Já está montado o

esquema oficial, com a participação de representantes das entidades que atuam no município de Parintins, que funcionará a partir do mês de julho, exatamente o período em que as populações das várzeas apresentam maior carência. Comunicou também, à Câmara Municipal que a Prefeitura esta em condições de oferecer informações que os representantes do povo julgarem necessárias em torno desse relevante assunto.

No dia 21 de maio de 1976, Waldir Melo falou em nome dos moradores do Itaguatinga “que estão com as casas completamente alagadas” e pediu que fosse solicitado ao Prefeito a doação de casas do Conjunto Vitória-Régia aos moradores das áreas alagadiças, somente pelo período da enchente”. Tal pedido foi direcionado ao vereador Ruy Mendes para que este falasse com o Sr. Prefeito, uma vez que este é o líder do Governo na Câmara.

INDICAÇÃO S/N

Em razão da força das águas e do fenômeno das terras caídas, as escadas existentes em frente à cidade foram matéria de discussão na Câmara Municipal, pois permitem o acesso das pessoas que precisam aportar em Parintins, bem como mantém a ligação da cidade com rio.

Na década de 70, Parintins mantinha seu acesso ao rio por meio das escadas e rampas dispostas em

pontos estratégicos: Escada Coronel Nascimento Teixeira, localizada nas proximidades da Igreja do Sagrado Coração de Jesus. A escada Coronel José Furtado Belém, localizada na Praça do Cristo Redentor, construída em 1895; Outra situada ao início da Rua Cordovil; A escada denominada Mayr Mendes, localizada ao início da Rua Senador Álvaro Maia; A escada situada ao início da Rua 31 de Março; Escada do “Porto da Tamaquaré” e do São Benedito.

No dia 25 de outubro de 1973, o vereador Raimundo Lago encaminhou uma INDICAÇÃO referindo-se a reconstrução de escadarias municipais. Em discussão e votação foi aprovada pelos vereadores e encaminhada à Comissão competente

Indicação de construção de escadas: a) Rua Armando Prado, trecho compreendido entre a Travessa Rui Barbosa e o Beco do Gregório; b) Travessa São Benedito; c) Travessa Cordovil; d) Travessa João Meireles. Todas as ruas e Travessas são indicadas em relação à margem do Rio Amazonas. (Autos da Indicação S/N)

A indicação foi arquivada. No parecer da Comissão de Constituição e Justiça consta:

a) Considera ser vaga a Indicação, não pelos conceitos emitidos, porém pelos objetivos a serem atingidos; b) Não vem o caso, o pedido de providência, ou simplesmente indicar ao executivo a urgência de reconstruir as escadas Municipais, pois, a Administração da Comuna,

já está atuando nesse sentido; c) no que se refere à construção de novas escadas, será objeto de estudo para a execução do Plano Orçamentário de 1974; d) Estamos, praticamente, no fim do ano, isto quer dizer, que não há disponibilidade no atual Orçamento programa, a fim de atender, às obras daquela natureza. 01/11/1973. Ass. Messias Augusto das Neves – Relator. (Autos da Indicação S/N)

AMPLIAÇÃO E REPAROS NA REDE ELÉTRICA

1

No início década de setenta, a população parintinense contabiliza 30 mil habitantes conforme indica o recenseamento do IBGE do ano de 1970⁷. O crescimento físico da cidade, enfatizado pela criação e organização dos novos bairros Itaguatinga e Palmares fez com que as demandas e solicitações para que a CELETRAMAZON realizasse o projeto de ampliação da rede de distribuição de energia, para as zonas suburbanas do município fossem intensificadas.

A sessão do dia 30 de outubro de 1973. Os vereadores Raimundo Muniz e Messias Augusto das Neves trazem ao Plenário, requerimentos direcionados a ampliação e reparos da rede elétrica do município. Muniz

⁷ Nos autos do Projeto de Lei de 03/75 – CMP consta o ofício AC-PRT 61/75 que informa o Recenseamento Geral de 1970 que apresenta o número de 38.104 habitantes computados entre a cidade e zona rural. (IBGE Parintins – Amazonas 28/07/1975).

requereu à direção da CLETRAMAZON de Parintins, para estender a rede energética a Rua Melvin Jones, trecho compreendido entre às Travessas Coronel Araújo e 31 de Março. Messias Augusto solicitou reparos na rede energética no trecho compreendido por Vicente Reis e Travessa São Benedito. (p 10)

Em 26 de abril de 1974, o vereador Messias Augusto das Neves, encaminhou a mesa um requerimento “encaminhado ao Coronel Willy Pereira, Presidente das Centrais Elétricas do Amazonas S.A. com sede em Manaus para que o mesmo tome as necessárias providências no sentido de que seja controlado as irregularidades do fornecimento de energia elétrica por parte da CELETRAMAZON, que vem causando prejuízo ao publico consumidor, também enviando apelo para que em termos de urgência, se faça um levantamento técnico, a fim de possibilitar o aumento do potencial energético da atual usina que serve esta cidade”. (51 frente e verso)

Em resposta a solicitação do nobre vereador, no dia 14 de maio de 1974, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal encaminha à Casa Legislativa o ofício nº. 156/74 – PMP comunicando “que no prazo máximo de noventa dias, Centrais Elétricas do Amazonas S.A. – CELETRAMAZON iniciará as obras de instalação da rede de distribuição de energia elétrica em todas as ruas do bairro Itaguatinga, e que a realização desse importante serviço a Prefeitura Municipal dará a participação financeira de C\$ 35.000,00”.

AMPLIAÇÃO E REPAROS NA REDE ELÉTRICA

2

Os diálogos entre CELETRAMAZON, Prefeitura, Câmara de Vereadores e comunidade ganha outros “tons”. Nesse sentido no dia 18 de maio de 1976, o vereador Raimundo Ruy Mendes apresentou um requerimento direcionado a CELETRAMAZON para que coloque “lâmpadas nos postes de diversas artérias da cidade” argumentando que a “Prefeitura tem cumprido com sua obrigação, que é pagamento em dias da taxa de Iluminação o que vai além de 17 mil cruzeiros mensais e que a CELETRAMAZON não vem cumprindo com a sua parte, citou como exemplo a Av. Furtado Belém que acha-se às escuras”.

RESUMO ESTATÍSTICO DAS ATIVIDADES DO MERCADO MUNICIPAL

Em 16 de abril de 1974 o senhor Francisco Siqueira Neto, administrador do Mercado, encaminhou à Casa legislativa o Resumo Estatístico das Atividades do Mercado Municipal de Parintins, no ano de 1973. O documento traz uma descrição das demandas daquele logradouro, arrecadação, número de vendedores e seus respectivos produtos e as tabelas de preços dos gêneros ali comercializados.

TRÂNSITO 1

A realidade do trânsito em Parintins contabiliza um pequeno número de veículos motorizados. Porém as preocupações com relação a regularização dos veículos, habilitação dos motoristas e a organização do tráfego no município podem ser analisadas por meio dos episódios a seguir:

Em 22 de novembro de 1973, sob a presidência do vereador Geraldo Soares de Medeiros, o qual convidou a tomaram parte à Mesa da Presidência o Sr. Bendito Azedo – Prefeito Municipal, o Sr. Edimilson Nascimento – Delegado Geral de Polícia de Parintins. Realizada com finalidade pronunciar-se sobre o TRÂNSITO em Parintins.

Após a explanação o Delegado a respeito das ações a serem implantadas no município firmou o compromisso de que a delegacia expediria licença aos veículos motorizados, também seria responsável pela apreensão dos mesmos.

TRÂNSITO 2

O aumento de veículos motorizados suscita a organização de uma nova reunião de mesmo teor. Assim, em 14 de maio de 1974 o vereador Waldir Batista Melo solicitou a palavra dirigindo-se à Presidência informou “que estando em nossa cidade o Delegado do DETRAN,

Major Osório Fonseca Neto, achava que seria o momento oportuno para que essa Presidência formulasse um convite ao mesmo, a fim de debatermos assuntos que se relacionem como trânsito”.

A ideia foi aceita, e a reunião foi marcada e realizada no dia 17 de maio de 1974. O Sr. Presidente declarou aberta a sessão e convidou as seguintes autoridades a comporem a Mesa: o Senhor Major Osório Fonseca Neto – Delegado do DETRAN; o senhor Francisco Carneiro da Silva Capitão P.M Delegado Geral de Polícia de Parintins e o senhor Francisco Neto Administrador do Mercado Municipal de Parintins representando o Sr. Prefeito Municipal e disse “a finalidade desta reunião é tratar assuntos relativos ao trânsito em Parintins, em virtude de o Órgão Competente DETRAN se encontrar em nossa cidade”.

Com a palavra o Major Osório Fonseca Neto – Delegado do DETRAN, falou do Departamento Estadual de Trânsito, dizendo como funciona e qual a finalidade do seu funcionamento. Em seu discurso informou que era uma medida de educação para o trânsito em que o público alvo era os jovens, pois se faz necessário organizar a utilização do espaço urbano de forma a contemplar veículos e pedestres.

Em matéria de trânsito o Brasil encontra-se em um dos melhores países do mundo. No Amazonas o DETRAN já começou suas atividades em todos os municípios. Em matéria

de trânsito depois de Manaus é Parintins. Há em Parintins depositado no Banco do Estado S.A., o capital de colhido pela Delegacia Geral de Polícia para ser usado em benefício, em serviço de Parintins, isto com relação a trânsito. É uma situação excelente, o caso de organização de trânsito em Parintins. Isto é prova que Parintins está em pleno Progresso, onde motoristas podem receber suas carteiras de habilitação.

O vereador Raimundo da Silva Lago fez perguntas com relação à educação de trânsito. O Sr. Major respondeu-lhe dizendo que “será adotado nas escolas associado à matéria educativa Educação Moral e Cívica, noções sobre trânsito”.

O RECONHECIMENTO AOS JAPONESES

Em 06 de junho de 1973, o vereador Geraldo Medeiros apresenta homenagens póstumas a Yoshimasa Nakauchi, falecido em 04 de junho, na cidade de Belém. (p. 188)

Senhor Presidente: Ocupo a Tribuna da Câmara Municipal de Parintins, para apresentar Homenagem Póstuma ao nipônico-parintinense YOSHIMASA NAKAUCHI, falecido no dia 4 deste mês, na cidade de Belém, estado do Pará. Senhor Presidente, senhores vereadores: No ano de 1933, chegando ao Amazonas, procedente do Japão, o Sr. YOSHIMASA NAKAUCHI, e recebera do Instituto Amazônia, um lote de terras no Paraná do Ramos, com finalidade de

realizar experiência da juta, juntamente com outros companheiros japoneses, entre eles, o sr. Ryota Oyama e sr. Kotaro Tuji, sendo que este último era o diretor do “Instituto” e técnico responsável pela experiência. – Da experiência, hoje realidade e responsável por grande parte da Economia do nosso Estado. – NAKAUCHI, portanto, foi um dos lutadores pelo desenvolvimento de nossa região, pois nos últimos anos de sua vida, quando já sentia a fraqueza de suas forças para o árduo trabalho da juta, não abandona definitivamente, mas dedicou-se mais a horticultura, passando assim, a ser o principal fornecedor de hortaliças do nosso mercado. – Agricultor simples, desprovido de qualquer vaidade humana, porém, estimado por todos os parintinenses, desde o mais humilde, as mais altas autoridades da idade. – Senhor Presidente, senhores vereadores: justificando esta homenagem, passo a citar as honrarias que foram outorgadas ao Sr. NAKAUCHI, por autoridades brasileiras e japonesas. - 193- - Recebeu Diploma de Honra ao mérito, expedido pelo sr. TSUKASA UYTSUKA, Diretor-Presidente da Amazônia. Pelos esforços nos afãs dos trabalhos, por ter melhorado o nível técnico da agricultura, principalmente no setor da seleção, e cultivo de nova espécie, isso devido à sua descoberta da nova juta indiana – 1938 – recebeu Diploma de honra ao Mérito, em homenagem aos trabalhos, pelo Departamento de Agricultura do Consulado Imperial do Japão sediado em Belém, pelos seus empreendimentos realizados, os quais resultaram melhoramentos e incrementação da agricultura. – 1958 – Recebeu Diploma de Honra ao Mérito, juntamente uma taça Meritória da ordem de

Madeira, expedido pelo Ministro dos Assuntos Estrangeiros do Japão Tóquio. Esforços pelo êxito, no Brasil para o desenvolvimento e melhoramento dos imigrantes de nosso país e contribuiu para estreitamento das relações amistosas entre Brasil e Japão. 1968 – Recebeu Diploma de Honra ao Mérito, expedido pelo Presidente da Câmara Municipal de Parintins, Sr. José Pedro de Almeida Faria, o título honorífico de CIDADÃO PARINTINENSE, pelos relevantes serviços prestados a agricultura neste município, principalmente com a introdução da cultura da juta, marco de uma fase de progresso na economia e diversos Estados situados na região amazônica. – 1969 – Recebeu Diploma de Honra ao Mérito, conferido no ensejo do festejo do quadragésimo ano de imigração japonesa na Amazônia. Expedido pelo Diretor-Presidente da associação Pan-Amazônia, Nipo-Brasileira, sr. Kotaro Tuji, pelos relevantes serviços prestados pela cultura de jutas, e de outros novos empreendimentos nesta região. Senhor Presidente, faço este registro como dever de justiça, solicitando que seja transcrito nos anais da Casa, assim como oficializado aos seus familiares e a Associação japonesa, sediada em Parintins, enviando condolências. A) Geraldo Soares de Medeiros. (livro ata 1969-1973 p. 188-189).

HOMENAGEM AO DIA DO PROFESSOR

A Sessão solene 15 de outubro de 1973, realizada às 17:30 marca a reabertura dos trabalhos da Casa Legislativa contou com a presença das autoridades: Dr. Benedito de Jesus Azedo, Prefeito Municipal, Alberto Kimura Filho, Vice-prefeito Municipal, o Sr. Eduardo França Lessa, Diretor do Colégio Batista de Parintins, o Sr. Crispim, Delegado Geral de Polícia de Parintins, o Dr. Armando Ferreira Vidônio, Chefe da Unidade Mista de Parintins (FSESP), o Sr. Lazaro Garcia, Agente dos Correios e Telégrafos de Parintins, a Sr. Miraselva Brasil, Supervisora do Projeto SUMAUMA.

Após explanação do Sr. Prefeito sobre as realizações por parte do Executivo em parceria com o Legislativo no primeiro semestre o Exmo. Sr. Presidente, designou o vereador Raimundo da Silva Lago, para em nome da Casa, prestar homenagem ao dia do Mestre, o qual transcrevo:

Ilustres Professores um feitiço de certeza, um poder de verdade, um loucura de amor, assim eu falo em você, assim eu falo, em todos os mestres do mundo. Queria ter a certeza de vingar, dando a sabedoria, queria ter a ternura dos poucos fortes, que iluminados, haverão de vencer. Criaturas nobres e de ideais dos grandes, nas palmas e delicias do sumo, acampados em lapa donzela ou um passo a mais, porém uma historia a mais de alguém que aprendeu com você. Levas toda a historia do

mundo, para contar aos que não puderam ouvir, levas todas as vidas perdidas que não puderam aprender um caminho a seguir. Soldados de lutas e grandes vitórias, servidores plausíveis, congregateiros intentos da imagem confusa de um mundo diferente. Pautastes os teus caminhos na sombra do teu corpo, ornastes os teus pendores com os bons frutos de tua inteligência. Nos orgulhamo-nos de ti, ó mestre querido! Hoje 15 de outubro de 1973, comemora-se o dia do mestre. Nem um favor se faz em dizer as verdades e não estaríamos dizendo mais daquilo que mereces. Tuas fontes são limpas e tranquilas, nelas buscamos a sorte do futuro, nelas buscamos o alimento do futuro, nelas buscamos as homenagens de um sonho findo e realizado. Saturados às vezes, desgostos e de injustiças, continuas firme, sereno, resoluto, não olhando o passado o passado, a não ser quando ele interessa a história da sabedoria. Os degraus subidos na escada da vida são espelhos refletores da justiça e de verdade, no palco da vida, revigoras o amor pela vitória e nada te faz recuar aos compromissos assumidos. Quantas vezes fostes abatido pelas incompreensões dos que não imaginam o volume de tuas responsabilidades. Quantas vezes teu coração, pareceu triste e despedaçado por não saberes compreender os teus discípulos. Quantas vezes, lágrimas solavam dos teus sentimentos nobres e de paz, porque, fostes agradecido, maltratado, humilhado e incompreendido. Nós topamos vocês queridos mestres, por isto e por tudo mais, apesar de tudo tu continuas inflexível e resoluto imperturbável e tremendamente justo. Nós ficamos felizes, porque um dia, mesmo depois de muito tempo, alguém lembra de ti,

lembra de tuas exigências, lembrás de teu tom forte e vigoroso, de teus gestos sérios e às vezes até ríspidos, mas o mais importante, eles são reconhecidos como gestos de justiça e de amor. Amor sim, porque suas intenções são a de dar a luz e não deixar permanecer na escuridão de amor sim, porque zelas pela atenção e pelo respeito à ambiguidade e a confusão nos pensamentos dos homens. Deus tem seguido os teus caminhos e tem sentido que mereces muito mais daquilo que tens recebido. A Deus, nós pedimos saúde para todos os mestres do mundo a fim de cumprirem os seus trabalhos, pedimos para todos os seus familiares e discípulos. Pediremos ainda, a paz, a harmonia, a compreensão e o respeito para você, ó ilustre mestre. Saúde, paz e amor, somente isto tem levado ao mundo, a cultura através dos mestres. Hoje pediríamos apenas o que achamos muito importante e que ainda não foi concedida aos mestres brasileiros, “a Justiça” e o “Reconhecimento”, por tudo o quanto ele tem feito em benefício da terra e dos homens. Recebam mestre parintinenses e em extensão, todos os mestres do mundo, a solidariedade do Poder Público, a Câmara Municipal de Parintins, a qual integro orgulhosamente, como colega e amigo de todos vocês e pela qual fui escolhido para saudar todos os mestres do mundo. Não prometerei, porém não custará pedir que é justo e esperarei um dia poder fazer tudo aquilo que pedir em nome do povo parintinense. Esta é a homenagem que achamos justa e que em nome da Câmara, faço como vereador e como mestre também, com muito orgulho e justiça a todos vocês ilustres mestre dos homens. Facultada a palavra o Sr. Eduardo França Lessa, diretor do Colégio Batista de

Parintins, o qual saudou a Câmara pela festa magna que ora participava, e também pela passagem dos 121 anos de aniversário de Criação do Município de Parintins e agradeceu pela saudação prestada em nome da Câmara aos Mestres, dizendo algo a mais sobre o dia comemorado e dedico aos ilustres professores. Afirmou que, hoje o que mais vale é a cultura levada aos discípulos por esses dedicados Mestres que buscam saber através das grandes histórias pesadas e contemporâneas, agradecendo em nome de todos os Mestres do Mundo. Continuou facultada a palavra. Não havendo mais quem quisesse usar da palavra, o Sr. Presidente encerrou a presente sessão, agradeceu a presença de todos, convidando-as para tomar uma taça de refrigerante. Eu Luis Reis de Oliveira, secretário a escrevi. (LIVRO DE ATAS, 1969/1973, p. 193/196).

AÇÕES DO LEGISLATIVO – 1976

Sessão Solene da Câmara Municipal de Parintins do dia 15 de abril de 1976.

A Sessão Solene da Câmara Municipal de Parintins do dia 15 de abril de 1976 abre os Trabalhos do Período Legislativo. Estiveram presentes na sessão e compuseram a mesa diretora: Prefeito, Vice-prefeito, Deputado Estadual Sr. Gláucio Bentes Gonçalves, Representante do Colégio Batista de Parintins Professora Eglantina Brelaz Lessa, Representante do Colégio Nossa Senhora do Carmo Dr. Algenor Maria da Costa Teixeira e o Presidente do Diretório da Aliança Renovadora

Nacional Sr. Benedito Araújo Manso. Com a Palavra o Dr. Prefeito Municipal o qual falou de notícias significativas para o Brasil e para todos os cidadãos brasileiros. Este pronunciamento enfatiza o apoio ao Governo Central e o diálogo entre as esferas governamentais.

O Exmo Sr. Presidente da República tem pedido insistentemente que os brasileiros em geral “abram as janelas” para verem o mundo lá fora o que tem acontecido nos países vizinhos ou não ao nosso, a desordem, a anarquia, para poderem comparar o que há de diferença aqui no nosso querido Brasil, pois até o presente momento desfrutamos de paz e segurança em todos os fatores quer religioso, político ou qualquer sentido a nossa liberdade está conservada. (...) O serviço de luz que nos é fornecido pelas Centrais Elétricas do Amazonas – CELETRAMAZON, que muitos benefícios trouxe a Parintins, o serviço de água que melhorou consideravelmente e via melhorar mais quando se estender totalmente aos bairros novos. O Aeroporto que não é o melhor, mas que veio minorar os problemas de quantos precisam transitar por nossa cidade, quanto ao Porto falou que está em andamento a parte que será flutuante e que só poderá ser colocado depois do estaqueamento de ferro e aço que só poderá ser feito quando as águas baixarem, referiu-se à criação do ensino de 2º Grau no Município dado pelo Governo o que a muito precisávamos e que foi a Câmara que o autorizou a usar a verba necessária para o repasse de algumas salas de aula no Colégio Nossa Senhora do Carmo.

RESTRIÇÕES DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

A conquista da remuneração fixa dos vereadores trouxe à luz das discussões as restrições da legislação trabalhista em vigor. Assim, no dia 20 de abril de 1976, o vereador Geraldo Soares de Medeiros apresentou um pedido de licença por 283 dias e sua respectiva justificativa informando que “pelas leis trabalhistas não poderia exercer as duas funções uma vez que agora o vereador já possuía remuneração fixa, e que este fez a escolha pelo ordenado de sua repartição”.

Em vistas de contornar tais situações as negociações foram direcionadas para a construção de mecanismos que assegurassem a manutenção dos mandatos, uma vez que a maioria dos eleitos tinha profissões consolidadas.

Nesse sentido a Sessão do dia 27 de abril de 1976, no expediente constou a Comunicação da Câmara dos Deputados feita pelo Deputado Federal **Epitácio Cafeteira** solicitando aos senhores vereadores da Câmara Municipal de Parintins o exame da Emenda Constitucional que pretende submeter ao exame do Congresso Nacional nos primeiros dias da Sessão Legislativa de 1976 e para qual pede sugestões críticas ou apoio a sua proposição, cuja valorização passa a depender das articulações partidadas dos Legislativos Municipais.

A Proposta de Emenda Constitucional⁸ de 1976, dispõe sobre a remuneração dos vereadores, alterando o § 2º do Artigo 15 da Constituição Federal. As mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do Artigo 49 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao Trecho constitucional. – Artigo Único – O § 2º do Artigo 15 da Constituição Federal passa a ter a seguinte redação: “§ 2º - A remuneração dos vereadores terá a natureza e valor jurídico de representação e será fixada pelas respectivas Câmaras Municipais, nos limites e segundo critérios estabelecidos em Lei complementar.”

O vereador Waldir Melo falou que a emenda solucionaria as razões de afastamento como do nobre vereador Geraldo Soares Medeiros, e com em nome da bancada do MDB congratulou-se de pleno acordo com o ofício do Deputado, pois permitirá que profissionais como médicos, advogados poderão participar do mandato.

Contudo a remuneração fixa dos vereadores estabeleceu o critério de que os vereadores poderiam exercer suas funções profissionais e políticas desde que não houvesse incompatibilidade de horários.

⁸Informamos que a ausência do número da Emenda Constitucional se deve ao fato do Livro de Atas estar rasurado.

INSTALAÇÃO DE PORTÕES NO BAIRRO DE PALMARES

No dia 20 de abril de 1976, Raimundo Muniz, encaminhou um requerimento pedindo ao Sr. Prefeito “que aproveitando a visita do Exmo. Governador do Estado em nossa cidade estudarem juntos, a possibilidade de tentar solucionar o problema do bairro de Palmares, no sentido que sejam abertos dois portões: um em frente a rua Paes de Andrade e outro em frente à Rua Coronel Araújo, visto que muitos estudantes o procuraram e explicaram a dificuldade de se deslocarem até suas escolas”.

O vereador Geraldo Medeiros explicou que no projeto do Aeroporto existiam essas vias de acesso, mas a Companhia COMARA não aceitou e proibiu expressamente que fossem abertos os portões. O requerimento foi aprovado por unanimidade.

O ATERRO DA FRANCESA 2

O vereador Vivaldo Marchão de Carvalho, no dia 23 de abril de 1976, apresentou o requerimento que pede que seja feito o “nivelamento através de muro de arrimo e aterro posteriormente pavimentação da Avenida Amazonas, trecho compreendido Travessa Furtado Belém até Travessa João Meireles”.

QUESTÃO DE ORDEM

Na sessão do dia 23 de abril de 1976, Raimundo Muniz Rodrigues apresentou um requerimento pedindo providências em favor dos moradores do bairro de Palmares, proximidades do “Campus” Avançado, que mencionam a existência de uma casa frequentadas por mulheres solteiras, pedindo que este seja encaminhado ao Delegado de Polícia e ao Sr. Juiz de Direito da Comarca de Parintins. Waldir Melo pediu que fossem inclusos outros locais no centro da cidade que tem mesma finalidade “Sombra da Lua”, “Castelinho”, “Beija Flor” e “Carapirá” no bairro de Palmares. Aceito por unanimidade.

PROJETO DE LEI Nº 01/76

Em 23 de abril de 1976, os vereadores Raimundo Ruy Mendes, Raimundo Muniz e Edson Gadelha, apresentam o Projeto de Lei nº 01/76 que dá denominações oficiais as Ruas e Travessas existentes no Bairro Santa Clara. O referido projeto apresenta o seguinte texto:

Art. 1º A Avenida cognominada de Portugal, no Bairro Santa Clara, passa a denominar-se de AVENIDA NAKAUTH

a) Ficam mantidas as denominações de RUA JOAQUIM PRESTES, AVENIDA

DESEMBARGADOR JOÃO CORRÊA, RUA FRANCISCO AUGUSTO BELÉM e RUA IZABEL BELÉM;

b) A travessa cognominada de Imperatriz Tereza, passa a denominar-se de RUA EDILCE BARANDA;

c) As duas (2) ruas paralelas a Herberth de Azevedo, passam a denominar-se de RUA HIROSHI NOMURA E RUA FRANCISCO FERREIRA;

d) A rua paralela a Edilce Baranda, passa a denominar-se de RUA LUIZ GONZAGA. (Autos do Projeto de Lei nº. 01/76)

PROJETO DE LEI Nº. 03/76

O Projeto de Lei nº. 03/76, também apresentado em 23 de abril de 1976, dá denominação às estradas que integram o Plano Rodoviário Municipal, e dá outras providências.

Estrada PR1 – ligando Parintins ao Paranema, passará a ter a denominação de ESTRADA MANOEL LAUREANO;

Estrada PR2 – Vila Cristina – passará a ter denominação ESTRADA RAIMUNDO APOLÔNIO;

Estrada PR3 – Aninga – passará a ter a denominação de ESTRADA DÁRIO AUGUSTO DA SILVA;

Estrada PR4 – Contorno – passará a ter denominação de ESTRADA DOMINGOS VIANA;

Estrada PR5 – Colonos - Boa Esperança/Toledo Pizza - passará a ter a denominação de ESTRADA JOÃO BATISTA MARQUES;

Estrada PR6 – Aeroporto – passará a ter denominação de ESTRADA SALVADOR DE MOURA;

Estrada PR7 – Zé Assú – passará a denominar-se de ESTRADA ERNESTO HAURADOU. (Autos do Projeto de Lei 03/76. 23/04/1976 de autoria dos vereadores Raimundo Ruy Mendes, Raimundo Muniz e Edson Gadelha)

ÓRGÃO RODOVIÁRIO MUNICIPAL - 1976

Em 27 de abril de 1976 o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, informa por meio do Ofício Sv. P/1 n° 0658, a liberação da quota do FRM referente ao 4º. Trimestre, no valor de CR\$ 232.644,77, em favor do Órgão Rodoviário Municipal. O Decreto 03/76 – PMP, ORÇA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO SERVIÇO RODOVIÁRIO MUNICIPAL DE PARINTINS, para o exercício de 1976.

MELHORAMENTO DE RUAS E AVENIDAS 1976

O ano de 1976 enfatiza as solicitações anteriores. Nesse sentido, em 20 de abril de 1976, o vereador Vivaldo Marchão de Carvalho apresentou um requerimento pedindo o piçarramento e terraplanagem nas estradas do Parananema, Aninga e Macurany. O vereador Raimundo Ruy Mendes explicou que tais reparos estão previstos no orçamento do Plano

Rodoviário. Vivaldo Marchão argumentou “que nem tudo que está previsto no plano está sendo cumprido”.

Em 27 de abril de 1976, o vereador Raimundo Muniz Rodrigues, solicitou por meio de requerimento, para seja feita a terraplanagem e aterro nas áreas da Travessa Gomes de Castro, trecho entre a Avenida Amazonas e Avenida Getúlio Vargas e Beco Getúlio Vargas entre Gomes de Castro e a Rio Branco.

Na sessão do dia 06 de maio de 1976, Raimundo Muniz solicita o calçamento da Rua Leopoldo Neves, “pois este virá beneficiar os transeuntes à Rádio Alvorada, seminário João XXIII e o Estádio Tupy Cantanhede e mesmo o Aeroporto de nossa cidade”. Na mesma sessão o vereador Raimundo Ruy Mendes requereu junto ao Chefe do Executivo “a terraplanagem e se possível o piçarramento de toda a extensão da Rua Paraíba, antiga Augusto Severo, no bairro de Palmares”.

Em 07 de maio de 1976, o assunto foi recorrente. Edson Gadelha encaminha solicita a retirada do lixo existente na Rua Senador Álvaro Maia, próximo ao Cine Oriental II.

Raimundo Muniz apresentou um requerimento, acompanhado de várias assinaturas, solicitando o reparo da Estrada Parintins-Parananema trecho que passa em frente ao Campo Grande “que não oferece trânsito aos pedestres muito menos aos carros que por ali transitam”; e Vivaldo Marchão pede “o serviço de terraplanagem e piçarramento da Rua 31 de Março”.

Por fim no dia 28 de maio de 1976, vereador Raimundo Muniz encaminha a solicitação para que seja “feito aterro da Rua Marechal Castelo Branco, trecho compreendido entre à Rua Furtado Belém e Quinta da Boa Vista”.

POLICIAMENTO 2

Em 30 de abril de 1976, Raimundo Muniz Rodrigues solicitou que seja encaminhando ao Delegado Geral de Polícia de Parintins que intensificasse o policiamento no Bairro de Palmares próximo ao “Campus” Avançado em razão de estudantes terem sido agredidos naquele local.

PONTE DA FABRILJUTA

O ciclo das águas também é um fator que pressiona os encaminhamentos por parte dos vereadores. De forma que no dia 30 de abril de 1976, o vereador Vivaldo Marchão de Carvalho apresentou um requerimento solicitando ao Sr. Prefeito Municipal que seja providenciado “o aterro da estrada Parintins-Parananema, trecho da Ponte até em frente a casa de força da Fabril Juta” justificando que ao período da subida das águas, o trecho é por onde passam os trabalhadores da Fabril e o aterramento melhoraria o trânsito dos mesmos.

Diante desta realidade o vereador Waldir Melo solicitou a construção de uma “ponte de madeira no trecho da Estrada Parintins-Parananema em frente a Fabril Juta” justificando que todo ano que trecho alaga e traz muitos transtornos aos moradores do Aninga, Macurany e Parananema. (Livro de Atas 1974 a 1976).

Em resposta a solicitação de Waldir Melo, o vereador Raimundo Muniz Rodrigues explicou que em entrevista com o Sr. Prefeito falaram sobre a ponte “este esclareceu que assim que terminar a ponte no bairro de Santa Clara irá completar a ponte da Fabril Juta, e afirmou que espera dentro de 48 (quarenta e oito) horas resolver o problema, caso os dirigentes da FabrilJuta concordassem poderiam abrir o portão que dá para parte onde ficam as casas residenciais de seus funcionários, não precisaria completar a ponte, falou que em vista da FabrilJuta não contribuir para os cofres do Município em razão de ter a sua isenção de impostos, bem que poderia cooperar com os moradores das circunvizinhanças abrindo o portão” (Livro de Atas 1974 a 1976).

No dia 21 de maio de 1976 Raimundo Ruy Mendes encaminhou à Mesa um requerimento endereçado à Companhia de Juta Parintins – FABRILJUTA, “apelando para que colabore com os criadores do Parananema, Aninga e Macurany, para que dê permissão aos mesmos, transitarem com seus animais pelo terreno da referida companhia”, tal solicitação se dá

em razão das águas terem subido muito e causando danos aos rebanhos. (Livro de Atas 1974 a 1976)

14º. ANIVERSÁRIO DO COLÉGIO BATISTA DE PARINTINS

No dia 30 de abril de 1976, Messias, Augusto das Neves, apresentou um requerimento formal, que fossem enviadas congratulações ao Sr. Diretor do Colégio Batista de Parintins pastor Eduardo França Lessa, pelo 14º. aniversário do Colégio Batista de Parintins – CBP, o qual “trouxe grande ajuda no campo da Educação aos parintinenses que ali buscam a luz do saber naquele tradicional educandário.” (Livro de Atas 1973 a 1976)

HOMENAGEM AO DIA 1º. DE MAIO

Na sessão do dia 30 de abril de 1976, Waldir Melo fez um pronunciamento sobre o dia 1º de maio, e aqui segue transcrito conforme registro nos arquivos oficiais da Câmara Municipal.

Senhor Presidente, Senhores Vereadores,
Sempre que ocupamos esta Tribuna o fazemos com pensamento voltado para Deus, para que nossa voz e conseqüentemente nossa ideia seja ouvida e consiga a sensibilidade dos nossos pares. Hoje queremos nos congratular como os trabalhadores parintinenses, mais precisamente com os assalariados, classe que eu me orgulho

de pertencer, pela grande data que se comemora no próximo sábado, ou seja, o 1º de maio, que é consagrado em quase todo o universo como o Dia do Trabalhador. Classe que luta contra tudo e contra todos, por exemplo, salário irrisório, custo de vida alto e ainda os imprevistos do destino, mas mesmo assim luta com bravura e ajudados por Deus conseguem sua sobrevivência. É do nosso conhecimento que as autoridades constituídas têm olhado a classe trabalhadora criando leis que vem beneficia-los em partes, mas ainda tem muito a desejar o trabalhador, para melhorar a sua estrutura e assim poder dar melhores dias à sua família. Achamos que a data de 1º de maio o dia do trabalhador deveria receber mais atenção dos poderes municipais, para na comemoração mais condigna a fim de dar um dia de alegria ao trabalhador de nossa cidade infelizmente isso não acontece. O trabalhador de nossa cidade é sempre tido como elemento de produção nunca é reconhecido o seu real valor ou sua capacidade. Oxalá neste dia de 1º de maio o Governo Federal possa decretar um salário mínimo que venha se não acabar, mas pelo menos amenizar esta situação tão angustiante se formos relacionar o atual salário mínimo com o custo de vida, ficaremos estarecidos com o resultado.

CEMITÉRIO SÃO JOSÉ 2

Somente 1976 o assunto volta ao Plenário. Raimundo Ruy Mendes, em 04 de maio de 1976, apresentou um requerimento solicitando a construção de um passeio em concreto da entrada do Cemitério São José até o Cruzeiro.

SUPERVISÃO EDUCACIONAL NA ZONA RURAL

A sessão do dia 11 de maio de 1976 contou com a presença da professora Vilma Ribeiro a qual fora convidada a prestar esclarecimentos sobre a educação na área rural do município.

O vereador Raimundo Ruy Mendes perguntou 1. Se há um convênio entre a Prefeitura e a Secretaria de Educação. 2. Qual o número de professores na zona rural atualmente? 3. Qual o critério para o funcionamento dessas escolas? 4. Perguntou quanto o pagamento dos professores como é feito?

Em resposta a professora informou que existe um convênio entre a Prefeitura e a Secretaria de Educação. Sobre o número de professores atuantes na zona rural informou que atualmente o Município conta com 120 professores. Em relação período letivo “nas áreas de terra firme funciona de maio a dezembro o período escolar e que nas áreas de várzea só funcionam as aulas

em julho e que vai até abril por causa da subida das águas.” (Livro de Atas 1973 a 1976)

Sobre o pagamento dos professores disse que “o Estado entra com CR\$ 250,56 para cada professor e a outra parte é a Prefeitura quem complementa este ordenado e que em virtude do recente convênio a prefeitura ainda não dispõe exatamente da quantia que irá dar aos professores” (Livro de Atas 1973 a 1976)

Sobre a questão da merenda escolar o vereador Waldir Melo perguntou se havia um convênio com outro órgão? A professora informou que havia um convênio com o CENAE (merenda escolar) na base de 10.000 (dez mil) alunos foram cadastrados, para que recebam o auxílio “merenda escolar”. Perguntou ainda sobre os livros fornecidos para as escolas, como é de onde vem? A professora respondeu que estes “vem do Instituto do Livro, ou do Banco do Livro através do Ministério da Educação e Cultura – MEC”.

Quanto à maneira de como são adquiridos pelos alunos? Ela respondeu “cada um tem que assinar um recibo e dar uma taxa com o compromisso de devolver o livro assim que terminar o ano letivo” A prefeitura assumiu o pagamento e o aluno ficou isento do pagamento da taxa.

Perguntou ainda sobre a possibilidade de haver uma supervisão no interior? A resposta versou no sentido de que “o problema já foi sentido, embora houvesse a colaboração do MOBREAL e ACAR-AM, neste sentido

por serem entidades ligadas à zona rural. Falou também que no início do ano fez uma viagem de supervisão visitando as comunidades e observou em todos os sentidos ser necessária a supervisão mais intensa e que o Prefeito oficiou ao Governo e a Secretaria de Educação que a Professora Wilma Ribeiro fosse designada para fazer a supervisão e a resposta foi positiva, e ela estava à disposição a partir desse mês”.

POSTO DE IDENTIFICAÇÃO 2

Retomando a discussão, em 20 de maio de 1976, Raimundo Muniz Rodrigues encaminhou novamente um requerimento para que fosse oficiado ao Governo do Estado e Departamento de Segurança Pública a criação de um posto de identificação em Parintins. O vereador Waldir Melo contra argumentou que tal solicitação já havia sido apresentada por quatro vezes anteriormente, e que os Deputados Gláucio Gonçalves e José Dutra já se manifestaram e o Sr. Prefeito já enviou uma funcionária à Manaus para receber treinamento, mas até o presente o momento o Posto ainda não está funcionando.

CRÉDITO ESPECIAL

O Projeto de Lei nº. 01/76 - PMP, de 25 de maio de 1976, Abre no orçamento vigente da Prefeitura

Municipal de Parintins Crédito especial no valor de C\$ 453.106,00 e dá outras providências.

O vereador Ruy Mendes informou sobre os motivos de ser expedido o crédito especial, este se fundamenta no excesso de arrecadação do município pelo Fundo de Participação. Argumentou sobre a urgência do tema e solicitou dispensa de interstício ao referido projeto. O Sr. Presidente perguntou aos senhores vereadores se estavam de acordo que houvesse a dispensa de interstício pedida pelo vereador Ruy Mendes. Waldir Melo se manifestou contrário ao pedido e ao projeto.

No dia 01 de junho de 1976, a Comissão de Finanças e Orçamento apresentou parecer favorável ao Projeto de Lei nº. 01/76 – PMP, o qual foi bastante discutido pelas bancadas oposicionistas e situacionistas. Colocado em votação houve um empate e a Presidência desempatou com *Voto de Minerva* favorável ao parecer.

INSTITUIÇÕES DESPORTIVAS RECEBRÃO TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA

Em 27 de maio de 1976, Raimundo Muniz Rodrigues encaminha à mesa um Projeto de Lei que declara de utilidade pública as seguintes associações desportivas: JAC ATLÉTICA CLUBE, ESTRELA DO NORTE ESPORTE CLUBE E SÃO CRISTÓVÃO ESPORTE CLUBE e os respectivos estatutos das

instituições desportivas de Parintins indicadas a serem declaradas de utilidade pública.

**ALDAIR KIMURA SEIXAS – NOMEADA
DIRETORA DA UNIDADE EDUCACIONAL DE
PARINTINS**

Na sessão do dia 28 de maio de 1976, Waldir Melo encaminhou à Mesa um pronunciamento dedicado a Sra. Aldair Kimura Seixas – Diretora da Unidade de Educacional de Parintins. Uma homenagem a professora em caráter de agradecimento e reconhecimento por sua dedicação a educação no município de Parintins.

Sr. Presidente, Srs. Vereadores. No cumprimento de nossos deveres, temos levantado neste plenário, ora para defender, ora para criticar, ora para homenagear, mas sempre com o desejo de cumprir a missão que nos foi confiada, dando assim satisfação dos nossos atos ao Povo. Hoje, estamos fazendo uso da palavra, para prestar a nossa homenagem a uma professora, filha de tradicional família de nossa cidade, onde nasceu, cresceu e formou-se na arte de educar. Prezados companheiros, todos vós sabeis o quanto é duro a Missão de Educar, pois o Professor na lida cotidiana, tem que aceitar sempre com um sorriso, todas as diabruras praticadas pelos seus alunos, dentro do consenso das Leis da Educação. Vós sabeis também, qual trabalho de uma mãe para criar seus filhos, o Professor educa os filhos de

todos. Todos nós Sr. Presidente e Srs. Vereadores, temos um objetivo em nossa vida ao abraçarmos uma profissão, firmamos em nosso íntimo o propósito de chegarmos ao píncaro da glória, mas para que isso aconteça, temos que nos dedicar à profissão escolhida, sem medir esforço, com trabalho e honradez. Foi exatamente imbuído neste propósito que tivemos a felicidade de encontrara a Diretora do Ginásio Estadual de Parintins em 1974, a professora Aldair Kimura Seixas, por que nesse ano cursávamos a 6ª. Série do 1º. Graus naquele estabelecimento de ensino. Dizemos felicidade, porque acompanhamos sua dedicação, dando tudo de si para a grandeza de seu Ginásio e de seus alunos. Sua maior preocupação era fazer com seus alunos ao término do 1º. Graus, saíssem de seu Ginásio, preparados para enfrentar a sociedade e a nova etapa de estudos com honradez e dignidade. A sua dedicação era tal que, tantas vezes a vimos doente, mas mesmo assim junto com seus alunos, de manhã, de tarde e de noite. Quantas vezes a vimos com lágrima nos olhos por saber que um de seus alunos havia praticado algo que fosse de encontro aos preceitos de um Regulamento. Quantas vezes a vimos discutindo com ardor e fibra pelos direitos de seus alunos e professores. No dia 11 de maio, seu trabalho e sua dedicação forma premiados com um Decreto baixado pelo Sr. João Bosco Ramos de Lima, mui digno Governador do Estado do Amazonas, junto com o Secretário de Educação e Cultura do Estado, Sr. Mário Amorim, que nomeou a digna professora Aldair Kimura Seixas, ao cargo de Diretora da Unidade Educacional de Parintins. Parintins, 28 de maio de 1976. a) Waldir Batista Melo.

PROJETO DE LEI Nº. 05/76

O Projeto de Lei nº. 05/76, de 31 de maio de 1976, concede título de cidadão benemérito ao Sr. Henoch Reis – Governador, João Bosco Ramos de Lima – Vice-Governador e ao Secretário de Estado e Transportes José Oliveira Fernandes.

PROJETO DE LEI Nº. 06/76

A respeito do Projeto de Lei nº. 06/76, de 31 de Maio de 1976, o vereador Geraldo Medeiros faz o seguinte pronunciamento “por várias vezes esta Casa tem outorgado títulos a várias pessoas, mas que desta vez trata-se de um homem humilde como é o Sr. Otávio Guedes de Araújo, um agricultor que merece receber esta homenagem”. A respeito do projeto em si, salientou que o mesmo apresenta uma pequena falha, pois em vez de “Cidadão de Parintins” se diga “Cidadão Honorário” tal sugestão foi devidamente aceita pelos senhores vereadores e obteve aprovação por unanimidade.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 01/76

No dia 01 de junho de 1976, o vereador Geraldo Soares de Medeiros encaminha a solicitação de cancelamento do pedido de licença baseado nos termos do artigo 18 da Resolução nº. 01, de 15 de janeiro de

1971. De volta à Casa Legislativa o vereador apresentou o Projeto de Resolução nº. 01, de sua autoria que dispõe sobre o artigo 75 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Parintins. A redação final da Resolução ficou assim definida:

A Câmara Municipal de Parintins reunir-se-á, três vezes por semana, nos dias de terça, quinta e sexta-feira em seus períodos ordinários, às 17:30 horas, podendo haver mais uma sessão a requerimentos de qualquer vereador. (Autos do Projeto de Resolução n. 01/76)

VISITA ILUSTRE

No dia 03 de junho de 1976 a sessão contou com a presença do Deputado Federal Rafael Faraco, após ser saudado pelo Sr. Presidente e senhores vereadores, se pronunciou dizendo que “há tempo desejava vir a Parintins em um período que a Casa Legislativa estivesse em atividades”. A respeito da evolução política dos líderes locais enfatizou que a cidade possui uma excelente representação e que esta visita marcaria sua vida política. Disse “que com o conhecimento adquirido em suas atuações no Congresso Nacional e por esta razão tornou-se conhecedor das realidades existentes no país “é que percebe a realidade da Amazônia com seus 7.000.000 (sete milhões) de habitantes, principalmente a Amazônia Ocidental, desperta para o seu desenvolvimento” e que irá continuar lutando pelos

direitos e independência econômica da Amazônia brasileira.

Ata da Sessão Solene de reabertura dos trabalhos Legislativos do segundo período ordinário, realizada em 15 de outubro de 1976.

Com a palavra o senhor Prefeito Municipal – a finalidade era apresentar o Orçamento programa para o exercício financeiro de 1976. Lembrando que ele estaria ainda por um mês à frente da Prefeitura Municipal em um mandato em caráter de prorrogação, ele teve o cuidado e o carinho de fazer um Orçamento que contemplasse a gestão do próximo Prefeito. “para isso solicitou uma Comissão do ICOTI para a elaboração do mesmo e através do 1º. Seminário Comunitário realizado em nossa cidade, onde foram ouvidas pessoas de várias classes e com as ideias dadas e estudadas foi elaborado o Orçamento. Pediu o Sr. Prefeito que os ilustres vereadores procurassem fazer um estudo minucioso do Orçamento e que colocava a disposição da Câmara, para qualquer esclarecimento o funcionário da Prefeitura, Lauro de Castro Alves que no decorrer de um curso de 10 dias na capital amazonense assistiu a elaboração do mesmo.

ORÇAMENTO-PROGRAMA 1976

A Sessão solene de reabertura dos trabalhos legislativos, realizada em 15 de outubro de 1976. Com a palavra o senhor Prefeito Municipal – a finalidade era apresentar o Orçamento programa para o exercício

financeiro de 1976. Lembrando que ele estaria ainda por um mês à frente da Prefeitura Municipal em um mandato em caráter de prorrogação, ele teve o cuidado e o carinho de fazer um Orçamento que contemplasse a gestão do próximo Prefeito.

RESOLUÇÃO 02/76

A partir do aumento no número de habitantes e conseqüentemente do número de eleitores a Câmara passou a ser composta por 11 vereadores no total. A legalização de tal determinação se deu por meio da Resolução 02/76, datada em 18 de agosto de 1976, a qual altera a Lei Municipal nº 1 de 31 de maio de 1971 – REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, assinada pelo então presidente da Câmara, o vereador Messias Augusto das Neves. Em seu parágrafo único consta:

A Câmara Municipal de Parintins em consonância com a lei nº 1183 de 01 de junho de 1976, que alterou as disposições da Lei nº 700 de 30 de dezembro de 1967 – LEI ORGÂNICA DOS MUNICÍPIOS passará a ser composta de 11 VEREADORES uma vez que alcançou o número de eleitores exigidos pelo Parágrafo Único do art. 6º da referida Lei.

REFERÊNCIAS

INDICAÇÃO Nº 01/75 – vereador Waldir Melo. 20/10/1975.

INDICAÇÃO Nº 01/75 – vereador Messias Augusto das Neves. 20/11/1975.

PROJETO DE LEI Nº 01/75 – Raimundo Ruy Mendes. 15/05/1975.

PROJETO DE LEI Nº 06/75 – vereador Geraldo Soares de Medeiros. 31/10/1975

RESOLUÇÃO Nº 02/76

ENTREVISTA – ex – prefeito Benedito de Jesus Azêdo. 09/02/2012

LIVRO DE ATAS 1969 a 1973

LIVRO DE ATAS 1973 a 1976

LIVRO DE REGISTRO DE LEIS 1971 a 1974.

